



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

**PECUÁRIA SEMI-SELVAGEM: CIÊNCIA, NATUREZA E TEMPO NO CEARÁ DO
SÉCULO XIX.**

FORTALEZA

2017

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

**PECUÁRIA SEMI-SELVAGEM: CIÊNCIA, NATUREZA E TEMPO NO CEARÁ DO
SÉCULO XIX.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA-CE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M49p Mendes, Alberto Rafael Ribeiro.
Pecuária semi-selvagem : ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. / Alberto Rafael Ribeiro Mendes. – 2017.
216 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.
1. Pecuária semi-selvagem. 2. Ceará. 3. Tempo. 4. Ciência. 5. Natureza. I. Título.
- CDD 900
-

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

**PECUÁRIA SEMI-SELVAGEM: CIÊNCIA, NATUREZA E TEMPO NO CEARÁ DO
SÉCULO XIX.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Kênia Sousa Rios (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Joana Medrado
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para Alice (*In memoriam*) e
para Vicente.

AGRADECIMENTOS

À Lília Maria Bezerra, por todo apoio, todo incentivo, todas as palavras otimistas a mim dirigidas, que me fizeram continuar a caminhada até o final desta dissertação, caminho que para nós dois não foi seguro e nem confortável. A travessia só foi possível pela sua incansável força e pelo amor que nos une.

À minha mãe, Maria de Fátima, grande incentivadora e responsável pela minha educação.

Aos meus queridos amigos, Ana Kelly Lopes, Sávio Oliveira Xavier, Camila Freitas, Cristiano Mendes, Denisvânia Landim (sempre Deninha), Lucas, Gracielle Coutinho, Joana Dantas, Lúcio Flávio, pelo carinho e pela torcida.

Ao amigo Marcos Paulo, pela leitura atenta deste trabalho.

Aos camaradas do grupo de estudos História, Memória, Natureza e Cultura (UFC), Felipe Oliveira, Jonatas Jonas, Paulo César (Cesinha), pela troca de saberes, pelas conversas amigáveis e pelo acolhimento. De forma especial, agradeço aos amigos Diego Estevam e Daniel Alencar, pela forma gentil com que me receberam. Devo muito a vocês.

Ao professor Eurípedes Funes, pela atenção dedicada a mim, pela leitura minuciosa em meus textos, pelo compartilhamento de saberes e livros.

Ao professor Régis Lopes, pelas aulas inspiradoras no mestrado, por sua dedicada leitura, pelas considerações no exame de qualificação e por fazer parte da banca de defesa.

Ao professor Jailson Pereira da Silva, pelo acolhimento no grupo de estudos História, Teoria e Documento (UFC) e, sobretudo, pela forma alegre com que partilhas o teu conhecimento com os teus alunos. E aos amigos deste grupo, Cristiano Rodrigues Rabelo, Carolina Abreu, Thiago Oliveira, Diego Belfante, Bianca Freitas, Verinha Araújo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, Meize Lucas, Frederico de Castro Neves, João Ernani, Ana Rita.

À secretária do Programa de Pós-Graduação, Luciana Cavalcante, pela sua gentileza. Obrigado.

Aos companheiros do mestrado, Manuelle Araújo, Karoline Queiroz, Cleidiane Moraes, Adson Rodrigo, Clarissa Franco, Pedro Paulo, Pedro Trigueiro, Raul, Renan Praciano, Gilberto Gilvan.

À Kênia Sousa Rios, minha orientadora. Primeiro por ter acreditado que esta pesquisa era possível, depois por ter aceitado ser minha orientadora, um sonho cultivado desde a graduação, e, sobretudo, pela liberdade e confiança na minha escrita. Muito grato pelo zelo dedicado não só a esta pesquisa, mas também a mim. Suas palavras animadoras foram fundamentais nos momentos mais difíceis desta jornada.

À professora Joana Medrado, pelo diálogo desde a iniciação do projeto de pesquisa e pela gentileza em fazer parte da banca de defesa desta dissertação.

À FUNCAP, pelo financiamento no finalzinho da pesquisa.

A Deus, a quem sempre confiei os caminhos que segui.

*Não quero saber como as coisas se comportam.
Quero inventar comportamento para as coisas.
Li uma vez que a tarefa mais lúdica da poesia é a
de equivocar o sentido das palavras.
Não havendo nenhum descomportamento nisso
senão que alguma experiência linguística.
Noto que às vezes sou desvirtuado a pássaros, que
sou desvirtuado em árvores, que sou desvirtuado
para pedras.
Mas que essa mudança de comportamento gentel
para animal vegetal ou pedral
É apenas um descomportamento semântico.
Se eu digo que grotas é uma palavra apropriada para
ventar nas pedras,
Apenas faço o desvio da finalidade da grotas que
não é a de ventar nas pedras.
Se digo que os passarinhos faziam paisagens na
minha infância,
É apenas um desvio das tarefas dos passarinhos que
não é a de fazer paisagens.
Mas isso é apenas um descomportamento linguístico que
não ofende a natureza dos passarinhos nem das grotas.
Mudo apenas os verbos e às vezes nem mudo.
Mudo apenas os substantivos e às vezes nem mudo.
Se digo ainda que é mais feliz quem descobre o que não
presta do que quem descobre ouro –
Penso que ainda assim não serei atingido pela bobagem.
Apenas eu não tenho polimentos de ancião.*

Manoel de Barros

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, a indústria pastoril cearense passou a ser descrita como selvagem, bravia, rotineira e entregue às forças da natureza. As críticas produzidas por políticos, viajantes, naturalistas, intelectuais, denunciavam o “atraso” das práticas pastoris, a destruição da natureza provocada pelos processos tradicionais, a ausência de trabalho sistematizado, a dependência da natureza, e pregavam a necessidade de modernização do modelo pastoril, com vistas ao progresso econômico e ao futuro político do Ceará. Confiantes na ciência, na técnica e no mercado capitalista como elementos instituidores de progresso, os críticos da pecuária pregavam a classificação das espécies de gado, observação dos ciclos reprodutivos dos animais, interferência nos cruzamentos, observação dos solos, do clima e da vegetação, a aclimação de espécies exóticas. O estabelecimento de novas relações com os recursos naturais necessários ao gado também estava na pauta dos discursos, que em alguns momentos denunciavam a prática de queimada dos pastos, a derrubada de árvores, a “ignorância” dos criadores em relação ao potencial da natureza dos sertões cearenses. Esta pesquisa pretende compreender a formação de um discurso que colocou a pecuária cearense entre o atraso e a modernização e discutir a emergência do que temos chamado de invenção da pecuária semi-selvagem. As categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa (Reinhart Koselleck) nos permitem discutir os usos do tempo na elaboração dos discursos do atraso e da modernização dos métodos de criação no Ceará. Relatórios de presidentes de província, jornais, obras impressas, diários de viagens e textos literários compõem o conjunto de fontes utilizadas nesta pesquisa.

Palavras-chave: pecuária semi-selvagem, tempo, rotina, progresso, ciência.

ABSTRACT

In the second half of the 20th century, the pastoral industry in Ceará started to be described as wild, commonplace and dependent on the forces of nature. The criticisms made by politicians, travelers, naturalists and intellectuals condemned the delay in the pastoral practices, the destruction of nature caused by the traditional processes, the absence of systematized work, the dependence on nature, and defended the necessity of modernization of the pastoral model, aiming at the economic progress and the political future of Ceará. Trusting in science, in techniques and in the capitalist market as elements that institute progress, the critics of cattle breeding defended the classification of cattle species, the observation of the animals, reproductive cycles, interference in mating, observation of the soil, weather and vegetation, the acclimatization of exotic species. The establishment of new relations between natural resources which are necessary to the cattle were also approached in those speeches, which in some moments condemned the practice of burning pastures, the removal of trees and the ignorance of farmers with relation to nature's potential in Ceará's countryside. This research aims at comprehending the construction of a speech which has put cattle breeding in Ceará between delay and modernization and also at discussing the emergency of what we have called an invention of the semi-wild pastoral activity. The categories 'space of experience' and 'horizons of expectation' (Reinhart Koselleck) allows us to discuss the uses of time in the elaboration of the speeches of delay and modernization in the cattle breeding methods in Ceará. Reports made by presidents of provinces, newspapers, printed works, travel journals and literary texts compose the sources utilized in this research.

Key-words: semi-wild cattle breeding, time, routine, progress, science.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
2. A PECUÁRIA CEARENSE ENTRE O PASSADO E FUTURO	
2.1. <i>A pecuária semi-selvagem: criadora e criatura dos discursos</i>	21
2.2. <i>Usos do tempo: a rotina e o progresso</i>	45
3. PROPOSTAS DE MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA CEARENSE NO SÉCULO XIX.	
3.1 - <i>“Abandonar a rotina”</i> : o problema da criação extensiva.....	69
3.2. <i>Degeneração e Aclimação de animais</i>	81
3.3. <i>Medicina veterinária e Fazenda Modelo</i>	96
3.4. <i>A ciência contra a rotina</i>	103
3.5. <i>Indústria de animais domésticos: em busca de um produto que se possa capitalizar</i>	123
4. REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA E DO SERTÃO NAS CRÍTICAS DA PECUÁRIA SEMI-SELVAGEM.	
4.1. <i>Imagens para o sertão pastoril</i>	142
4.2. <i>Natureza pródiga, homens imprevidentes</i>	156
4.3. <i>O fogo, a seca e a cerca: pecuária e crítica ambiental no Brasil oitocentista</i>	175
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
FONTES	200
BOBLOGRAFIA	204

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Iniciamos esta pesquisa tentando compreender a “imagem” que Thomaz Pompeo de Sousa Brasil produziu para a indústria criadora cearense em 1863, quando publicou o seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. “O systema de criação é semi-selvagem, quasi todo entregue ás forças da natureza”.¹ Foi esta a apreciação de Thomaz Pompeo acerca da economia pastoril de sua província, uma espécie de síntese do estado deste ramo econômico, que nas palavras do intelectual era marcado por um sistema brávio de criação, com gados soltos pelos matos e completamente dependentes da natureza.

Qual o significado da expressão *Pecuária semi-selvagem*? O que esta imagem sugeria? Estas foram as questões iniciais que nortearam esta investigação, que pautava-se, primordialmente, na tentativa de compreender que elementos do criatório cearense foram tomados como justificativas para que dela se pudesse dizer *selvagem, brávia, rotineira e atrasada*, atos de nomeação que remetiam sempre ao descompasso e à obsolescência das atividades criadoras.

A necessidade de verificar como a pecuária era descrita por outras vozes nos conduziu à leitura de algumas fontes iniciais, a saber, *Relatórios de Presidente de Província, jornais, obras impressas e diários de viagens*. O que verificamos foi que, via de regra, a indústria pastoril cearense era classificada pelas mesmas formas de ver e de dizer utilizadas por Thomaz Pompeo. Na totalidade das fontes, a caracterização era quase sempre enfeixada pelas ideias do atraso e da rotina; formas que se repetiram em muitas vozes e em diversos suportes, sugerindo a defasagem dos métodos empregados na criação de gados, que se mostravam velhos, arcaicos, heranças do passado colonial.

Assim, para além da compreensão dos significados da expressão *semi-selvagem*, tornou-se imperativo tratar desse processo de objetivação das atividades pastoris, da produção de sentidos, de valores, de adjetivações quase sempre em negativo, que acabaram por dar visibilidade a um objeto até então inexistente. Nesse sentido, pareceu-nos viável discutir aquilo que temos denominado de *invenção*² da “*pecuária semi-selvagem*”, tratar das

¹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I (1863). Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 380.

² Pensamos “invenção” como sugere o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p.20), “o momento de emergência, de fabricação ou de instituição de algo que surge como novo”. Ao encarmos a pecuária semi-selvagem como invenção aceitamos o fato de que como realidade ela não existia, ou pelo menos não era um problema a ser enfrentado pelos cearenses. Ela passa a existir a partir de estratégias discursivas

estratégias, sobretudo discursivas, que possibilitaram a sua emergência, que a tornaram real, dando-lhe existência e definindo seus aspectos, sua imagem.

A questão que se coloca é a de ser a *pecuária semi-selvagem* uma elaboração de práticas sociais historicamente determinadas, mormente de práticas discursivas, de um emaranhado de vozes dispersas que em um dado momento emergiram para nomeá-la, enuncia-la e defini-la. O que nos impele a pensar o discurso como uma prática fundante, que participa da fabricação da realidade da qual se apodera. Na esteira do pensamento de Michel Foucault, devemos empreender uma análise dos próprios discursos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos.³

Historiador das rupturas, dos limiares, dos cortes, Michel Foucault lembra que um dos traços fundamentais da chamada História Nova foi a incorporação da noção de descontinuidade como instrumento e objeto da pesquisa, sua passagem de obstáculo à prática, impelindo os historiadores à busca dos elementos de dispersão, dos momentos de ruptura, dos pontos de inflexão, elementos que caracterizam os acontecimentos históricos e que negam a ideia de uma história contínua, evolutiva, estável e sem conflitos. Ao adotar o descontínuo em sua prática, diz-nos Foucault

o historiador se dispõe a descobrir os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular.⁴

Isto nos leva ao questionamento acerca do momento de uma emergência, do instante de fundação de um objeto, o que não significa encontrar o seu ponto de origem, mas perscrutar os seus possíveis começos, aqueles acontecimentos dispersos que caracterizam a fabricação de uma nova realidade histórica. O foco das discussões em torno da *invenção* de que nos ocupamos, situa-se na segunda metade do século XIX, embora recuemos em alguns momentos no tempo, para analisar outras formas de ver e de dizer os processos pastoris e estabelecermos pontos de diferenciação entre os discursos.

Sustentamos a tese que a partir da segunda metade dos oitocentos uma nova forma de nomeação se institui, ganha forma, e passa a ser enunciada por variadas vozes, adentrando diferentes instituições e canais. De fato, veremos a repetição do discurso de “atraso” da

dísparas, vindas de lugares diversos e ditas por vozes nem sempre convergentes, mas que acabaram por delimitá-la e torná-la existente. Ver: JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 60.

⁴ *Ibidem*, p. 10.

pecuária nacional em inúmeros jornais de todo o país, em textos da administração oficial, nos relatórios ministeriais, nas falas dos presidentes provinciais, nos relatos de viajantes e cientistas. Uma pletera de discursos se levantará contra um sistema de criação extensivo, de gados dispersos pelos campos, a depender exclusivamente da natureza, modelo que o novo discurso caracterizará como arcaico, retrógrado e selvagem.

É nesse sentido, pois, que pensamos em emergência e invenção de um objeto que só passa a existir a partir de um conjunto de práticas discursivas que o delimitam. O caráter selvagem da pecuária precisou ser dito, nomeado e repetido, para poder tornar-se real; como objeto, ele só pode existir dentro e mediante uma prática⁵ fundante.

Thomaz Pompeo de Sousa Brasil foi, certamente, o primeiro intelectual a colocar em questão a discussão do atraso das atividades pastoris cearenses. No final da década de 1850, já gozando do título de sócio correspondente da *Sociedade Auxiliadora Nacional* (SAIN), as ideias de Thomaz Pompeo em torno do estado das atividades produtivas de sua província começam a circular no periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, órgão pertencente à SAIN.

Em 1858, por exemplo, um artigo intitulado *Estatística Industrial da Província do Ceará* foi publicado pelo jornal, com dados extraídos do trabalho estatístico que Thomaz Pompeo vinha produzindo desde 1855, quando celebrou contrato com Vicente Pires da Motta, então presidente provincial, para elaborar a estatística da província e que resultou no *Ensaio* de 1863, reconhecidamente sua obra de maior relevância.

No referido artigo de 1858, o Ceará é destacado como região apropriada para a criação de todas as espécies de gados, principalmente pelas condições naturais dos seus sertões, “cobertos de varzeas e taboleiros, onde todos os annos florescem vastas pastagens de mimoso e panasco”.⁶ A maior ameaça natural sobre o criatório eram as secas, mas seus efeitos podiam ser minorados se não fosse a “incuria dos homens”, que ainda não tinham despertado para a necessidade de armazenar água no tempo das chuvas para os anos de estiagem.

Aí já é possível notar o traço marcante da crítica de Thomaz Pompeo à indústria criadora. O atraso deste ramo devia-se menos às condições naturais a que os gados estavam entregues, e muito mais a falta de criadores inteligentes, de homens dispostos a trabalhar para vencer as intempéries do clima, as epizootias, a degeneração dos animais e todo um modelo

⁵ VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2014, p. 264.

⁶ Estatística Industrial da Província do Ceará. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1858, p. 174.

de criação herdado do passado colonial, que Pompeo denominou *semi-selvagem* no *Ensaio Estatístico* de 1863.

Mas a relevância dos discursos de Thomaz Pompeo como marcos de uma *invenção* não se justifica apenas pela publicidade de suas ideias em um periódico de caráter nacional como *O Auxiliador*. É relevante o fato de seus escritos terem sido visitados e incorporados na escrita de outros intelectuais, alargando assim o raio de circulação das ideias expostas, contribuindo para a legitimação de Pompeo como reconhecido intelectual, como cientista autorizado a tratar dos assuntos de sua província, estendendo a rede de atuação de sua escrita.

O processo de construção de fatos, de verdades científicas, de acordo com Bruno Latour, é uma operação coletiva, que une diversos atores, diferentes colaboradores imbuídos da tarefa de partilhar do conhecimento que está sendo proposto, mas também da missão de dar-lhe continuidade, propagar a sua verdade, enfatizar a sua legitimidade e validade. Para se afirmarem, os construtores de fatos “precisam alistar muitas outras pessoas que participem do esforço de continuação da construção do fato (transformando suas alegações em caixas-pretas)”.⁷

Ao analisar o trabalho dos cientistas em ação, seguir o caminho que percorrem até forjarem verdades e fatos científicos, que depois aparecerão para nós como realidades prontas, duras, acabadas, ou fechadas em *caixas-pretas*, Bruno Latour propõe que se considere o caráter coletivo, público e compartilhado do trabalho que realizam os cientistas, o que pressupõe a necessidade da criação e extensão de uma *rede* de atores. “A construção do fato”, diz-nos Latour, “é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos”.⁸ Essa dimensão pública da atividade científica pressupõe que todo fato só poderá ser enunciado e confirmado na presença dos atores da rede. “Para ser científico, um enunciado precisa ser validado e retomado pelos ‘caros colegas’”.⁹

Partindo dessa perspectiva da *rede* como mecanismo que dá sustentabilidade ao discurso científico, que o apresenta como crível, e, em última instância, o transforma em fato, no âmbito da invenção do atraso e da obsolescência das atividades pastoris cearenses, pensamos que esta também é uma realidade que só pôde se constituir quando do alargamento em rede daqueles primeiros discursos dispersos dos quais Thomaz Pompeo é um precursor.

⁷ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 323.

⁸ *Ibidem*, p. 60.

⁹ MORAES, Marcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11(2), maio/ago., 2004, pp. 324-325.

Um problema caro aos atores de uma determinada *rede* será promover a expansão da mesma, alargar o seu raio de atuação, fazer com que ela cubra o maior número possível de sujeitos e submetê-los a uma verdade que só possui legitimidade dentro da própria rede. Mas a rede também nos remete a um alargamento de ordem geográfica, de extensão dos fios que a compõe para lugares variados, de modo que, quanto mais espargidos forem estes fios, maior a sua capacidade de funcionamento e maior também é o seu poder para cobrir o mundo.

Isso é relevante porque em determinado momento de nossa investigação, mormente por causa da análise de algumas fontes, como os *Relatórios de presidente de província* e, principalmente, o jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, percebemos que os discursos de atraso e de rotina ultrapassavam as fronteiras do Ceará, que encontravam-se dispostos por todo o país e mantinham quase sempre o mesmo modo de nomeação da pecuária, sugerindo a dilatação em *rede* da retórica do atraso, possibilitando a emergência de construções como a do presidente da província do Rio Grande do Sul, Soares Andrea, em 1850, quando informava que “No estado actual da provincia essa mesma criação esta em abandono...”.¹⁰

Ou como as duras críticas de Pedro Leão Velloso, que em 1862, alertava para as “causas entorpecedoras” do progresso da criação de gados na província do Rio Grande do Norte, chamando a atenção dos criadores que, “avesados a esperar tudo da acção do tempo, ou da intervenção do poder, nada fazem para neutralizar os efeitos daquelas causas; entregues a um fatalismo arabe dormem o somno da indiferença sobre as ruinas de sua fortuna”.¹¹

Desse modo, embora o escopo primordial de nossa pesquisa seja o processo de nomeação da pecuária cearense, em muitos momentos rompemos nosso recorte espacial para perscrutarmos este movimento em outras províncias. Também é forçoso destacar que a caracterização das atividades pastoris brasileiras, notadamente a afirmação de seu descompasso, se erigiu a partir de idealizações do modelo europeu, de suas experiências no campo dos melhoramentos animais, do desenvolvimento da zoologia, do emprego da veterinária, etc. Firmados nestes progressos, os publicistas brasileiros construíram sua apreciação de nossa prática criadora, num jogo de comparação que teve como resultado a fabricação de uma falta, de uma carência, de um retardo. Nesse sentido, a *invenção da*

¹⁰ Relatório do estado da província do Rio Grande de São Pedro apresentado ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno pelo tenente general Francisco José de Souza Soares Andrea. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1850, pp. 16-17.

¹¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1862 pelo presidente da província, o comendador Pedro Leão Velloso. Maceió, Typ. do Diário do Commercio, 1862, p. 13.

pecuária semi-selvagem é um processo que ultrapassa os limites espaciais do Brasil, indo firmar-se em parâmetros dispostos nas experiências sociais de outros povos, mormente na “moderna” indústria pastoril de alguns países da Europa.

O espraiamento da retórica do atraso não se evidenciou apenas pela dispersão geográfica, mas também pelo fato de abarcar outras atividades econômicas, sobretudo a agricultura. De fato, desde os princípios do século XIX, a agricultura brasileira tornou-se alvo de duras críticas feitas por viajantes europeus, por intelectuais nacionais, por periódicos agrícolas, que passaram a enxergar nos mecanismos de reprodução de um sistema agrário historicamente definido,¹² sinais evidentes do atraso, da rotina e da ignorância a que supostamente estavam entregues as atividades agrícolas do país.

O viajante francês Augusto de Saint Hilaire, em viagem feita do oeste fluminense até as cabeceiras do Rio São Francisco, em 1819, fez considerações acerca do cultivo das terras no Brasil, dando ênfase especial à prática das queimadas. Diz Saint Hilaire:

O systema de agricultura empregado em Goyaz é o que, infelizmente, foi adoptado em quasi todo o Brasil. Queimam-se as florestas e semeia-se nas suas cinzas; depois de algumas colheitas, deixam-se brotar novos bosques, que se cortam por sua vez; continua-se assim até que a terra não produza mais do que capim, e então abandonam-na.¹³

Construído a partir de uma visão fortemente marcada pelas imagens de um Brasil pródigo, dotado de uma natureza ubérrima e ainda virgem, a descrição de Saint Hilaire antecipava uma das mais relevantes críticas ao modelo agrário brasileiro, que condenava o uso do fogo como único instrumento de preparo das terras. Por todo o século XIX este enfoque será retomado por inúmeros sujeitos e, de forma crescente, o sistema de desbastamento das florestas pelo método incendiário será associado ao atraso da agricultura.

Importante veículo de produção e de propagação da ideia de obsolescência do agro brasileiro foi o jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que no mesmo ano de sua inauguração, 1833, publicou um texto assinado por Januário da Cunha Barboza, sócio fundador e secretário da SAIN, em que tecia “observações sobre o melhoramento da nossa Agricultura, manancial seguro de riquezas progressivas, quando as Sciencias a desembarcem

¹² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. In: *Revista Brasileira de História*, nº 12, vol. 6, mar./ago., 1986, p. 126.

¹³ HILAIRE, Auguste de Saint. *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. Tomo Primeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 321.

de prejuízos, e velha, por não dizer estúpida, rotina...”.¹⁴ O foco central do *Discurso* de Cunha Barboza era o problema do “abuso, que em muitas partes do Brasil se comete quando se derrubam árvores seculares, e majestosas”, era a questão dos incêndios das matas e o aproveitamento das cinzas na preparação das terras a serem cultivadas.

A ideia de rotina, frequentemente associada às atividades pastoris, sugeria quase sempre uma identificação com um passado visto como retardatário, antiquado, velho e ultrapassado. Além de sugerir uma imobilidade, um estado estacionário de tais atividades. Sobretudo na segunda metade do século XIX, nos relatórios de presidente de província, nas páginas de periódicos locais e nacionais, nos escritos produzidos pelos integrantes da *Comissão Científica Exploração*, de 1859, ou ainda nos trabalhos de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, a ideia de uma pecuária imersa em uma rotina se torna cada vez mais frequente. Cabia aos produtores dos discursos apresentarem os problemas que impediam o seu progresso, as marcas de um passado tomado como obsoleto: as secas, as epizootias, a degeneração das raças animais, a criação extensiva, a ausência de uma ciência veterinária, o pouco ou quase nenhum trabalho dedicado à atividade pastoril.

Esta associação entre *atraso e passado* nos conduziu a uma discussão em torno dos *usos do tempo* na invenção da *pecuária semi-selvagem*. É a temática do capítulo 2, intitulado de *A pecuária cearense entre o passado e futuro*. Partimos da análise de alguns conceitos empregados para nomear o criatório brasileiro, termos com forte apelo temporal, que acabaram por colocá-lo entre a rotina e o progresso, uma verdadeira batalha semântica¹⁵ comprometida com o estabelecimento de novas formas de organização do sistema pastoril. Nosso intuito foi analisar as articulações e os usos do “espaço de experiência” e o “horizonte

¹⁴ BARBOZA, Januário da Cunha. Discurso sobre o atraso das derrubadas de árvores em lugares superiores à vales, e sobre o das queimadas. In: *O Auxiliador da Indústria nacional*, 1833, nº 10, p. 17. Para Cunha Barboza a derrubada de árvores seculares nos aproximava dos selvagens, era “um atestado de nossa ignorância”, sobretudo porque a destruição das matas acarretava na diminuição das águas necessárias às plantações, provocava a esterilidade dos terrenos férteis. Ademais, Cunha Barboza condenava o uso das queimadas pelo fato de produzirem a destruição não só de grandes árvores, mas de espécies rasteiras, ou, até mesmo a destruição dos canaviais, quando o fogo não podia ser controlado e espalhava-se por grande áreas. Outrossim, continuava Cunha Barboza, os incêndios também podiam estar na raiz do problema da falta de lenhas, que já se experimentava por todo o país. É relevante destacar ainda que, o autor discordava da ideia de que as cinzas decorrentes das queimadas eram, de fato, eficazes agentes de fertilização, pois, “se fosse verdade que os terrenos se fertilissem pelas cinzas de taes queimadas, nós teríamos visto reproduzirem-se todos os annos as suas plantações nessas derrubadas de mattas virgens, que ficão logo convertidas em miseráveis capoeiras, abandonadas pelos lavradores, e esperando de alguns annos a reparação dos estragos, que lhes causara o fogo imprudentemente lançado. Disto se colhe que pela queima das mattas se obtem muito menor porção de principios fertilisantes, que as cinzas podem dar de outro modo applicadas”. BARBOZA, Januário da Cunha, *Op. cit.*, p. 23.

¹⁵ Deve-se registrar a importância do recurso à *história dos conceitos*, que diz respeito à análise do emprego de determinados termos relevantes do ponto de vista social e político, da articulação entre os conceitos e os eventos históricos. Ver KOSELLCK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 97-118.

de expectativas”, para utilizarmos os termos de Reinhart Koselleck, nos discursos de modernização da pecuária. Coube analisar como a manipulação destas categorias foi eficaz na produção da defasagem desta atividade.

Uma variedade de fontes foi analisada sob o escopo de perscrutar estes usos do tempo: jornais, revistas, relatórios provinciais, relatórios do ministério da agricultura, alguns textos literários, memórias científicas, etc. Uma regularidade discursiva foi observada quando do cruzamento destas fontes e esta apontava sempre para uma tensão entre passado e futuro, lembrando aquele progressivo distanciamento entre *experiência* e *expectativa*, indicativo de uma modernidade concebida como novo tempo. Assim, tentamos discutir como o olhar para o futuro e o desejo de progresso, indícios de uma nova relação temporal, moldaram os discursos em torno de um modelo pastoril que, gradativamente, foi tomado como velho.

No capítulo 3, “*Propostas de modernização da pecuária cearense no século XIX*”, nos ocupou a discussão em torno da superação da rotina, tentando demonstrar as principais propostas de modernização do modelo pastoril, que passava, dentre outras coisas, pela incorporação de instrumentos técnicos, ideias científicas, animais aperfeiçoados, profissionais habilitados na arte de criar animais. Igualmente, a introdução de saberes científicos e dos ensinamentos oriundos dos campos da zoologia, da zootecnia ou da veterinária foram tomados como expressão de uma indústria pastoril verdadeiramente moderna, sobretudo porque eles expressavam a organização da produção com base na razão, e não mais em crenças ou superstições, próprias de um “passado selvagem”. Assim, tornou-se relevante pensar a ciência como elemento de separação entre rotina e progresso, a sua instituição como campo autorizado para nomear a vida cotidiana, estabelecendo limites entre o passado e o futuro.

Importante analisar ainda os discursos que pensaram a indústria pastoril cearense, e, em sentido mais amplo, a brasileira, como um ramo econômico destinado a fomentar o mercado internacional por meio de produtos específicos: a carne, o leite, o couro, os queijos, a manteiga, etc. Ou que pensaram o aproveitamento dos animais domésticos sob as mais diversas e curiosas formas, como o uso dos ossos de cavalos para clarificar xaropes, ou do sangue para refinar açúcar. Tratava-se de orientar a criação de animais para a busca de produtos a serem comercializados e que pudessem integrar os itens de exportação brasileira para outros mercados. Assim, faz-se necessário pensar como as expectativas de inserção da indústria criadora no mercado internacional contribuíram para reforçar a necessidade de substituir uma pecuária “atrasada” e “selvagem” por mecanismos de produção modernos, afinados às exigências do mercado capitalista mundial.

No conjunto de discursos analisados, não faltaram críticas às formas de uso dos recursos naturais da província. Os textos evidenciaram a uberdade natural de um lado, e de outro, os processos destrutivos e imprevidentes praticados por agricultores e criadores. No capítulo 4, “*Representações da Natureza e do sertão nas críticas da pecuária semi-selvagem*”, buscamos analisar as formas de ver a natureza, os discursos de valorização do mundo natural e sua transformação em recurso econômico como garantia do futuro político nacional.

Incorporando reflexões oriundas do campo da *História Ambiental*,¹⁶ pretendeu-se ainda analisar a crítica aos processos destrutivos, que encararam a devastação da natureza cearense como ameaça ao progresso futuro da província e ao desenvolvimento da indústria criadora. Coube apresentarmos também as propostas de mudanças nas formas de relacionamento entre o homem e a natureza, principalmente em relação aos recursos naturais que serviam diretamente à criação de gados.

Também foi relevante atentar para as formas de nomeação daqueles espaços tradicionalmente ligados à presença do gado no Brasil, os sertões. Pensamos existir uma sensibilidade nova que se impõe sobre estas espacialidades no decorrer do século XIX, que passa a enxergar na natureza dessas áreas geográficas a força e a potência para fazer do Brasil uma grande nação, unida pelo seu território. Sensibilidade que propunha a incorporação do sertão no processo civilizador que animava os projetos políticos e econômicos do país que, sobretudo na segunda metade dos oitocentos, via-se comprometido com um ideal de progresso importado das ditas nações civilizadas da Europa. Nesta nova forma de ver o espaço sertanejo não é mais a pecuária “selvagem” a simbologia adequada para definir o interior do Brasil, mas uma indústria de animais domésticos orientada por métodos científicos e voltada para a produção de mercadorias capitalizáveis. Nesse sentido, nossa escrita também procurou analisar a produção de sentidos, de visibilidades e dizibilidades sobre os sertões do Brasil, uma (re) elaboração espacial que se faz em concomitância com a produção de novas imagens para a pecuária.

¹⁶ Como campo de estudos, a História Ambiental começou a despontar por volta da década de 1970, em meio a diversas conferências sobre a situação global e ao crescimento dos movimentos ambientais, “a voz das ruas”, que tanta influência teve no estabelecimento da história ambiental como área específica dos estudos históricos. Ver: PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos avançados*, v. 24, nº 68, 2010, pp. 81-101. O aprofundamento de nossa compreensão acerca de como os humanos são afetados pelo ambiente natural, assim como a compreensão de como a ação humana impacta este mesmo meio ambiente são objetivos primordiais da história ambiental. Ver: WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: *Ambiente & Sociedade* - Vol. V – n. 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – n.1 - jan./jul. 2003, pp. 23-44.

Ao nos apresentar sua *Didática da Invenção*,¹⁷ o poeta Manoel de Barros lembrava que para apalpar as intimidades do mundo era preciso desinventar objetos por meio de palavras que lhes modificassem o sentido. Era necessário, pois, *Repetir, repetir – até ficar diferente*. Nossa investigação foi em busca desses atos de repetição e nomeação de objetos, atos modificadores de sentidos e que resultam em novas realidades, em novos problemas. O texto que segue tenta dar conta deste trabalho de invenção, da maquinaria que fez emergir a *pecuária semi-selvagem*. Mais do que sentidos e representações, buscamos visualizar os atos de fundação, também criadores das realidades que nomeiam.

¹⁷ BARROS, Manoel de. O livro da ignoranças. In: BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, pp. 275-276.

2 – A PECUÁRIA CEARENSE ENTRE O PASSADO E FUTURO.

2.1. Pecuária semi-selvagem: criadora e criatura dos discursos.

Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.

*Michel Foucault*¹⁸

Em 1912, apartado de sua terra natal, Gustavo Barroso publicou o seu livro de estreia intitulado *Terra de sol*, uma obra marcada pelo tom saudosista e recheada de memórias de um jovem escritor ausente, que utilizava o artifício da escrita para rememorar os tempos vividos no Ceará distante. Concebido na saudade, *Terra de sol* cumpria a tarefa de atualizar na memória de João do Norte,¹⁹ a natureza, as gentes, os costumes, a seca, a enchente, a música, a dança e todos os aspectos que traduziam e davam a ver o Ceará.

Braga Montenegro, no prefácio à sexta edição de 1962, aniversário dos cinquenta anos da primeira publicação, refere-se à *Terra de sol* como um livro síntese, um retrato fiel e verdadeiro da terra, dos homens e dos costumes do Ceará. Pintado com cores vivas e ainda frescas, *Terra de sol* foi apresentado como livro capaz de retratar com fidelidade a essência de um povo e de uma terra que ainda se mantinha a mesma, imune aos imperativos do tempo, guardando indelévels formas sertanejas resistentes à modernidade. Esta força literária explicava-se, sobretudo, porque o livro foi concebido e elaborado, diz-nos Braga Montenegro, “à inspiração de matéria original e verdadeira. Uma obra inteiramente retirada da vida, não dos livros ou decalcada em observações e experiências alheias”.²⁰

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 50.

¹⁹ Segundo Afonsina Maria Augusto Moreira (2006), Gustavo Barroso assinou grande parte de suas obras com o pseudônimo de João do Norte, na tentativa de ser lembrado como escritor das coisas do Ceará, sua terra natal. Afonsina Maria também destaca que seu livro *Terra de sol* foi definido pelo autor como depoimento de um nortista. Sobre os aspectos da saudade e da memória na obra de Gustavo Barroso, ver: MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

²⁰ MONTENEGRO, Braga. *Terra de sol – 50 anos*. In: BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. IX.

Na composição de seu quadro-retrato, onde cada elemento tem a função de expressar com fidelidade o real existente, embora afastado, Gustavo Barroso pinta a pecuária cearense com os seguintes traços: “O gado, no sertão, é criado à lei da natureza, solto pelo mato em fora, sem o menor processo de pecuária inteligente”.²¹ Ao narrar a “entrega” do gado aos cuidados dos bravos vaqueiros, soberanos na lida com os rebanhos, Gustavo Barroso nos conduz a um modo de vida em que imperam as feras do gado, a perseguição às reses bravias, as peripécias dos vaqueiros nos tempos de apartação, a cura dos animais pela veterinária popular, eivada de superstições, as agruras em tempos de seca. A pecuária que João do Norte nos apresenta é aquela mesma dos primeiros tempos da colonização, que sua escrita tenta capturar em traços fiéis, constituindo-se, portanto, em um importante elemento de cristalização de uma dada forma de enfeixar o regime de criação cearense.

A imagem que ressurgue das pinceladas memorialísticas de Gustavo Barroso não é inédita, e, certamente não foi idealizada por ele. Trata-se de uma pintura já existente, criada antes mesmo que Barroso ousasse se aventurar pelas trilhas da literatura nacional, ou que resolvesse dar a sua contribuição ao empreendimento de uma cultura regional nordestina, demarcando seus traços e delimitando seu conteúdo.²² Descartada a originalidade da imagem exposta por Gustavo Barroso devemos tomá-lo como um colaborador, uma espécie de restaurador de uma obra desgastada pelo tempo e que precisa ser renovada de quando em quando para manter-se presente, viva, colorida e atraente.

Temos sustentado a tese de que a *pecuária semi-selvagem*, imagem que se impôs aos métodos de criação cearenses, foi produto de uma série de discursos políticos e científicos, que no decorrer do século XIX evidenciaram a necessidade de modernização e civilização de seus processos, do emprego de técnicas modernas, da promoção de riquezas e de progresso para o Ceará. Foi pela palavra, inicialmente, que a pecuária selvagem ganhou existência, tornando-se uma realidade. As práticas discursivas participaram da invenção de

²¹ BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Op. cit., p. 29.

²² Durval Muniz de Albuquerque Júnior dedicou vários trabalhos ao que denominou de *A invenção do Nordeste*, ou a emergência da ideia de região Nordeste no final da primeira década do século XX. Nesse processo de invenção esta região foi delimitada por suas características geográficas, especialmente pela recorrência das secas e pelas caatingas. O Nordeste também passou a indicar um espaço diferente das outras regiões do país por supostamente guardar as marcas de uma essência brasileira, receptáculo da cultura popular, do folclore, das lendas, mitos, canções e demais características de um passado “tradicional” ainda não destruído pela modernidade. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. Discussões semelhantes podem ser consultadas em ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

uma imagem carregada de valores negativos que apontavam para o “atraso” e a decadência do criatório.

Termos como espírito de *rotina*, *semi-selvagem* e *bravia*, *letargia* dos criadores, *imprevidência*, *processos rudes*, *atraso*, etc. compuseram o vocabulário não só dos presidentes provinciais, mas também de intelectuais e cientistas que no decorrer do século XIX passaram a defender a modernização dos processos pastoris cearenses, que caracterizaram como rotineiros. Os termos demarcavam um passado para as práticas de criação e delimitavam uma experiência que se mostrava obsoleta e precisava ser superada.

Trataremos neste tópico do processo de produção, ou poderíamos dizer de *invenção* da obsolescência e do atraso da pecuária cearense por meio de práticas discursivas muito específicas (relatórios de presidentes de província, memórias científicas, artigos em jornais, relatos de viagens). Importa analisar o uso das palavras tais como rotina e atraso, como estratégias de determinados sujeitos, homens comprometidos com a política, com a economia, com a ciência, para tentar impor as suas concepções acerca da pecuária, para inserir os métodos pastoris num estado de modernização, civilização e progresso vigentes, caminho que deveria ser trilhado por todas as indústrias²³ nacionais. Nesse sentido, as representações em torno da pecuária estão comprometidas e apontam para os interesses dos grupos que as forjam.²⁴

Essas práticas discursivas compuseram o conjunto de elementos, que de certa forma, fabricaram o objeto em questão, na medida em que contribuíram para imprimir à atividade pastoril novos sentidos, novos significados, mormente àqueles que apontavam para o atraso desta atividade. Desse modo, o mecanismo de criação do gado à solta, prática largamente difundida nos sertões do Brasil, foi denominado rotineiro, fato que nos conduz a emergência de uma nova forma de nomeação dessas práticas.

Estamos diante de um processo de *fabricação*, na medida em que, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ele participa do esvaziamento de dadas práticas

²³ No século XIX o termo indústria era empregado para designar qualquer atividade produtiva, especialmente a agricultura. (CARVALHO, 2013, p. 52). Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Rafael de Bivar Marquese, na introdução do *Manual do agricultor brasileiro*, destaca que indústria brasileira era entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril. Ver: TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*; MARQUESE, Rafael de Bivar. (Org.). São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 13.

²⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

culturais de seus sentidos anteriores, atribuindo-lhes uma nova memória e outra história, impondo-lhes novos sentidos.²⁵ Buscamos compreender a partir de que momento e por quais elementos a pecuária se torna selvagem.

Abordar a emergência de um objeto histórico e fugir, ao mesmo tempo, do perigo de recorrer ao velho *ídolo das origens*,²⁶ do qual nos alertou Marc Bloch, na tentativa de buscar uma gênese que explique e dê coerência ao nosso estudo, é uma tarefa desafiadora, sobretudo porque somos impelidos a explicitar o momento histórico no qual iremos inserir a nossa discussão e o nosso objeto. Nosso compromisso aqui não reside mais em reconstituir os acontecimentos do passado no afã de elaborar uma explicação evolutiva para a *pecuária semi-selvagem*. Buscamos pensá-la, pelo contrário, como um corte, uma quebra na aparente continuidade histórica; sua emergência será para nós indicativa da instituição de um “novo”, uma descontinuidade.²⁷

Buscamos, pois, compreender e discutir o que para nós se apresenta como uma nova forma de organizar, de dizer e de caracterizar as práticas pastoris do Ceará no século XIX, especialmente a partir da sua segunda metade. O escopo que nos acompanha é a busca pela compreensão da emergência da *pecuária semi-selvagem* e da formação de todo um discurso de obsolescência dos métodos de criação, que os transformaram em velhos, em atrasados, em rotineiros. Discursos que não só delimitaram uma nova imagem, mas também possibilitaram a irrupção de um problema que até então não existia, ou não era motivo de preocupação para o Ceará.

Estes discursos, que se apresentam em formas de textos ditos e escritos por políticos provinciais, por intelectuais cearenses, por representantes da ciência nacional, por literatos, etc. constituem para nós muito mais do que meros documentos por meio dos quais entramos em contato com o nosso objeto; tomamos os discursos como práticas que participam da feitura deste objeto, que instituem uma dada realidade, que falam e, ao mesmo tempo, dão forma à pecuária semi-selvagem. São, portanto, discursos que definem e conferem o status do

²⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos*. Op. cit., p. 30.

²⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

²⁷ Michel Foucault destacou a incorporação do elemento descontínuo nos trabalhos históricos como uma importante inflexão de nossa disciplina realizada pela História Nova; a descontinuidade, outrora encarada como aspecto negativo e obstáculo à pesquisa, porque invalidava as noções de evolução, de progresso e de uma história linear, tornou-se prática e elemento de validação da escrita da historiográfica, impelindo os seus representantes a buscarem “não mais a pesquisa dos começos silenciosos, não mais a regressão sem fim em direção aos primeiros precursores, mas a identificação de um novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos”. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Op. cit., p. 4.

objeto em questão, que delimitam a sua existência, que o fazem aparecer e torná-lo nomeável, descritível.²⁸

Tomemos a fala do presidente da província do Ceará, João Silveira de Sousa, na ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial no ano de 1858. Seu relatório, que começou por destacar a ordem e a paz vivenciada na província e, ao mesmo tempo, celebrar a saúde da “Augusta Família Imperial”,²⁹ tratou da indústria criadora nestes termos:

O espirito de rotina não tem sido uma causa menos eficiente do pouco ou nenhum aperfeiçoamento desta industria. As praticas e processos rudes dos seculos passados, ou antes o abandono completo do gado e de sua produção ás simples forças da natureza e do solo, são ainda os unicos, pouco mais ou menos, que prevalecem entre a generalidade dos nossos criadores; apenas um ou outro curioso, ou previdente, procura melhorar seus estabelecimentos, e ainda assim, muito acanhada e parcialmente. A maior parte deles contenta-se com os lucros immediatos, sem attenderem que as suas fontes vão progressivamente definhando, e estão a todos os momentos em risco de aniquilar-se.³⁰

Vale destacar nas palavras de João Silveira de Sousa a utilização do termo “espirito de rotina” como elemento de caracterização da pecuária, que em seu relatório se apresenta como um ramo econômico estagnado, e, muito mais do que isso, preso a processos “rudes”, a formas velhas herdadas do passado colonial. Note-se que o presidente culpa os criadores, que insistiam em manter as mesmas formas de criar de outrora (como a total entrega do gado às forças da natureza, a criação extensiva), pelo pouco ou nenhum aperfeiçoamento da indústria. Para João Silveira de Sousa, os criadores estavam imersos em rotina, ou seja, na repetição das mesmas práticas, na atualização do velho; eram os fazendeiros e os vaqueiros os responsáveis pelo estado de inércia da pecuária.

Começamos pelo relatório de João Silveira de Sousa e poderíamos ser questionados sobre a importância deste documento para a nossa investigação. Aparentemente o relatório cumpria apenas a obrigatoriedade de realizar a apreciação dos ramos econômicos de uma província, a apresentação do estado de desenvolvimento ou atrasamento de uma determinada atividade. No Ceará, considerações sobre a pecuária estiveram sempre presentes

²⁸ Ibidem, p. 47. N’A ordem do discurso, Michel Foucault propõe tratar o discurso não apenas como elemento de nomeação do mundo e das coisas, mas o discurso como prática fundante, criadora das coisas, instituidora de determinadas realidades sociais. O discurso como instrumento de poder, que “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit. p. 10.

²⁹ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1858, o Excellentissimo Senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma província. Ceará, Tipographia Cearense, 1858, p. 3. Optamos por manter a ortografia do relatório e o faremos sempre que transcrevermos a documentação utilizada para esta pesquisa.

³⁰ Ibidem, p. 26.

nestes documentos, uma vez que o criatório de gados, especialmente o vacum, constituía uma das mais importantes fontes de renda.³¹

Na aparente regularidade de uma fonte oficial, que seguia um modelo quase padrão para todas as províncias do império brasileiro, o elemento que merece nosso destaque é a forma de apresentação do criatório cearense, que, verdadeiramente, não se mantém constante e nos apresenta elementos que apontam para uma dispersão, uma ruptura com as maneiras de dizer a pecuária anteriormente.³² No relatório de 1858 esta maneira de nomear os métodos de criação é marcada pelas ideias de rotina, de processos rudes, de inércia, de atraso. São formas de delimitar a pecuária que serão largamente utilizadas, retomadas e multiplicadas tanto por relatórios posteriores, quanto por outras formas discursivas.

Os problemas enfrentados pelo sistema pastoril cearense passaram a ser vistos e ditos sob o signo do atraso e da ignorância, ou ainda como resultado da imprevidência dos criadores acostumados a esperar pela providência divina e pelos desígnios da natureza para sustentarem os seus gados. A permanência das mesmas técnicas de criação usadas pelos primeiros criadores atestavam o lugar em que se encontrava a pecuária cearense em relação ao progresso e à civilização. Havia um descompasso entre o “velho” modelo pastoril da província e a experiência de uma “indústria criadora” já praticada por nações modernas da

³¹ Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* de 1863 destaca a indústria criadora ou pastoril como o ramo de indústria mais importante da província, constituindo sua principal riqueza. Quanto à agricultura Thomaz Pompeo apresenta as culturas do café, algodão, da cana como os principais gêneros de exportação do Ceará. Ver: BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

³² A abundância de terras no sertão para um modelo de criação extensiva, o pouco trabalho exigido para instalação de uma fazenda de gados, a conservação da natureza em seu quase estado “primitivo”, os baixos custos do empreendimento pastoril, estes são, de maneira geral, os elementos apresentados como atrativos àqueles que se dedicavam à criação de gados no Brasil colonial, como ficou registrado pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí*: “(...) os paizes aptos para a criação de gados (...) são por onde em menos tempo se adiantão as povoações. Não ha nelles aquele horroroso trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras á força do braço, como succede nos engenhos do Brazil, nas Roças das minas, e por este mesmo Estado do Pará, e Maranhão na cultura de seus generos. Nelle pouco se muda na superficie da terra tudo se conserva quasi no seu primeiro estado. Levantada uma caza coberta pela maior parte de palha, feitos huns curraes, e introduzidos os gados, estão povoadas tres legoas de terra, e estabelecida huma fazenda”. Ver: *Roteiro do Maranhão à Goyaz pela capitania do Piauí*. In: *Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro*. Tomo LXII, parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 88.

Na segunda metade do século XIX, os elementos tomados como importantes para o sucesso da conquista dos sertões do Brasil com as marchas de gado, não constituíam mais, pelo menos no plano dos discursos, a expectativa daqueles que pensavam a pecuária como indústria comercial destinada ao mercado capitalista. A entrega do gado à natureza quase primitiva, o pouco trabalho dedicado, a simplicidade dos métodos de criação só eram indicativos de um modelo de criação atrasado. O *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí* foi publicado em 1814 no *Jornal O patriota* e também na *Revista do Instituto Histórico e geográfico brasileiro* em 1900. Ver: *O Patriota*, 1814, v.3, pp. 3-28; *Revista do IHGB*, 1900, Tomo LII, 1ª parte, pp. 60-161. Capistrano de Abreu (1988) acredita ser obra do governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e de Mato Grosso, João Pereira Caldas. Ver: ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p.140.

Europa, que pautavam sua criação animal pela utilização de estábulos, pelo cruzamento entre raças, pela seleção dos alimentos ofertados aos gados, pelo armazenamento de forragens, pela introdução da veterinária, etc.

A imagem-força do regime de criação no Ceará do século XIX foi sintetizada em 1863 por Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, no seu maior e mais importante trabalho, o *Ensaio Estatístico da província do Ceará*.³³

O systema de creação é semi-selvagem, quasi todo entregue às forças da natureza, o que obsta o maior desenvolvimento de que é esta industria susceptivel; pois os constantes prejuisos que os creadores soffrem annualmente tem por causa tal systema de creação. Além disso, demanda elle grande espaço de terreno livre para os gados vagarem, o que hoje já não é possível em rasão do crescimento da população, que vae invadindo esses espaços, como também varias ribeiras ainda estão inaproveitadas por falta d'agua segura. Portanto, ou os creadores terão de trocar o systema bravio de creação pelo estabulo de tanta vantagem na Europa, ou essa industria não fará mais progressos, ainda que quando se tenha mesmo de aproveitar os terrenos seccos, porque a população crescente il-os-ha proporcionalmente invadindo. O unico meio, pois, de fasel-a ainda centuplicar é abandonar a rotina.³⁴

Note-se que para Thomaz Pompeo o elemento indicativo do caráter selvagem do criatório da província era sua total entrega e dependência da natureza existente, o que indicava ao mesmo tempo a ausência dos cuidados e da agência humana nos direcionamentos deste ramo econômico. A falta da indústria do homem no controle dos processos naturais e, no mesmo sentido, a sua proximidade com o meio inteiramente natural, em estado puramente “selvagem”, constituíam para Thomaz Pompeo a mais flagrante certeza do afastamento de sua terra natal da civilização, pois a emancipação do homem em relação ao meio ambiente natural era encarada como indicativa de progresso.

Observações e críticas ao modelo de criação do Ceará já vinham sendo discutidas por Thomaz Pompeo mesmo antes da publicação do *Ensaio Estatístico*. Em 1857, nas páginas do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* (OAIN), ele publicou o texto *Estado da agricultura e da industria no fim do anno de 1856 na província do Ceará*, uma espécie de diagnóstico dos ramos econômicos da província. Em sua análise da indústria criadora, que representava a “principal riqueza”, Thomaz Pompeo apontava para o estado de “atraso” e para o pouco ou quase nenhum desenvolvimento desta atividade, que nas suas palavras ainda

³³ Melquíades Pinto Paiva afirma que o Ensaio Estatístico da Província do Ceará foi a “obra maior do senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, tanto em volume como em conteúdo, sendo mesmo uma verdadeira enciclopédia sobre o Ceará dos meados do século XIX”. Ver: PAIVA, Melquíades Pinto. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 115.

³⁴ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da província do Ceará*. Op. cit. p. 380.

permanecia a mesma do período colonial. “Cria-se ainda hoje do mesmo modo que os primeiros colonos”.³⁵

É significativa a utilização que fez Thomaz Pompeo das páginas do jornal O Auxiliador da Indústria Nacional como veículo de propagação de suas teses sobre os problemas enfrentados pelas atividades pastoris cearenses. O periódico pertencia à *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)*,³⁶ fundada em 1827. A sociedade fora criada para servir de apoio às indústrias nacionais, patrocinando a publicação de memórias, fornecendo subsídios literários e técnicos aos agricultores e criadores brasileiros, publicando manuais de agricultura, fornecendo até mesmo sementes e máquinas. Solicitava dos governos provinciais por meio de ofícios e circulares a investigação do estado das produções de suas regiões, incentivava a instalação de novas técnicas e métodos agropastoris.

Por meio do jornal, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil não somente expunha nacionalmente as dificuldades da pecuária cearense e reclamava mecanismos para fazê-la progredir, mas também utilizava o periódico como via para inserir-se nas discussões acerca do melhoramento da economia nacional, de integrar o grupo de intelectuais preocupados com os entraves da indústria brasileira, reunidos em torno da SAIN. No escopo da escrita de Thomaz Pompeo também estava a tentativa de inserir-se socialmente como intelectual reconhecido, visto que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional congregava os nomes de políticos mais importantes da época.³⁷

É também digno de nota que o artigo de Thomaz Pompeo apareça nas páginas do periódico da SAIN compondo a série “Industria Nacional”, que apresentava o diagnóstico dos

³⁵ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Estado da agricultura e da industria no fim do anno de 1856 na província do Ceará*. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1857, N. 7, 341.

³⁶A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi idealizada por Ignacio Alvares Pinto de Almeida em 1816, que somente em 1820 conseguiu publicar um artigo tratando da conveniência de uma subscrição para se importarem “máquinas rurais e fabris, ou seus modelos”. Em 1825, Ignacio Pinto conseguiu a aprovação dos estatutos da Sociedade e em 18 de outubro de 1827 foi instalada na corte a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Ver: AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual reinado*. In: RIHGB, v. 71, 1885, pp. 282-286. Maria Odila Leite da Silva Dias considera que a SAIN encarnou os ideais dos ilustrados brasileiros do fim do século XVIII, ao adotarem uma mentalidade marcada pela valorização dos conhecimentos práticos, pelo culto às ciências, como formas de promover reformas, especialmente no campo da agricultura. Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 117-118. Imbuída do espírito iluminista, a SAIN “se propunha incentivar o progresso e o desenvolvimento do Brasil”, além de constituir-se em importante instrumento das políticas de centralização do Estado, destinada a pensar projetos de integração das diferentes regiões do país e a efetivar a existência de uma totalidade ‘Brasil’. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1988, p. 8.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Op. cit. p. 52.

ramos produtivos das províncias brasileiras e dava a conhecer o estado industrial do país como um todo. O conhecimento do estado econômico das partes afastadas do Brasil representava ao mesmo tempo o esforço de conhecer a própria economia nacional. Assim, as informações de Thomaz Pompeo cumpriam a tarefa de integração do Ceará ao nacional, uma vez que a nação brasileira, para além da unidade territorial, também se constituiria pela integração de suas bases econômicas.

Na situação econômica do Ceará resumida por Thomaz Pompeo a agricultura ainda na infância, concentrava-se nas plantações de mandioca, algodão, café, fumo e cana de açúcar; a indústria fabril, “pricipiante e tosca”, resumia-se nos couros de gados curtidos, na produção da carne seca e de alguns queijos; e a pecuária ainda conservava-se em seu “estado selvagem”, onde a mão industriosa do homem ainda não tocara e revelava a condição maior de um país “onde muitas cousas das nações civilizadas ainda estão por crear-se.”³⁸

A *pecuária semi-selvagem* servia, portanto, como expressão de um país ainda não civilizado, entregue completamente àquilo que a sua natureza lhe conferiu. Ela servia como signo de um dos polos da oposição fortemente presente nas representações do Brasil do século XIX, marcadas pelas categorias da *barbárie* versus *civilização*.³⁹ Esta sendo pensada como própria das nações afastadas do mundo natural, ou menos dependentes da natureza, porque a dominam e submetem-na; enquanto a barbárie expressava-se pelos espaços em que homem e natureza se confundem, onde a humanidade ainda não conseguiu domar os elementos do meio ambiente, conservados ainda em estado primevo.

No século XIX, mormente a partir da década de 1830, a constatação de que todos os ramos econômicos do Brasil estavam estagnados, principalmente a agricultura, passou a ocupar os discursos de inúmeros sujeitos ligados ao governo imperial e comprometidos com a consolidação da monarquia. A fraseologia do atraso e da rotina tornou-se mesmo um forte mecanismo para chamar a atenção das elites imperiais para os problemas enfrentados pelas indústrias nacionais.

A criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), em 1827, a publicação do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (OAIN), a partir de 1833, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, foram iniciativas que tiveram

³⁸ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Estado da agricultura e da industria no fim do anno de 1856 na província do Ceará*. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1857, N. 7, 323.

³⁹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2004, p. 24.

na base de suas fundações a constatação do atraso da economia e a necessidade de colocar a nação no rumo das nações ditas civilizadas.

Estava em jogo, ao mesmo tempo, um projeto de construção da nação, expresso pela necessidade de forjar uma história nacional, demarcar os limites territoriais do Brasil, gerar um sentimento nacional pela unificação do território e de suas populações dispersas. Importava “dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso”.⁴⁰

A ideologia do progresso foi expressa pelo presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Francisco Cordeiro da Silva Torres, no discurso proferido na sessão de 2 de julho de 1832.

Já fortes em theoria, he tempos Srs., de meditarmos nos meios praticos para obter tudo, que nos faz tão grandes e tão visivel falta. Este imperio, que a natureza nos apresentara rustico, precisa de ornatos de civilização; os tijupares de pindoba devem tornar-se em elegantes e commodas habitações; os matos embrenhados, em fazendas de uma cultura perfeita; os rios empecidos, em canaes de franca navegação; as apenas praticaveis veredas, em faceis e seguras estradas; os toscos teares, em machinas perfeitissimas, em fim he nosso dever, quanto esteja de nossa parte, enfeitar o que achamos gentil, he verdade, porem meio nu e desalinhado.⁴¹

Para Francisco Cordeiro da Silva Torres e muitos dos seus colegas associados à SAIN, somente os *ornatos da civilização*, expressos nos melhoramentos materiais, no domínio do mundo natural, na introdução de máquinas e técnicas modernas, poderiam mudar o estado de atraso da nação brasileira e colocá-la na marcha do progresso. Este pensamento progressista, que reivindicava reformas na economia rústica, sobretudo nas atividades agrárias, espalhou-se por todo o território brasileiro, realizando um diagnóstico da indústria nacional, revelando o seu atraso e apontando os meios para o desenvolvimento econômico.

A pecuária cearense não escapou a este movimento que tinha por missão revelar o estado econômico do país, bem como demonstrar o grau de afastamento ou proximidade do Brasil em relação às nações consideradas modernas e civilizadas. O lugar e a importância da pecuária no Brasil pós-independência esteve marcado pela polarização entre as categorias do atraso e da modernização, que separava as opiniões otimistas quanto ao papel desta atividade

⁴⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1988, p.8.

⁴¹ TORRES, Francisco Cordeiro da Silva. Discurso pronunciado pelo presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em sessão de 2 de julho de 1832. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1833, Nº 1, pp. 12-13.

como elemento de fomento da indústria nacional, daquelas que não viam na pecuária possibilidades de contribuição aos progressos do país.

Em 1839, no Rio de Janeiro, foi publicado o *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay. Esta obra, segundo as justificativas do seu autor, buscava “oferecer aos cidadãos dedicados à arte sustentadora do gênero humano um fio por onde saíssem a salvo o labirinto de prejuízos e trevas em que a agricultura jaz sepultada”.⁴² A arte sustentadora era a agricultura⁴³, que era encarada como atividade verdadeiramente civilizatória e responsável pelo enriquecimento dos povos.

Para Carlos Augusto Taunay, “entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil”.⁴⁴ O país apresentava todas as condições necessárias para o incremento das atividades agrárias: as terras abundantes, climas amenos, a grande oferta de água e de matas, estavam entre os atrativos da natureza brasileira para o empreendimento agrário. Mas, mesmo diante de tanta uberdade, que poderia ser transformada em progresso econômico, a constatação de Taunay era a de que o país encontrava-se em vergonhoso atraso.

Mas se do prospecto consolador das futuras probabilidades passarmos à indagação do que atualmente existe, então a cena muda, e somente oferece aos olhos do observador o triste quadro do mais vergonhoso atrasamento. (...) No Brasil, dizemos, onde a esfera que a agricultura abrange não conhece limites, o seu exercício e direção são quase sempre abandonados à classe mais grosseira e incapaz, à dos peões, desertores e marujos, donde saem os feitores, os quais suprem a experiência, luzes e arte de mandar, por uma cega e supersticiosa rotina, e pela brutalidade.⁴⁵

O que faltava ao país para reverter este quadro de “atrasamento” da agricultura, ainda na “infância”, eram melhoramentos técnicos, o emprego de máquinas como o arado, a abertura de estradas e canais, a produção e distribuição de manuais de agricultura entre os fazendeiros, a criação de escolas de agricultura nas províncias brasileiras, a promoção de

⁴² TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Op. cit., p. 41.

⁴³ Deve-se considerar aqui, a influência da escola dos fisiocratas, sobretudo a partir de François Quesnay, para quem “apenas a agricultura gera riqueza e progresso”. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 245. Analisando a tradição de pensadores brasileiros que, desde o final do século XVIII começaram a preocupar-se com os destinos da natureza, especialmente por seu valor político e econômico, José Augusto Pádua destaca a influência do viés fisiocrata sobre o pensamento dos críticos ambientais brasileiros, mormente pela preferência quase unânime por um modelo rural de progresso. Distante da defesa de uma certa “vocalização agrícola”, o que alimentou o pensamento desta tradição ambiental foi a defesa de um desenvolvimento rural modernizado, “inclusive com a introdução de máquinas e produtos químicos”; uma agricultura modernizada que constituía “o caminho mais direto para a salvação do território e para a construção de um país efetivamente civilizado”. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004, pp. 19-20.

⁴⁴ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Op. cit., p. 33.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 35.

prêmios e medalhas aos agricultores que contribuíssem para o desenvolvimento da economia rural. Taunay termina sua introdução do *Manual do Agricultor Brasileiro* destacando que “se puder convencer os que governam e os que se entregam à agricultura da necessidade de procurar novas luzes e seguir nova marcha, terá obtido o fim que aspira”.⁴⁶

Se a agricultura ocupa na obra de Carlos Augusto Taunay lugar central como fonte de riqueza e possibilidade de civilização do Brasil, é muito importante analisar a maneira como o autor descreve a pecuária e as expectativas que guarda em relação a ela.

Este ramo de produção ainda se acha no Brasil na sua mais primitiva simplicidade, e não há nem motivo, nem possibilidade de o melhorar (...) Portanto nosso manual de pouco servirá para homens que por tradição e prática sabem perfeitamente todas as obrigações da sua profissão. Eles não precisam teoria para ferrar uma fazenda, moquear a carne, sarar uma bicheira, caçar as onças e tigres, conduzir uma tropa, empregar os couros para seus utensílios e vestimenta, e preparar os laticínios. Durante largos anos estes conhecimentos práticos lhes bastaram; *somente quando a população e agricultura invadirem as vastas solidões hoje abandonadas à criação do gado, ao mesmo tempo que exigirão maior porção de animais para o trabalho ou a comida, é que a arte do criador de gado poderá se modificar e complicar.*⁴⁷

Vale destacar no discurso de Taunay o fato de ele ser profundamente pessimista em relação às possibilidades de uso da pecuária como atividade civilizadora. Para ele, a tradição caracterizava os processos pastoris; estes eram marcados por técnicas e relações de trabalho herdadas do passado colonial e não correspondiam mais às expectativas futuras do país que se propunha moderno pelas vias da agricultura.

Para Taunay, a pecuária que sempre esteve em seu estado primitivo, não podia participar, ou não podia contribuir para a construção da modernidade brasileira; a ela não se podia confiar a inserção do país no curso das mudanças que indicariam a emergência de um novo tempo, a “nova marcha” a caminho de um devir melhorado. Carregada de tempo e de mudança, somente a agricultura poderia expressar a entrada do Brasil nos destinos do progresso. À pecuária, Taunay reservou o status de atividade primitiva e rotineira, relegada a um passado do qual se pretendia distanciar.

Outro aspecto que deve ser ressaltado nas palavras de Taunay é a forma como ele apresenta os espaços reservados à atividade criadora no Brasil. Sua caracterização das “vastas solidões abandonadas à criação de gados” é indicativa de um tipo de visibilidade em relação aos sertões do Brasil que o identificaram como um grande deserto, um espaço desconhecido,

⁴⁶ Ibidem, p. 40.

⁴⁷ Ibidem, p. 256-257. (Grifos meus).

marcado pela natureza bruta, e habitado apenas por homens e animais indômitos. O sertão é lugar onde a civilização ainda não penetrou, é o seu avesso. O sertão rude era indicativo da grande obra civilizatória a ser empreendida pela nação brasileira, que deveria descortiná-lo, domar sua natureza e suas gentes.

Deve-se ressaltar que esta forma de enfeixar o sertão e que foi largamente utilizada no século XIX teve suas bases de formação no período colonial, momento em que os sertões serviam para designar os espaços ainda desconhecidos do Brasil. Como destacou Janaína Amado, o sertão

designava não apenas os espaços interiores da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.⁴⁸

No *Manual* de Carlos Augusto Taunay a obra de civilização dos sertões não seria, certamente, realizada pela pecuária, que se mantinha presa à tradição e aos conhecimentos práticos. Pecuária que parecia mais difícil de civilizar dada a dispersão dos gados e também dos homens; atividade que guardava aspectos do nomadismo.⁴⁹

É importante destacar que este tipo de pensamento em relação à atividade pecuária no Brasil foi reforçado largamente pela historiografia e passou mesmo a servir de síntese do modelo pastoril desenvolvido entre nós. Nelson Werneck Sodré, escrevendo o *Panorama do Segundo Império* apresenta o regime pastoril pela ótica da independência e da incompatibilidade desta atividade com as leis, além de reforçar a ideia da permanência dos mesmos padrões de organização dos tempos coloniais.

No nordeste da caatinga, do sertão, dos vales dos rios agrestes, o aspecto era diverso. Mas havia as mesmas condições de autonomia. As mesmas características de aversão ao centro. Talvez mesmo sobrevivências coloniais, dos tempos em que os rebanhos desceram para o sertão bruto e remontaram o vale do São Francisco, na fuga à autoridade lusitana do litoral, em busca dessa liberdade por que ansiavam, não tomada essa liberdade no conceito em que a temos, no nosso tempo, mas num conceito mais vulgar, mais terra-a-terra, de subtração ao domínio da autoridade que cobrava os impostos e que impunha contribuições.⁵⁰

Tomando a própria forma de organização da pecuária no Brasil como justificativa para a impossibilidade de sua submissão à ordem imperial, Nelson Werneck Sodré reforça o

⁴⁸ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, 1995, p. 148-149.

⁴⁹ Taunay chegou a comparar o modelo de criação praticado no Brasil à prática “de todos os povos pastores, desde os tempos de Abraão até os nossos dias”. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Op. cit., p. 256.

⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Grafia, 1998, p. 225.

caráter móvel do regime pastoril, a sua incapacidade de adequação às normas estabelecidas pelo império e justifica o fato de terem as populações ocupadas com o gado ficado à margem do processo político e avessas ao poder central, razão porque a obra desta integração ainda estivesse por fazer.⁵¹

Contudo, a produção de discursos em torno da modernização da pecuária cearense no século XIX, que passa a ser designada como “indústria pastoril ou criadora”,⁵² bem como a elaboração de propostas de modificações técnicas nas formas de criar os gados, ou nas relações estabelecidas com os recursos naturais da província; ou ainda os apelos à produção e comercialização de gêneros derivados do criatório, como a manteiga, o queijo, as lãs, etc., são indicativos de uma tentativa de inserção da pecuária nos destinos do progresso almejado pelo país e propagandeado por instituições como a SAIN, o IHGB, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

A efetivação desta inserção não poderia ser realizada sem que antes não se definisse o estado de desenvolvimento da pecuária. Era necessário, portanto, determinar-lhe as suas características, o seu grau de proximidade ou distanciamento em relação ao progresso e à moderna indústria pastoril já praticada em países da Europa, por exemplo. O diagnóstico produzido, sobretudo por presidentes provinciais foi o da precariedade e do atraso, inserindo o criatório cearense numa rede discursiva de defasagem que não era exclusiva da província do Ceará e da pecuária, mas de todas as atividades industriais do país.

Na fala com a qual abriu a sessão legislativa de 01 de novembro de 1878, o presidente da província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, recorreu ao discurso do atraso para tratar dos problemas enfrentados pela indústria criadora, dificuldades que foram agravadas pelas secas ocorridas entre os anos 1877 e 1878.

Sem receio de exageração pode-se afirmar que a secca de 1877 a 1878 extinguiu 70% de todo o gado.

O atraso da industria pastoril, não menos de que a falta de chuvas, concorreu para este funesto resultado.

Os gados são criados à lei da natureza, soltos nos campos, confiados à mercê da providencia divina, e a fé publica; não ha estabulação; não se prepara o feno; nenhum abrigo contra as intemperies, nenhuma defesa contra os abactores. Alguns curraes, em que se faz a ordenha durante o inverno, um cercado, em que se

⁵¹ Ibidem, p. 227.

⁵² Thomaz Pompeo de Sousa Brasil utiliza estes termos para introduzir suas considerações acerca da pecuária cearense no seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Também nos relatórios de presidente de província, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, a atividade criadora é tratada como indústria, tais como a agricultura e a indústria fabril.

conservam algumas pastagens, e a aguada, constituem, em geral as benfeitorias de uma fazenda de criação.

Se muitos fazendeiros tem compreendido a grande conveniencia da construção de açudes, raríssimos lhes tem dado as convenientes proporções para guardar agua, e alimentar a lavoura por mais anno, faltando as chuvas. As raças são muito limitadas, e as forragens que delas resultam, ficando expostas ao sol, ao vento e a chuva, perdem as suas propriedades nutrientes, e são afinal mais estragadas do que aproveitadas, pelos animais que soltam dentro dos cercados.

A administração das fazendas é entregue a homens ignorantes dos preceitos da industria, e muito mal retribuidos. Ordinariamente se occupam em percorrer os campos, amansar os animais, fazer alguns queijos durante o inverno, pegar as reses destinadas à venda. Enquanto o gado não começa a cahir de nanição, nos annos em que tardam as chuvas, nenhum cuidado se presta á sua alimentação; antes de arrebanhado para receber um tracto muito tardio, a fome, a sede, o furto o tem dizimado.⁵³

Note-se o esforço que fez o presidente para apresentar uma atividade pastoril imersa num verdadeiro caos, um *funesto resultado*, que encontrava suas causas em fatores naturais, como a escassez de chuvas, mas, sobretudo, na desorganização do regime de criação, na entrega do gado à providência divina, na inexistência de currais adequados, na limitação das raças, na má conservação das forragens, no despreparo dos vaqueiros “ignorantes”, nas epizootias, etc. Ao evidenciar este rol de problemas que envolviam o criatório cearense, o presidente reforçava o “atraso” deste ramo, recorrendo à mesma retórica já posta por outras vozes, atualizando sempre a existência de um descompasso.

É significativo que esta apreciação longa e negativa do presidente José Júlio de Albuquerque Barros tenha sido produzida após um período estiagem que se tornou um marco no entendimento da seca como problema social e marcada pelas imagens da fome, da miséria, da dispersão da mão-de-obra, da corrupção, das invasões às cidades, dos saques, das migrações.⁵⁴ A ocorrência da seca serviu para explicitar e tornar mais urgentes o problema do “atraso da indústria pastoril”, que o presidente provincial já encarava como evidente.

Note-se que o presidente faz questão de evidenciar que o quadro funesto da província, que resultou na morte de 70% dos seus rebanhos, não era consequência exclusiva das condições climáticas da região, mas também resultado de uma organização da atividade pastoril que prescindia do zelo e da indústria humana, que tudo esperava da natureza e da providência divina. Ressalte-se a ausência no regime pastoril dos estábulos, da preparação do

⁵³ Falla com que o ex.mo. sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879, p. 20.

⁵⁴ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 80.

feno, da construção de açudes, do armazenamento de forragens, de pessoas especializadas na criação de animais.

Outrossim, na segunda metade do século XIX a oferta de terras e recursos naturais necessários à sustentação dos gados já não era mais a mesma encontrada nos tempos da ocupação do território cearense no final do século XVII. A ocupação das chamadas terras de criar pela produção comercial do algodão, sobretudo para atender o mercado norte-americano no contexto da Guerra de Secessão nos EUA, acabou por inviabilizar a transferência dos gados para áreas mais frescas do Ceará em tempos de seca.⁵⁵ O “fechamento” das terras destinadas às “retiradas” dos homens e de gados em tempos de estiagem contribuiu, sobremaneira, para aumentar as dificuldades de manutenção dos mesmos padrões técnicos da pecuária, tornando a seca em problema social e evidenciando o “atraso” da pecuária.

Não somente a seca ganha novos contornos a partir da segunda metade do século XIX, quando deixa de ser encarada exclusivamente como fator climático e natural, para ser pensada como questão de ordem social. O regime de criação do Ceará também será enfeixado sob novos aspectos, sob novas formas de visibilidade marcadas principalmente por uma defasagem que a colocava em posição de atraso, inserindo-a entre um passado e futuro. O elemento que constitui o novo das visibilidades em torno da pecuária compõe-se de um forte apelo temporal em direção ao futuro impregnado de progresso.

Críticas e propostas de mudanças nas formas de organizar os rebanhos cearenses e incrementar as rendas provinciais já tinham sido propostas desde o início do século XIX, ainda estando o Brasil vinculado politicamente a Portugal. Vale destacar, por exemplo, as observações e proposições sobre a produção e comercialização das lãs e o incremento da criação de cabras e ovelhas no Ceará, elaboradas pelo naturalista João da Silva Feijó⁵⁶ em 1811, na *Memória sobre a raça do gado lanígero da capitania do Ceará*.

⁵⁵ Ibidem, p. 79.

⁵⁶ João da Silva Feijó chegou à Província do Ceará em 1799 a serviço da Coroa portuguesa. Feijó era natural do Rio de Janeiro e formou-se em Engenharia e Ciências Naturais pela Universidade de Coimbra. No Ceará, Silva Feijó ocupou o cargo de naturalista e sargento-mor e segundo Antônio José Alves de Oliveira, estava “incumbido pela Coroa de observar, descrever e relatar as possíveis riquezas naturais que por ventura encontrasse na região”. (OLIVEIRA, 2014, p. 145). João da Silva Feijó permaneceu no Ceará durante 17 anos e durante este período realizou uma série escritos sobre o caráter econômico e social da Província, sempre preocupado com a natureza cearense, que deveria desvendar por meio das lentes da ciência. Ver: OLIVEIRA, Antônio José Alves de. *João da Silva Feijó e os dilatados Sertões: Pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará. (1799-1816)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

João da Silva Feijó pertenceu à geração de ilustrados brasileiros, que foram formados em instituições europeias no final do século XVIII, e que teve como característica especial a preocupação com os progressos materiais da colônia e o pragmatismo das ideias voltadas para o incremento das atividades produtivas coloniais, mormente aquelas ligadas à agricultura, ao comércio, à indústria. Nos dizeres de Maria Odila Leite da Silva Dias, estes homens procuravam ser úteis, aproveitando as ‘luzes’ para realizarem modificações práticas, principalmente na agricultura, considerada a Mãe do gênero humano.⁵⁷

Cumprindo a missão de descortinar para a corte portuguesa as riquezas escondidas nos rincões da capitania do Ceará, de revelar os tesouros escondidos na natureza ainda “incógnita”, e, sobretudo, encontrar meios de alavancar a economia de Portugal, Silva Feijó elaborou várias memórias acerca da capitania, documentos em que apresenta não somente suas observações do mundo natural, a geologia, a mineralogia, o clima, a vegetação, a fauna, mas também impressões sobre a cultura e os costumes dos habitantes da região. Assim, por meio de sua escrita, Silva Feijó elabora uma imagem da capitania para a coroa, circunscreve suas fronteiras por meio de mapas e revela o potencial das riquezas a serem exploradas.⁵⁸ As memórias cumpriam ao mesmo tempo a tarefa de indicar caminhos e propostas práticas para o incremento das atividades produtivas.

Precisamente em *Memória econômica sobre a raça do gado lanígero da Capitania do Ceará*, Silva Feijó volta-se para a participação da pecuária no desenvolvimento econômico e político da capitania e da contribuição dessa atividade para o aumento das rendas da coroa portuguesa. É importante destacar que a maior preocupação de Silva Feijó, nesta obra, é o desenvolvimento da criação de ovelhas e da indústria da lã, além de versar sobre e o incremento das relações do Ceará com o comércio internacional. O discurso de Feijó é otimista em relação às potencialidades da pecuária e da natureza cearense.

He pois indubitável, que esta sorte de animais se criam, e prosperão felizmente por todo o Brazil; com tudo, em nenhuma das suas diversas Capitánias se encontra huma qualidade de lã tão bela, tão superior, como na do Ceará, uma das do Norte deste immenso Estado, e onde a actual, e abundantissima produção, e exportação de seu excellente algodão para a Europa principia já a elevalla à hum ponto de riqueza em que progressivamente se observa, e admira a dez anos a esta parte; esta Capitania pois do Ceará pode fazer-se ainda mais consideravel, pelo artigo das lãs, que ali dão

⁵⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 45-46.

⁵⁸ OLIVEIRA, Antônio José Alves de. Ponderadas minas e vegetais: João da Silva Feijó e as investigações filosóficas na capitania do Ceará. In: FUNES, Eurípedes, RIOS Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; NETO, Emy Falcão Maia. (Orgs). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 36.

as suas quase selvagens ovelhas, cuja cultura e tratamento são de todo entregues ao cuidado da próspera Natureza.⁵⁹

A exaltação da qualidade das lãs produzidas pelos rebanhos cearenses, o que poderia ser motivo de grande impulso ao comércio desta capitania com o mercado externo, é contrastada pelas formas de criar as ovelhas, conservadas em estado quase selvagem e totalmente dependentes da natureza. Com isso, Silva Feijó chamava a atenção para a necessidade de introduzir modificações no criatório ovelhum, objetivo para o qual propusera esta *Memória*, que consistia em um manual de como deveria ser realizada a alimentação dos animais, a tosquia das lãs, o cruzamento das espécies, a escolha da melhor qualidade de lãs, a seleção dos melhores terrenos e climas adequados à criação.

Apesar de evidenciar a negligência dos criadores cearenses nesta importante “Arte pastoril”⁶⁰ e de criticar a liberdade e o pouco ou quase nenhum cuidado com os rebanhos de gados miúdos, que pastavam livremente à mercê do meio ambiente, deve-se ressaltar que as observações de João da Silva Feijó não são construídas a partir da fraseologia do atraso e também não sugerem uma dívida ou uma defasagem do regime pastoril cearense. Sua escrita compõe-se muito mais de uma tentativa de promover melhoramentos na economia local, de realizar ensinamentos práticos ainda desconhecidos pelos criadores da capitania, e de

apontar-lhes os princípios e regras geraes della, a fim de não só de saberem formar bons rebanhos de escolhido gado, de os conduzir, e tractar para terem huma melhor raça de ovelhas, e de huma muito superior qualidade de lã, como de se conduzirem nas tosquias, a aproveitamento das mesmas lãs.⁶¹

Não se observa, portanto, nesta *Memória sobre a raça do gado lanígero*, a recorrência às categorias do *atraso* versus *civilização* e *progresso*, elementos presentes nas críticas que serão produzidas posteriormente, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. A emergência desta nova forma de dizer a pecuária, sob o signo da rotina e do atraso, parece ser própria de um Brasil posterior à Independência, que se viu em descompasso tanto no plano político, quanto no plano econômico e social, se comparado às nações modernas da Europa. Uma nação em construção que começava a experimentar um novo tempo, tempo identificado com o progresso; uma jovem nação que estava destinada a ser não mais a

⁵⁹ FEIJÓ, João da Silva. *Memória econômica sobre a raça do Gado Lanígero da Capitania do Ceará, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios ruraes, aperfeiçoar a espécie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade geral do commercio do Brazil, e prosperidade da mesma Capitania, escripta e offerecida ao príncipe regente nosso senhor pelo tenente coronel João da Silva Feijó, naturalista da mesma Capitania, e sócio correspondente da Real Academia das Ciências de Lisboa*. Rio de Janeiro: Na impressão Régia, 1811, p. XII.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 6.

⁶¹ *Ibidem*, pp. 6-7.

repetição do passado colonial (cada vez mais identificado como atraso) e a atualização das velhas formas, mas a possibilidade de produção de um devir completamente diverso e melhor.

A este respeito, Valdei Lopes de Araújo destaca que a Independência brasileira acabou por promover uma ruptura nas formas de ver o passado colonial e uma nova experiência de tempo. O passado perde seu caráter normativo, deixa de lançar luz sobre o presente e o futuro. A partir de então não cabia mais a nação brasileira repetir o passado e tomá-lo como modelo. Também o Brasil não deveria atualizar a experiência portuguesa, que a partir de então é tomada como entrave aos destinos do progresso que a nação deveria trilhar. Diz-nos Valdei Lopes de Araújo,

Entretanto, os caminhos trilhados pelo Brasil após a Independência pareciam desqualificar a via 'regeneradora'. O tempo não podia mais ser experimentado como uma dimensão universal, produtora de um repertório limitado de tipos. Na medida em que a nova nação não repetia apenas o velho Portugal – cada vez mais excluído do progresso moderno, e mesmo identificado com o atraso –, o tempo passava a ser experimentado como produtor de diferenças e singularidade. (...) Os brasileiros não podiam contentar-se em ser apenas os portugueses do Brasil; por isso, a busca de novas formas de construção de identidade coletiva.⁶²

É neste movimento de transformações nas formas de encarar o passado colonial e de definir o seu status para a nação recém-emancipada, que podemos ver emergir a construção discursiva que denominou a experiência pastoril cearense pela via do atraso. Aí também encontra-se a crítica à permanência das “velhas” formas de organização pretéritas, tomadas como entraves à modernização e ao progresso deste ramo tão importante da província. É aí que se encontra a condição de possibilidade para a construção do discurso de obsolescência da indústria criadora, que no dizer dos seus críticos ainda era a mesma do passado colonial, não somente nas práticas, mas também na própria existência dos gados, que “desde a era de sua introdução, era coêva da colonização da província, ainda não foram renovadas pelo cruzamento”.⁶³

O enquadramento da atividade pastoril sob a ótica do atraso também não estava presente nas observações feitas por Carlos Augusto Taunay, quando da publicação de seu *Manual do Agricultor do Brasileiro*, em 1839. Seu aparente pessimismo em relação a este ramo de produção ainda marcado por uma “primitiva simplicidade”, era muito mais uma

⁶² ARAÚJO, Valdei Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008, p. 186.

⁶³ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Comp., 1864, p. 51.

expressão de uma visão fisiocrática, confiante apenas na agricultura como via de engrandecimento dos povos. O que não o impediu de indicar o quão eficaz seria a criação de animais domésticos para os habitantes dos sertões do Brasil.⁶⁴

Taunay definiu a criação de animais domésticos do Brasil como sendo tributária de uma herança colonial, de conhecimentos práticos que sempre bastaram aos criadores e aos vaqueiros; saberes que continuavam a ser atualizados e que eram suficientes para um tipo de atividade que se prestava muito mais ao consumo interno, à subsistência dos homens espalhados pelos sertões do país. Ao que nos parece, a insistência do passado sobre o regime de criação não configurava um problema para Taunay. Seu olhar sobre esta permanência das formas pretéritas não estava ainda carregado daquela negatividade tão própria das críticas posteriores, que passam a indicar uma nova forma de encarar o passado, paulatinamente visto como signo de rotina, de atraso e de defasagem.

Na segunda metade do século XIX a ideia da precariedade da indústria pastoril cearense foi fortalecida pela autoridade dos sábios cientistas da Comissão Científica de Exploração,⁶⁵ que desembarcou na costa do Ceará em 1859. A concepção desta comissão foi obra dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que na década de 1850 discutiam a necessidade da realização de uma expedição exploradora, formada por brasileiros, que deveriam adentrar o interior do país em direção às províncias menos conhecidas. O propósito inicial desta comissão ficou registrado na fala de Manuel Ferreira Lagos, na sessão do IHGB de 30 de maio de 1856.

Propomos que o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro se dirija ao governo imperial pedindo-lhe haja de nomear uma commissão de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar algumas da províncias menos conhecidas do Brazil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional huma colleção de productos

⁶⁴ A raça arábica daria-se a nosso ver, maravilhosamente bem nos sertões secos de Goiás, Ceará, Piauí, &c. As campinas oferecem neles gratuitamente aquilo que, só por um milagre da arte, os ingleses puderam obter na sua ilha úmida, a saber, pastos de capim fininho e raro em terrenos calcários e areentos. Cá resta-nos a fazer, para obter resultados superiores, aquilo que para eles era mais fácil, quero dizer, adquirir os chefes dos rebanhos, e espalhar entre os peões as sãs doutrinas. O Brasil, favorecido acima de quantas regiões tem o globo, na sua capacidade vegetal, não o está menos relativamente às espécies animais que pode aproveitar. Não existe nenhuma casta de animais domésticos que não possa propagar aqui, e nenhuma há que não mereça ser naturalizada, à exceção da dos elefantes, que mais servem para a magnificência do que para o lucro, e cujos serviços não equiparam o importe da sua compra e sustento. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Op. Cit., p. 263.

⁶⁵ Sobre a Comissão Científica de Exploração, ver: BRAGA, Renato: *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004; SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará investigado: A Comissão Científica de 1859*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011; KURY, Lorelai. (Org.). *Comissão Científica do Império 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009.

dos reinos orgânico e inorgânico, e de tudo que possa servir de prova do estado de civilização, industria, usos e costumes de nossos indígenas.⁶⁶

Em 1859, como resposta a proposta de Manuel Ferreira Lagos, a Comissão Científica de Exploração formada e patrocinada pelo governo imperial chegava ao Ceará. Dividida em cinco seções, (Botânica, Geológica e Mineralógica, Zoológica, Astronômica e Geográfica, Etnográfica e Narrativa de viagem), para as quais foram denominados como chefes os homens mais habilitados, “figuras de primeira plana do quadro intelectual da corte”,⁶⁷ a Comissão expressava os interesses de parte da intelectualidade brasileira, bem como do monarca, de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas e promover a sua imersão nos caminhos da ciência.

Renato Braga destaca que o incentivo do imperador Pedro II para a organização da Comissão Científica talvez expressasse seu desejo de equiparar-se aos monarcas europeus, que patrocinavam viagens exploratórias a lugares distantes, a fim de perscrutar as riquezas naturais; ou, talvez se tratasse de simples amor à ciência.⁶⁸ Para além das intenções de Pedro II, importa ressaltar que a Comissão Científica do Império tornou-se a primeira expedição científica brasileira.

Cabia aos seus membros, munidos de um olhar perscrutador, esquadrihar o território, descortinar as riquezas naturais, mormente os minerais preciosos, e tudo mais que pudesse servir para o engrandecimento econômico e político da nação e de impulso às indústrias brasileiras. O objetivo era desvelar os tesouros escondidos nos rincões do Brasil, daí a escolha das localidades menos conhecidas, como o Ceará, para o ponto de partida dos estudos exploratórios.

Kênia Sousa Rios destaca que a vinda da Comissão para o Ceará marca a definitiva integração da província ao projeto de construção da nação.⁶⁹ Esta integração do Ceará ao nacional se daria, portanto, pelo esquadrihamento de sua natureza, do mapeamento de seu território, da verificação das potencialidades dos sertões.

A presença de sábios cientistas, com suas lentes, livros e instrumentos técnicos nas terras cearenses foi fundamental na definição do lugar em que se encontrava o Ceará no plano das sociedades civilizadas. Definir o estágio de civilização ou de barbárie a que estavam submetidos os povos também constituía o escopo dos trabalhos exploratórios.

⁶⁶ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Op. cit. pp. 19-20.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 27.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁹ RIOS, Kênia Sousa. A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: CAPANEMA, Guilherme S. de; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 11.

A pecuária cearense não escapou aos olhares treinados dos cientistas da Comissão, que produziram muitas impressões sobre os modos de criação, a relação da atividade pastoril com os recursos naturais da província, sobre os problemas enfrentados pela criação, bem como sobre modificações técnicas na indústria pastoril. A fraseologia do atraso também foi a estratégia utilizada pelos científicos, como eram denominados os membros da Comissão, para tratar do ramo de criação da província.

Vale a pena destacar a apreciação que fez Manuel Ferreira Lagos no seu *Relatório da Seção Zoológica*.

Sendo o Ceará uma província cujo ramo mais importante de indústria consiste na criação do gado, é de lastimar que ainda ali esteja tão atrasada a Zootecnia, conhecimento dos animais aplicado às necessidades do homem; ciência que nos ensina os meios de criar, conservar, multiplicar, melhorar e utilizar os animais domésticos, apropriando-os melhor a seu destino especial, tirando deles o maior número de serviços e proveitos.⁷⁰

Note-se que para Lagos o atraso da indústria de criação de gados residia justamente pelo distanciamento entre esta atividade e os conhecimentos científicos, que possibilitavam não somente um maior conhecimento do mundo natural, mas também o maior aproveitamento que dele poderia o homem retirar. Está presente aí o entendimento da ciência como instrumento de desvelamento da natureza e transformadora desta em recurso, em potencial econômico. A Zootecnia, ciência ainda ausente no criatório cearense, cumpriria a tarefa de ensinar os criadores os meios de tirar todos os benefícios do gado.

A concepção de ciência de Manuel Ferreira Lagos era orientada pelo entendimento de que esta deveria servir aos usos práticos, ao melhoramento da economia rural, ao beneficiamento da agricultura. Magali Romero Sá, analisando o perfil de Manuel Ferreira Lagos à frente da seção zoológica da Comissão Científica, destaca que ele “não tinha perfil de naturalista” e “a descoberta de nova espécie, seus hábitos e relações com outros grupos não o impactava”.⁷¹ Seu olhar era dirigido apenas para os usos imediatos da natureza, pelo domínio desta e os serviços que prestaria ao homem.

Esta forma de encarar a ciência também foi expressa por Lagos nas suas *Instruções para a seção Zoológica da Comissão Científica de Exploração*.

A zoologia não se limita a uma descrição simples e rigorosa dos animais distribuídos sobre a superfície do globo terrestre, agrupando-se metodicamente; nem conhecer a estrutura do corpo e mecanismo de suas funções fisiológicas, seus hábitos e índole,

⁷⁰ LAGOS, Manuel Ferreira. Relatório da Seção Zoológica (1861). In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Op. cit., p. 378.

⁷¹ ROMERO SÁ, Magali. A zoologia da Comissão Científica de Exploração. In: KURY, Lorelai. *Comissão Científica de Exploração – 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009, p. 161.

seu modo de viver e multiplicar, e transformação das espécies; ela ocupa-se também, e é o mais essencial, do proveito que as artes, a medicina e a economia doméstica podem tirar das numerosas legiões de viventes que povoam o ar, a água e a terra. Concebe-se assim quão imenso é o domínio deste ramo da História Natural e as vantagens que resultam do seu estudo, entendido como deve ser.⁷²

Foi este olhar dirigido para o estudo pragmático do mundo natural, que via a natureza mais como fonte de riquezas, para além dos estudos fisiológicos e morfológicos, que em contato com o criatório cearense acabou por reforçar a ideia de atraso já discutida por outros sujeitos. A ciência da qual Lagos era representante e defensor cumpria a tarefa de revelar e “tornar sensíveis o atraso da criação do gado no Ceará, e os óbices com que lutam os criadores, que muitas vezes passam da riqueza à penúria”.⁷³

É fundamental não perder de vista que o “atrasamento” da pecuária cearense encontrou na ciência apregoada por Manuel Ferreira Lagos, bem como pelos outros integrantes da Comissão Científica, o seu elemento de afirmação. Agora o atraso da criação era constatado não somente pela permanência de métodos do passado colonial, mas também pela falta de conhecimentos científicos. A *ciência em ação*⁷⁴ de Lagos e seus companheiros alargou, nesse sentido, a defasagem da pecuária. Ela tornou-se mesmo um forte mecanismo de criação e afirmação de um objeto que foi pouco a pouco se constituindo e emergindo no Ceará do século XIX, até tornar-se uma *caixa-preta*⁷⁵, uma verdade e uma realidade da qual era necessário desvencilhar-se: *a pecuária semi-selvagem*.

Importante destacar ainda que o diagnóstico da pecuária desenhado por Lagos no seu *Relatório da Seção Zoológica* não foi elaborado apenas a partir das observações e pesquisas empíricas processadas nas localidades às quais visitou. Para definir o atraso de tal atividade o cientista da Comissão acercou-se de várias vozes, mormente das autoridades locais, que já haviam determinado o estado do ramo econômico. Manuel Ferreira Lagos incorpora os discursos de presidentes de província, bem como os de Thomaz Pompeo de

⁷² LAGOS, Manuel Ferreira. *Instruções para a seção Zoológica da Comissão Científica de Exploração (1856)*. In: BRAGA, Renato. 2004. Op. Cit., p. 201.

⁷³ LAGOS, Manuel Ferreira. *Relatório da Seção Zoológica (1861)*. In: BRAGA, Renato. 2004. Op. cit., p. 382.

⁷⁴ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

⁷⁵ A caixa-preta da qual nos falou Bruno Latour representa a ciência pronta e acabada, a ciência lá onde ela tornou-se uma verdade instituída, comprovada, inquestionável e que deverá apenas ser aceita por todos. A caixa-preta contém o produto final de um processo de construção de verdades científicas, de objetos científicos, que aparecem para nós como dados seguros, dotados de verdade e de autoridade. Latour propõe que em vez de tomarmos a ciência em seu estado final, a dos “objetos esfriados”, nós nos preocupemos em buscar a ciência em ação ou em construção; a busca pelas estratégias dos cientistas na elaboração de seus objetos, na construção de verdades. Para Latour importa pensar e analisar como a ciência se impõe como campo de conhecimento verdadeiro, confiável e porta voz de verdades inquestionáveis. Pensar a ciência por este viés é abrir a caixa-preta e verificar o processo anterior ao seu fechamento.

Sousa Brasil para elaborar a sua apreciação dos processos de criação. Aproximando-se do presidente Marcelino Nunes Gonçalves, por exemplo, Lagos cita o seu relatório de 1860.

A criação do gado, como se não ignora, com o ser a principal riqueza da província, cuja produção anual eleva-se a cerca de mil contos de réis, é também a mais precária, e por isso mesmo sujeita a incalculáveis variações. A ela opõe-se como causas naturais a ausência de invernos regulares, quando não secas formais, e as epizootias mais ou menos freqüentes durante a estação calmosa, e como efeito da incúria dos homens a degeneração das raças, a falta de depósitos d'água, e de pastagens suficientes por meio de celeiros convenientemente preparados, a pouca atenção geralmente prestada à criação, etc.⁷⁶

Trata-se, como podemos notar, da busca pela afirmação de uma precariedade da criação de gado, pela explicitação das fragilidades de uma atividade que mesmo sendo a “principal riqueza da província”, estava sujeita a incalculáveis variações e embaraços; entraves decorrentes de uma condição natural especial, dada a irregularidade do clima, mas, sobretudo, da incúria dos homens, da pouca atenção que dispensavam à criação.

Gostaria de chamar a atenção para este aspecto da construção de saberes e “verdades” sobre o criatório cearense no século XIX. Lagos realiza sua apreciação a partir de ideias já constituídas e que já destacavam o “atraso”; ele a faz utilizando toda uma carga conceitual já posta na direção da rotina, da precariedade, do distanciamento em relação à ciência e à civilização. Lagos realiza sua apreciação retomando, repetindo e atualizando discursos, que ao serem pronunciados dão forma e realidade à obsolescência da pecuária. O discurso que apareceria posteriormente como estudo científico se construiu, na verdade, na inter-relação com outros discursos, disposto numa *rede*⁷⁷ que para afirmar-se precisa acercar-se de outras vozes que reforcem o que está sendo dito.

O relatório de Manuel Ferreira Lagos estava sendo elaborado para servir de resultado final de suas pesquisas acerca das características zoológicas da província do Ceará. Ele cumpriria a missão de apresentar para o imperador, patrocinador desta aventura científica, bem como para sociedades como o IHGB, o grau de desenvolvimento cearense no que dizia respeito à fauna e a seus usos econômicos. O *Relatório da Seção Zoológica* foi apresentado ao IHGB em 1861 e a imagem que da pecuária produziu Manuel Ferreira Lagos foi a de ser a mesma do século XVIII, atrasada, mas nem por isso incapaz de gerar rendas e modificar-se,

⁷⁶ LAGOS, Manuel Ferreira. *Relatório da Seção Zoológica (1861)*. In: BRAGA, Renato. 2004. Op. cit., p. 380.

⁷⁷ A noção de rede, para Bruno Latour, é o que dá sustentação aos fatos criados pelos cientistas em ação, ou seja, os fatos só ganham força, só se tornam verdades se forem sustentados, legitimados por uma rede, onde alguns atores definem o fato científico, onde somente alguns são dotados de autoridade para definir a verdade da ciência. Leticia de Luna Freira, analisando a ideia de rede em Bruno Latour, destaca que “um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal”. Ver: FREIRE, Leticia de Luna. A ciência em ação de Bruno Latour. *Caderno IHU ideias*. Ano 11 – Nº 192, São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2013, p. 10.

sobretudo porque a fertilidade do Ceará concorria para tornar a criação de gados uma promessa para o futuro da província.

Participou, pois, Manuel Ferreira Lagos da tessitura de um objeto que se processou pela mobilização de muitos discursos e vozes, e pela afirmação de uma mesma forma de enfeixar a *pecuária semi-selvagem* pelas vias do atraso; atraso que perpassava não somente o regime de criação, que permanecia igual àquele das experiências pretéritas, mas que também servia de recurso para falar de um país em vias de modernização e de construção da nacionalidade; uma nação que precisava definir, ao mesmo tempo, o estatuto de seu passado colonial frente aos imperativos de um futuro cada vez mais comprometido com o progresso.

2.2. Usos do tempo: a rotina e o progresso.

Manuel de Freitas, personagem central do romance *A fome* de Rodolfo Teófilo, resolveu esperar até o dia de São José, quando se “saberia a sorte do Ceará”,⁷⁸ para certificar-se da iminência de um inverno, mesmo que tardio, que afastasse os riscos da perda de toda a sua fortuna, empregada em gados e escravos. A chuva não veio como já tinham predito os amigos de Manuel de Freitas, que ousara ignorar os sinais meteorológicos e os prejuízos que já tinha experimentado por ocasião da seca de 1845, que “não lhe serviram de lição”.⁷⁹ O retorno da seca após trinta e um anos de chuvas regulares conduziu Manuel de Freitas à perda total de seus gados, dizimados pela fome, pela sede e pelas epizootias. A entrega dos gados ao flagelo climático foi narrada por Rodolfo Teófilo nestes termos:

Freitas lutou até ser de todo vencido. Não foi a fome que o desarmou, foi a peste. Epizootias de diversas naturezas se desenvolveram e faziam diariamente centenas de vítimas. O micróbio do carbúnculo, embora fosse enterrado não morria, ressuscitaria nas ervas do campo levado pelas minhocas, quando chovesse. Manuel de Freitas, cansado e pobre, entregou à fúria do flagelo as poucas reses que lhe restavam. Mais de doze mil cabeças de gado havia perdido em poucos meses.⁸⁰

Este era o resultado do retorno da seca, a de 1877, o ano da fome, nos termos de Rodolfo Teófilo. A recorrência do flagelo climático também acarretou inúmeras situações já

⁷⁸ TEÓFILO, Rodolfo. *A fome; Violação*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 5. No Ceará o dia 19 de março, dia dedicado a São José, é festejado como dia em que o santo responderia às súplicas dos sertanejos por um bom inverno. A recorrência da chuva neste dia era indicativa de uma boa quadra chuvosa e a garantia de boas colheitas. Não chovendo no dia de São José, os sertanejos sabiam que deveriam se preparar para o período de seca.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 5.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 8.

experimentadas pela família de Freitas como a fome, a sede e a morte do gado. Trinta e um anos tinham se passado e as mesmas cenas pretéritas se atualizavam no presente de Freitas, que não tirara lições do passado que os pudesse afastar os males da estiagem.

Neste romance de 1890, Rodolfo Teófilo acaba por incorporar, embora não seja uma questão primeira da obra, a discussão em torno da atitude dos fazendeiros e criadores de gado diante dos fatores climáticos, um debate fulcral para o Ceará da segunda metade do século XIX. Freitas perdera todo o seu rebanho porque continuou a esperar religiosamente no santo protetor dos sertanejos; ou porque entregara os seus gados unicamente aos cuidados da natureza, atitudes que passaram a ser largamente condenadas, especialmente porque elas mantinham-se presas ao modelo de criação praticado no passado colonial. Atitudes como esta foram interpretadas como “imprevidentes”, próprias de uma pecuária rotineira, que apenas repetia técnicas já “ultrapassadas”.

O uso da categoria do passado (cada vez mais associado ao atraso, ao velho, a rotina) tornou-se recorrente em discursos como os relatórios dos presidentes de província, nos textos de intelectuais, ou nos relatos de viajantes. Alguns jornais da província e também periódicos que circulavam na corte, como *O Auxiliador da Indústria Nacional*, também publicaram o “atrasamento” do criatório no Brasil e reforçaram a urgência da substituição da “pecuária selvagem, ou primitiva” por outro regime de criação moderno, que incorporasse técnicas e processos já usados nos “países civilizados”, como faziam, por exemplo, os criadores ingleses. Tratava-se de abandonar a rotina e distanciar-se do passado pelo abandono das práticas consideradas obsoletas. O passado não servia mais como indicador e motivador das ações posteriores, perdera o seu caráter exemplar e didático. A luz que iluminaria o presente e o futuro não vinha mais do passado, mas do próprio futuro,⁸¹ aberto, inédito e carregado de progresso.

Reinhart Koselleck discutiu a emergência de uma nova experiência de tempo na era moderna, que se caracterizou, dentre outros aspectos pelo distanciamento entre as categorias de *experiência* e *expectativa*. A partir de então, a modernidade pôde ser experimentada como um novo tempo em que as esperanças e projetos para o futuro não estavam mais contidos nas experiências acumuladas, mas voltadas para um devir temporalizado, ao alcance dos sujeitos históricos. Associado à ideia de progresso, o novo tempo aberto em direção ao futuro tornar-se-ia o resultado dos projetos humanos, um “futuro visto como

⁸¹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 131.

horizonte de expectativa do planejamento, não só de dias, semanas ou até mesmo anos, mas de longo prazo em vista da transformação”.⁸²

O recurso ao uso das categorias temporais, *passado* e *futuro*, foi fundamental na elaboração dos discursos de obsolescência da pecuária na segunda metade do século XIX, indicando uma tensão entre um espaço de experiência (*a rotina*) e um novo horizonte de expectativas (*o progresso*), alimentado pela ideologia progressista, expressada e mantida pelos desenvolvimentos materiais, científicos e técnicos, bem como dos “sucessos da Revolução industrial, a melhoria, pelo menos das elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia”.⁸³

O que se pretende discutir aqui é uso do tempo, em especial das categorias de passado e futuro, na elaboração de críticas à atividade pecuária como instrumentos de justificação do atraso deste ramo econômico, e, ao mesmo tempo, como recurso para a defesa da modernização das práticas pastoris, com vistas à inserção do criatório brasileiro e, particularmente, da indústria pastoril cearense, nas tramas do capitalismo internacional, aproveitando o estreitamento de laços entre a economia cearense e o comércio mundial, proporcionado pelo boom algodoeiro de meados dos oitocentos. Convém analisar ainda, como o uso destas categorias foram centrais no processo de inserção do Ceará no tempo do progresso, ou pelo menos, na elaboração de discursos orientados pela ideologia progressista, que se descortina entre os sujeitos no Ceará oitocentista.

A segunda metade do século XIX marca definitivamente a emergência de um novo horizonte de expectativas para o Brasil e para a província cearense. Ela corresponde à entrada do país nos caminhos do capitalismo industrial, protagonizado especialmente pela Inglaterra e pela França. Sobretudo no plano econômico, este período é marcado pela “grande expansão”⁸⁴ capitalista, que estendeu-se a partir de 1850 a todos os continentes, abarcando todas as regiões do globo, e criando um mundo inteiramente novo e unificado. Eric Hobsbawm nos fornece a ideia do crescimento e alargamento da economia capitalista nesta “era de ouro”,⁸⁵ situada entre o final da década de 1840 até meados da década de 1870.

O capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que

⁸² KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2014, pp. 300-301.

⁸³ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p. 249.

⁸⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 61.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 63.

teve em capturá-lo. O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar. Entre 1850 e 1870, cresceu 260%.⁸⁶

Esta euforia da economia capitalista expressada, sobretudo, pela ascensão vertiginosa do comércio mundial, também se fez notar na província do Ceará. O período entre 1850 e 1870 correspondeu ao significativo crescimento da economia local, protagonizado principalmente pelo aumento da produção e exportação do algodão. Maria Célia de Araújo Guabiraba considera que a ausência de secas neste período, bem como os altos preços do algodão no mercado internacional proporcionaram a elevação dos níveis de exportação, que superaram as importações.⁸⁷

O algodão já integrava a lista de produtos cearenses exportados para outros países, juntamente com couros, café, madeiras, chifres, ceras de carnaúba etc. Denise Monteiro Takeya considera que o espaço para a agricultura de exportação na província do Ceará se fez no momento posterior ao declínio das charqueadas,⁸⁸ motivado, principalmente, pela seca 1790-1792. Esta autora sustenta que

o surgimento e expansão da cotonicultura, à medida que propiciou o comércio direto com a Europa – no caso, com a metrópole portuguesa – e ensinou o começo de um “aparelhamento” da capitania para renovadas trocas mercantis, lançou as bases da futura integração da economia cearense no comércio internacional, o que se concretizaria, progressivamente, a partir da abertura dos portos em 1808.⁸⁹

Na década de 1840 são muitos os registros da supremacia do algodão como produto de exportação cearense para outros países. Em uma tabela demonstrativa dos valores oficiais da exportação pelo porto de Fortaleza entre 1841-1842, Denise Takeya mostra que algodão representou, em milhares de réis, um total de 113. 622, seguido pelo couro (47.725), madeiras (3.452), café (760), chifres (462) e artigos diversos (12.139).⁹⁰

As elevações nas exportações da província durante os anos finais da década de 1840 e a década de 1870 são indicativas do “surto” algodoeiro, responsável pela

⁸⁶ Ibidem, p. 67.

⁸⁷ GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Instituto de memória do povo cearense, 1989, p.9.

⁸⁸ As charqueadas eram fábricas de transformação da carne do boi em carne seca e salgada. Para Valdelice Girão, a transformação do gado abatido em carne seca e salgada (o charque), foi a solução encontrada pelos fazendeiros da área litorânea cearense de concorrer com os comerciantes de gado dos sertões e das capitânicas vizinhas. Assim, nas oficinas de beneficiar carne, as charqueadas, o gado era transformado em postas ou tassalhos e eram exportados por via marítima para os mercados consumidores. As charqueadas foram instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú; estendendo-se depois ao Parnaíba, no Piauí, e ao Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Sobre as charqueadas, ver: GIRÃO, Valdelice. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, pp. 105-106.

⁸⁹ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária; São Paulo: Editora Hucitec, 1995, 96.

⁹⁰ Ver tabela em TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Op. cit. p. 102.

intensificação da relação da economia cearense como os mercados externos. De acordo com Rodolfo Teófilo

Em 1845, segundo a estatística da alfândega, a exportação foi de 124. 757 quilogramas. Em 1876, vinte anos depois, nota-se um progresso imenso, a exportação subiu a 4.426. 491 quilogramas. Acresce que não foi aquele o ano da maior exportação; em 1871, já havia baixado o preço do algodão, ela subira a 7.907.941 quilogramas.⁹¹

Ressalte-se que esta valorização do algodão cearense, que passou a ocupar o primeiro lugar no quadro das exportações, foi impulsionada pela demanda internacional, mormente por causa da eclosão da Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865), quando o algodão brasileiro passou a suprir os mercados mundiais e se desenvolveu entre nós o *rush algodoeiro*.⁹² Para Denise Takeya a Guerra de Secessão foi fundamental para a expansão agroexportadora não só do Ceará, mas da economia brasileira como um todo, que se beneficiou da interrupção das exportações norte-americanas, inserindo-se de maneira mais intensa no comércio mundial. A articulação entre a economia cearense, e, em larga escala do Brasil, e o mercado internacional foi responsável pela prosperidade que pairava sobre ambos neste momento de efervescência da cotonicultura.⁹³ A partir desse, momento “o algodão passou a fazer parte integrante e permanente da paisagem sertaneja”⁹⁴ cearense, diminuído as áreas destinadas às retiradas dos gados em tempos de estiagem, visto que as terras passaram a ser ocupadas com o cultivo de algodão.

Frederico de Castro Neves, em seu texto *A seca na história do Ceará* analisa as modificações na relação entre sociedade e natureza neste momento de pujança da economia do algodão. O avanço da agricultura comercial acarretou no aumento da necessidade de terras para o cultivo algodoeiro. Nesse momento as terras úmidas da periferia do semi-árido, que antes estavam reservadas para as retiradas de gados e homens, na ocasião das estiagens, foram ocupadas pelo algodão, que buscava cada vez mais a produção de um excedente comercial.

Para Frederico de Castro Neves a indisponibilidade de terras para o refúgio em tempos de seca acabou por tornar impossível a migração dos sertanejos e seus gados, e a proteção dos fazendeiros aos retirantes não pôde mais fazer-se como na velha ordem

⁹¹ TEÓFILO, Rodolfo. História da seca no Ceará. Apud. GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985, p. 158.

⁹² Manuel Correia de Andrade destaca que no decorrer da Guerra de Secessão nos EUA a cultura do algodão se espalhou por diversas regiões. “Não só o Agreste e o sertão se embriagaram na voragem algodoeira: também os vales açucareiros, como o da Paraíba do Norte, do Capibaribe-Mirim, do Tracunhaém, do Siriji, do Mundaú e do Paraíba do Meio, viram áreas de matas devastadas e terras de cana ocupadas por algodoais”. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p.160.

⁹³ Takeya, Denise Monteiro, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará. Op. cit. p. 113.

⁹⁴ NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Op. cit., p. 77.

sertaneja. As secas posteriores foram sentidas de forma muito mais destruidora, causadora de fome e miséria. De fato, a partir de 1877, “a irregularidade de chuvas deixa de ser ‘apenas’ uma questão climática para se tornar uma questão social, que a todos afeta e que o Estado brasileiro não poderá mais ignorar”.⁹⁵

Esta questão nos interessa, sobretudo, porque ela aponta para a necessidade de uma nova organização dos rebanhos cearenses e da instalação de novos processos de criação que levassem em conta a sustentabilidade do gado e das populações sertanejas em tempos de seca. Torna-se compreensível as inúmeras críticas em torno da entrega do gado aos cuidados da natureza e a exposição dos rebanhos às intempéries climáticas. A indisponibilidade das terras, que também representava a diminuição de recursos naturais para o gado, colocava novos problemas ao criatório, impondo-lhe novas necessidades e ressaltando a incompatibilidade do “velho” modelo pastoril (que tudo espera da natureza) com as novas condições que se experimentavam na província, especialmente a organização econômica voltada para o mercado externo.

Cabe analisarmos o lugar da pecuária neste período de efervescência da economia cearense. Embora as atenções estivessem mais voltadas para a agricultura, “que é, por assim dizer, a primeira móla dos paizes, e a fonte de suas riquezas”,⁹⁶ especialmente para a produção do algodão, a atividade de criação de gados apresentou significativos momentos de crescimento, contribuindo para fomentar as rendas provinciais. Vale ressaltar que entre 1850 e 1855 a exportação dos couros ocupou o segundo lugar na província, sendo o primeiro ocupado pelo algodão.⁹⁷

Analisando as relações comerciais entre Brasil e França na segunda metade do século XIX e detendo-se, principalmente, nos negócios da casa comercial Boris Frères⁹⁸ na

⁹⁵ Ibidem, p. 80.

⁹⁶ Relatório do excellentíssimo senhor Doutor Joaquim Marcos d’Almeida Rego, presidente da província do Ceará à respectiva Assembléa Legislativa na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 9ª legislatura, em 1º de setembro de 1852. Ceará: Typographia Cearense, 1852, p. 17.

⁹⁷ GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Op. Cit., p. 33.

⁹⁸ Denise Takeya nos informa que a Casa Boris se instalou no Ceará em 1872 pelos integrantes da família francesa *Boris*, Théodore Boris, Adrien Boris e Achille Boris. A casa comercial, que se estabeleceu na rua da Palma, no centro comercial de Fortaleza, foi criada para ser uma filial da casa comercial matriz criada na França. Denise Takeya lembra que a instalação desta casa comercial ocorreu em um momento de efervescência da economia cearense, sobretudo pelos bons resultados alcançados pela cotonicultura na província, que atraiu não apenas franceses, mas negociantes de outras nacionalidades entre as décadas de 1860 e 1870. Antes da casa Boris atuavam no Ceará as casas estrangeiras kalkmann & Cia., a Brunn e Cia., e a J.U. Graff & Cia. Na década de 1870, além da Boris, instalaram-se a Gradvohl Frères, a Lévy Frères, a Weill & Cia. e a Habisreutinger & Cia. Ver: Takeya, Denise Monteiro, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Op. cit. pp. 136-137.

província do Ceará, Denise Takeya nos informa que o couro representou o segundo produto mais exportado para a nação francesa, ficando atrás do algodão. Diz-nos Denise Takeya,

Os couros estiveram em segundo lugar, em ordem de importância. Por um lado, esse artigo manteve-se na segunda metade do século XIX, como um dos principais itens das exportações brasileiras para a França; por outro, os objetos trabalhados com essa matéria-prima constituíram uma das oito mais importantes mercadorias importadas daquele país pelo Brasil, no período citado.⁹⁹

O posicionamento do couro como segundo produto mais exportado em um momento de estreitamento das relações comerciais do Brasil com os mercados externos é muito significativo para os interesses desta pesquisa, sobretudo quando nos interessa compreender os apelos à modernização da indústria pastoril cearense. A modernização dos processos produtivos, bem como a diversificação de produtos de origem animal, fossem bovinos, caprinos, equinos ou ovelhuns, significariam o aumento de itens comercializáveis e a elevação dos rendimentos da província. Tratava-se, sobretudo, de inserir a economia pastoril até então voltada quase exclusivamente para o consumo interno, nas malhas do comércio externo.

Um aspecto bastante curioso no que concerne às atividades produtivas na segunda metade do século XIX cearense é o fato de que a atividade pecuária sempre foi descrita como o ramo mais importante da economia, mesmo em períodos em que se observam baixas na produção dos gados. Os relatórios de presidente de província optaram sempre por esta apreciação, como podemos observar no relatório do presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque em 1868.

Este é o ramo da indústria mais importante da província, e também o mais exposto às eventualidades da natureza, a cujos recursos está unicamente entregue. Todavia ele prospera, como provam as coletas do imposto sobre o gados vacum, cavalari, muar, etc. Nos três últimos anos, embora no corrente se observe alguma diminuição, visto ser esta determinada por defeito no systema de arrecadação.¹⁰⁰

O quadro da arrecadação apresentado pelo presidente era o seguinte: em 1866 arrecadou-se 45:840\$760, em 1867 – 54: 257\$720 e em 1868 registrou-se uma queda para 50: 811\$000. Apesar da baixa na arrecadação, o relatório de Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque apresenta expectativas muito promissoras para este ramo, pois “o campo que se descortina à indústria cearense é immenso e variadissimo: falta-lhe somente o sopro

⁹⁹ Ibidem, p. 144.

¹⁰⁰ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo presidente da provincia, Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1.º de novembro de 1868. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1868, p. 38.

vivificador do trabalho inteligente”.¹⁰¹ Do gado, dizia o presidente, somente os couros integravam a lista de exportação da província, fato que lamentava, pois muitos outros derivados poderiam fomentar a economia local, como as carnes secas, os queijos, as solas, se não fossem negligenciados pelos criadores.

Numa época em que a economia capitalista expandia-se vertiginosamente e o ideal de progresso estava geograficamente mais espalhado,¹⁰² o desejo de adentrar as tramas do capitalismo industrial tornou-se um projeto global, sobretudo para as regiões ainda consideradas atrasadas, como era o caso do Brasil. O espraiamento do discurso do progresso econômico, tomado como resultado do progresso material contaminou inúmeras nações na segunda metade do século XIX, todas imbuídas do desejo de pertencerem ao mundo civilizado e de serem reconhecidas como tais.¹⁰³

Diante disso, urgia realizar o diagnóstico de todas as atividades produtivas do país, o que significava, da mesma forma, verificar o estado em que se encontravam as indústrias de todas as partes do Brasil, mesmo as mais distantes, como era o caso do Ceará. Tratava-se, portanto, não somente de avaliar o grau de desenvolvimento de tais lugares, mas de promover ações práticas que pudessem impulsionar os setores produtivos, mormente a agricultura, a pecuária e a indústria.

No tocante ao criatório cearense, o que se observou foi a dependência deste ramo, o mais importante da província, em relação aos métodos produtivos do passado, as atividades mantinham-se “presas ao modelo tradicional, extensivo, ‘à lei da natureza’”.¹⁰⁴ Aliás, não era somente o regime de criação que se mostrava velho e distanciado do mundo moderno, a agricultura cearense, mesmo em meio aos saldos positivos das exportações do algodão, também foi classificada como rotineira. Vale destacar, por exemplo, uma análise destas duas atividades publicada no jornal *Commercio do Ceará* em 29 de março de 1869.

Felizmente os terrenos, que entre nós se não prestao facilmente a cultura, prestao-se, optimamente à criação do gado: de sorte que esta, de accordo com aquella, substituindo-se reciprocamente na falta de qualquer uma, representa a principal, e diriamos unica talvez, a grandesa do Ceará.

Entretanto, não ha trabalho menos methodico, menos regular, menos scientifico do que o da agricultura e da criação nesta provincia. Por este lado ainda estamos bem

¹⁰¹ Ibidem, p. 40.

¹⁰² HOBBSAWM, Eric J. *A era do Capital*. Op. cit., p. 75.

¹⁰³ SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p.52.

¹⁰⁴ NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 46.

atrasados, e nos assemelhamos mais com os antigos, do que os modernos povos, pelo menos com aqueles mais adiantados na civilização.¹⁰⁵

O conteúdo desta passagem contém elementos fundamentais para entendermos como o uso das categorias temporais foi eficaz na elaboração de discursos em torno da inserção da economia cearense nos destinos do progresso e da modernidade. Note-se que o que configura o “atraso” da pecuária, bem como da agricultura, é a ausência de trabalho metódico e do emprego de conhecimentos científicos, pois a ciência cumpria a tarefa de instrumentalizar os homens e torná-los aptos para retirar da natureza todos os benefícios de que necessitava. “A sciencia e a arte”, aceleram o trabalho util, refazem o clima, cream o solo”; “E como a sciencia é poder”, o homem profissional consegue o que quer na industria que dirige”.¹⁰⁶

Outrossim, o modelo agropastoril brasileiro estava mais aproximado dos antigos, especialmente porque não apresentava os melhoramentos exigidos por uma agricultura moderna e uma pecuária inteligente, o que por consequência promovia o distanciamento em relação aos povos considerados adiantados na civilização, diga-se, sobretudo, da Inglaterra, que sob “o ponto de vista da industria agricola”, “é o typo por excellencia, o paiz mais do que todos os outros digno de imitação: porque é o que offerece os primeiros melhoramentos, as mais admiraveis descobertas com relação a agricultura”.¹⁰⁷

A semelhança com os antigos e a proximidade com as experiências pretéritas são tomadas como justificativas da defasagem do regime agropastoril brasileiro. Pode-se dizer, nos termos de Koselleck, que o espaço de experiência também passou por modificações cada vez maiores quando o horizonte de expectativa abriu-se a um futuro inteiramente novo e inédito, quando o progresso passou a ditar a marcha dos sujeitos históricos¹⁰⁸. Entendido como o resultado final de um processo evolutivo em sentido ascendente, o progresso só pode ser alcançado na medida em que deixa para trás determinados traços do passado, visto que no moderno regime de historicidade é a categoria do futuro que se torna preponderante¹⁰⁹, e sua realização deve, necessariamente, representar uma marcha, uma caminhada obrigatória das sociedades que se propõem modernas.

¹⁰⁵ Jornal Commercio do Ceará, nº15, 29 de março de 1869, p. 1.

¹⁰⁶ Relatório que o excellentissimo senhor Doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da província do Ceará, apresentou à Assembléa Lagislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinária de sua 9ª legislatura, em 1º de setembro de 1853. Ceará: Typographia Cearense, 1853, p. 63.

¹⁰⁷ Jornal Commercio do Ceará, nº15, 29 de março de 1869, p. 1.

¹⁰⁸ KOSELLCK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 317.

¹⁰⁹ HARTOG, François. Tempos do mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 16.

Um indicativo da entrada destas sociedades nessa jornada progressista passou a ser a introdução de instrumentos técnicos e a mecanização do espaço e da natureza, numa compreensão de que a modernidade traduz-se pelo domínio do homem sobre o mundo natural, e para tal, precisa valer-se de uma infinita produção de invenções destinadas à domesticação do meio ambiente. Para Milton Santos, o recurso aos objetos técnicos e maquinicos foi eficaz na elaboração da crença da superioridade antrópica sobre as forças naturais.

Os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações ‘superiores’, graças à sua superposição triunfante sobre as forças naturais. Tais ações são, também, superiores pela crença de que ao homem atribuem novos poderes – o maior dos quais é a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são o prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses.¹¹⁰

A existência de máquinas com as quais se realizaria a submissão da natureza cumpria, ao mesmo tempo, a função de indicar o grau de proximidade ou afastamento da civilização. Se as máquinas representavam o motor propulsor da produção econômica, acelerando seus processos e diminuindo os esforços manuais, no plano simbólico elas expressavam a entrada no tempo do progresso, sinal de que a marcha ascendente rumo ao futuro estava em pleno vigor.

No final da década de 1860 a discussão em torno da inexistência de maquinarias modernas na agricultura ou a ineficiência dos rudimentares melhoramentos empreendidos na produção do algodão era temática frequente em alguns jornais da província do Ceará. O jornal *Commercio do Ceará*, por exemplo, fez duras críticas ao atraso da indústria algodoeira, que se expressava, sobretudo, pela falta de instrumentos técnicos adequados a uma produção comercial. Até então, a máquina mais moderna de que dispunham os produtores cearenses era a *Cotton gins* (máquina de descaroçar algodão), que tinha sido importada dos Estados Unidos, no governo do presidente Ignacio Francisco Silveira da Motta.¹¹¹ Mesmo esta “inovação” já era considerada ultrapassada, segundo o jornal *Commercio do Ceará* de 3 de abril de 1869, “um verdadeiro mal para a nossa industria algodoeira”.¹¹²

Isto porque o algodão cearense já começava a ser rejeitado por alguns compradores externos, como o mercado de Liverpool, que reclamavam da baixa qualidade do

¹¹⁰ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo*. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012, p. 237. (Grifos do autor).

¹¹¹ Segundo Barão de Studart, o presidente Ignacio Francisco Silveira da Motta governou a província de novembro de 1850 até maio de 1851, quando foi exonerado por carta imperial de 31 de maio de 1851, cedendo lugar a Joaquim Marcos de Almeida Rego. Ver: STUDART, Barão. *Datas e factos para a história do Ceará*. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 148.

¹¹² Jornal *Commercio do Ceará* de 03 de abril de 1869, p. 1.

produto proporcionada pelo uso da máquina de descaroçar, que partia a fibra do algodão.¹¹³ Assim, a conclusão à que chegava o mesmo jornal, era a de estar a indústria cearense, especialmente a agrícola, tão atrasados quanto estava antes do período auge das exportações do algodão. Sem máquinas, ou com máquinas atrasadas, nenhum progresso era possível e nenhum passo em direção a ele poderia ser dado.

Do que precede, conclue-se que não temos dado *um só passo no caminho do progresso* com relação a cultura do algodão em nossa provincia, e talvez em todo o paiz; e apesar da revolução porque passou a plantação do algodão no mundo inteiro com a guerra dos Estados Unidos, *conservamo-nos tão atrasados quanto estavamos antes dela*. (...) Enquanto o mundo todo, por assim dizer, movia-se e tratava de melhorar suas condições presentes para assegurar sua prosperidade futura, nós, entregues uma apathia altamente censurável, *conservamo-nos inertes diante do movimento universal*, entregando as mãos do cego a obra da nossa fortuna.¹¹⁴

Concebe-se o progresso como um caminho a ser trilhado por todas as nações, é um movimento universal em direção aos melhoramentos materiais e também morais. Na corrida competitiva entre as nações capitalistas mundiais, o número de máquinas, de instrumentos técnicos, de inventos científicos empregados por cada país indicava o lugar ocupado por cada uma nessa marcha. Deste ponto de vista, concluía o artigo do jornal, o Ceará e o Brasil tinham parado no meio do caminho e o lugar que nos cabia era tão somente o do atraso. Nos tempos do progresso único e universal, a humanidade encontrava-se, pois, repartida entre civilizados e não civilizados, estando algumas nações à frente dessa disputa imperial. Reinhart Koselleck destacou esta segregação entre as nações a partir desta noção de progresso:

O progresso reunia, pois, experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. Na hierarquia dos estamentos via-se uma classificação estática, que o impulso das classes progressistas deveria ultrapassar.¹¹⁵

O grau de superioridade técnica era determinante como fator de diferenciação entre as nações. Incorporar invenções tecnológicas aos processos produtivos representava, sobretudo, a capacidade de cada país de domar a natureza, transformando-a em recurso

¹¹³ Na edição número 16 do jornal do Commercio do Ceará de 27 de março de 1869 a matéria sobre o algodão cearense destaca a depreciação do produto: “A actual depreciação que o nosso algodão tem sofrido nas praças de Liverpool e de Londres, fala altamente contra essas machinas, e esta depreciação é fundada no facto conhecidos por todos de partirem os serrotes a fibra do algodão”. Ver Jornal Commercio do Ceará de 27 de março de 1869, p. 1.

¹¹⁴ Jornal *Commercio do Ceará* de 03 de abril de 1869, p. 1. (Grifos meus).

¹¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. Cit., p. 317.

possível. Acreditava-se, do mesmo modo, que domínio do meio ambiente natural com instrumentos e conhecimentos científicos era a mais clara expressão das sociedades que já tinham superado a dependência exclusiva da natureza, e ocupavam a margem da “civilização”, distanciados do mundo natural, busca obstinada dos modernos, “que crê que a natureza é seu meio ambiente - no sentido complementar -, e que por esse único aspecto ela se distingue absolutamente de todas as outras *culturas*, a ponto de não ser ela mesma *uma cultura*”.¹¹⁶

No entanto, a agricultura comercial da província cearense demonstrava-se bastante atrasada, especialmente porque não se via os progressos técnicos que possibilitavam à submissão total da natureza pelo homem e à retirada de todos os benefícios que ela ofertava. Esta era a maior crítica do jornal *Commercio do Ceará* em relação à produção do algodão: as máquinas imprescindíveis ao beneficiamento do algodão não eram por nós conhecidas. O artigo do jornal de 3 de abril de 1869 lamentava a inexistência do arado, o mais conhecido instrumento de preparação da terra, que o Ceará ignorava.

Talvez que o estrangeiro que calcula a nossa agricultura pelos generos, que lhes vendemos, e que não conhece nosso paiz, custe a acreditar, que os nossos lavradores nem ao menos conhecem talvez o instrumento de lavoura mais commum e mais uzado na maior parte dos paizes do mundo – o arado.¹¹⁷

O que aparecia para o jornal como uma caminhada na contramão do desenvolvimento capitalista industrial, confiante no uso de máquinas e de inovações destinadas ao aumento da produção e do lucro, foi uma realidade bastante comum para grande parte das áreas de cultivo mundiais. Ao analisar as transformações na agricultura comercial na grande expansão capitalista, Eric Hobsbawm destaca que em grande parte destas áreas a agricultura permaneceu dependente dos mesmos padrões técnicos do passado,

Mesmo durante nosso período, uma grande parte da agricultura estava sendo conduzida por meios que eram familiares há cem, ou talvez há duzentos anos. (...) de um modo geral, as fazendas e o cultivo permaneceram visivelmente o que sempre foram na maior parte do mundo: mais prosperas nas áreas desenvolvidas, onde se investia mais em melhorias, prédios etc., mais voltados para os negócios em certos lugares, mas nunca transformados de modo a não mais serem reconhecidos.¹¹⁸

¹¹⁶ LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 103. (Grifos do autor).

¹¹⁷ Jornal *Commercio do Ceará* de 03 de abril de 1869, p. 1. Thomaz Pompeo de Sousa Brasil também destacou o baixo nível técnico da agricultura cearense indicando que o arado era instrumento desconhecido na província, resumindo os instrumentos agrícolas em machados, foices e enxadas. Diz-nos Pompeo “O arado, o primeiro instrumento civilizador de um povo, ainda é desconhecido entre nós!”. Ver: BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. (1863). Op. cit., p. 377.

¹¹⁸ HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit., p. 275.

Em todo caso, esta permanência dos mesmos meios de produção do passado e a inexistência daqueles objetos responsáveis pela modernização da agricultura e dos demais ramos econômicos, foram interpretados como sinais de atraso e de distanciamento do mundo civilizado. Se havia um *front* que separava a cultura e a natureza, que opunha os povos civilizados e os bárbaros, era nesta segunda margem em que parecíamos habitar. E todo esforço realizado no Ceará e, em geral, no Brasil, era na busca de tentar modificar esta imagem rural, selvagem e exótica que parecia nos definir tão bem.¹¹⁹

Isto nos leva a compreensão de todo discurso produzido no Ceará da segunda metade do século XIX, quando vamos nos deparar com inúmeras críticas que ao definirem a pecuária, e em certa medida a agricultura, recorrerão à retórica do atraso, da rotina, do primitivo e do selvagem. A pecuária era velha porque ela guardava ao mesmo tempo os traços herdados das experiências pretéritas e porque se mantinha profundamente atrelada aos desígnios naturais. Nesse sentido, porém, a atual indústria pastoril não contribuía em nada para a elaboração de uma imagem moderna para o Brasil, razão porque ela deveria ser modificada.

O cientista Antônio Marco de Macêdo, quando publicou em 1871 suas *Observações sobre as secas do Ceará*, tratou de caracterizar a pecuária no mesmo tom e com os mesmos elementos já utilizados por outros intelectuais anteriores ao seu trabalho. Após registrar a uberdade natural que se podia encontrar no território cearense, ele reforçou o flagrante estado primitivo desta indústria.

Ao contrário, a fertilidade é tão prodigiosa que muitas vezes uma só chuva no ano é suficiente para fazer prosperar a indústria pastoril, única ocupação seria desses povos centrais, e mesmo fazer vegetar suas pequenas roças de milho e outros legumes. É a indústria pastoril que constitui toda riqueza desses lugares. Essa indústria se acha infelizmente em estado tão primitivo que os homens a entregam, pela maior parte, às mãos da natureza e só dependem o trabalho necessário para colher as vantagens dela resultantes, por exemplo, no tempo das chuvas que não excede três meses, recolhem as vacas e suas crias em apriscos.¹²⁰

¹¹⁹ Ao analisar a participação do Brasil nas Exposições Universais na segunda metade do século XIX, Lilia Moritz Schwarcz destaca que a presença constante do país nestas “festas do progresso” exprimiam o esforço e o desejo das elites e do monarca de tentar imprimir à nação uma imagem civilizada, de uma sociedade moderna e cosmopolita e, ao mesmo tempo, de desfazer a imagem de um Brasil agrícola, monárquico e escravocrata. “No entanto, se a intenção era mostrar a civilização aliada aos trópicos, o efeito final tendia sempre ao último aspecto: o Brasil era sobretudo o país de grande natureza e dos bons ‘selvagens’”. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 397.

¹²⁰ MACÊDO, Antônio Marco de. *Observações sobre as secas do Ceará*. Apud. ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldema Alcântara, 2003, p.175.

O que se observa no registro de Marco de Macêdo e em tantos outros discursos coetâneos é a formação de uma nova sensibilidade sobre o regime de criação do Ceará, que passou a encarar a proximidade e a dependência quase exclusiva desta atividade em relação às leis naturais como signos do atraso e do primitivismo. Não só os gados eram vulneráveis às regularidades ou irregularidades climáticas, mas o próprio homem mantinha-se dependente das variações climáticas e dos recursos que da natureza advinham, numa relação de submissão anacrônica, imprópria para um século que concebia o natural a serviço do homem, dominado por ele, e não o contrário. Pois, “a emancipação do natural como recurso primário garante ao homem aproximação com o mundo civilizado”.¹²¹

Também o cientista da Comissão Científica de Exploração, Giacomo Raja Gabaglia, ao escrever *Os ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*, destacou a vulnerabilidade da indústria pastoril, especialmente em relação às intempéries climáticas. As observações de Gabaglia direcionavam-se, especialmente, aos criadores imprevidentes, “que no ócio e no deleite se esquece do dia de amanhã”.

E a verdade severa e invariável que subsiste é que cada ano passa-se entre sustos, e em ansiosa expectativa á espera das chuvas de janeiro a maio, as quais, faltando, motivam ruína do comércio e o infrutífero desaparecimento de muitas centenas de contos de réis representados por milhares de cabeças de gado, e pela inesperada maninhez das culturas; em seguida, de perto, surge a fome como cortejo horroroso de miséria e de corrupção. Sim, dolorosa verdade, neste país situado na mais bela posição para uma perene vegetação, e com elementos para abastecer variada e constante produção!... Aqui se tem sofrido a fome! Aqui se tem visto o povo errar moribundo, transportando-se de um povoado para outro..., digo, do povoado natal para o túmulo que se lhe abrirá na beira da estrada pela qual busca o alimento salvador.¹²²

Raja Gabaglia também destaca as condições favoráveis da natureza cearense, que se mostrava prenhe de potencialidades para o sustendo dos homens e dos bichos, e mesmo para o desenvolvimento econômico da província. A natureza não aparece como obstáculo à civilização humana, pelo contrário, ela contém os recursos, dela emana todo o necessário para a felicidade humana. O elemento que obsta os progressos materiais é o próprio homem, que continua a esperar pelos ciclos naturais, que não é industrial, que não trabalha e não domina a natureza, mas o oposto, é domado por ela.

¹²¹ RIOS, Kênia Sousa. Tempo, ciência e profecia em assuntos de sol e chuva. In: FUNES, Eurípedes, RIOS Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; NETO, Emy Falcão Maia. (Orgs). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 202.

¹²² GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará. 1877. In: Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p.61.

Por algumas vezes Raja Gabaglia ressalta a falta de aptidão para o trabalho no comportamento dos povos cearenses,¹²³ acostumados “a viver do dia para o dia, ou, se quiserem (e talvez seja mais exato), de estação para estação”.¹²⁴ A crítica do cientista da Comissão Científica dirigia-se especialmente para as atitudes da população e também das autoridades provinciais frente às calamidades proporcionadas pelas estiagens, que poderiam e deveriam ser evitadas, se estivesse o Ceará dotado de um povo trabalhador, industrioso, em vez de homens dependentes da natureza, que tudo ofertava em dias felizes, mas nos tempos calamitosos a todos destruía.

É importante ressaltar que *Os ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*, fruto das observações de Raja Gabaglia quando esteve no Ceará entre 1859 e 1861, só foram publicados em 1877, o ano da fome nos termos de Rodolfo Teófilo, quando se registrou a seca de 1877-1879, o marco no entendimento da seca como um problema nacional. Nesse sentido, os escritos de Raja Gabaglia acabaram por tornar públicos para toda a nação não somente a vulnerabilidade da província cearense frente às intempéries climáticas, mas também a existência de uma população avessa ao trabalho e completamente dependente da natureza. Para uma nação desejosa em alcançar o progresso e animada pelas ideias de civilização e modernização, a realidade da província cearense só poderia ser vista como um entrave à concretização dos projetos nacionais, ao mesmo tempo em que confirmava o distanciamento do Brasil do mundo moderno, visto que “o problema de uma província se tornava, assim, uma questão de todos os brasileiros”.¹²⁵

¹²³ George Gardner, na visita que fez ao Ceará em 1838, registrou em uma das passagens de suas *Viagens pelo Brasil, principalmente nas províncias do Norte*, o que para ele parecia configurar este aspecto pouco afeito ao trabalho das populações cearenses. Diz-nos Gardner, “Perguntando eu aos donos das plantações de cana por que não preferiam o plantio do café, sem dúvida muito mais rendoso, responderam-me todos que, acostumados a fazer rapadura, se arreavam dos riscos de um sistema de cultura com que se achavam mui pouco familiarizados. Mas, em minha opinião, o grande motivo são os seus pendores para a indolência e o horror que sentem a tudo que envolve inovação nos costumes de seus antepassados. Estivesse esta zona em mãos de gente industriosa e seria, sem sombra de dúvidas, uma das mais ricas do norte do Brasil”. Ver GARDNER, George. *Viagens pelo Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. (1942), p. 166. Disponível eletronicamente no site Brasiliana eletrônica, <http://www.brasiliana.com.br>. Acessado em 17 de maio de 2016.

¹²⁴ GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará*. 1877, p. 80.

¹²⁵ RIOS, Kênia Sousa. A Comissão Científica e a seca do Ceará. Op. cit., p. 14. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, desde o final do século XIX a temática da seca se tornou um problema nacional. Quando da “invenção do Nordeste”, nas primeiras décadas do século XX, a seca é tomada como imagem fundamental para a tessitura e a emergência da região nordeste, que passa a ser identificado a partir da seca e do deserto. Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 138. Ver também do mesmo autor: *Nordeste: uma paisagem que dói nos olhos e na mente*. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições bagaço, 2008, p. 216.

Em suma, o que causava o estranhamento de Raja Gabaglia e o levava a inferir a inaptidão das populações para o trabalho e sua inclinação para o ócio, era a constatação da existência de formas de relacionamento entre o homem e o mundo natural não orientadas pelo uso pragmático e capitalista dos recursos naturais. Por isso a espera pela chuva ou pela seca, e a entrega dos gados aos cuidados da natureza parecia tão selvagem e atrasado. Por isso os sujeitos foram classificados como imprevidentes, pois não aproveitavam a prodigalidade da natureza para fazer dela fonte de riquezas.

O estranhamento de Gabaglia residia na constatação da existência de outra visão de natureza, que não a concebia como um “tesouro botânico”, destinado a gerar lucros e fomentar a economia capitalista. Tratava-se de uma sensibilidade diversa daquela apregoada por Raja Gabaglia, pelos demais cientistas da Comissão e pelo monarca, que procuravam na natureza elementos para fomentar a indústria e o comércio e que por este motivo concebiam a destruição desta mesma natureza como um grave perigo ao futuro e ao progresso da nação.¹²⁶

Outro aspecto presente nas observações de Raja Gabaglia e que aludiam, da mesma forma, ao caráter imprevidente dos criadores cearenses, era a ausência de uma preocupação com o futuro. Na experiência com o tempo, apenas o presente parecia animar o espírito dos sujeitos, bastando-lhes o trabalho necessário para suprir as necessidades do momento presente. “A improvidência constante dos fazendeiros de gado, que fecham os olhos até aos exemplos das formigas que talam as limitadas lavouras, mostrando que cumpre na estação fértil precaver-se para a eventualidade das estações estéreis”.¹²⁷ Embebido por um regime de temporalidade em que o futuro se descortina no horizonte humano e torna-se como produto de suas próprias ações, Raja Gabaglia estranhava o comportamento de homens que mantinham-se esperançosos na providência divina e dependentes unicamente da natureza para sobreviverem.

Afirmações semelhantes foram pronunciadas por Rodolfo Teófilo décadas mais tarde, quando da publicação de *Scenas e Typos*, obra de 1919. Apesar de se tratar de uma publicação do século XX, o livro de Rodolfo Teófilo compõe-se de uma miscelânea de artigos produzidos em momentos diferentes da vida do autor, alguns provavelmente datam da

¹²⁶ Em um trecho bastante interessante de seus Ensaios, Raja Gabaglia tece comentários acerca de uma conversa com um habitante da província, que diz ter trabalhado bastante e apontando para um terreno descampado, sem nenhum sinal de vegetação, diz: “Veja, em poucos meses tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto”. Ao constatar que o trabalho aludido pelo interlocutor tratava-se de uma grande área desmatada, Gabaglia conclui: “Então percebi e vi que, além do malfeito, se julgava meritório serviço e trabalho benéfico o lançar o facho incendiário, o fogo, sobre uma pilha de lenha. Fatos análogos abundam, e provam quanto o povo por inclinação, gosto ou sistema é perseverante na destruição dos tesouros botânicos que a natureza formou”. Ver: GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaios sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará*. 1877, p. 70.

¹²⁷ Ibidem. 143.

segunda metade do século XIX, ou tratam de formas de pensar e acontecimentos deste século. No artigo que intitulou de *A imprevidência do cearense*, Rodolfo Teófilo alude à falta de senso do futuro, do caráter perdulário de seus conterrâneos, que não cuidavam em guardar para os dias vindouros o que fora produzido em tempos férteis.

Não há gente mais imprevidente que a nossa. Esta qualidade das raças inferiores nos veio dos índios por atavismo.

Conheço muito bem o nosso povo. Convivi com elle, cantei as suas glorias, chorei as suas desventuras. Procurei alliviar os seus soffrimentos quanto permittiram as minhas forças.

O cearense não guarda para o dia de amanhã, não tem a previdência da formiga. Não queria eu que accumulasse reservas grandes, como exigia o Barão de Capanema quando na escola Polytechnica, discutindo o problema das seccas, lembrou a previsão dos Godulas. (...) O que lamento e condemno nos cearenses são os desperdícios. Não é de hoje que conheço essa falha de seu caracter. Em mim proprio estudei a imprevidencia que herdei de algum avoengo caboclo.¹²⁸

Tomando como mote para a sua narrativa a viagem que fizera para o Recife, “isso foi logo após a Guerra da Sucessão nos Estados Unidos”, Rodolfo Teófilo destaca a riqueza que ostentava os comerciantes de algodão nos anos de “assombrosa producção”.¹²⁹ A riqueza era tanta que homens lavavam seus cavalos com cerveja inglesa. De retorno ao Ceará, no mesmo ano da seca de 1877, Rodolfo Teófilo encontra aquele mesmo povo que outrora desperdiçava seu dinheiro, na situação de calamidade e de fome. De forma resumida, é este o conteúdo do artigo que toma como tema central a imprevidência dos cearenses e a incapacidade destes para pensar nos dias vindouros.

Como se observa, tanto Rodolfo Teófilo, quanto Raja Gabaglia lamentam e tecem críticas ao comportamento do cearense, que prescinde do futuro como experiência de tempo. Neles o regime de historicidade futurista¹³⁰ parecia não estar presente, ou, pelo menos, não o encaravam como anunciador de progresso e da iminência de um devir sempre melhorado. O futuro não se lhes aparecia como categoria preche de novidades e diferente de toda experiência pretérita. Pelo contrário, a imprevidência dos cearenses, acreditava Rodolfo Teófilo, era uma realidade que encontrava sua condição de possibilidade no passado, herança do atavismo dos índios, raça de gentes inferiores.

Atribuir aos indígenas a responsabilidade pelo atavismo, pelo ócio e pelo atraso da província cearense é bem indicativo de uma estrutura de pensamento presente no Brasil oitocentista, que para forjar a imagem de uma nação moderna e progressista, precisava

¹²⁸ TEÓFILO, Rodolfo. *Scenas e typos*. (1919). Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, pp. 83-84.

¹²⁹ Ibidem, p. 84.

¹³⁰ HARTOG, François. *Tempos do mundo, História, Escrita da história*. Op. cit., p.16.

realizar o apagamento das populações nativas sob a justificativa da incorporação destes ao processo civilizador. A civilização é entendida aí como um processo inacabado, um movimento em curso em direção aos “selvagens” brasileiros, “um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie”.¹³¹

Papel importante exerceu a literatura brasileira do século XIX na cristalização da imagem de um índio incivilizado e ocioso, vivendo sob as condições de uma natureza fértil, prodigiosa e em estado bruto, sem conhecer o toque da mão cultora da civilização, mormente nas regiões ao norte do país, que se mantinha alheio aos “benefícios” desta civilidade. Foi por estes caminhos que Franklin Távora projetou a sua imagem sobre *Os índios do Jaguaribe*, obra de 1862, destacando o atavismo, a indolência, a ociosidade dos nativos e buscando nestes elementos a explicação para o “atraso” do Norte. Franklin Távora inicia seu romance com um capítulo intitulado de *O deserto*, já demonstrando a sua intenção de denunciar o esquecimento do Norte, sempre alheio às conquistas da sociedade moderna e contraposto ao Sul. Seguem assim as primeiras páginas d’*Os índios do Jaguaribe*:

Nas regiões austráes do continente já o lábaro da civilização espargia benefícios fecundos sobre as raças convertidas, e, com tudo, no septentrião dormia ainda quase a seu salvo gentilismo, como em placido e escuso asylo, dentro do vasto seio da natureza selvagem. (...) Nem há contestar. A segúre do progresso social desbasta primeiro por lá do que por aqui a rudeza dos costumes incorrectos. O norte é um hilota, para quem os horizontes se estreitam, em contraposição ao sul, para quem elles se alargam, que póde chamar-se o moderno espartano. (...) O esboço do século XVI tornou-se painel acabado no século XIX com todos os claros e com todos os escuros do quadro.¹³²

Abundam na narrativa de Franklin Távora construções que enfatizam a fertilidade da natureza cearense, uma vastidão de recursos mantidos ainda em estado selvagem, onde se encontram inertes índios incapazes de cultivar à terra e fazer desta prodigalidade ambiental os meios para a sua civilização. O indígena é, portanto, a contraposição de uma sociedade feita de homens industriais, que dominam o mundo natural, fazendo dele um recurso de civilização. E é por meio destes pares antagônicos representados pelas categorias da civilização/barbárie, atraso/ progresso, sul/norte, cultura/natureza, sertão/litoral, que Franklin Távora constrói sua narrativa de denúncia e de busca pela integração do norte ao processo civilizador e ao progresso da nação.¹³³

¹³¹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 59.

¹³² TÁVORA, Franklin. *Os índios do Jaguaribe: história do século XVII*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1870, p. 8.

¹³³ Ver BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, pp. 64-65.

Pode-se dizer do romantismo de Franklin Távora que ela participa de um empreendimento mais abrangente no Brasil, sobretudo depois da Independência, que é o de servir à jovem nação, de construir as bases de um país moderno e narrar as glórias de um movimento em direção ao progresso. A este respeito vale destacar as observações de Antônio Cândido quando nos informa que

A literatura foi considerada parte dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso.¹³⁴

O Brasil que resultaria desta caminhada em direção ao progresso estava destinado a ser completamente diverso do que tinha sido até então, e para tal, era necessário elaborar uma interpretação do passado, que confirmasse a separação entre a experiência e a expectativa, o passado e o futuro. Reinhart Koselleck destaca que uma orientação temporal carregada de futuro tende a modificar o valor histórico do passado.¹³⁵ Nesse sentido, as narrativas sobre índios selvagens e indolentes, vivendo em harmonia com uma natureza também selvagem e intocada, funcionaram como mecanismos eficazes na elaboração de um passado para a nação, promovendo um distanciamento entre passado, presente e futuro.

Mas um projeto dessa envergadura, que toma como ideologia básica o progresso, em sua versão positivista, orientado para frente e para cima, só pode realizar-se na medida em que arrasta para as margens todas àquelas populações que fogem ao ideal de civilização conscientemente estabelecido, em que ignora a existência de formas de produção não orientadas por um capitalismo de exportação e em que desconsidera outras formas de experimentar o tempo, múltiplos *estratos de tempo*,¹³⁶ que não sejam dirigidos por uma aceleração e um futuro sempre novo.

Tal forma de progresso não pode realizar-se sem confrontar-se com resíduos do passado colonial, tão arraigados na sociedade brasileira em suas mais diversas regiões e manifestações populares. Como ressaltou Victor Leonardi, escrevendo *Entre árvores e esquecimentos*, não houve esta falácia do progresso linear em muitas áreas do país,

¹³⁴ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 2º volume (1836-1880)*. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000, p. 12.

¹³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. cit., p. 319.

¹³⁶ Os estratos do tempo de Koselleck possibilitam pensar o tempo como uma composição de múltiplas camadas temporais, com diferentes durações e origens e que podem agir simultaneamente. O tempo que se movimenta tanto em direção ao passado, presente e ao futuro, sem necessariamente promover uma cisão entre essas categorias, mas realizando uma reunião de diferentes planos ao mesmo tempo. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

onde a desigualdade de ritmos tornou o processo histórico muito mais complexo, cheio de crescimentos e descensos, e com o passar do tempo desbaratando formas de vida que a ilusão dos homens já considerava como definitivamente adquiridas.¹³⁷

Mas para uma nação que desejava a todo custo figurar entre as nações modernas e cobrir com uma estampa civilizada a sua face rural, escravista e exótica, a única então reconhecida no mundo, esta desigualdade de ritmos só poderia ser encarada como um descaminho no rumo do progresso, ao mesmo tempo em que revelava para as elites imperiais, o tamanho da tarefa ainda por ser realizada no país: alinhar todas as suas províncias na direção de um progresso material, técnico e científico.

Não por acaso, em 1859 o império decide enviar para a província do Ceará uma Comissão Científica de Exploração destinada a descobrir, mapear e apresentar ao governo imperial as riquezas naturais, a indústria do lugar e o grau de civilização de suas populações. A interiorização dos cientistas da Comissão numa província tão afastada do poder central corrobora a ideia segundo a qual uma nação moderna não pode prescindir da educação e da ciência como etapas do desenvolvimento industrial.¹³⁸

A pergunta do presidente provincial em exercício em 1864, Lafayette Rodrigues Pereira, feita depois de afirmar que *a atual indústria pastoril da província é a dos tempos primitivos*, é reveladora de uma experiência de tempo comprometida com os ideais de um progresso linear, que pressupõe a existência de outros ritmos temporais não orientados para o futuro como signos de atraso. Indaga o presidente: *Mas como desaferrar o nosso fazendeiro da obstinada rotina?*¹³⁹

Se o tempo do progresso é concebido como uma marcha evolutiva que deixa para trás as experiências destinadas a ser somente passado, nas atividades da indústria pastoril cearense este tempo não se fazia notar. Pelo contrário, estavam os criadores e fazendeiros presos e aferrados a uma *obstinada rotina*, repetindo sempre as “velhas” formas de criação pretéritas, atualizando métodos tradicionalmente vinculados a um modelo primitivo. Estávamos, portanto, mais próximos do passado do que do futuro. Bastava ver que os animais

¹³⁷ LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, p. 317.

¹³⁸ Eric Hobsbawm destacou o papel desempenhado pelos sistemas educacionais e pelos investimentos em ciência como meios para alcançar o progresso e a modernização de uma nação. No período da grande expansão capitalista, diz-nos Hobsbawm, era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições adequadas para educação avançada viesse a se tornar uma economia ‘moderna’ e vice-versa, países pobres e retrógrados que contavam com um bom sistema educacional, como a Suécia, encontram facilidade para iniciar o desenvolvimento”. Ver: HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit., p. 79.

¹³⁹ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Comp., 1864, p. 51.

eram os mesmos que os primeiros colonos introduziram, a lei de criação era totalmente entregue a *acção do tempo*, nenhum melhoramento tinha sido feito.

Abandonar a obstinada rotina consistia primordialmente empreender melhoramentos nas formas de criar, na escolha dos animais, nas formas de aproveitamento dos recursos naturais, na introdução de técnicas científicas de cruzamento de animais, na obtenção de conhecimentos veterinários, etc. Desapegar-se da rotina significava, sobretudo, conduzir a indústria pastoril por caminhos que indicassem o seu melhoramento, o seu aperfeiçoamento, que indicaria que a marcha do progresso estava em movimento. Aperfeiçoar-se como expressão da modernidade entendida como tempo novo. A este respeito Koselleck sugere que “com a perfeitabilidade, a capacidade de alcançar a perfeição, o alvo é completamente temporalizado e incluído, sem ponto final, no próprio agente humano. A meta se torna iterativa. A ‘perfeitabilidade’ se torna palavra-chave dos novos tempos”.¹⁴⁰

Para incluir-se na modernidade, portanto, a pecuária deveria ser guiada por novos métodos, novas formas de organização dos rebanhos, inovadoras técnicas de escolha e cruzamento animal, por meio de uma ciência veterinária que instrumentalizasse os fazendeiros para o conhecimento e tratamento das moléstias, pela introdução de instrumentos de contenção animal, fundamentais para um período em que a terra destinada ao criatório era cada vez mais restrita.¹⁴¹

Presas ao passado e mantendo o seu caráter *semi-selvagem*, a pecuária não poderia contribuir para o progresso da província, muito menos da nação, porque muito mais do que agricultura, ela guardava muitos resíduos de uma temporalidade regulada pela natureza, mantinha-se profundamente dependente das sucessões entre sol e chuva. Imersa em rotina, a pecuária não poderia participar do aperfeiçoamento nacional e da construção do futuro, nos termos da modernidade. Mantendo suas marcas “primitivas” ela poderia, no máximo, servir de elemento de construção de um passado para a província do Ceará, como fizera a literatura oitocentista, preocupada em estabelecer as origens e os fundamentos da nação.

¹⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Op. cit., p. 127.

¹⁴¹ Deve-se considerar que a partir de 1850, por ocasião da aprovação da Lei de terras no Brasil, Lei 601 de 18 de outubro de 1850, a posse e a manutenção das terras foi dificultada por causa de uma série de dispositivos decorrentes da referida lei. Definiu-se a partir daquele momento que o acesso à terra se daria por meio da compra e não mais pelo apossamento destas ou pela doação como ocorria anteriormente. A lei objetiva encarecer o valor das terras e dificultar o acesso a ela, ao mesmo tempo em que forçava os proprietários a contribuírem com a importação de mão-de-obra estrangeira, com o pagamento de taxas e de multas estabelecidas para o cumprimento dos dispositivos da lei. Embora não tenha “pegado”, como atesta José Murilo de Carvalho, a lei de terras e as tentativas de imposição de seus artigos acabaram dificultando os caminhos de posse territorial no Brasil. Sobre os caminhos de implantação da Lei de terras no Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, pp.331-354.

Veja-se o romance *O sertanejo* de José de Alencar, que o utiliza como argumento para fechar a sua explicação do passado cearense, iniciado com *Iracema*.¹⁴² Ambientada no século XVIII, a narrativa de Alencar nos oferece um sertão onde a figura do vaqueiro é enaltecida como símbolo de força e heroísmo. Um sertão onde a figura humana, representada pelo vaqueiro Arnaldo, aparece em perfeita comunhão com a natureza. Às vezes, o personagem se confunde com ela em rudeza, brutalidade e aspecto selvagem de um homem moldado pela natureza:

A vida do deserto tinha apurado essa lucidez. Tantas vezes obrigado a pernoitar no meio dos perigos de toda casta, entre as garras da morte que o assaltava sob várias formas, no pulo do jaguar como no bote da cascavel, o sertanejo aprendera essa arte prodigiosa de dormir acordado, quando era preciso.¹⁴³

Além de forjar uma identidade para o sertanejo como um produto da natureza deserta dos sertões, José de Alencar utiliza seu romance para apresentar formas de sociabilidade próprias de um passado pastoril,¹⁴⁴ além de chamar a atenção para o estabelecimento de uma comunidade social nascida em função do gado, um tipo específico de sociedade moldada por àquelas formas transatas, que o romance alencarino pareceu querer cristalizar, porque servia plenamente à elaboração de um passado glorioso, mítico e heroico, tal qual o vaqueiro Arnaldo.

Estratégia semelhante utilizou Juvenal Galeno no seu poema *O filho do vaqueiro*, que compõe a coletânea *Lendas e canções populares*, obra de 1865. Além de exaltar a figura destemida do vaqueiro, Galeno propõe que esta brava atividade se perpetue, que se propague entre os filhos dos sertões. O “ser vaqueiro” é apresentado como uma aspiração de todos os filhos que enxergam nos seus pais a figura da bravura, da liberdade, valores que deveriam ser continuados, o que pressupunha um futuro não muito diferente do passado, mas, ao contrário, a atualização deste pretérito. Nesse sentido, o aspirante a novo vaqueiro repetia:

- Papai, também quero
No campo correr,
Por montes e vales,
Nos altos penhascos,

¹⁴² RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2012, p. 104.

¹⁴³ ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Ediouro, p. 31.

¹⁴⁴ Veja-se a submissão do sertanejo Arnaldo em relação ao fazendeiro Campelo. Em um trecho do romance, logo após a vitória de Arnaldo na luta contra um tigre, que dominara e trouxera para fora da mata puxado pela orelha, José de Alencar enfatiza a atitude submissa do vaqueiro diante do capitão-mor: “O sertanejo curvou-se e beijou a mão do fazendeiro, costume patriarcal já em voga no sertão e que ele praticava por um impulso d’alma, pois habituara-se desde a infância a respeitar no velho Campelo um outro pai, além do que lhe dera a natureza”. ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Ediouro, p. 31.

Nos verdes panascos,
Sem nada temer;
Papai, também quero
No campo correr.

Papai, também quero
A rêz campear
Com véstia e perneiras,
Com minha aguilhada
De ponta afiada
Que sei manejar;
Papai também quero
A rêz campear.
(...)

Papai também quero
Viver no sertão,
Fechar a carreira
Dar campo no gado
Correr no telhado
Em meu campeão;
Papai, também quero
Viver no sertão.
(...)

Papai, também quero
Vaqueiro hoje ser,
Vestido de peles...
Dos campos na lida,
Que dita... que vida...
Lutar é viver!
(...)

Papai, também quero
No campo correr!
- Cresceu o menino,
Agora, vaqueiro,
Seu filho primeiro
O mesmo a dizer:
- Papai, também quero
No campo correr!¹⁴⁵

Tal idealização das tarefas do vaqueiro corresponde, certamente, ao interesse de Juvenal Galeno pelas denominadas classes “incultas” e de certa idealização do homem do campo, que estaria mais afastado da civilização.¹⁴⁶ É relevante destacar que sua construção

¹⁴⁵ GALENO, Juvenal. *Lendas canções populares*. Fortaleza: Secult, 2010, pp. 393-395.

¹⁴⁶ ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. *A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015, p. 250. A certa altura deste trabalho, Manoel Carlos Fonseca de Alencar analisa as contribuições da obra de Herder na poesia de Juvenal Galeno, destacando que enquanto a geração de escritores românticos brasileiros do século XIX mantinha-se presa ao indianismo como expressão da nacionalidade brasileira, Galeno buscava no “popular” o conteúdo para sua poesia. É relevante sublinhar ainda que, segundo Manoel Carlos Alencar, apesar das aproximações entre Galeno e Herder, o poeta cearense “não tratou as canções como um substrato anônimo e ancestral por via do qual se entreveria a alma de uma nação”; a opção de narrar os mitos, crenças e pensamentos das classes populares revelavam certo interesse de Juvenal Galeno de tratar dos seus problemas cotidianos, de

literária contribui para exaltar a vida das populações sertanejas ocupadas com o gado, além de cercar a vida no campo e o ofício vaqueiral de uma aura positiva,¹⁴⁷ movimento bem diverso daquele que se observa no campo das construções políticas e econômicas, que enxergam os resíduos do mundo pastoril como signos de um persistente retardo e que, por este motivo, devem ser destruídos.

Sertão e pecuária aparecem quase sempre associados na literatura da segunda metade do século XIX. As atividades pastoris animam a vida sertaneja, lhes dão sentido, constituindo-se a melhor expressão de uma sociedade formada em torno do boi. Mas não é qualquer imagem da pecuária que se presta à produção literária. Para dar conta de explicar e contar a história dessas regiões ainda consideradas vazios territoriais, somente a pecuária dos tempos “primitivos”, aquela dos primeiros colonos, com o gado solto pelo mato e identificado apenas pelas marcas expostas nos couros dos animais; a pecuária “selvagem” dominada pela figura do vaqueiro, bravo, destemido, rude, moldado pela natureza também bruta dos sertões. É a pecuária sem indícios de civilização que, de maneira mais eficaz, serve para narrar em verso e em prosa a vida sertaneja cearense.

No campo simbólico e da ficção a manutenção de padrões técnicos e de sociabilidades próprias do passado colonial serão valorizadas. Sobretudo aí, as histórias de bois valentes e vaqueiros destemidos com seus feitos heroicos poderão figurar como marcas da sociedade do couro e como elementos formadores do sertão pastoril, além de constituírem a melhor imagem de um passado ameaçado pela passagem do tempo e pela modernização que adentrava as áreas de criação no país.¹⁴⁸

advogar pelas ditas classes, pela sua cidadania. Ver ALECAR, Manoel Carlos Fonseca de. *A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno*. Op. cit., pp. 250-251.

¹⁴⁷ Raymond Williams demonstrou, em *O campo e a cidade*, o quanto a literatura inglesa foi eficaz, por exemplo, na construção simbólica do campo como lugar da paz, da inocência e virtudes simples, ou campo como lugar do atraso, da ignorância e limitação. Do mesmo modo a cidade também foi associada a ideias positivas, como centros de realizações de saber, comunicação, luz; além de representar, por outro lado, valores negativos: barulho, mundanidade, ambição. Torna-se relevante para o nosso estudo a atenção que Raymond Williams dá a um movimento de regressão presente na literatura inglesa, que remete quase sempre a um passado geralmente tratado com saudosismo, o passado da vida campestre, “os bons tempos de antigamente”. Este tipo de tratamento do passado quase sempre vinha acompanhado de um sentimento de perda, de destruição dos valores “tradicionais”, provocada pelo estabelecimento de uma nova ordem política ou econômica. Williams considera importante lembrar que cada regressão ao passado, que cada descida na “escada rolante” em direção à Velha Inglaterra, à estabilidade, às virtudes campestres, tem “significados diferentes em épocas diferentes, colocando em questão valores bem diversos”. Ver: WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 27.

¹⁴⁸ Luís da Câmara Cascudo, em *Vaqueiros e cantadores*, ao aludir à modernização dos sertões e da pecuária brasileira, lamenta o apagamento de determinados traços do passado que conferiam identidade às áreas de ocupação pastoril. A modernidade é tomada como responsável pela destruição das festas de apartação, da criação do gado solto, dos vaqueiros heróis. “(...) Hoje a apartação rareia. Todo sertão é sendo cercado. A pecuária possui métodos modernos. Já apareceram veterinários. A maioria do gado é ‘raceado’, filho de reprodutores europeus ou adquiridos em Minas Gerais. não sabem esses bois atender ao ‘aboio’. Não são bons de puxar. (...)”

Se, de um lado, estas formas de enfeixar o sertão do Ceará como espaço do boi e do couro (guardião de uma atividade imune ao tempo) serviam tão bem aos enredos de romances, contos, lendas e poemas, por outro, elas representavam os obstáculos à emergência de uma nova ordem econômica de comercialização do gado. A criação à solta, a dependência da natureza, a falta de saberes científicos, a ausência de estábulos e cercas, a não existência da medicina veterinária, a “ignorância” dos vaqueiros, o aproveitamento inadequado da natureza, tudo isto obstavam a promissora indústria pastoril, que tanto mobilizou inúmeros discursos na segunda metade do século XIX.

CAPÍTULO 3. PROPOSTAS DE MODERNIZAÇÃO DA PECUÁRIA CEARENSE NO SÉCULO XIX.

3.1 - “Abandonar a rotina”: o problema da criação extensiva.

*No início do capitalismo, havia ainda muitas equações técnicas, numerosas formas de utilização e criação de recursos. As escolhas eram várias. À medida que o capitalismo se desenvolve, diminui o número de modelos técnicos, a escolha se torna mais estreita.*¹⁴⁹

*Portanto, ou os criadores terão de trocar o systema de criação pelo estabulo de tanta vantagem na Europa, ou essa industria não fará mais progressos, ainda quando se tenha mesmo de aproveitar os terrenos seccos, porque a população cresce e ei-los-há proporcionalmente invadindo. O único meio, pois, de faze-la ainda centuplicar é abandonar a rotina.*¹⁵⁰

A técnica, diz-nos Milton Santos, constitui a principal forma de relação entre o homem e a natureza, é ela quem permite a realização da vida humana, possibilitando a sua inserção no meio ambiente natural para retirar daí os elementos necessários à sua sobrevivência.¹⁵¹ A invenção das técnicas está sempre ligada às necessidades dos grupos humanos, que servem-se delas como instrumentos de mediação entre o homem e o seu meio.

O vaqueiro ‘encourado’, com sua armadura cor de tijolo, suas esporas de prateleira, seu gibão medieval, seu guantes que apenas cobre o dorso da mão, recua. Recuam os vaqueiros e com eles desaparece a ‘gesta’ secular e anônima dos heroísmos sem testemunhas e das coragens solitárias e atrevidas”. CASCUDO, Luis da Camara. *Vaqueiros e cantadores*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984, pp. 108-109.

¹⁴⁹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Op. cit., p. 191.

¹⁵⁰ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I, (1863). Op. cit., p. 380.

¹⁵¹ Ver: As técnicas, o tempo e o espaço geográfico. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Op. cit., p. 29. Discussão semelhante Milton Santos desenvolve em *Globalização e redescoberta da natureza*, In: *Técnica*,

Antes da experiência capitalista o uso das técnicas correspondia diretamente aos interesses de grupos humanos dotados de necessidades muito particulares, permitindo assim, que houvesse uma multiplicidade de sistemas técnicos orientados também por uma diversidade de agrupamentos sociais. Tratava-se do uso da técnica determinada pelo grupo, pelo lugar particular. “O lugar definia, a um só tempo, as condições de vida e as condições (os processos) de sua evolução. Os sistemas técnicos eram locais”.¹⁵²

Com o capitalismo, assistiu-se progressivamente a diminuição dos sistemas técnicos, na medida em que as tecnologias locais e particulares se cruzaram a partir das trocas possibilitadas pelo comércio de mercadorias, de plantas, de animais, de formas de organização das produções. Para Milton Santos, a experiência capitalista conduziu a uma redução dos sistemas técnicos e a um afunilamento das possibilidades de escolhas desses sistemas, uma vez que fomos conduzidos cada vez mais para o uso de um único sistema técnico, característica primordial do atual estágio de globalização.

Assim, todas as civilizações do planeta, todos os povos espalhados pelos mais longínquos lugares, mesmo guardando especificidades culturais, estão submetidos hoje aos mesmos sistemas técnicos. A unicidade da técnica, nos termos de Milton Santos, pressupõe o espraiamento de uma mesma técnica para todo e qualquer lugar, sua difusão tornou-se universal. “Sua área de atuação é o mundo inteiro”.¹⁵³

A opção por iniciar com Milton Santos a nossa análise sobre as propostas de modernização para o regime pastoril cearense na segunda metade de século XIX, reside no fato de entendermos que a “pecuária semi-selvagem”, produto nascido dos discursos dos publicistas oitocentistas, encontra também no elemento técnico a sua condição de existência. O “atraso”, a “rotina”, o caráter “bravio”, elementos que compuseram o diagnóstico do criatório cearense, foram justificados pelo afastamento do sistema de criação praticado no Ceará e os sistemas técnicos modernos praticados nas nações ditas civilizadas, mormente nos países da Europa.

O “systema bravio de criação” de que nos falou Thomaz Pompeo de Sousa Brasil é, antes de tudo, um modelo de criação que não adotou as técnicas modernas utilizadas na

espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 15-26.

¹⁵² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Op. cit. p. 190.

¹⁵³ Para Milton Santos foi logo após a Segunda Guerra Mundial, com a emergência do período técnico-científico, que a técnica se constituiu num elemento universal, tornando-se comum a todas as sociedades e culturas espalhadas pelo mundo. Mas é fundamental encarar a universalização da técnica e sua unicidade como uma realidade que decorreu de um processo possibilitado pelo advento do capitalismo a partir do século XVI e que atingiu seu ápice no momento atual, em plena globalização, quando um mesmo sistema técnico pode ser experimentado por todos os povos. Ver: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Op. cit. pp. 191-192.

Europa e que não se submeteu ao processo de universalização da técnica, pela adoção dos mesmos instrumentos de trabalho, das mesmas formas de produzir, das mesmas formas de organização do espaço e das relações de trabalho.

Foi o afastamento da pecuária cearense dos sistemas técnicos considerados modernos e já experimentados por países “civilizados” que chamou a atenção de viajantes, de intelectuais e de políticos no Ceará ao longo do século XIX. Foi também este suposto distanciamento entre a pecuária semi-selvagem e a moderna indústria pastoril que motivou políticos e cientistas a apresentarem propostas de melhoramento da criação de animais na província.

Cumpre-nos verificar essas propostas partindo de alguns questionamentos fundamentais para o entendimento da emergência da pecuária semi-selvagem. Como os métodos de criação praticados no Ceará foram vistos pelos publicistas no século XIX? Sobre quais aspectos da organização do criatório recaíram as críticas feitas por estes homens? O que, de fato, representava a rotina da pecuária cearense?

Em 1863, quando publicou o Ensaio Estatístico da Província do Ceará, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, evidenciou o caráter “bravio” do sistema de criação em sua terra natal nos seguintes termos:

O systema de creação é semi-selvagem, quase todo entregue às forças da natureza, o que obsta o maior desenvolvimento de que é esta industria sesceptivel, pois os constantes prejuízos que os creadores sofrem annualmente tem por causa desse systema de creação.¹⁵⁴

A crítica de Thomaz Pompeo voltava-se, principalmente, para o aspecto extensivo da criação, com o gado criado solto pelo mato, dependente das forragens ofertadas pela natureza e vulnerável às intempéries naturais, especialmente as secas. É relevante destacar que o elemento que conferia à pecuária seu aspecto selvagem, nos termos de Thomaz Pompeo, era justamente aquele sob o qual se erigiu o modelo pastoril não só do Ceará, mas do Brasil como um todo: a sua extensividade.

A historiografia brasileira que se debruçou sobre a participação da pecuária no processo de interiorização da colônia destaca o método de criação à solta como marca primordial dos processos pastoris no Brasil, representando mesmo sua condição de existência. Caio Prado Júnior, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, refere-se a este ramo da economia, como “idêntica ao passado”, atividade “que por natureza requer muito mais espaço,

¹⁵⁴ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Op. cit., p. 380.

sobretudo a nossa pecuária, a única então possível, realizada extensivamente, sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva”.¹⁵⁵

É importante ressaltar, porém, que embora destaque os aspectos aparentemente imutáveis da pecuária brasileira, Prado Júnior confere a ela um lugar importante na formação colonial, por cumprir um componente de subsistência e, sobretudo, por ter contribuído para a interiorização da colônia e conquista do território. Além disso, este autor chama a atenção para a grande contribuição técnica que a pecuária poderia ter realizado no país, que é o fornecimento de esterco animal para a fertilização da terra. A opção pela separação entre a agricultura e criatório no país não possibilitou o beneficiamento agrícola, privando “o solo do seu mais importante fertilizante utilizável: o esterco animal”.¹⁵⁶

A criação à lei da natureza, como se costumou denominar o método extensivo, foi tomada como uma exigência própria da economia pastoril, sendo utilizada como justificativa para a expansão dos gados em direção aos sertões brasileiros, mormente para as áreas de caatinga do Nordeste do Brasil. Para Thomaz Pompeo Sobrinho, a instalação do gado nessas regiões explica-se, primordialmente, pela adequação do tipo de criação às particularidades da natureza encontrada. O sertão é tomado como espaço naturalmente adequado para o desenvolvimento do modelo extensivo do criatório brasileiro, apresentando condições geográficas inexistentes no litoral.

Vale destacar as palavras de Pompeo Sobrinho,

A propriedade das terras de caatingas para a criação de gados cedo foi notada, e assim abrolhou nessas amplas regiões uma civilização caracterizada pela sua indústria dominante e quase exclusiva, o pastoreio.

O litoral do Nordeste não se prestava tão bem para a criação à lei da natureza, em vista de suas condições edáficas, climáticas e biogeográficas.¹⁵⁷

Embora tenha destacado outros fatores que contribuíram para a expansão dos gados nos sertões nordestinos, como o fato de a pecuária dispensar grandes esforços laborais e ser uma atividade que demandava baixos custos, Pompeo Sobrinho acaba por eleger os

¹⁵⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p.188.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 187. Para Joana Medrado (2013), este olhar de Caio Prado Júnior o diferencia de autores que enxergaram a pecuária como atividade imutável e de perfil semi-feudal, e constitui mesmo um convite ao estudo dos impactos desta atividade na economia brasileira. Ver: MEDRADO, JOANA. *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil central*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013, p. 28.

¹⁵⁷ SOBRINHO, Thomaz Pompeo. O homem do Nordeste. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Tomo LI, Ano LI, 1937, p. 322. Pompeo Sobrinho sublinha a facilidade com que se alastraram as fazendas de gado nos sertões de caatinga tomando como elemento facilitador dessa expansão do criatório as condições da natureza, o mato aberto, a abundância de gramíneas e ramas forrageiras que se prestavam como alimento para os animais.

aspectos geográficos e as condicionantes naturais como determinantes da instalação da economia pastoril nestes lugares.

Não se pode, portanto, negligenciar os fatores de ordem política e econômica que estiveram na base do processo de interiorização dos sertões das capitanias do Norte do Brasil¹⁵⁸ e da presença do gado nessas paragens. A reserva das terras do litoral brasileiro para o desenvolvimento da cultura cana-de-açúcar, por meio da carta régia de 1701, esteve na base da separação entre as terras de criar e as de plantar, afastando a pecuária para as áreas interiores do país.

O movimento que empurrou a pecuária para o sertão explica-se pela opção do empreendimento colonial pela agricultura, destinando as melhores terras para tal fim. A separação entre as duas atividades era condição fundamental para o bom desempenho do sistema agrário, uma vez que a criação de gados próxima às áreas agricultáveis poderia oferecer riscos às plantações de cana, de mandioca e outras.¹⁵⁹

Outro fator determinante para a ocupação das terras interiores da capitania do Ceará foi o processo de restauração da economia açucareira após a expulsão dos holandeses do Brasil em 1754. Pedro Puntoni ressaltou a situação econômica de Pernambuco após as guerras contra os batavos, destacando os problemas enfrentados pela economia colonial. Citando Stuart Schwartz, Pedro Puntoni destaca,

Se é verdade que fatores internos penalizaram a atividade produtiva, tais como epidemias, secas e outras calamidades naturais, os problemas mais fortes residiam em fatores externos: o crescimento da concorrência interimperial, a ascensão da produção antilhana e, a partir de 1680, a conseqüente inflação dos preços dos escravos, dado o aumento da procura em África. Nesse sentido, a Coroa procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial. Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram agora a receber apoio e mesmo ser agenciadas pelo governo-geral.¹⁶⁰

Assim, compreende-se que nesse momento de crise da atividade açucareira as expedições aos sertões das capitanias do Norte da colônia representaram uma tentativa de resolver os problemas enfrentados. Com as marchas de gado tentavam os agentes coloniais, mormente aqueles participantes que ajudaram a expulsar os holandeses do Brasil, angariar

¹⁵⁸ De acordo com José Eudes Gomes (2010), as capitanias do norte compreendiam todas as capitanias do Estado do Brasil situadas ao norte da de Pernambuco, ou seja, Ceará, Rio Grande e Paraíba. A capitania do Ceará integrava o Estado do Maranhão de 1621 a 1656, quando passou a fazer parte do Estado do Brasil. Por ordem régia de 1668 adquiriu estatuto de capitania subalterna à de Pernambuco e tornou-se independente em 1799. Ver: GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *Um escandaloso teatro dos horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010, p. 23.

¹⁵⁹ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2002, p. 22.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 25.

porções de terras para inserirem seus rebanhos e ocupar uma área geográfica ainda considerada um vazio territorial e demográfico, que deveria ser preenchido.¹⁶¹

Cabe reforçarmos, portanto, que o modelo de pecuária extensiva que foi inserido na capitania do Ceará atendia diretamente aos interesses políticos e econômicos naquele processo de interiorização da colônia portuguesa e recuperação da economia. A extensividade também se coadunava aos interesses dos agentes colonizadores em acumular vastas porções de terras. Não por acaso a solicitação de lotes de terras para acolher gados foi a principal estratégia utilizada durante todo o período colonial.¹⁶²

A forma como se viu a pecuária cearense no século XIX, principalmente na sua segunda metade, esteve orientada por uma crítica da manutenção dos mesmos padrões técnicos herdados do passado colonial, que a aproximavam muito mais do pastoreio, e evidenciou ao mesmo tempo, a urgente necessidade de transformação desta atividade em uma *indústria pastoril*, que expressasse a racionalização dos seus processos.

Joana Medrado, em importante trabalho sobre a invenção da modernização da pecuária nos sertões do Brasil central, apresenta detalhes relevantes acerca de mudanças significativas na economia pastoril do centro-oeste brasileiro no final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Estava em jogo naquele momento a discussão em torno da necessidade de substituir um modelo de criação nômade (o pastoreio) por uma pecuária propriamente dita, impulsionada pelo mercado da carne e marcada pela introdução de tecnologias novas como importação de gados europeus.

Analisando a obra de Nelson Werneck Sodré, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*, Joana Medrado chama a atenção para a distinção que este autor faz entre a pecuária e a agricultura. Pensava Sodré que o regime pastoril brasileiro cumpriu a tarefa de expandir o território, mas não foi capaz de fixar o homem à terra, tarefa realizada pela agricultura. Como atividade nômade, a criação de animais só poderia ser pensada como pastoreio, com o único objetivo de cuidar dos rebanhos.¹⁶³

¹⁶¹ ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012, p.15. Leonardo Rolim também destaca outros fatores que motivaram a conquista dos sertões; além da necessidade de uma nova fronteira para a pecuária, a busca por um caminho por terra para o Estado do Maranhão e Grão Pará, bem como a busca por metais preciosos se constituíram em motivações para tal empreitada. Ver, ROLIM, 2012, p. 20.

¹⁶² Analisando as distribuições de sesmarias no Ceará entre 1679 e 1824, Francisco José Pinheiro destaca que num período de mais de um século e meio, 91% das solicitações de lotes tiveram como justificativa as terras para abrigar gado. Ver: PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In: SOUZA, Simone. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.30.

¹⁶³ MEDRADO, Joana. *Do pastoreio à pecuária*. Op. cit. p. 25.

As modificações processadas na pecuária do oeste brasileiro na passagem do século XIX para o XX foram encaradas como momento de superação do modelo pastoril e início de uma indústria, a pecuária racional, pautada no comércio de carnes, na racionalização alimentar, nos avanços da medicina veterinária, na importação de raças bovinas e cruzamentos de espécies.

Afastar-se de um tipo de criação pastoril, nômade e selvagem também pareceu ser o foco central da crítica formada em torno do criatório cearense no século XIX. No caso do Ceará, a questão ainda não estava voltada para a produção de uma economia de exportação da carne. Os críticos da pecuária apontaram para uma melhor gestão do criatório e dos recursos naturais com vistas à melhoria do abastecimento da própria província, mormente nos períodos de estiagem. A inserção da pecuária brasileira no mercado internacional já vinha sendo alvo de muitas discussões, fosse por meio de publicações *n'O Auxiliador da Indústria Nacional*, ou nos relatórios das Exposições Nacionais e Universais, ou ainda nos discursos dos presidentes de província. Os apelos à modernização dos processos técnicos da pecuária cearense já reclamavam a transformação do regime pastoril em indústria criadora que utilizasse o emprego de alguns elementos técnicos já praticados por outros países ou por outras províncias brasileiras como parâmetros de comparação com os métodos empregados no Ceará.

Em 1877, Giacomo Raja Gabaglia, que tinha estado no Ceará como chefe da seção Astronômica e Geográfica da Comissão Científica de Exploração, publicou no Rio de Janeiro os *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*. Interessa-nos de perto neste documento as anotações de Gabaglia acerca do regime de criação realizado na província, bem como suas sugestões sobre a forma como se deveria organizar o criatório. A entrega exclusiva do gado aos cuidados da natureza e o pouco trabalho dedicado à criação serão alvos da crítica de Gabaglia.

Ter abundantes rebanhos, boiadas e cavalhadas em soltas, contando que os campos agrestes pontualmente forneçam a necessária alimentação; que os rios abasteçam as aguadas e resumir o trabalho à simples fiscalização de marcas e às transações de venda; a tanta simplicidade é muito natural que se aspire, mas ainda mais natural é supor-se coisa improvável.¹⁶⁴

Esta observação de Raja Gabaglia chama a atenção para um aspecto que ele considerava característico da imprevidência dos fazendeiros cearenses: a soltura dos gados pelos matos e a dependência dos rebanhos ao alimento que cresce espontaneamente. Gabaglia

¹⁶⁴ GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*, (1877). Op. cit., p. 142-143.

também destacou o pouco caso que faziam os criadores em ter lugares apropriados para criarem seus rebanhos, ressaltando que aquele que se intitulava fazendeiro não se convence de que deve possuir terras proporcionais aos rebanhos e boiadas; pelo contrário, despreza o que está prescrito a respeito e procura enriquecer à custa dos terrenos alheios ou do Estado.¹⁶⁵

Conviria, portanto, introduzir meios para conter o gado em lugares específicos. O debate em torno da necessidade da adoção de cercas e currais no regime de criação do Ceará já estava incluído nos relatórios de presidente de província, antes mesmo das observações de Raja Gabaglia. Em 1858, o presidente João Silveira de Sousa, destacou em seu relatório a ausência de cercas na província como um indício do “espírito de rotina” dos criadores.

Nem todos mesmo tem cercados e curraes, ou não os tem do modo, ou os commodos convenientes, e o gado em estado puramente selvagem solto pelos campos, nem é tratado como devia sel-o, nem produz quanto podia, e é muito sujeito a toda sorte de enfermidades que o dizimão.¹⁶⁶

Embora o presidente não defina em seu relatório como deveriam ser feitas as cercas e currais, ou detalhes sobre o tamanho dos cercados, ou dos “commodos convenientes”, fica registrado que a falta deste elemento técnico era vista como causa de muitos problemas à que a indústria pastoril estava submetida. Criado solto o gado ficava vulnerável a inúmeras epizootias, não recebia a alimentação adequada que permitisse seu crescimento e engorda, além do fato de sofrer os prejuízos decorrentes das variações climáticas. Esta percepção incentivou uma série de dispositivos camaristas já a partir da década de 1830.

Eduardo Campos, em sua obra *A invenção do discurso ambiental*, observa a criação de uma série de códigos de posturas nas vilas da província que apontam para as primeiras tentativas de ordenamento da atividade pastoril no Ceará. A instalação de cercas nas chamadas terras de criar aparece nesses códigos como estratégia para conter os conflitos existentes entre os agricultores e criadores de gado, contendas decorrentes, principalmente, da invasão do gado sobre as plantações de gêneros alimentícios, que acarretava em prejuízos à lavoura de subsistência, embora para Eduardo Campos as leis estivessem muito mais inclinadas para a proteção dos direitos dos que criam.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Ibidem, p. 143.

¹⁶⁶ Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará: typ. Cearense, 1858, p. 26.

¹⁶⁷ CAMPOS, Eduardo. *A invenção do discurso ambiental: estudo de antigas posturas municipais do Ceará*. Fortaleza: Casa José de Alencar Editorial, 1998, p. 89.

Esta suposta inclinação da legislação para os interesses dos criadores foi motivo de intensos debates e contundentes reclamações dos agricultores da comarca do Crato, no decorrer da década de 1850, que exigiam a urgente “retirada dos gados, que se apascentam nas faldas do Araripe”.¹⁶⁸ O jornal *O Araripe* registrou em vários de seus números o duro tom dos agricultores da região, que se julgavam prejudicados pela presença da pecuária em uma área de plantação, defendendo que os gados espalhados pelos campos deixavam atrás de si um rastro de destruição da lavoura lucrativa, inclusive do algodão. Estava em questão a reserva das terras para o uso agrícola, uma vez que

(...) sendo os trabalhos agricolas aquelle dos dous que mais nos importa, as nossas municipalidades não devem hesitar em sacrificar-lhe a criação, se é sacrificio arrear para os certões à pequena distancia gados que enlaguecem na humidade de nossos brejos, que não procrião e que estão fora de seo elemento de vida, aquellas salubre e vigorosas pastagens das campinas, aquelle ar secco e eminentemente robustecedor dos nossos certões.¹⁶⁹

O objetivo primordial era a separação completa entre pecuária e agricultura. Tratava-se de afastar geograficamente os gados, arrastando-os para os sertões, ou, quando isso não fosse possível, mantê-los aprisionados, contidos por cercas ou valas. Na mesma matéria d’*O Araripe* de 07 de setembro de 1855, os agricultores ressentiam-se do fato de serem obrigados de construírem eles mesmos as cercas de proteção de suas lavouras, quando a responsabilidade deveria ser dos criadores.

A cerca ou valla é cousa inherente a criação, e é quem cria, que carrega com a dispesa que dela resulta; entre nós porém, dá-se o contrario, o plantador é quem é obrigado a cercar suas lavouras para que não sejam pilhadas pelo gado do visinho, e concorre assim com as despesas da criação. Bello!¹⁷⁰

Além de corroborar a ideia de que a legislação quase sempre privilegiou os interesses dos criadores, esta passagem nos permite inferir que não havia ainda uma exigência ou uma urgência de modificações nos padrões técnicos da pecuária cearense. Os gados continuavam a ser criados em liberdade, dispensando as cercas e as valas, instrumentos que estavam mais voltados ao ordenamento da agricultura provincial.

Uma petição dos agricultores da região do Cariri foi dirigida ao presidente da província em 1855, solicitando a determinação da retirada dos gados das áreas ocupadas com os gêneros agrícolas. É relevante destacar a argumentação dos solicitantes para convencerem

¹⁶⁸ *O Araripe*, Nº 9, 1855, p. 2.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 3.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 3.

o poder público de que “não existem no Cariry esses terrenos de criar” e da impossibilidade de manter os gados em um “país naturalmente agrícola”.¹⁷¹ Note-se como a representação recorre ao discurso da miséria, da pobreza e da fome, que estariam associados à presença dos rebanhos bovinos nos terrenos de plantar.

Exm Sr a actualidade desta comarca é pessima estamos a braços com a miseria: tudo quanto nos restou do inverno, o gado devorou. O povo pobre, depois de consumir o tempo em inuteis sacrificios, está obrigado a abrigar-se em municipios estranhos. Um facto nunca observado se dá entre nós: o povo imigra deste território, outr’ora celloiro das comarcas limitrophes.¹⁷²

Nas leis provinciais do Ceará (1835-1861) já se podia verificar a preocupação com a separação dos gados e das plantações ao longo do território desde a década de 1830. O artigo primeiro da Lei nº 83 de 20 de setembro de 1837, estabelece a separação das terras da câmara de Messejana entre terras de criar e terras de plantar.

O termo que compreende o município desta villa fica considerado como de crear e não de plantar, como até agora, à excepção das, que ficão sendo privativas de plantação (...) Quem quiser plantar no terreno considerado de crear, fará cercas de três carnaúbas horizontaes, ou de três varas, estacas de palmo a palmo de sabiá ou páo-ferro, amarradas com sipó de cururu ou mesmo de caissára de sete palmos de altura.¹⁷³

No artigo 65 da Lei nº 948 de 27 de agosto de 1860, que estabelece o código de posturas da câmara de Saboeiro, verificamos:

Todas as pessoas que criarem gados vacum, cavalar, cabrum, ovelhum e suíno, serão obrigados, logo que forem admoestados pelo fiscal, a retirar para longe aquelles referidos animaes, que apezar das cautelas estabelecidas no artigo antecedente, arruinarem o cercado e destruírem as plantações alheias, ficando além disso, responsáveis pelo prejuízo causado.¹⁷⁴

Como se vê, a introdução de cercas para a contenção do gado tornou-se gradativamente uma obrigação legal, sendo estabelecida nos códigos de posturas de inúmeras vilas. Vale notar, porém, que antes de ser uma estratégia de modernização da pecuária

¹⁷¹ Representação que ao Exm. Sr. presidente da província vão endereçar parte dos agricultores da do cariry. In: *O Araripe*, Nº 24, 1855, p. 2. Deve-se ressaltar que o jornal *O Araripe* encabeçou esta campanha contra os gados da região do Cariri, não apenas publicizando as reclamações dos agricultores e petições ao governo, mas também servindo como instrumento de mobilização dos interessados na causa. Na edição número 25, o jornal publicou uma nota informando que a petição que deveria ser enviada ao governo da província encontrava-se em sua sede e convidava todos os agricultores a assinarem o documento. Ver: *O Araripe*, Nº 25, 1855, p. 4.

¹⁷² *Ibidem*, p. 2.

¹⁷³ *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso/ Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa. (Orgs.). – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 98-99.

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 441.

cearense, que objetivasse o aumento da produção do gado e permitisse um comércio avultado, a preocupação com os cercados estava muito mais ligada aos conflitos locais entre agricultores e criadores e à necessidade de estabelecer limites entre as áreas de criação e àquelas destinadas à agricultura. Também é verdade que a obrigação de introduzir cercas ou valas recaiu quase sempre sobre os lavradores.

De todo modo, a quase inexistência dos cercados e a criação dos animais em “estado puramente selvagem”, como destacou o presidente João Silveira de Sousa, no relatório já citado, foi encarada como signo de atraso, da letargia e da urgente necessidade de mudanças.

Quando observamos Raja Gabaglia repetindo em 1877 o mesmo discurso de uma pecuária selvagem, solta pelo mato e propondo o uso de cercas como instrumento de contenção dos rebanhos, podemos perceber a permanência de um modelo de criação tradicionalmente estabelecido no Ceará, que resistiu aos apelos de modernização e mesmo aos dispositivos legais. Isso talvez possa ser explicado pela superficialidade das propostas de mudanças apresentadas, ou pela reduzida ação do Estado, que deixava a cargo dos criadores a introdução de cercados em suas fazendas, utilizando para tal fim a madeira extraída das árvores locais.

A superficialidade das propostas de mudanças apresentadas pelos publicistas oitocentistas em relação à substituição de um tipo de criação à solta por outro mais intensivo explica-se principalmente pelo fato de não terem demonstrado com mais detalhe as modificações técnicas que deveriam ser empregadas. Thomaz Pompeo, por exemplo, sugere a introdução do estábulo já usado na Europa, mas não indica meios para a inserção deste elemento técnico na pecuária cearense, nem versa sobre as possibilidades do seu emprego no Ceará.

Uma ideia do que seria de fato uma criação estabulada ou a introdução de estábulos na indústria pastoril brasileira pode ser verificada na edição da *Revista Agrícola* de 1871, periódico trimestral pertencente ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e que começou a ser publicado em 1869, com o intuito de registrar “todas as observações se que prendão á lavoura nacional”.¹⁷⁵

No seu oitavo volume, a *Revista Agrícola* estampou o artigo *Zootecnia: criação de animaes domésticos, extraído das páginas de um periódico de Lisboa, Industriador* –

¹⁷⁵ A Reforma agrícola. In: *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1869, p. 6.

jornal pratico de sciencias, artes mecânicas e agricultura.¹⁷⁶ O artigo define a zootecnia como ramo da agricultura, que “compreende a criação, a educação, e o emprego dos animais domesticos necessários ou proveitosos a economia na rural”.¹⁷⁷ Nele são expostos os principais meios de melhorar as raças animais, os preceitos gerais para a alimentação e formas de criar os animais domésticos, além de dicas sobre como orientar o cruzamento, a gestação, os partos das vacas, ovelhas, cabras, etc.

A respeito da alimentação dos gados, o artigo destaca:

Há duas maneiras de alimentar o gado vaccum, uma é no estabulo, e a outra no pasto. Ambos estes modos de alimentação podem ter as suas vantagens relativas; mas o systema estabulario é em geral immensamente preferível.¹⁷⁸

O estábulo é tomado no artigo como um lugar delimitado, cercado, onde os animais são criados sob a vigilância e maior controle dos criadores. Aparecem ainda como sinônimos de estábulo os currais, as cavalariças, arribanas, redis ou bardos. Todos estes termos indicam um abrigo para os gados vacuns ou ovelhuns, que possibilitem a melhor alimentação dos animais, livrá-los das intempéries climáticas, o controle da engorda dos gados, o tratamento de doenças. Indicando um modelo de criação oposto à dispersão dos gados pelos pastos, o estábulo pressupõe a feitura de espaços determinados para o confinamento dos animais.

Mesmo para o gado ovelhum, que segundo o artigo se alimenta melhor nos pastos, porque aproveita as pastagens curtas e rasteiras, convém ter espaços cercados e cobertos para os abrigarem durante a noite e nos períodos de chuva. Temos uma pequena descrição destes espaços na passagem a seguir.

Mas quando mesmo as ovelhas pernoitarem nos campos, devem juntar-se nos brados, ou nos redis, não só para se agasalharem umas ás outras, mas também para estercarem o terreno e ficarem melhor defendidas dos animais carnivoros, seus incessantes inimigos. Esta dormida nos bardos ou nos redis, consiste em fazer reunir durante a noite o gado ovelhum em pequenos espaços ordinariamente quadrados e

¹⁷⁶ Segundo Rosa Espada, O periódico O Industriador – Jornal pratico de sciencias, artes mechanicas e agricultura começou a ser publicado em 1849, em Lisboa. De tiragem mensal, o jornal dedicava-se a publicação de artigos de caráter mais prático, voltado para as atividades agrícolas, mecânicas e industriais, conhecimentos úteis aos operários e artífices de Portugal. Para Rosa Espada, o jornal “enquadrou-se no conjunto de publicações europeias popularizadoras dos conhecimentos úteis”. Ver: ESPADA, Rosa. O Industriador: quando no século XIX um jornal científico divulga o velho paradigma português do Plano Tecnológico para desenvolver Portugal. In: Revista Proformar online. Edição nº 13, janeiro de 2006, pp 1-18. Disponível em http://proformar.pt/revista/edicao_13/industriador.pdf. Acessado em 16 de março de 2016.

¹⁷⁷ Zootecnia: criação de animais domesticos In: Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1871, p. 30.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 36.

circumlimitados por algumas redes, ou simplesmente por cordas prezas a um certo numero de estacas, ou finalmente por uma especie de sébe de mato seco.¹⁷⁹

A experiência que já se praticava em Portugal, de adotar os estábulos ou redis para confinar os gados, mesmo que produzidos de forma simples, com uso de estacas e cordas, era vista no Brasil como avanço importante para a realização de melhorias na indústria pastoril, sobretudo porque demonstrava maior controle dos criadores sobre os animais e direcionava a criação para fins específicos, fosse à produção de carne, leite, queijos, manteiga, lã, couros, etc., ou à utilização dos animais como força de tração para os trabalhos na lavoura. De todo modo, cabia substituir o antigo sistema de criação à solta por formas mais intensivas e racionais.

No Ceará, quando existiam, os recursos utilizados no controle do gado em todo o território cearense era mesmo a cerca, resultante do processo de desbastamento da vegetação ofertada nas áreas de criação. Vale ressaltar que a preocupação em introduzir cercados nas áreas de criação foi muito mais uma exigência da agricultura de subsistência do que, verdadeiramente, uma opção por uma pecuária intensiva.¹⁸⁰ Os cercados não objetivavam, portanto, prender os animais e mantê-los sob uma nova forma de criação; eram muito mais uma exigência para a proteção dos gêneros cultivados nos roçados.

3.2. Degeneração e Aclimação de animais.

Alfred W. Crosby, em *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*, destacou a importância que tiveram os animais e as plantas, bem como as doenças que foram transportadas para as Neoeuropas,¹⁸¹ no processo de conquista e efetivação da colonização nestas áreas. Para o autor, o sucesso da expansão imperialista sobre as novas colônias, para além do poderio bélico, político, religioso, constituiu-se também por um forte fator biológico e ecológico.¹⁸²

¹⁷⁹ Ibidem, p. 42. O artigo da revista traz as duas formas de escrita bardos e brados. Zootecnia: criação de animais domésticos.

¹⁸⁰ Manuel Correia de Andrade destaca que a utilização de cercas nas áreas de criação do Brasil, mormente no sertão setentrional, só passou a se efetivar quando as populações destas áreas foram se adensando. Para isto foram utilizados os chamados travessões, que estabeleciam limites entre as terras de criar e as de plantar. Diz-nos Andrade, “O travessão era formado ora por um valado, ora por uma cerca, que podia ser de pedra – frequente no Seridó, ora de varas, ora de ramos, ora de ‘espinhos’, isto é, de cactáceas”. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 191-192.

¹⁸¹ As “Neoeuropas” compreendem a Austrália, Nova Zelândia e a América.

¹⁸² Ver: CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia da letras, 2011, p.19.

Alfred Crosby chega mesmo a afirmar que sem a introdução de animais (porcos, cavalos, cabras, carneiros, galinhas, etc.), os colonizadores europeus não teriam obtido o mesmo sucesso que tiveram no empreendimento colonial, pois estes animais, com seu poder de autorreprodução, aceleraram e tornaram mais eficientes as mudanças no meio ambiente em que foram inseridos, facilitando ou tornando menos dura a adaptação do elemento humano nas novas terras.¹⁸³

Os animais que do velho mundo vieram compor as paisagens das áreas atingidas pelo imperialismo europeu, inclusive o Brasil, permaneceram, segundo Alfred Crosby, na sua grande maioria, selvagens. O gado das Américas, diz o autor, do século XVI ao XIX, “era provavelmente bravia”. É interessante notar que para Alfred Crosby, os animais bravios são identificados pelo fato de não terem sido domesticados e de terem sido moldados mais pela natureza, adquirindo características agressivas, força, rapidez, o que emprestava aos animais “uma espécie de feroz arrogância”.¹⁸⁴ Esta forma de criação dos animais, soltos e dependentes da vegetação ofertada naturalmente, vulneráveis às variações climáticas e aos ataques de predadores, constituiu, de acordo com Alfred Crosby, característica marcante nas chamadas Neoeuropas.

Na esteira do pensamento de Alfred Crosby, grande parte dos presidentes de província pensava que o gado do Ceará no século XIX ainda era o mesmo introduzido pelos colonizadores portugueses e permaneceram entregues à natureza, sendo criados de forma bravia.¹⁸⁵ Por não terem sido renovados pela introdução de novas e melhores raças, diziam os presidentes, os animais encontravam-se degenerados, razão pela qual se fazia necessário empreender o cruzamento de raças.

Em 1858, o presidente João Silveira de Sousa destacou em seu relatório à Assembleia Provincial a necessidade de aquisição de novas raças animais para melhoria dos rebanhos existente no Ceará.

Infelizmente além dos males acima apontados com que luta a criação do gado na Província, acresce que suas raças, quer vaccum, quer cavallar, tem notavelmente degenerado, devendo-se isso não só ao influxo das causas acima referidas, mas sobretudo a falta de seo crusamento com outras raças melhores, que as renovem.¹⁸⁶

¹⁸³ Ibidem, p. 182.

¹⁸⁴ Ibidem, 188.

¹⁸⁵ Criava-se no Ceará, segundo Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, o gado “vaccum, cavallar, muar, lanigero, isto é, cabrum, ovelhum e suino”. Ver: BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Op. cit., p. 379.

¹⁸⁶ Relatório que à Assembléa Legislativa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma província. Ceará: Typ. cearense, 1858, p. 26.

Na mesma ótica, anos mais tarde, em 1864, Lafayette Rodrigues Pereira, presidente da província, criticava a falta de cruzamento e renovação do gado cearense.

Desde a era de sua introdução, era coêva da colonização da província, que ainda não foram renovadas pelo cruzamento. É para admirar que um melhoramento tao importante, quão facil de obter-se, ainda não fosse tentado pelo esforço individual. O fazendeiro que impregasse capitaes na introdução de novas raças colheria lucros consideraveis.¹⁸⁷

Estava em pauta nos relatórios dos presidentes o tema da degeneração das raças de animais domésticos, tese fortemente debatida e aceita no Brasil, especialmente pelos membros da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN). A degenerescência dos animais domésticos consistia em mudanças gradativas nas espécies animais, notadamente a perda daqueles caracteres que concorriam para a perfeição das raças, como o tamanho, o volume, o tipo do pelo, a qualidade das carnes, a disposição para determinados trabalhos, etc. Significava, portanto, a perda das “boas” qualidades, e a aquisição de características indesejáveis como a redução do tamanho ou o atrofiamento dos membros.

Ressalte-se que o discurso da degeneração das raças brasileiras estava espalhado por todo o país e esforços na direção da aclimação de novas raças melhoradoras do rebanho nacional se fazia notar em algumas províncias. Na década de 1850, na província do Rio Grande do Sul, estes esforços se traduziram na compra de um carregamento com 111 ovelhas e 10 carneiros da raça Negrete, adquiridos na Alemanha. A iniciativa buscava diversificar a criação de animais na província e incrementar da produção da lã que já se praticava no Rio Grande do Sul. O sucesso deste empreendimento, segundo o presidente provincial, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, só poderia se efetivar se aos novos animais fosse dado um tratamento especial, como mantê-los em local apropriado, dar-lhes uma alimentação adequada, e separá-los das raças degeneradas do país. Neste sentido, o presidente dirigia-se à Assembleia provincial nos seguintes termos:

Indiquei no relatório do anno passado, e não posso deixar de insistir com maior sollicitude ainda desta vez, a necessidade de adquirir a Provincia, por compra, um terreno usado para estabelecimento definitivo deste rebanho, se é que a Assembleia deseja, como é natural, crear e desenvolver este novo e importante ramo de industria. (...) Até hoje, apezar de ter-se duplicado o numero, esses carneiros tem

¹⁸⁷ Relatório apresentado à Assembléa Lagislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da installação da mesma assembéa no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864, p. 51.

ainda as mesmas acomodações provisórias que se fizeram de momento para os receber.¹⁸⁸

Em 1861, outro relatório provincial dava notícias sobre o malogro da tentativa de aclimação dos carneiros, mesmo com todos os esforços tentados pelo governo, como a compra da Chácara Bananeiras para abrigá-los, da contratação de pessoa habilitada para tratar os animais, da construção de estrebarias. Restavam apenas 46 animais em 1861, de acordo com o relatório que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão apresentou à Assembleia provincial.¹⁸⁹

O que nos parece mais relevante neste caso é o fato de podermos verificar iniciativas de importação de raças estrangeiras destinadas a resolver o problema da degeneração dos tipos nacionais, um impulso de modernização da atividade pastoril já em princípios da segunda metade do século XIX, movimento que tendeu a crescer, sobretudo nas últimas décadas dos oitocentos.¹⁹⁰ Talvez esses primeiros ensaios modernizantes se devessem à disseminação do discurso da degeneração das raças de animais domésticos e da defesa de seu melhoramento, debates que, verdadeiramente, estavam espargidos pelo Brasil.

Já em 1837, Januario da Cunha Barbosa, sócio efetivo da SAIN, publicou um artigo no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* contendo informações acerca do cruzamento de gados vacuns na Inglaterra. O artigo tratava-se, na verdade, segundo o próprio Cunha Barbosa, de extratos de “algumas das sabias observações de M. James Dickson sobre o cruzamento do gado vaccum, colhidas de huma Memoria ultimamente publicada”.¹⁹¹ É relevante observar neste documento a compreensão de Dickson a respeito da degeneração dos animais domésticos, visão que, evidentemente, Cunha Barbosa partilhava. Em certa altura do artigo *Memória sobre o cruzamento do gado vaccum*, Januário da Cunha Barbosa destaca:

Além disto, quanto mais superior he huma qualidade, mais susceptível he tambem de se desvanecer. Esta verdade tem huma bem particular applicação ao gado; nelles as perfeições desaparecem gradualmente, huma após outra; as qualidades mais

¹⁸⁸ Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1854, p. 55.

¹⁸⁹ Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. vice-presidente, comendador Patricio Correa da Câmara. Porto Alegre, Typ. do Jornal-A Ordem, 1861, p. 56. As informações sobre os resultados da aclimação dos carneiros foram atualizadas nos relatórios dos presidentes de província no decorrer da década de 1850 e 1860. Em 1864, o presidente João Marcellino de Souza Gonzaga deu notícias de apenas 30 animais.

¹⁹⁰ Ver ZARTH, Paulo A. *introdução de novas raças de gado no Sul do Brasil (1870-1950)*. In: História: debates e Tendências. Vol. 16, n. 1, jan./jun. 2016.

¹⁹¹ Memoria sobre o cruzamento do gado vacum, lida na sessão publica da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 6 de Agosto de 1837, pelo socio efectivo Conego Januario da Cunha Barbosa. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1837, Nº 10, p. 308.

delicadas são as primeiras que se perdem, e tanto em segredo, que muitas vezes o criador o não percebe logo. Ele conhece com grande espanto seu, e sem poder explicar a causa, que o seu gado experimenta evidentes alterações desfavoráveis. Torna-se mais pequeno, mais delicado, mais sensível às mudanças de sustento e de estação, apresenta symptomas de molestias internas, e algumas vezes morre, apesar de todos os esforços para ser conservado.¹⁹²

As ideias de Dickson, destacadas por Januário da Cunha Barbosa assinalavam debilidade gradativa das espécies animais, as modificações indesejáveis à que toda sorte de animal doméstico era vulnerável. Fosse por fatores climáticos, ou por condições geográficas dos lugares em que se encontravam; ou ainda por imprevidência dos seus criadores, as espécies sofriam modificações negativas e a perda de suas perfeições originais.

No Ceará, a alteração dos caracteres das espécies, também entendida como degeneração das raças, era pensada na maioria das vezes como consequência da total entrega dos animais à natureza, criados de forma selvagem. Abandonados aos desígnios da Providência, e dependentes exclusivamente do meio ambiente nem sempre favorável dos sertões da província, o gado fora conduzido ao estado de debilidade em que se encontrava.

Habita aí certa herança do pensamento setecentista do conde de Buffon acerca da degenerescência dos animais europeus introduzidos na América, que se caracterizou pelo atrofiamento das espécies animais trazidas ao novo mundo e a perda de suas forças superiores. A experiência do transporte de animais ao mundo americano foi para Buffon um desastre, que conduziu à redução no tamanho e nas formas dos bichos. “Todos se atrofiaram, se apequenaram, foram reduzidos a anões ou a caricaturas em miniatura de seus protótipos”.¹⁹³

Tal forma de pensar o perecimento dos animais em terras americanas se explica pelo fato de Buffon conceber a natureza do novo mundo inferior e menos desenvolvida que àquela encontrada em seu mundo europeu. A América, uma terra ainda na infância, apresentava, segundo Buffon, condições físicas específicas como a umidade e o clima quente, impróprios ao desenvolvimento de grandes animais, razão pela qual pululavam no território uma infinidade de animaizinhos minúsculos, sapos e insetos de toda espécie.

Existe, portanto, na combinação dos elementos e demais causas físicas, qualquer coisa oposta ao seu engrandecimento da natureza viva neste novo mundo: há obstáculos ao desenvolvimento e talvez à formação dos grandes germes; os mesmos que, sob a doce influência de um outro clima, receberam sua plena forma e sua completa extensão, se restringem, se amesquinham sob este céu avaro e sobre esta terra desolada, onde o homem, em pequeno número, era esparso, errante; onde,

¹⁹² Ibidem, p. 312.

¹⁹³ GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das letras, 1996, 20.

longe de usar este território como um mestre a seu domínio, ele não possuía qualquer império.¹⁹⁴

Acreditava, pois, Buffon, que todos os animais oriundos do continente europeu degeneraram, tornaram-se pequenos e perderam suas características originais quando instalados em território americano úmido e tropical. Buffon explicava a inexistência nas terras americanas dos leões, das girafas, dos elefantes e de outros animais de grande porte, pelo fato de a sua natureza ter obstado o desenvolvimento destas espécies, pela sua própria constituição de um continente cheio de umidade e de calor excessivo, “que tudo corroía e deteriorava”.¹⁹⁵

As teses de Buffon atribuíram à natureza do novo mundo uma predisposição ao amesquinamento ou à debilidade, visto que pela sua localização em zona tórrida, “propiciava toda a sorte de desvios negativos”,¹⁹⁶ submetendo os animais à modificações anatômicas, reduzindo-os, fazendo-os perderem suas formas intrínsecas, conduzindo-os, pois, à debilidade.

As teses buffonianas em torno da debilidade e da infantilidade da natureza americana foram retomadas e exageradas pelo abade Corneille de Pauw, ao apresentar as *Recherches Philosophiques sur les Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’histoire de l’espèce humaine*, que veio a público em 1768, em Berlim. De Pauw reitera a inferioridade na natureza americana, que considera fraca e corrompida, além de estender o conceito de degeneração à espécie humana. Negando qualquer possibilidade de progresso moral aos humanos do novo mundo, mormente por ainda viverem em estado bruto na natureza, De Pauw enxerga os “selvagens” como degenerados, decaídos.¹⁹⁷

Para Lília Moritz Schwarcz a teoria da degeneração elaborada por De Pauw representa uma inflexão no entendimento deste conceito, que deixa de referir-se apenas às espécies inferiores, de formação orgânica menos complexa, indicando mudanças nas formas dos seres, para indicar “um desvio patológico do tipo original”.¹⁹⁸ Distanciando-se das teses

¹⁹⁴ Buffon, obras completas XV, citado por Antonello Gerbi (1996). Ver: GERBI, Antonello. *O novo mundo*. Op. cit., pp. 20-21.

¹⁹⁵ Sobre o pensamento e os olhares em torno do clima tropical na história, ver: BARBATO, Luís Fernando Tosta. *O clima tropical na história. Relações de ambivalência*. In: Élisée, Revista de Geografia. UEG – Anápolis, v.4, n.1, jan./jun. 2015, p. 77.

¹⁹⁶ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 110.

¹⁹⁷ Ver: LISBOA, Karen Macknow. *A nova atlântida de Spix e Maritius. Natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1997, p. 79. Ver também, GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. Op. cit., p. 56 e ss.

¹⁹⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 62.

de Buffon, De Pauw não enxerga a natureza e a humanidade americana pela ótica da imaturidade, mas os enfeixa sob a via da degeneração, do decaimento.¹⁹⁹

Maria Elisa Noronha de Sá enfatiza que, embora Buffon e seus seguidores tenham elaborado uma visão detratora da natureza americana, seus escritos acabaram por criar um conceito evolutivo da natureza, fazendo submergir a natureza na história, sugerindo um possível desenvolvimento desta que era inteiramente novo na história desse conceito”.²⁰⁰

Desse modo, os conceitos de mudança e melhoramento puderam ser associados à natureza, que deixava de ser encarada como realidade fixa, imóvel, acabada, obra finalizada de Deus. A partir dessa mudança de perspectiva, o futuro também invade o meio ambiente natural, mormente a ideia de um devir inédito, trazedor de novidades, próprio do final do século XVIII.

A partir de uma concepção de natureza mutável, fluida, inacabada, era possível pensar a possibilidade de melhoramento daquilo que no seu estado atual se mostrava decaído, degenerado. A ideia de progresso invadiu a história natural, alimentando expectativas de intervenção do homem nos seus processos. A partir daí, foi possível e necessário interferir na natureza dos animais e das plantas, acelerar processos de reprodução, provocar o melhoramento de espécies, antecipar ou retardar o tempo necessário para a colheita de uma determinada cultura agrícola, ou o tempo de reprodução animal. A humanidade estendeu sobre o mundo natural a possibilidade de programar o futuro pela sua ação.

Para os defensores da degeneração, além das causas naturais, outros fatores concorriam para a modificação das raças. As causas artificiais, como os trabalhos a que são submetidos os bichos, ou a escolha dos reprodutores, também influenciavam diretamente na debilidade do animal. Um artigo publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional* de 1837 expunha as causas da degeneração por dois gêneros de causas:

As primeiras são: o clima, o solo e a natureza dos paizes, para onde indivíduos da primitiva raça se acharão transportados, assim como a qualidade e a quantidade de alimento.

¹⁹⁹ Vale ressaltar que o próprio Buffon se posicionou diante das polêmicas afirmações de De Pauw, quando publicou, em 1778, *Époques de la Nature*. Nessa obra, Buffon rever suas ideias em torno dos humanos americanos afirmando serem “tão dotados de força e formosura quanto os europeus. LISBOA, Karen Macknow. A nova atlântida de Spix e Maritius. Op. cit., p. 80. Antonello Gerbi lembra que a publicação das teses depauwnianas suscitou uma infinidade de posicionamentos na Europa, réplicas e contra-réplicas defendidas por geógrafos, naturalistas, defensores do “bom selvagem e da natureza virgem”. “A Providência, a Natureza, o Progresso, a missão civilizadora do cristianismo e a fé nos milagres da técnica, do comércio e do bom governo europeu foram confusamente mobilizados contra o libelo ácido que corroía sua pátina de prestígio”. GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. Op. cit., p. 77.

²⁰⁰ Ibidem, pp. 110 -111.

As segundas são: o gênero especial de serviços a que os animais tem estado sujeitos, durante huma serie de gerações, bem como a escolha dos indivíduos reprodutores, a educação e o regimen, dirigidos todos três com o intuito de fazer a raça mais apta para certo e determinado uso.²⁰¹

O cruzamento de animais de raças superiores com os tipos degenerados encontrados no país era a principal medida a ser empreendida pelos criadores brasileiros no sentido de realizar o melhoramento dos seus rebanhos. Nesse sentido, era fundamental espelhar-se nas experiências de países europeus, especialmente na Inglaterra, que era considerada a nação mais adiantada no aperfeiçoamento das raças por meio de cruzamentos.

Aperfeiçoar uma determinada raça consistia em torná-la o mais útil possível aos interesses humanos, ou seja, dotá-las de qualidades específicas e direcionadas para fins também específicos. Assim, o aperfeiçoamento devia sempre ser dirigido pelas necessidades do criador. A escolha do tamanho, do talhe, da pelagem, da qualidade da carne, da quantidade de leite que produz, tudo devia ser levado em consideração quando se queria melhorar o animal.²⁰²

Para nós a perfeição de huma raça consiste na sua maior aptidão em preencher as nossas vistas, em nos ser util. O animal o mais perfeito seria pois aquelle que reunisse em mais alto gráo todas as qualidades que o tornassem proprio para diversos generos de serviços em que nós empregamos a sua especie. (...) Três modos há de obter huma raça mais perfeita e mais vantajosa do que a que já se possui: 1º introduzindo em casa indivíduos machos e femeas de huma raça estrangeira, que possua com especialidade as qualidades que se procurão, e conservando-a em sua pureza: 2º cruzando a raça indígena com a raça estrangeira, ou duas raças estrangeiras: 3º melhorando a raça do paiz por si mesma.²⁰³

Obter um animal perfeito por meio do cruzamento significava chegar a um produto final de um processo racionalmente arquitetado, marcado por sucessivas experiências de reprodução, pela escolha cuidadosa dos animais machos e também das fêmeas, pela seleção dos caracteres desejados e do mesmo modo a exclusão das más qualidades. Tratava-se de interferir nos processos naturais da reprodução animal e dirigir cientificamente, com

²⁰¹ Economia Rural – Economia do gado. (T. da Casa Rustica do século XIX por F.J.M.B) In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1837, Nº 12, p. 6-7. (Continuação do número antecedente). Trata-se de uma tradução realizada pelo integrante da “Comissão de Redação e Jornais, Programmas, e Revisão”, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Frei João Maria Barbosa.

²⁰² No Auxiliador da Indústria Nacional de 1835, Januario da Cunha Barbosa traduziu do jornal dos Conhecimentos usuaes, o artigo *Observações geraes sobre a aquisição das raças de animais domésticos, em huma fazenda rural*. Nele são apresentados os principais aspectos que deveriam ser observados pelos criadores que almejam melhorar suas raças de gados. Devia-se levar em consideração a beleza ou symetria das formas, utilidade de certas formas, a carne, a escolha dos animais para a reprodução, docilidade de character, constituição rustica, a disposição à engordar, a pelle dos animais, aptidão ao trabalho e a idade. Ver: O Auxiliador da Indústria nacional, 1835, Nº 7, pp. 204-208.

²⁰³ Ibidem, p. 6-7.

métodos artificiais, os cruzamentos. Aos sábios criadores cabia, inclusive, determinar o tempo exato em que os animais entrariam no cio, antecipá-lo ou retardá-lo, conforme seus interesses.

Os animaes domesticos entrão no cio em certas épocas do anno com preferencia a outras. Esta epoca pode mudar-se quase a bel prazer dos criadores, como já se tem praticado com a maior parte dos generos de gados, segundo as necessidades da cultura. (...) O criador, melhorando o regimen alimentar em certas épocas, pode pois influir sobre este objecto, e especialmente apressar a época do cio; pode-a também retardar, não deixando satisfazer as suas primeiras manifestações.²⁰⁴

Ao interferir no tempo do cio e do coito entre os animais, como sugere o comentário acima, tem-se a instituição de um tempo que não é mais determinado exclusivamente pela natureza, mas uma temporalidade mediatizada artificialmente pelas técnicas de reprodução, por operações repetidas sucessivas vezes e cientificamente orientadas. E o resultado deste processo técnico, *o animal produto*, a raça perfeita, é a personificação de um novo tempo em que os objetos técnicos são mais perfeitos que os objetos naturais.

Milton Santos ressaltou esta ideia ao citar Simondon, quando sustenta que

quanto mais próximo da natureza é o objeto, mais ele é imperfeito e, quanto mais tecnicizado, mais perfeito, permitindo desse modo um comando mais eficaz do homem sobre ele. Assim, o ‘objeto técnico concreto’ acaba por ser mais perfeito que a própria natureza.²⁰⁵

A perfeição dos animais, já dissemos, julgava-se pelas suas capacidades de atender aos usos dos homens. Trata-se de uma perfeição alcançada não mais por meios naturais e sim por técnicas artificiais que possibilitam a criação de “animais objetos” segundo nossos interesses e para atender a fins específicos.

Para o caso do Ceará, reclamava-se muito mais a introdução e aclimação de raças de gados estrangeiros que pudessem melhorar as raças degeneradas. Na década de 1850, este debate foi bastante recorrente entre os presidentes de província. Isto se deve, em parte, aos apelos da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, mormente de sua “Seção de melhoramento de animais” aos presidentes e aos deputados das assembleias legislativas provinciais para que promovessem a renovação dos animais existentes.

Em 1857, a SAIN passou a remeter circulares aos presidentes e deputados provinciais solicitando a contribuição destes na tarefa de reverter o quadro de degeneração dos gados, principalmente vacuns e cavalaes do país. Na circular enviada às assembleias legislativas a solicitação foi feita nestes termos:

²⁰⁴ Economia Rural – Economia do gado. (T. da Casa Rustica do século XIX por F.J.M.B) In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1837, Nº 12. Op. cit., p.6.

²⁰⁵ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Op. cit., p. 40

(...) Quasi todas as nossas raças animaes estão mais ou menos degeneradas sobre todas a raça cavallar que definha de uma maneira deploravel e tão rapidamente que, a não acudir-se-lhe de prompto, em breves anos seremos obrigados a importar cavalos estrangeiros para todos os usos da paz e da guerra.

Para remediar este grande mal, mal que deve assustar a todos aquelles que amam o seu paiz, é que a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional se dirige a esta illustre Assembléa na bem fundada esperança de que os dignos representantes dessa província darão o exemplo de um melhoramento, que importa tanto à riqueza publica como a segurança do Estado.²⁰⁶

O recurso às circulares tinha como objetivo chamar a atenção das autoridades das províncias brasileiras para um problema que a SAIN considerava crucial na economia do gado,²⁰⁷ que era o definhamento dos animais domésticos tão úteis à agricultura. Desde os primeiros números do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* que os membros da SAIN dedicam atenção especial à economia do gado, traduzindo e publicando artigos, a maior parte de jornais europeus, com o objetivo de motivar os fazendeiros brasileiros a aplicarem os métodos modernos utilizados pelos criadores da Europa.

Algumas iniciativas realizadas no Ceará expressaram a tentativa dos políticos locais de colocarem em prática as discussões em torno do melhoramento dos animais domésticos no Brasil, como a criação de algumas leis provinciais. A título de exemplo, a lei número 773 de 14 de agosto de 1856, da Assembleia Legislativa do Ceará, autorizava o presidente da província a comprar “carneiros merinós, animais cavallar, vaccum e muar das melhores raças, para serem distribuidas pelos creadores”.²⁰⁸

No mesmo tom, o presidente da província, João Silveira de Sousa, destacou em seu relatório de 1858, as ações de seu governo na direção do melhoramento dos animais. Queixava-se o presidente da inércia dos fazendeiros, que diante da degeneração de seus rebanhos não cuidavam de ensaiar o cruzamento com novas e melhores raças. No relatório João Silveira de Sousa nos dá notícias de um contrato feito entre o governo e o coronel Victoriano Augusto Borges, no qual ficava o mesmo coronel encarregado de introduzir em terras estipuladas no contrato,

alguns casaes de jumentos andaluzos, de cavalos ingleses, do Cabo, ou também andaluzos, de carneiros merinos, de gado vacum turino, ou de outras raças mais uteis

²⁰⁶ Documentos relativos à regeneração das raças cavallares. In: *O Auxiliador da Industria Nacional*, 1857, N° 7, setembro, p. 428-429.

²⁰⁷ “A economia do gado he a parte da sciencia agrícola, que comprhende a multiplicação, a cria, a matança, conservação e emprego dos animaes domésticos uteis a agricultura”. *Economia Rural – Economia do gado*. (T. da Casa Rustica do século XIX por F.J.M.B) In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1837, N° 12, p. 388. (Primeira parte do artigo).

²⁰⁸ *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Tomo III, p. 11.

e de camellos, e atractal-os e a promover a sua procriação, e cruzamento com as raças do paiz.²⁰⁹

É significativo destacar o fato de ser esta medida, em partes, uma resposta do presidente da província às circulares emitidas pela SAIN no ano anterior, o que pressupõe a importância desta instituição na propagação de ideias modernizantes nas áreas mais afastadas do império brasileiro, bem como a tentativa de enquadrar todas as províncias em um mesmo projeto de modernização da indústria nacional. O próprio presidente destaca na sequência de seu relatório a participação da SAIN nas iniciativas de melhoramento animal.

Para este mesmo melhoramento de que vos trato, havia pouco antes chamado a minha atenção Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, a cujo reclamo entendi que devia acudir à vista das vantagens manifestas, que dali tinha de colher a provincia; e para ser-vos apresentada, dirigio-me a mesma patriótica sociedade uma petição que vos remeterei em tempo.²¹⁰

Como se vê, a questão da introdução de novas raças de animais no Ceará estava inserida numa discussão mais abrangente (a degeneração dos rebanhos domésticos no Brasil) e partilhada tanto por instituições engajadas no melhoramento da indústria nacional, tais como a SAIN e o Instituto Fluminense de Agricultura, como pelos governos provinciais.

Convém ainda dedicarmos algumas linhas de nossa discussão sobre o melhoramento de animais à malograda tentativa de aclimatação de dromedários no Ceará. Em seu *Ziguezague da Seção geológica da Comissão Científica do Norte*,²¹¹ sob o pseudônimo de Manoel Francisco de Carvalho, Guilherme Schüch de Capanema, em tom satírico, narrou a chegada dos animais às terras cearenses em 1859.

O Splendide fez uma esplêndida viagem; com 38 dias, fundeou no Ceará. No dia seguinte se efetuou o desembarque dos camelos. Nunca viram aquelas praias tanto povo, ficaram, coalhadas de gente, a notícia da chegada dos novos hóspedes espalhou-se como relâmpago e não houve grande nem pequeno que não julgasse de seu dever assistir ao recebimento da nova gente; o mesmo presidente da província partiu a todo galope com seus dois ordenanças tinindo pelas ruas com os ferros de cortar queijo; multidão mais variegada, era impossível ver; as elegantes toilettes dos ornatos da cidade de envolta com os esfarrapados íncolas da cabana de filigrana.²¹²

²⁰⁹ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará, Typ. Cearense, 1858, p.27.

²¹⁰ Ibidem, p. 27.

²¹¹ Segundo Maria Sylvia Porto Alegre, O ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte foi publicado no Rio de Janeiro entre setembro de 1860 e julho de 1862. Ver documento completo em PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os ziguezagues do doutor Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

²¹² CAPANEMA, Guilherme Schüch de. O ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte. In: PORTO ALEGRE. *Os ziguezagues do doutor Capanema*. Op. cit., p. 295.

A proposta de aclimação de dromedários no Ceará foi uma iniciativa de Guilherme S. de Capanema, que ocupava o cargo de representante no Brasil da *Sociedade de Aclimação de Paris*, instituição fundada por Isidore Geoffrey de Saint-Hilaire e que tinha por missão empreender a aclimação de animais em climas diversos daqueles em que viviam a fim de extrair daí proveito alimentício e industrial das espécies exóticas.²¹³

Diz-nos Capanema que a solicitação da introdução dos dromedários no Ceará, que deveria ser realizada por intermédio da dita Sociedade de Aclimação de Paris, teve como motivação principal a necessidade de animais fortes e resistentes na província, que pudessem servir de animais de carga e de transporte. Os dromedários vinham cumprir a missão de conduzir pessoas e mercadorias, e também levar aos habitantes, mormente os que residiam nas regiões mais afastadas dos sertões, alimentos necessários ao seu sustento, especialmente nos períodos de estiagem.

Nas províncias do Ceará, Rio Grande e Paraíba do Norte, em períodos mais ou menos longos, escasseiam e mesmo desaparecem as chuvas em alguns anos: a consequência é que se não planta alimento para o homem. O gado, principal riqueza dessas províncias, morre por falta de pasto e de água; eis a gente sem carne, sem legume, e a fome aparece aos seus estragos.

As cidades do litoral são abastecidas de mantimentos, mas fazê-los chegar ao interior é difícil, e às vezes impossível; qual é o cavalo que aguenta dez dias de viagem sem água nem alimento? Ou só com a falta de uma das duas? É, pois, necessário para esses casos especiais, e que se repetem, prevenir meios de transporte. O camelo aguenta essas viagens (...). Aclimate-se, portanto, o camelo nessas províncias para casos excepcionais.²¹⁴

A *Sociedade de Aclimação de Paris*, por solicitação do governo brasileiro, preparou um relatório contendo informações sobre a aclimação dos camelos em outros climas. O *Relatório feito á Sociedade Zoológica de Aclimação sobre a introdução projectada do dormedario no Brasil*,²¹⁵ assinado por Mr. Dareste, continha detalhes acerca das espécies de camelos e dos mais adequados aos sertões do Ceará,²¹⁶ informações sobre as qualidades do camelo como animal de carga e de transporte de mercadorias; a experiência de aclimação destes animais em regiões quentes do globo também compunha o relatório de Mr. Dareste.

²¹³ Ibidem, p. 137.

²¹⁴ Ibidem, pp293-294.

²¹⁵ O *Relatório feito á Sociedade Zoológica de Aclimação sobre a introdução projectada do dormedario no Brasil por Mr. Dareste* foi traduzido por Frederico Burlamaque e publicado no jornal O Auxiliador da Indústria Nacional em 1857. O documento do jornal traz além do relatório traduzido, outro texto mais extenso intitulado Aclimação do dromedario nos sertões do Norte do Brasil e da cultura da tamareira com a tradução do relatório de Mr. Dareste por Dr. Burlamaque. Consultar O Auxiliador da Indústria Nacional, 1857, pp. 2-89.

²¹⁶ O camelo propriamente dito era identificado pela presença de duas bossas ou corcovas, enquanto o dromedário possuía somente uma corcova. Era esta espécie que deveria ser introduzida no Ceará, sobretudo por sua adaptabilidade aos climas secos e quentes.

As especificidades do clima cearense, com seus “calores intoleráveis”, bem como do território com partes “admiravelmente férteis”, são tomados por Mr. Dareste como condições primordiais para o sucesso da aclimação dos dromedários na província do Ceará, onde “o dromedário satisfará maravilhosamente naquella região o officio que parece ter-lhe sido marcado pela natureza: elle será na America o que he no antigo mundo: *o Navio do deserto*”.²¹⁷

As expectativas de sucesso da aclimação dos exóticos camelos no Ceará não animaram somente os seus idealizadores e cientistas envolvidos no projeto. Nos relatórios dos presidentes provinciais ficaram registrados os detalhes da importação destes animais, bem como as esperanças e as frustrações que envolveram este episódio. Em 1860, o presidente Antonio Marcellino Nunes Gonçalves referia-se à iniciativa:

Em 24 de julho do anno passado aqui chegarão os camellos mandos vir de Argel pelo governo imperial para ser ensaiada a aclimação e propagação na província destes utilissimos animais. (...) Inquestionavelmente foi uma feliz lembrança a da introdução destes animaes, e logo que se tornar palpável a utilidade de seus serviços, é de esperar que muitos outros sejam importados por conta dos particulares, e então desaparecerão as longas distâncias e as escabrosidades de nossas estradas em benefício de commercio e de todos os ramos da industria.²¹⁸

As expectativas do presidente Antonio Marcelino não se concretizaram. A experiência de aclimação dos camelos não obteve sucesso, como ficou registrado pelos próprios presidentes provinciais. No relatório de 1864, o presidente Lafayette Rodrigues Pereira destacava: “Dos quatorze dromedários que em 1859, foram introduzidos n’esta provincia por conta dos cofres geraeas restam, apenas tres ”.²¹⁹

Vale destacar que entre os motivos arrolados por Lafayete Rodrigues para justificar o malogro da aclimação dos camelos estavam as práticas e processos de criação à que foram os animais submetidos.

O dromedário é extremamente sensível as intempéries e a perseguição de insetos. Converia pois tel-os em pastos limpos, fechados, com estribarias cobertas que se abrigassem durante as chuvas, fornecendo-lhe feno no tempo da secca.²²⁰

²¹⁷ O Relatório feito á Sociedade Zoológica de Aclimação sobre a introdução projectada do dormedario no Brasil por Mr. Dareste. In: O Auxiliador da Indústria Nacional de 1859, p. 87.

²¹⁸ Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da Sessão ordinária de 1860 o excellentissimo senhor Doutor Antonio Macellino Nunes Gonçalves, presidente desta provincia. Ceará: Typografia Brasileira de Paiva e Companhia, 1860, pp. 28-29.

²¹⁹ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Doutor Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Companhia, 1864, p. 51.

²²⁰ Ibidem, p. 51.

Nas palavras de Lafayete Rodrigues, o sistema de criação cearense, as práticas (antigas e rotineiras) não contribuíram para o sucesso da aclimação dos dromedários, obstando a introdução de novas raças. É digno de nota que a interpretação de Lafayete Rodrigues acerca do malogrado projeto de aclimação dos dromedários inseria-se num debate bastante frequente nas páginas *d'O Auxiliador da Indústria Nacional* no decorrer da década de 1860 e que dizia respeito à influência do meio no sucesso ou insucesso de uma tentativa de melhoramento animal.

Um dos maiores defensores dessa ideia foi Nicolau Joaquim Moreira, crítico de uma interpretação dos melhoramentos animais baseada apenas na introdução de machos reprodutores estrangeiros. Para ele, os *zootécnicos de fantasia*, ou *amadores da zootecnia*, como denominou os praticantes desta ideia, ignoravam os efeitos do “clima, da alimentação, os hábitos do país, os recursos do commercio”, elementos que consideravam acessórios, mas, na opinião de Moreira, fundamentais no melhoramento das raças, “que se acha subordinado ao melhoramento dos meios em que ellas se desenvolvem”.²²¹

Para sustentar sua teoria, Nicolau Moreira recorreu ao episódio dos dromedários cearenses, demonstrando que os desastrosos resultados daquela experiência deveram-se ao fato de não se terem dado aos animais as devidas condições exigidas pela espécie, de não terem preparado o ambiente em que foram inseridos e nem dispensado os cuidados próprios àqueles tipos. Retirar os dromedários de seu habitat natural e somente transplantá-los para outro, sem dedicar-lhes a devida assistência, não era suficiente para ensaiar a aclimação. Nesse sentido, Nicolau Moreira perguntava:

(...) que vantagem auferimos com a introdução dos dromedarios no Ceará, de garanhões (custozamente pagos) para melhoramento da raça cavalara, da raça porcina inglesa?

Por sem duvida que nenhuns resultados obtivemos pela razão muito simples de não preparamos as condições do meio para o qual tiverão de ser transportados aquellos specimens. O mesmo auguramos aos menrinos ultimamente introduzidos no Paraná (Coritiba); em breve ou elles ou a sua prole estarão degenerados.

Transportar indivíduos de um paiz para outro não é plantar typos e sustentar seus caracteres.²²²

O autor termina seu artigo registrando que “em sã Zootechnia a palavra *crusamento* não tem sentido senão no de appropriar o typo melhorador as condicções agricolas”.²²³ É claro que as observações de Nicolau Moreira tinham destino específico; elas

²²¹ MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Zootechnia*. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1866, p. 170.

²²² *Ibidem*, p. 170.

²²³ *Ibidem*, p. 171. (grifos do autor).

contrapunham-se diretamente às ideias de Francisco Leopoldo César Burlamaqui,²²⁴ que no mesmo ano de 1866 também utilizara as páginas d'*O Auxiliador* para defender sua tese de que a maneira mais eficaz para o melhoramento das raças animais e para a modificação de seus caracteres é o cruzamento com tipos estrangeiros.

Em um artigo publicado em três partes, intitulado de *Discussão sobre a questão dos melhoramentos das raças*, Burlamaqui tratou das teses que superestimavam o efeito dos climas e dos terrenos sobre a modificação das raças. Para ele, as espécies possuíam caracteres fixos que só poderiam ser mudadas pelo cruzamento, formas naturais sobre as quais nem o clima, nem os terrenos, tampouco o regime de alimentação podiam destruir. Parecendo querer atingir os partidários da teoria do melhoramento a partir do meio e dos cuidados prestados às raças, Burlamaqui escreveu:

Dir-se-ha ainda que o terreno, a alimentação e o clima mudam as raças a tal ponto que não é possível reconhecê-las? Não, isso não é possível. Póde-se desenvolver os individuos de uma pequena raça submettendo-os a um bom regimen, e dando-lhes com abundancia alimentos substanciaes. Mas nem por isso eles perderão o sello de seus ascendentes, e conservarão a mesma côr e a mesma fôrma; terão as mesmas qualidades e os mesmo defeitos, porém mais ou menos acentuados, eis tudo.²²⁵

Na continuação da discussão, o autor destaca que “o cruzamento só é que póde transformar as raças e variar suas aptidões”.²²⁶ Descrente da ideia de que uma raça podia ser mudada por si mesma, Burlamaqui era defensor de uma prática zootécnica que se firmasse na introdução de tipos machos melhoradores,²²⁷ uma vez que somente os cruzamentos podiam

²²⁴ Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui (1803-1866). Burlamaqui ocupou várias patentes no serviço militar: em 1817 era cadete no Batalhão de fuzileiros da corte, quando marchou para Pernambuco em missão contra a Revolução pernambucana; depois foi promovido ao posto de Alferes. Em 1820 tornou-se tenente do corpo de artilharia a cavalo da corte. Frequentou a Escola Militar, onde graduou-se em Engenharia e Matemática. Em 1847, Burlamaqui foi nomeado diretor do Museu Nacional e encarregou-se da seção de mineralogia desta instituição. Foi membro do conselho e secretário honorário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, foi também redator do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Burlamaqui também integrou o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, onde foi secretário. Em janeiro de 1861, apresentou a este Instituto proposta de execução de exposições dos produtos agrícolas nas províncias e da realização de uma exposição nacional na corte, proposta que foi aceita pelo governo federal. A primeira Exposição Nacional realizou-se em dezembro de 1861, no Rio de Janeiro. Além de diretor e redator do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Burlamaqui era presidente da seção de Agricultura da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1865. Sobre Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, ver: MOREIRA, Nicolau Joaquim. Elogio histórico do conselheiro doutor Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1866, pp. 208-220. Em 1866, Burlamaqui ocupava o cargo de secretário da Seção de Agricultura da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, além de ser o diretor e redator do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Nicolau Joaquim Moreira era membro da Seção de Geologia aplicada e Química mineral da mesma *Sociedade*.

²²⁵ BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. *Discussão sobre a questão dos melhoramentos das raças*. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1866, p. 33. (primeira parte).

²²⁶ *Ibidem*, p. 55.

²²⁷ Ao definir o cruzamento, Burlamaqui estacava que: “se opera quando se allião individuos de raças diferentes: em geral, escolhe-se o reproductor macho no tronco o melhor dotado naquelle que possui as aptidões necessárias a tal ou qual genero de serviço, afim de melhorar um outro tronco. Este meio é o mais seguro, o mais prompto e

resultar em *raças artificiais*, “aquellas que são obra do homem”, em oposição às *raças naturais*, marcadas unicamente pela influência da natureza.²²⁸

Apesar dos pontos de divergência entre as teses de Burlamaqui e as de Nicolau Moreira, deve-se considerar que ambos corroboravam a ideia de que o melhoramento de animais não poderia prescindir da agência humana, do controle dos criadores sobre o processo adotado. Investir nos cruzamentos ou nos fatores do meio para onde fossem remetidos os animais, de toda forma, o que não podia faltar era a mão cultora do criador.

Retornando mais uma vez aos *Ziguezagues* do doutor Capanema e a guisa de conclusão desta nossa reflexão sobre o melhoramento de animais e aclimação de espécies exóticas no Ceará, vale destacar a decepção do cientista e, ao mesmo tempo, a sua crítica à atuação do governo provincial na execução do projeto por ele protagonizado. Após relatar a morte de metade dos animais que aqui desembarcaram, Capanema demonstrou sua incredulidade em relação ao sucesso da aclimação dos restantes:

É muito de supor que não se para aí. O governo, em vez de tomar caminho e mandar dar providências para que deste resto de camelos se aclime a raça no país, onde ela poderá prestar relevantes serviços em épocas críticas, soltará alguma ordem que acabe com ela de uma vez por todas.

O Dr. Capanema hoje não dá mais conselho algum a esse respeito, nem se importa com o resultado porque o governo já declarou que ele nada tinha que ver com os camelos. – Forte ciuada!²²⁹

O malogro foi tomado como consequência da imprevidência dos criadores a quem foram confiados os camelos e, principalmente, da incompetência do governo da província para dirigir o empreendimento segundo as leis estabelecidas pelo próprio Capanema, por Mr. Daresté, pela *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, pela *Sociedade de Aclimação de Paris*. Da mesma forma, concorreram para a degeneração dos animais, as formas de criação e os processos “rudes” herdados do passado colonial, sinais de um sistema de criação rotineiro e atrasado. Os fatores arrolados como causas da experiência frustrada da aclimação dos camelos foram tomados como a prova cabal de uma pecuária presa às práticas tradicionais e incompatíveis com uma temporalidade marcada pelo capitalismo industrial.

3.3. Medicina Veterinária e Fazenda modelo.

o mais economico, de obter animaes que forneção uma maior somma de produtos em relação ao menor consumo de alimentos. Sómente o crusamento póde começar novos troncos, e quando elle é feito com intelligencia, estes satisfarão melhor que os antigos ás necessidades sempre crescentes do consumo dos povos”. Idem, p. 59.

²²⁸ Ibidem, p. 57.

²²⁹ CAPANEMA. O ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte. In: PORTO ALEGRE. *Os ziguezagues do doutor Capanema*. Op. Cit., p. 304.

Quanto gado não morre entre nós pela ignorancia dos nossos creadores, de seus vaqueiros e daquelles à quem estão entregues as suas fazendas? (...) Todos os dias soffremos perdas immensas em nossas fazendas: o carrapato, o carbunculo, o mal triste, e outras muitas enfermidades assolão os nossos campos, fazendo nelles um morticinio espantoso, e nós não procuramos extirpar estes males.²³⁰

Apesar de parecer compartilhar e sofrer os males enfrentados pelo criatório cearense, em especial aqueles causados pelas epizootias, o autor destas palavras encontrava-se ausente de sua terra natal e escrevia do Rio de Janeiro conhecimentos industriais e práticos a serem derramados sobre a população do Ceará. Atuava Frederico Augusto Pamplona como colunista do jornal cearense, *O commercial*, desde 1853, publicando matérias sobre melhoramentos econômicos e de caráter utilitário e prático. Temas sobre estradas, açudes, plantio de árvores, estrumes, irrigação, estavam entre as preocupações de Pamplona.

Na citação que abre esta discussão, Pamplona traz à baila o problema das epizootias, que, ao lado das secas, eram consideradas as maiores causas da mortalidade dos gados e também um dos mais evidentes indícios da rotina da pecuária cearense. O tema das enfermidades animais como fator de degeneração dos rebanhos foi central nos discursos que qualificaram o criatório local e determinaram o seu atraso.

A discussão sobre a necessidade de conhecer cientificamente, por meio da medicina veterinária, as mais recorrentes doenças dos gados, bem como a necessidade de iniciar no Ceará os estudos de veterinária compuseram os discursos não só de colunistas como Pamplona, mas também dos presidentes de província, dos deputados provinciais, de intelectuais. Foi neste sentido que em 1858 o presidente da província, João Silveira de Sousa, chamou a atenção para a importância de “engajar-se em alguns paizes da Europa pessoa habilitada em veterinaria, que viesse pratica-la e ensina-la na Provincia, ou mandar-se alguns moços daqui áquelles paizes estudar esta materia”.²³¹

Tratava-se, portanto, de disseminar ideias sobre veterinária na província, e, mais do que isso, ensaiar medidas no sentido de promover entre os criadores e fazendeiros o

²³⁰ PAMPLONA, Frederico Augusto. Medicina Veterinária. In: *O commercial*, Ano 1, Nº 14, de 4 de agosto de 1853, p. 1. Frederico Augusto Pamplona não era veterinário, mas advogado e residia no rio de Janeiro. A publicação sobre a medicina veterinária tratava-se, na verdade, da compilação de ideias retiradas de autores e de periódicos europeus, que Pamplona sintetizava e apresentava nas páginas d’*O commercial*. O artigo em questão foi publicado em partes no jornal, onde apresentava as principais enfermidades animais, as suas características e as formas de tratá-las.

²³¹ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o excellentissimo senhor dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará, Typ. Cearense, 1858, p.27.

conhecimento das mais importantes moléstias do gado e buscar os meios de curar as enfermidades.

Se analisarmos as observações de Frederico Pamplona no artigo já citado, um aspecto bastante relevante nos conduz a uma interpretação da visão que o colunista tinha a respeito dos criadores e dos fazendeiros. É o aspecto da ignorância. Os gados eram entregues a homens (em geral aos vaqueiros) que não possuíam os saberes científicos necessários ao tratamento das moléstias animais, quando muito, o conhecimento que detinham provinha de um saber prático, baseado no uso de ervas, azeites, beberagens e superstições, próprios de uma veterinária matuta.²³²

Em Irineu Pinheiro, na sua tentativa de narrar os costumes do povo do Cariri, encontramos uma referência a esta veterinária matuta no trato das doenças dos animais.

Tratam os vaqueiros as bicheiras das reses que lhes são confiadas, cortando-lhes cabelos da cauda, esfregando com eles, energicamente, a parte doente, prendendo-os depois bem lambuzados no sangue da ferida num pauzinho de marmeleiro lascado em cruz, o qual é enfiado no mourão do curral. À proporção que os cabelos vão secando, o mal vai cedendo, dizem.

(...) Contra picadas de cobras aconselham peguem um gato, lavem-no e dêem a água da lavagem a beber ao animal enfermo, ou então, torrem em um vaso de barro um couro de téiu, pisem-no até reduzi-lo a pó semelhante ao de café, deitem-no em meia caneca de água, a qual deve ser coada e engulida pelo mordido de cobra.²³³

Ressalte-se que Irineu Pinheiro refere-se às práticas veterinárias matutas no Ceará de finais do século XIX e destaca a quase inexistência da prática médica, fosse para humanos ou para animais como um traço característico de uma sociedade onde médicos eram como “aves de arribação que chegavam às cidades e vilas, delas se retiravam depois de dias ou de meses”.²³⁴ Em todo caso, cumpre destacar que a descrição das artimanhas usadas pelos matutos para livrarem dos males os rebanhos cearenses parece ser, em certa medida, uma tentativa de Irineu Pinheiro de chamar a atenção para carência da medicina no Ceará, que ainda ancorava-se em crenças religiosas e superstições de toda espécie.

Ao que parece o discurso de Irineu Pinheiro continua a seguir a ótica de Frederico Pamplona ao evidenciar um conflito existente entre a permanência de práticas veterinárias baseadas por um tipo de saber impregnado de religiosidade e credices populares e a

²³² Irineu Pinheiro refere-se às práticas de cura de doenças animais realizadas por vaqueiros e ancoradas em saberes oriundos da tradição, marcado por superstições e pelo uso de plantas locais como sendo uma veterinária matuta. O autor analisa os costumes da região do Cariri, no Ceará, que na ocasião da publicação do livro, em 1950, era compreendido pelos municípios de Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanópolis, S. Pedro, Caririassú e Quixadá. Ver: PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. (1950) Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2009.

²³³ Ibidem, pp.140-141.

²³⁴ Ibidem, p. 140.

medicina veterinária, própria de uma modernidade em curso e da qual o Ceará e o Brasil precisavam participar, desde que promovessem a substituição dessas práticas matutas pela arte veterinária.

Esta forma de pensar aproxima-se daquela já destacada por Carlos Augusto Taunay em *Manual do agricultor brasileiro*, para quem os conhecimentos dos criadores brasileiros, aqueles herdados do passado colonial e impregnados de tradição não correspondiam aos apelos de uma agricultura moderna. No manual, dirigindo-se diretamente aos criadores, Taunay faz questão de lembrá-los a ineficiência de conhecimentos tradicionais para o tratamento de doenças nos animais. “As superstições e crenças populares em patuás e orações estrombáticas, tão usuais na medicina selvagem dos sertões, de nada servem para curar as doenças e acidentes do gado”.²³⁵

Apesar de ter dedicado poucos espaços à indústria criadora em seu *Manual*, Carlos Augusto Taunay destacou alguns pontos importantes para o progresso deste ramo econômico no país. A aclimação de algumas espécies novas, como a raça arábica, que se daria “maravilhosamente bem nos sertões secos de Goiás, Ceará, Piauí, &”,²³⁶ bem como a formação de belos pomares e belas hortas para servir de alimento aos gados, ou ainda a aclimação de camelos, estavam entre as medidas a serem ensaiadas pelo governo. Taunay considerava uma obrigação do Império brasileiro animar a criação de animais no Brasil, sobretudo nos sertões que já se prestavam a tais atividades, como era o caso do Ceará.

As propostas de Taunay seguiram a linha de interpretação que via a pecuária nacional em profundo atraso, sobretudo porque continuava entregue a homens rudes e espalhada pelos campos sem o menor sinal de criação inteligente e marcada por saberes tradicionais incompatíveis com o progresso. Difícil é mesurar o alcance das ideias de Taunay sobre a indústria pastoril no Brasil, quanto mais no Ceará, ainda uma província desconhecida e distante do Rio de Janeiro. Em todo caso, vale destacar que partes do Manual do agricultor brasileiro foram publicadas na década de 1850 nas páginas do jornal *O commercial*, no mesmo período em que também circularam as colunas de Pamplona sobre a medicina veterinária.

O conteúdo das duas publicações, guardadas obviamente as suas especificidades, tinham em comum o fato de reforçarem a ideia de uma pecuária atrasada, da entrega do gado a vaqueiros ignorantes e a necessidade da introdução de determinadas mudanças técnicas,

²³⁵ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. MARQUESE, Rafael Bivar (Org.). São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 258.

²³⁶ *Ibidem*, p. 263.

dentre elas o uso de uma medicina animal que substituísse as orações e patuás da “medicina selvagem” ou “matuta” dos sertões.

Em 1864, em relatório à Assembleia legislativa, o presidente da província, Lafayette Rodrigues Pereira, apresentava o quadro da “criação de gado” no Ceará e destacava a necessidade de diminuir os efeitos das epizootias sobre os animais, mas não apresenta nenhuma medida concreta para o enfrentamento do problema, ficando mesmo apenas na constatação de que algo precisava ser feito. O comentário de Lafayette Pereira resumia-se na expressão: “É impossível evitar as seccas; mas não está fóra do poder humano attenuar os efeitos das epizootias sobre o gado”.²³⁷

A fragilidade do comentário do presidente Lafayette Rodrigues Pereira talvez seja uma expressão cabal da forma como a questão das epizootias era tratada pelo poder público e pelos fazendeiros da província. No geral, a discussão em torno das doenças não passou de debates superficiais nos relatórios oficiais. Ações concretas, tanto no sentido de conhecimento das principais doenças no gado, como a contratação de medidas veterinárias não ficaram registradas pela documentação oficial.

Uma ideia das mais frequentes epizootias nos deu o senador Thomaz Pompeo de Sousa Brasil no Ensaio Estatístico da Província do Ceará.

As epizootias ordinariamente se desenvolvem com intensidade nas seccas, que faz agravar a calamidade destas. São conhecidas com os nomes de *catarrhaes*, *mal triste*, *treme*, *rengue*, *mofo*, &. Mesmo em tempos ordinarios estes males, principalmente o *triste*, atacam as fazendas e fazem consideraveis estragos.²³⁸

Da mesma forma que fez Thomaz Pompeo, na maioria das vezes estas doenças eram associadas às calamidades provocadas pelas secas, uma vez que a irrupção das epizootias evidenciava e tornava mais horrendas as imagens produzidas pelas estiagens sobre os sertões da província. No entanto, da mesma forma como eram esquecidas as agruras sofridas durante as secas, tão logo voltasse a chover nos sertões, também eram olvidadas as epizootias, não merecendo dos criadores de gado, nem do governo, nenhuma medida concreta para o seu enfrentamento.

²³⁷ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Comp., 1864, p. 51.

²³⁸ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio estatístico da província do Ceará* (1863). Tomo I. Op. cit. p. 381. (grifos do autor).

O tratamento das doenças animais ficava sob a responsabilidade do vaqueiro e da sua veterinária matuta. Em Gustavo Barroso, no romance *Terra de sol* de 1912, a importância do vaqueiro para assuntos de cura do gado aparece registrada na seguinte passagem.

Um pouco de estrume esfarinhado é o remédio que se põe para estancar o fio de sangue que escorre pelas coxas e goteja vagaroso, pingando no chão pesados borrões rubros. Depois, durante algum tempo, o vaqueiro vigia as reses “beneficiadas”, porque a varejeira, com toda a certeza, porá suas larvas naquela chaga. Criando bicheira se for pegada, o remédio é uma lavagem de creolina ou um pouco de mercúrio em pó. Sendo difícil encontrá-la ou metê-la no curral, recorre-se ao curandeiro, que, com uma simples “benzedura”, voltando para o lugar onde ela demora, faz cair todos os “tapurus”. O vaqueiro, às vezes, também sabe de “rezas fortes” e cura o animal, andando pelo rasto que deixou e rezando, soturno e baixo, num longo murmúrio e num recolhimento de crente: “Males que comeis, a Deus não louvais! Permita, meu Deus, que todos caias. De um em um, de dois em dois, de três em três, de quatro em quatro, de cinco em cinco, de seis em seis, de sete em sete, de oito em oito, de nove em nove, de dez em dez, que não tenham pés!”.²³⁹

Vale destacar da narrativa de Gustavo Barroso, sempre impregnada de saudade, cujo escopo é imprimir um retrato fiel dos costumes de sua terra natal, a permanência de mecanismos de cura em animais envoltos em orações, superstições e apelos sobrenaturais, próprios de uma temporalidade ainda não atingida pela moderna medicina veterinária, que no Ceará permaneceu ausente durante todo o século XIX e cujas medidas de instalação em solo provincial parecem ter malogrado.

Em *Datas e factos para a história do Ceará*, o Barão de Studart faz referência a um contrato celebrado entre o cirurgião Francisco José de Mattos e o governo da província para a instalação de uma fazenda modelo de criação de gado na comarca de Quixeramobim, contrato que fora celebrado por autorização da lei provincial número 954 de agosto de 1860.²⁴⁰

A lei de que trata Barão de Studart, foi sancionada pelo presidente da província Antonio Marcellino Nunes Gonçalves e por ela ficava o governo autorizado a estabelecer contrato para a fazenda modelo de criação, que, de acordo com o segundo artigo da lei teria por finalidade:

§ 1. Levar a effeito a introdução, nesta província, das melhores raças de animais nas suas mais differentes espécies, cavallar e muar, gados grossos ou vaccum, lanigeros e todas aquellas que possuão melhorar as fazendas de criação, utilizar a lavora, e abastecer o mercado promovendo a producção dessas raças.

§ 2. Estabelecer uma queijaria, cuja fabrica e trabalho possuão dar melhores resultados, aperfeiçoando entre nós a arte de fabricar queijos. A este respeito se adicionará o da manteiga pelo melhor methodo conhecido.

²³⁹ BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 31.

²⁴⁰ Ver STUDART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo II. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 169.

§ 3. Tratar do preparo das lãas, levando-as ao aperfeiçoamento de constituírem um ramo vantajoso de nossa industria.

§ 4. Dar lições praticas de veterinaria, restrictas ao uso da fazenda.

§ 5. Plantar e conservar no centro da fazenda uma grande floresta, ou bosque de arvores silvestres, que pela maior parte sejam uteis por seus fructos e sombra, e levando-se este plantio a uma extensão e espessura, segundo permittirem as possibilidades da fazenda. No mesmo terreno será feito um açude com proporções convenientes a serem duradouras suas aguas.

§ 6. Preparar o feno a ser guardado em grandes porções sem perigo se se arruinar nos depósitos, que o devem conservar para sustento do gado da fazenda no tempo de secca.²⁴¹

A opção por destacar os incisos acima reside no fato de apresentarem uma proposta bastante avançada no que diz respeito à modernização da indústria pastoril cearense. As finalidades da fazenda modelo, que por Barão de Studart ficamos sabendo que deveria se estabelecer em Quixeramobim, estavam afinadas com muitas das propostas propagandeadas pela SAIN e pelo seu jornal O Auxiliador da Indústria Nacional (OAIN). A aclimação de raças animais, a produção e armazenamento de feno, a produção de produtos laterais da economia pastoril, como a manteiga, o queijo, o estudo das doenças e a introdução da veterinária, a arboricultura e a construção de açudes; todos estes melhoramentos estavam na pauta dos muitos artigos que circularam n'OAIN e alguns jornais da província, como o *Commercial* e o *Cearense*.

O próprio Thomaz Pompeo de Sousa Brasil na década de 1840, chamou atenção dos agricultores e criadores cearenses para a necessidade da introdução de algumas destas propostas. Nas páginas do *Cearense*, publicou artigos que indicavam a arboricultura e a construção de açudes como melhoramentos fundamentais para o melhoramento do clima do Ceará. Estes artigos foram depois reunidos em uma publicação de 1859, sob o título de *Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*.

Mas o tom de decepção com os habitantes da província, que não ouviam as suas palavras e nem tinham acordado para o perigo da devastação das matas, que comprometiam o futuro político da província, já denunciava a forma superficial com que foram debatidos e praticados os melhoramentos propostos. Nem a veterinária, nem os depósitos de feno, ou a construção de açudes e o plantio de árvores foram realmente colocados em prática.

Diante disso, expressava-se Thomaz Pompeo:

Inutil Cassandra! de balde havemos demonstrado com os princípios da sciencia, com a autoridade dos sabios, com a experiência d'outros paizes, e até com a nossa própria, que o pernicioso systema de roteamento das matas, o incendio dos campos no

²⁴¹ Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Tomo III, p. 426-427.

sertão, apressarão o termo de completa ruína de nossa terra, e deixarão a nossos vindouros solidões, e ruínas, e uma maldição eterna á nossa memória. Semelhantes aos Israelitas no deserto, cuidamos somente do dia de hoje, amanhã cairá o maná do céu!²⁴²

Nem a ciência, nem a autoridade dos sábios pareciam animar o espírito dos criadores, dos agricultores, nem dos representantes do governo da província. É relevante ressaltar que a defesa dos melhoramentos econômicos na agricultura e, em especial na pecuária, ao que parece, representou mais uma maneira de integrar-se nas discussões em torno da edificação da indústria nacional que estava em voga, e menos um projeto concreto, fruto do planejamento e da vontade política.

Nesse sentido, talvez possamos compreender o esquecimento das autoridades cearenses em torno da construção da fazenda modelo em Quixeramobim. Não encontramos nas leis provinciais posteriores a data de sua criação nenhuma referência sobre sua instalação. Dela só nos informa, superficialmente, o presidente provincial, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, sugerindo os benefícios que sua inauguração traria ao Ceará criador.

A fundação de uma fazenda normal de criação de gado situada no município de Quixeramobim, que mais se tem avantajado neste ramo de industria, proporcionará aos fazendeiros o conhecimento pratico das melhores raças de animais e dos melhores systemas de criação, habilitando-os ao mesmo tempo para tirar partido das industrias lateraes, que se desenvolvem com a industria de criação como seja o fabrico de queijo e da manteiga e o preparo das lans.²⁴³

Permaneceu no esquecimento o empreendimento da fazenda normal, como assegurou Irineu Pinheiro, que nos conduz ao desfecho da fazenda de criação, que não saiu do papel.

É verdade que em 29 de agosto de 1860 o presidente do Ceará, dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, sancionou uma lei, decretada pela Assembleia Legislativa, a qual o autorizava a fundar uma fazenda-modêlo, cujo escopo seria introduzir na Província boas raças de animais, dar lições práticas de veterinária, ensinar o fabrico de manteigas e de queijos, o preparo de lãs, o modo de se guardar o feno, sem o perigo de deteriorações, etc.
*Mas tudo ficou na esfera das excelentes intenções.*²⁴⁴

O malogro do projeto da fazenda modelo de criação, assim como o fracasso da experiência da aclimatação dos camelos no Ceará pareciam servir de constatação da

²⁴² BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*. 1859. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 5.

²⁴³ Relatório que á Assembléa provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1861, o presidente da província doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará: Typgraphia Brasileira de Paiva & Companhia, 1861, p. 25.

²⁴⁴ PINHEIRO, Irineu. O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes. Op. cit. p, 41. (Grifos meus).

existência de um descompasso entre um projeto progressista e modernizador, que visava instituir uma indústria pastoril fundamentada em novas técnicas de criação, e um tipo de pecuária tradicional, arraigada nos processos oriundos do passado colonial, da qual a liberdade absoluta do gado nos pastos naturais e a presença do vaqueiro como senhor absoluto deste mundo rural eram marcas primordiais.

3.4. A ciência contra a rotina.

*É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional, cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência.*²⁴⁵

Tornou-se lugar comum, desde os princípios do século XIX, atribuir às atividades produtivas do Brasil, principalmente à agricultura, a pecha da rotina. Este recurso estava, definitivamente, disseminado entre os políticos, proprietários, publicistas e até mesmo entre os literatos oitocentistas, mormente quando o entendimento de que a agricultura brasileira estava mergulhada em uma crise profunda disseminou-se por todo o país. Este entendimento foi posto, por exemplo, por Carlos Augusto Taunay, ao justificar a publicação do *Manual do Agricultor Brasileiro*, que buscava “oferecer aos cidadãos dedicados à arte sustentadora do gênero humano um fio por onde saíssem a salvo o labirinto de prejuízos e trevas em que a agricultura jaz sepultada” e, continua o autor,

limpar o terreno dos abrolhos e parasitas que o obstruem, isto é, os seus espíritos das preocupações, e supersticiosas rotinas que os abafam, para dispô-los a receber com proveito a sementeira das sãs doutrinas e aperfeiçoamentos úteis.²⁴⁶

Nesse tipo de pensamento, o aperfeiçoamento da agricultura pressupunha, antes, uma luta contra as forças do atraso, contra as trevas e os embaraços provocados por supersticiosas rotinas, por saberes e crenças disseminadas entre as classes “mais grosseiras e incapazes, a dos peões, dos desertores, dos marujos”.²⁴⁷ Pululam na obra de Taunay as

²⁴⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: processo de produção do capital. São Paulo: São Paulo: Boitempo, 2013, p. 572.

²⁴⁶ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro*. Op. cit., pp. 41-42.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 35.

associações entre a rotina e a ignorância daqueles a quem estavam confiadas as atividades agrícolas; rotina, nesse sentido, expressa a inexistência de um saber especializado, uma *sã doutrina*, uma eficaz teoria para a condução dos trabalhos no campo.

À medida que o século XIX avança, aumenta o entendimento de que *rotina* nas atividades agrárias é sinônimo de falta de saber científico, é ignorar o próprio entendimento de que a agricultura “foi elevada à categoria de ciência, ou antes formando um complexo de ciências”.²⁴⁸ A ciência aparecerá, via de regra, como princípio de separação entre a rotina e o progresso.

É disso que nos ocuparemos a partir daqui. Interessa-nos pensar como a ciência se tornou este elemento de segregação entre a rotina e o progresso, como, e por quais meios, a ciência se institui como única forma de conhecimento capaz de orientar as atividades agrícolas, inclusive a pecuária. Talvez seja relevante partir das contribuições de Michel Foucault acerca das peripécias da *vontade de verdade* que se impõe para nós a todo o momento, uma maquinaria que produz “verdades” absolutas e inquestionáveis, objetos acabados a serem aceitos e consumidos.²⁴⁹ Nossa partida será, pois, uma busca por esta vontade de verdade, por este processo de produção e espraiamento da autoridade da ciência, a instituição de seu poder sobre a vida cotidiana.

É necessário, pois, para uma análise desta ordem, pensar nos elementos de produção desta autoridade da ciência, nos seus elementos constituintes, que inventam e, ao mesmo tempo, legitimam o objeto de que tratam, na medida em que os impõem como verdades e como fatos. As práticas discursivas com as quais nos ocupamos aqui, sejam os textos de jornais e revistas, sejam os registros oficiais do governo, são tratados como práticas de produção, como monumentos²⁵⁰ da construção tanto do poder da ciência, quanto da ideia de atraso da agricultura brasileira, de sua rotina.

Os discursos não somente criam a verdade, mas ajudam a difundir, a propagar e a persuadir a sociedade para aceitação do verdadeiro. É nesse sentido que pensamos o papel dos jornais, das revistas, dos relatórios de presidentes de província, ou dos ministérios do governo; funcionam como elementos de invenção e de legitimação da ideia de que somente pelos caminhos da ciência a agricultura brasileira poderia modernizar-se. Eis, pois, uma

²⁴⁸ Carta do falecido Conselheiro Burlamaqui ao excellentíssimo Sr. Conselheiro Euzebio, tratando das vantagens do ensino da agricultura e de tecnologia, nas escolas. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1866, p. 143.

²⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit., p. 14 e ss.

²⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Op. cit., p. 35.

verdade que é, antes de tudo, resultado de uma maquinaria muito bem articulada e historicamente localizada.²⁵¹

É relevante, neste caso, analisarmos um texto publicado no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* de 1865, artigo não assinado, mas certamente escrito por Frederico Leopoldo César Burlamaqui. O texto é uma *Breve revista do estado actual da agricultura, e em que consiste os melhoramentos agrícolas*. A Agricultura está definida neste documento da seguinte forma:

Ella não é, como ha pouco, uma sciencia puramente descritiva e histórica, limitando a descrever os processos usados entre os bons cultivadores: ella aspira a ensinal-os, a explicar as suas proprias aspirações, a reduzil-as a valores numericos, a criticar, aperfeiçoar e indicar outros melhores. A agricultura, emfim, não é uma arte puramente prática, mas sim uma sciencia eminentemente pratica, uma sciencia de factos, um complexo de muitas sciencias applicaveis aos trabalhos agrícolas.²⁵²

Embora o autor desta passagem não acredite numa separação real entre uma arte e uma ciência, visto que toda ciência deveria ter como finalidade a aplicação prática, é relevante enfatizar que o entendimento científico da agricultura se funda a partir da concepção de que é necessário conhecer para aplicar; não há, portanto, agricultura sem teoria, sem fundamentação científica, sem conhecimento racional. Toda atividade agrária sustentada apenas na prática será encarada como rotina, precisamente porque lhe falta o conhecimento, os elementos teóricos, que orientam o fazer, que dizem não somente o que é, mas como deve ser a *sciencia* dos trabalhos agrícolas.

Mais adiante, na quarta parte do documento, intitulada de *Ensino Agrícola: concursos e premios*, o autor expõe mais claramente sua tese.

A theoria é o conhecimento das leis que ligão as causas aos effeitos naturaes: uma boa theoria, uma verdadeira theoria, não é outra cousa senão uma pratica racional assim como uma pratica deve ser a aplicação racional da theoria; uma e outra não devem, portanto, pór-se em opposição ou estar em contradição. Durante seculos, a agricultura foi considerada como uma profissão inteiramente rotineira, insusceptível de aperfeiçoamento, de fácil aprendizagem. Entretanto

²⁵¹ Para Michel Foucault cada sociedade tem seu próprio regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é: “os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & terra, 2016, p. 52.

²⁵² Breve revista do estado actual da agricultura, e em que consiste os melhoramentos agrícolas. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1865, p. 14.

nenhum outro ramo da actividade humana exige tantos e tão variados conhecimentos.²⁵³

Conhecer, como fica evidenciado, é condição primeira de toda arte e de todo ofício; nenhuma atividade prática deve prescindir do conhecimento, de uma boa teoria; para o autor, que julgamos ser César Burlamaqui, fundamentada apenas na prática toda atividade será encarada como irracional. Note-se que *Agricultura rotineira* é entendida pelo nosso interlocutor como atividade sustentada unicamente na experiência, insusceptível de aperfeiçoamento e que dispensa conhecimentos teóricos.

Contra este tipo de “prática ignorante”, o autor propõe que a agricultura, considerada a “ciência que investiga os meios de obter os produtos vegetais da maneira mais perfeita e a mais economica”,²⁵⁴ depende de muitos conhecimentos, de uma reunião de estudos em botânica, fisiologia vegetal, mineralogia, física, química, meteorologia, mecânica aplicada, hidráulica, zoologia agrícola, veterinária, zootecnia, aritmética, arquitetura rural, economia agrícola etc.

Para se afirmar como atividade científica, a agricultura deveria se estabelecer por meio de teorias, conhecimentos críveis, fundados na razão, na ciência, na técnica; e, ao mesmo tempo, se distanciar dos saberes oriundos da prática. Bruno Latour fez considerações importantes acerca desta ruptura entre as *crenças* e os *conhecimentos* durante o processo de espraiamento da ciência sobre o mundo, a expansão em *rede* dos fatos científicos.

A rede, em Bruno Latour, é o elemento que dá sustentabilidade, credibilidade e confiabilidade aos conhecimentos produzidos pelos *cientistas em ação*, saberes que se pretendem fatos puros, verdades absolutas e inquestionáveis. Para ser crível, o conhecimento precisa, obrigatoriamente, adentrar as malhas desta rede, que afasta para as suas margens todo tipo de saber, toda a crença que não está de acordo com o modelo, com o *paradigma*²⁵⁵ aceito pela comunidade científica. Realiza-se aí uma separação entre aqueles que possuem crenças

²⁵³ Ibidem, pp. 33-34.

²⁵⁴ Ibidem, p. 34.

²⁵⁵ Para Thomas Kuhn “paradigmas” são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p. 13. O paradigma pode ser entendido, segundo a interpretação Kuhniana, como um modelo que orienta a pesquisa científica, que lhe fornece os fundamentos sobre os quais a comunidade de pesquisadores desenvolve o seu trabalho; é uma espécie de mapa, ou guia segundo o qual a ciência deve se orientar. É uma concepção de mundo, que direciona a ciência e capacita os cientistas para praticar seu ofício a partir de uma dada forma de ver e de pensar este mundo. O paradigma institui teorias, métodos, instrumentos e conceitos, que deverão ser aceitos e aplicados pela comunidade científica, que deve agir apenas para confirmar este modelo pré-estabelecido e modelado pelo paradigma, não havendo assim, segundo Thomas Kuhn, espaço para novidades, surpresas e para o inusitado, visto que ao cientista cabe apenas operar com as ferramentas dispostas e confirmar o modelo paradigmático que ele representa.

sobre as coisas e aqueles que conhecem a verdade destas mesmas coisas, uma assimetria forjada no interior da *rede* e que tende sempre a aumentar à medida que ela se espalha. Sobre esta assimetria, destacou Bruno Latour:

Agora é uma assimetria entre pessoas que detêm crenças mais ou menos distorcidas sobre alguma coisa e pessoas que conhecem a verdade sobre a matéria (ou logo conhecerão). Faz-se uma divisão entre os que têm acesso à natureza dos fenômenos e aqueles que, por não terem aprendido o suficiente, têm acesso apenas a visões distorcidas desses fenômenos.²⁵⁶

Como já foi dito, a ciência estabelece uma linha divisória entre a crença e o conhecimento, negando àquela a sua legitimidade, desautorizando-a como forma de conhecimento do mundo e dos fatos. Conhecer, por outro lado, é acercar-se de teorias “sãs”, “legítimas”, “racionais”; é seguir o caminho em linha reta da racionalidade²⁵⁷ estabelecida pelos cientistas, que concebem como irracionais todos os saberes que se desviaram desta trajetória linear e que, por este motivo, impelem os mesmos cientistas à explicação para o desvio.

Se retomarmos o texto de César Burlamaqui, veremos que ele concebia a agricultura como uma ciência universal, que continha princípios gerais aplicáveis a todos os países e a incorporação destes princípios, segundo Burlamaqui, seria fundamental para a modernização das atividades agrícolas em todas as regiões. O desvio de alguns povos deste modelo geral, de que o Brasil parecia ser um caso exemplar, podia ser medido a partir da comparação com sociedades modernas, que já tinham introduzido modificações em suas tarefas produtivas. A este respeito, a orientação de Burlamaqui foi:

Examinemos o que se faz nos paizes cultos; fazendo diligencia para os imitar talvez cheguemos um dia a glorificar-nos de nossos progressos e a dizer como um lord inglez: “O agricultor inglez com as sua machinas de lavar as terras, com suas locomoveis, desafia as vicissitudes dos elementos. Elle não póde evitar que caia um diluvio de chuvas, mas elle sabe annular os seos máos effeitos pela drainage, que esgota as terras das aguas superabundantes; não póde prevenir as seccas, mas com a irrigação, ou com a applicação dos estrumes humidos, elle fórça a terra a nutrir as colheitas sem chuvas; não póde suprimir a praga dos insectos, mas apressando artificialmente o crescimento de suas plantas, elle sabe roubar-lhe a presa. Elle soube crear especies de gado que lhe dão um boi em 20 mezes e um carneiro em 15. Finalmente a machina de vapor lava os seus campos, poupando braços e força de animaes. A sua agricultura deixou de ser uma rotina, porém sim uma sciencia, a profissão por excellencia do gênero humano.”²⁵⁸

²⁵⁶ LATOUR, Bruno. *Cientistas em ação*. Op. cit. p. 284.

²⁵⁷ Ibidem, pp. 285-286.

²⁵⁸ Breve revista do estado actual da agricultura, e em que consiste os melhoramentos agrícolas. Op. cit. p. 13. (Grifos do autor).

Esta passagem, ainda que extensa, reforça nossa investigação dos significados da *rotina* da agricultura brasileira. O que demarca o fim da rotina no campo das atividades agrícolas é o emprego de conhecimentos científicos e de técnicas específicas, que possibilitem ao homem libertar-se da dependência exclusiva da natureza, que o habilite a vencer as barreiras naturais, inclusive o tempo natural, antecipando a maturação de animais e plantas. Nesse sentido, portanto, uma moderna agricultura precisava incorporar uma imensa variedade de conhecimentos capazes de instrumentalizar os agricultores para esta luta com a natureza, para fazer dela sua fonte de recursos e manancial de riquezas.

Outro aspecto presente nesta passagem diz respeito ao entendimento de que a ciência aplicada às atividades agrárias era indicativa da modernização das sociedades, e, nesse sentido, servia para medir o grau proximidade ou distanciamento de cada país em relação a um ideal de civilização fortemente marcado pelo progresso técnico e científico. Por isso era necessário espelhar-se nos países cultos, observar os seus avanços, e imitar o seu modelo de desenvolvimento.

Embora as atividades científicas desenvolvidas entre 1820 e 1870 tivessem o objetivo de buscar as especificidades da nação, as peculiaridades que diferenciavam o Brasil das nações europeias,²⁵⁹ não é equivocado afirmar que a prática dos cientistas brasileiros, bem como a criação e o funcionamento das instituições de fomento da ciência no país, apoiaram-se nos moldes das instituições europeias, mormente por causa da expressiva participação dos brasileiros nos centros científicos europeus, e também da presença de estrangeiros em nossas instituições.

Manoel Luiz Salgado Guimarães demonstrou, por exemplo, como a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, decorreu de uma relação estreita com o *Instituto Histórico de Paris* (IHP), criado em 1834. A proximidade entre as duas instituições pode ser evidenciada tanto pelo trânsito de brasileiros no *Instituto* parisiense (no primeiro ano do IHP, 11 brasileiros integraram o seu quadro de sócios),²⁶⁰ quanto pelos ideais defendidos por ambas. Ressalte-se que o interesse pela história, marca fundamental destes estabelecimentos, articulava-se à problemática nacional, com a busca e fundamentação objetiva da nação, tanto na França, quanto no Brasil.²⁶¹

²⁵⁹ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Raquel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan. | jun., 2005, p. 70.

²⁶⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, nº 1, vol. 4, jan./jun., p. 141, 1989.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 137.

Por seu turno, Maria Margaret Lopes também destaca o papel desempenhado pelo *Museu de Paris* nas reformulações do *Museu Nacional*, mormente a partir da década de 1860, com a presença de Ladislau Neto nas atividades desta instituição e de sua atuação como diretor.²⁶² Para Margaret Lopes, tomando como referência o *Muséum de Paris*, Ladislau Neto construiu sua concepção ideal de museu, referindo-se àquela instituição para estabelecer comparações de verbas, de melhorias do prédio, e dos próprios cursos que viria a implantar.²⁶³

Ao discutir as orientações para o Museu Nacional em 1870, Ladislau Neto destacou que,

Dois fins essenciais ... constituem a principal missão do Museu Nacional *ad instar* dos museus científicos da Europa: o primeiro é colecionar todas as riquezas do Brasil, compendiando-lhe a fauna, a flora, a constituição geognóstica e a história primitiva de seus aborígenes, o segundo quase conseqüente daquele outro, é instruir o povo inoculando no espírito da mocidade estudiosa o gosto pelas pesquisas científicas, alentando ou guiando a indústria nacional e tornando-se finalmente o árbitro de todas as questões relativas aos tesouros contidos em nosso vasto território.
264

Não resta dúvida que em suas orientações o *Museu* deveria constituir um meio de proteção das riquezas tanto materiais quanto culturais do Brasil, ao mesmo tempo em que deveria se tornar uma instituição comprometida com a instrução e disseminação das ciências sobre a população. Concordo com Margaret Lopes quando destaca o *Museu* como instrumento de afirmação da ciência nacional. Mas é necessário registrar que, mesmo sendo este meio de afirmação de nossa atividade científica, o Museu deveria espelhar-se na experiência europeia, numa tentativa de integração ao modelo científico praticado por lá.

Destaquei estas duas experiências, o IHGB e o Museu Nacional, não para negar a existência de uma pesquisa científica autônoma no Brasil, ou para diminuir a importância das instituições brasileiras imputando-lhes a marca de meras imitações da ciência europeia. A intenção foi somente mostrar que a nossa entrada nos caminhos da ciência se fez pela troca de

²⁶² Ladislau de Sousa Melo Neto (1838-1894). Foi integrante como desenhista e cartógrafo da Comissão Hidrográfica e Astronômica destinada a explorar o litoral de Pernambuco. Em 1864 viajou para Europa, tendo estudado em Paris, onde teria recebido o título de doutor em ciências naturais. Integrou a Sociedade Botânica da França. Foi nomeado para o cargo de diretor da sessão de botânica do Museu nacional do Rio de Janeiro. Foi nomeado diretor interino desta instituição em 1868 e 1870. Depois, foi nomeado diretor-geral em 1875, cargo em que permaneceu até 1893, quando foi aposentado. Sobre Ladislau Neto e sua atuação no Museu Nacional, ver: LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC; Editora da Universidade de Brasília, 2009.

²⁶³ *Ibidem*, p. 144.

²⁶⁴ NETO, Ladislau. Relatório dos trabalhos efetuados e das aquisições e presentes feitos por este estabelecimento no decorrer do anno proximo passado. (1871). Citado por LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. Op. cit., p. 145.

informações com este continente, pelas tentativas de nos assemelharmos ao “modelo científico ideal”, do qual a Europa parecia ser o seu maior representante. Era uma forma não só de assemelhar-se às nações “civilizadas”, mas também de compor o rol das sociedades cientificamente avançadas, orgulhosas de seus avanços e conquistas no campo do conhecimento, marca fundamental da sociedade burguesa na segunda metade do século XIX.²⁶⁵

Fitarmo-nos nas sociedades europeias, como diante de um espelho, para avaliar a nossa civilização. Esta era, por exemplo, a orientação de César Burlamaqui, ao defender que somente pelo exercício da comparação entre as nações era possível perscrutar o nosso grau de desenvolvimento ou de atrasamento.

para avançar é necessário convencer-se de que se está atrasado, pra marchar na via do progresso é preciso reconhecê-la, sondar-a, examinar-a com a consciência de que se vai errado, e envergonhar-se de uma inferioridade deplorável em um país civilizado. E como reconhecer que vamos mal, senão por comparação.²⁶⁶

Medir o grau de nossa civilização por meio da comparação com nações denominadas modernas foi, sem dúvida, o caminho mais utilizado pelas instituições políticas e científicas brasileiras, assim como pelos publicistas e produtores nacionais desde os princípios do século XIX. As *Exposições Universais* foram, certamente, a maior expressão desta concorrência e deste desfile comparativo das nações mundiais no decorrer dos oitocentos. O espelho que nos refletia era quase sempre a Europa e seu modelo de transformação das atividades agrárias, sobretudo a partir da *segunda revolução agrícola*.²⁶⁷

Assim, a *rotina* apregoada tanto à agricultura, quanto à pecuária brasileira foi revelada a partir desse jogo de comparação com o modelo ideal de desenvolvimento agrário importado da Europa. Isto é representativo daquela *obsessão do descompasso*,²⁶⁸ de que nos falou Alfredo Bosi, que nos coloca sempre numa posição de inferioridade quando dispostos diante das sociedades capitalistas avançadas. Frente a elas parecemos estar sempre atrasados,

²⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit., p. 379.

²⁶⁶ Breve revista do estado actual da agricultura, e em que consiste os melhoramentos agrícolas. Op. cit, p. 13.

²⁶⁷ João Luís Ribeiro Fragoso discorre sobre as mudanças técnicas e sociais ocorridas no campo europeu entre a segunda metade do século XVIII e o século seguinte, um conjunto de mudanças que foi denominada “segunda revolução agrícola”. Na primeira etapa dessa revolução (antes de 1850), as transformações direcionaram-se mais para a modificação dos sistemas de cultivo, enquanto a outra etapa (1850-1900) caracterizou-se, sobretudo, pelo desenvolvimento e o emprego de máquinas e de adubos na produção agrícola. Ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. In: *Revista brasileira de História*, nº 12, vol. 6, mar./ago., 1986, pp. 131- 133.

²⁶⁸ BOSI, Alfredo. Post-Scriptum 1992. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 347 e ss.

em descompasso; parece haver sempre um elemento ausente para nos colocar no caminho da civilização. Sobre isto, Laymert Garcia dos Santos escreveu:

a obsessão do descompasso os mantém pensando no que está faltando, e não no que efetivamente existe. E o que está supostamente faltando é a moderna cultura ocidental, a cultura capitalista, que poderia levar ao desenvolvimento. Assim, a razão do subdesenvolvimento não deve ser procurada na condição neocolonial do país, mas no comportamento atrasado do povo e na “cultura nacional”. O problema não é o sistema, o problema é o homem. Os brasileiros precisam mudar, ficar modernos.²⁶⁹

Não por acaso, os defensores da modernização agrária brasileira entendiam que uma etapa fundamental na diminuição deste descompasso seria a publicização das experiências exitosas dos países “cultos”, “avançados” e “modernos”. Isto pode ser evidenciado pelas iniciativas de instituições como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* ou os *Imperiais Institutos de Agricultura*,²⁷⁰ que empenharam-se na tarefa de traduzir e publicar memórias, manuais, catecismos de agricultura de outros países, disseminando-os entre os produtores brasileiros.

Foi como instituição amiga e protetora da agricultura e da indústria brasileira que em 1859, o ministro do império, João de Almeida Pereira Filho, aludiu à *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, ressaltando seu trabalho de vulgarização dos conhecimentos práticos.

Esta Sociedade pois, que póde ser considerada actualmente como o centro do movimento industrial do paiz pela sua correspondência activa com grande parte dos mais importantes lavradores, e que por seus estudos especiaes e por suas relações com diversas sociedades européas de indentica natureza, está a par dos progressos que no mundo se realisão constantemente nos diversos ramos da industria, que deve ser por utilidade publica protegida e auxiliada com uma subvenção mais elevada, para que possa prestar amplamente os serviços a que se tem dedicado.²⁷¹

Dentre muitos outros aspectos, o que fazia desta instituição um importante meio de promoção da indústria nacional, como se pode notar nas observações do ministro do império, era o fato de ela estar conectada com os grandes centros industriais mundiais, de

²⁶⁹ SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 24.

²⁷⁰ No final da década de 1850, em meio às discussões acerca dos problemas enfrentados pela lavoura brasileira, principalmente pela falta de braços, o governo imperial resolve criar os Imperiais Institutos Agrícolas em algumas províncias do país. Entre 1859 e 1860 foram criados os Imperiais Institutos de Agricultura da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe, ao que parece, como resultado da visita do imperador Pedro II às províncias do Norte do país. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura foi instalado em julho de 1860.

²⁷¹ FILHO, João de Almeida Pereira. (Ministro do Império). Relatório do ano de 1859, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1860, p. 41.

manter-se informada das mais novas ideias, invenções e tecnologias do mundo moderno. Desse modo, a SAIN cumpria a tarefa de conectar o Brasil às sociedades civilizadas, mormente às europeias, vulgarizando no país o modelo de produção vigente nestes lugares e apresentando-o como caminho a ser seguido, como orientação para agricultura brasileira. Pode-se mesmo dizer que a SAIN contribuía para elevar o sentimento do império brasileiro de adentrar o mundo moderno, na medida em que o mantinha em contato com as novidades vivenciadas por todas as nações europeias em expansão.

Deve-se considerar que um importante meio de divulgação no Brasil dos progressos materiais de outras nações foi a imprensa, sobretudo os periódicos e revistas agrícolas, dos quais, talvez, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, pertencente à SAIN, seja o precursor. De acordo com Adalberto Alves de Mattos, sobretudo na segunda metade do século XIX, esse tipo de literatura engajada com a disseminação dos conhecimentos agrícolas ganhou mais espaço no país, com o aumento no número de jornais e revistas, tais como *O agricultor brasileiro* (1859), *Clamores da Agricultura no Brasil* (1859), a *Revista Agrícola do Instituto Fluminense de Agricultura* (1869), o *Correio da Lavoura*, etc.²⁷²

De fato, são inúmeras as publicações de jornais voltados para a agricultura e eles estavam espalhados por todo o país. Em linhas gerais, o escopo de toda essa produção publicitária era a divulgação de conhecimentos científicos e práticos para as atividades industriais, a apresentação de inovações tecnológicas, de máquinas agrícolas, de métodos de amanho da terra e modos de criação de animais. Os periódicos cumpriam a função de atualizar para a sociedade brasileira as mais inovadoras ideias para a lavoura, inserindo-a no novo regime de “verdade universal”, que apregoava a indissociabilidade entre ciência e agricultura.

A exemplo da *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, esses periódicos buscavam ainda difundir ensinamentos acerca das “vantagens de abandonar as práticas agrícolas tradicionais e rotineiras e incorporar novos hábitos no trato com a planta e o solo, com a apresentação de exemplos advindos, principalmente dos chamados países ‘civilizados’”.²⁷³

No número de inauguração do *Jornal do Agricultor*, publicado em 1879, no Rio de Janeiro, os objetivos do periódico ficam explicitados na introdução. Ele nascia para se

²⁷² Ver: MATTOS, Adalberto Alves de. *Pela moralização do trabalho e prosperidade da Indústria Nacional: a Escola Agrícola União Indústria (1864-1884)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015, p. 15.

²⁷³ BEDIAGA, Begonha. *Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas*. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, jan./abril., 2013, p. 171.

diferenciar dos seus congêneres e prometia sair do campo da retórica e da discussão de teorias, para firmar-se no campo das atividades práticas.

A nossa propaganda é a do — trabalho —; por isso só delle e com elle nos occuparemos exclusivamente. (...).

Assim pois, aqui daremos: noticias dos mais modernos inventos, quer de machinas e instrumentos, quer de cultivo e criação, quer para a grande, quer para a pequena lavoura.

Neste *Jornal* encontrarão sempre os roceiros (...) Os melhores modos de fecundar a terra, de semear de plantar e de colher, de aproveitar os terrenos áridos, montanhosos, arentos e argilosos; de purificar as aguas, abrir poços, fazer represas e desvios, de melhorar as raças animaes, de conseguir cruzamentos ou a conservação da espécie em sua pureza, de prepara e acondicionar os productos naturaes para o comercio, de abrir estradas economicas, de transportar com segurança e celeridade os pequenos productos, que só assim podem ser aproveitados.²⁷⁴

Com um acentuado tom de crítica, o *Jornal do Agricultor* defendia que a difusão de conhecimentos científicos entre os agricultores do país deveria servir para animar as atividades práticas, para ajudar os *roceiros* a lidar com a terra e fazê-la produzir. O escopo das publicações seria o ensinamento de homens, mulheres e crianças, habilitando-os ao trabalho com a terra, instrumentalizando-os para retirar proveito das plantas, dos animais, das águas, do solo. Desse modo, “a physica, a chimica, a therapeutica e outras sciencias de igual proveito, terão aqui espaço largo, mormente quando tiverem immediata applicação aos usos da vida commum”.²⁷⁵

O *Jornal* se denominava roceiro, produzido para orientar a vida no campo e mostrar como cada ciência agrícola poderia ser aplicada na vida cotidiana. No mesmo número de estreia, por exemplo, foi publicado um artigo com o título *Economia Doméstica*, e tratava especialmente dos “deveres da mulher na roça”, apresentando-lhes os ensinamentos de como desempenhar melhor a sua “missão”, que ia desde o cuidado dos filhos e do marido, até as ocupações com a criação dos animais.

Auxiliar o marido, ser uma boa companheira e interessar-se pelos assuntos próprios do universo masculino, eis as funções da mulher roceira. Vejamos o conselho: “Alguns estudos serios lhe darão elementos para conversar com o marido sobre cousas que interessam mais aos homens: pois, se ella quer agradar ao marido, de quem muitas vezes é a única sociedade, cumpre procurar manter-se a altura do seu espirito”.²⁷⁶

²⁷⁴ *Jornal do Agricultor. Introdução*. Rio de Janeiro: Editor proprietário Dias da Silva Junior, 1879, p. 2.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 3.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 9.

E para elevar-se à altura do espírito masculino, a mulher deveria também interessar-se pelas ciências aplicáveis à vida doméstica. Nesse ponto, é importante destacar que, também no *Jornal do Agricultor* a ciência aparece como princípio organizador dos trabalhos agrícolas; é ela quem ensina, quem orienta, quem instrumentaliza e mostra como fazer. “A botânica”, diz o *Jornal*, “nos ensina a conhecer as plantas medicinais”... “A química nos ensina processos muito simples para a obtenção de certas essências também de lucrativa venda”.²⁷⁷

Todos os exemplos apresentados até aqui revelam um processo de construção da legitimidade das ciências como únicas formas de conhecimento da agricultura. Em suas mais diferentes especializações, seja a botânica, a química, a zoologia, a veterinária, etc., a ciência se espalha por todos os lados, da cidade ao campo, da grande à pequena lavoura, insinuando-se, impondo-se como exclusiva forma de apreensão da vida material, e, ao mesmo tempo, negando, deslegitimando as outras formas de conhecimento do mundo. A ciência está em toda parte, nos jornais, nas falas presidenciais, nas atas das associações de agricultura, nos projetos do governo imperial, na literatura oitocentista, nos relatos de viagem, nos relatórios dos ministérios do governo.

É forçoso lembrar que esta ciência espalhada, que aos poucos vai aparecendo como verdade e como caminho para a modernização da agricultura brasileira nas mais diversas fontes por nós analisadas, é, antes de mais nada, uma *vontade de verdade*, que se insinua por meio do discurso, apresentando novas formas de apreensão do mundo, impondo novas regras de organização das atividades produtivas, ensinando novas formas de ver o mundo natural, treinando o olhar e as mãos dos agricultores. Uma *vontade de verdade* que cria a *rotina*, porque nega os saberes tradicionais dos agricultores, dos criadores, dos roceiros, imprimindo-lhes os atributos de irracionais, preconceituosos, matutos, selvagens.

João Luís Ribeiro Fragoso discutiu o papel da “rotina” como elemento de negação dos nossos mecanismos de produção historicamente definidos. Segundo sua linha de raciocínio, a construção de uma *cultura rotineira* e a afirmação da “ignorância” dos nossos agricultores, são produtos de uma visão de mundo europocêntrica, onde a civilização e os povos civilizados são identificados com a Europa e a não-civilização com os países tropicais.²⁷⁸ Nesse sentido, a obsolescência de nossas formas de produzir só pode ser

²⁷⁷ Ibidem, p. 9.

²⁷⁸ : FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul*. Op. cit., p. 141. O autor chama a atenção para necessidade de pensar a adequação ou inadequação das técnicas e dos métodos ditos “modernos”, importados da Europa à nossa agricultura. Lembra, por exemplo, que, a aração profunda dos solos tem um efeito

apregoadada quando se resolveu que a moderna agricultura estava na Europa, quando esta se tornou o modelo e o espelho para nossa sociedade.

Em todo caso, urgia incorporar esta “moderna agricultura” entre nós, sob a justificativa de o que o nosso modelo estava atrasado. Este sentimento estava espalhado por todas as províncias, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando a temática da falta de braços intensificou-se, como decorrência do fim tráfico internacional de escravos. O reconhecimento do atraso também ajuda a explicar a criação de instituições específicas para lidar diretamente com as questões agrárias, como a instituição do *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (MACOP), criado pelo decreto imperial nº 1.067, de 28 de julho de 1860, que absorveu atribuições dos Ministérios do Império e da Justiça, como a demarcação de terras indígenas, a regulamentação das terras públicas e devolutas, os temas da agricultura, trabalho livre, colonização estrangeira e outros.²⁷⁹

Paulo César dos Santos destacou que o MACOP, assim como a *Sociedade Auxiliadora Nacional*, tinha como objetivo disseminar o conhecimento útil e expor os produtos da Indústria Nacional, ambas apresentavam-se como *locus* do pensamento progressista, como defensores dos melhoramentos materiais.²⁸⁰

A ênfase na disseminação de ideias progressistas foi mesmo uma tônica da segunda metade dos oitocentos. Difundir os conhecimentos científicos, propagar as novidades tecnológicas dos países europeus, multiplicar os tratados, os manuais, os catecismos de agricultura, criar escolas modelos, dentre outras medidas, demonstravam a nova orientação pedagógica do império que se pretendia moderno. Eric Hobsbawm destacou a consequência significativa da ciência para o desenvolvimento industrial da metade do século XIX, momento

milagroso nos países temperados e frios, pois ele revolve o solo, permitindo o seu aquecimento, enxugando-o da água do degelo; nestas áreas a aração contribui para o aumento das colheitas, mas em países tropicais, onde o solo já desfruta de um aquecimento adequado, este processo contribui para a destruição mais rápida da bioestrutura, diminuindo a produtividade do solo e promovendo a compactação e a erosão do mesmo. Também é relevante destacar as observações que o autor faz a respeito do não emprego de adubos e fertilizantes na região da Paraíba do Sul no século XIX, o pano de fundo de sua análise. Frágoso considera que presença e a disponibilidade das matas substitua a aplicação adicional na refertilização das terras, além do fato de as cinzas das queimadas deixarem suficientes princípios nutritivos à terra, dispensando o transporte de adubos de outras regiões. Nesse caso, o emprego de adubos, que eram apresentados como inovações importantes, não parecia ser um exemplo a ser seguido na Paraíba do Sul, sobretudo porque o uso da terra se dava de uma forma que dispensava estes recursos. Assim, o que era encarado como rotina deve ser visto como um padrão técnico historicamente definido e que dispensava novas formas, ou não adequava-se a elas.

²⁷⁹ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Notas. In: Os Ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política do século XIX. Op. cit., p. 342-343. Ver Decreto Nº 2.747, de 16 de fevereiro de 1861, que dá execução ao Decreto Nº 1.067 de julho de 1860. In: SARAIVA, José Antônio. (Ministro do Império). Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da primeira sessão da décima primeira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Antônio Saraiva no ano de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, Anexo A, pp. 1-14.

²⁸⁰ SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922)*. Op. cit., p. 99.

a partir do qual nenhum progresso poderia ser pensado sem investimentos na área da educação. A indústria, em sentido amplo,²⁸¹ não poderia prescindir da formação científica. “Daquele momento em diante”, ressalta Hobsbawm,

era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições adequadas para educação avançada viesse a se tornar uma economia “moderna” e vice-versa, países pobres e retrógrados que contavam com um bom sistema educacional, como a Suécia, encontram facilidade para iniciar o desenvolvimento.
282

Entre nós, o impulso educativo deveria atender às necessidades daquela que era o sustentáculo da nação, a agricultura, que como vimos, vinha sendo interpretada como “rotineira”, disposta em uma *condição penosa*, declinando a cada dia e ameaçando o futuro político do império. As dificuldades da lavoura brasileira foram discutidas no *Relatório do Ministério do Império* em 1859, a falta de braços, a ineficácia das políticas de colonização, a ausência de máquinas e de *processos aperfeiçoados*, além da ignorância de nossos lavradores, que desconheciam os meios de restituir a força e a vitalidade das terras cansadas, estes, e muitos outros embaraços, obstruíam a agricultura nacional, segundo o *Relatório. O Ensino Agrícola* aparece nesse documento como um importante meio de salvação do agro brasileiro, e o modelo a ser copiado era o europeu. Vejamos:

O ensino agrícola, tanto theorico como pratico, em estabelecimentos modelos, habilitara os nossos agricultores para se instruirem nos meios efficazes de melhorar a lavoura, já pelo emprego de machinas apropriadas aos seus diferentes trabalhos, já pelo conhecimento dos methodos de restituir aos terrenos a força productiva que lhes falta, e das épocas mais próprias para a renovação das plantações. O desenvolvimento, apoiado em longa experiencia, que o ensino agrícola tem adquirido na Allemanha, na França, na Inglaterra e na Belgica, tornará facil transportar para o nosso paiz aquilo que lhe for applicavel. Procedendo como em relação à Allemanha fez a Belgica, que só daquelle paiz aproveitou o que lhe era bem cahido, poderemos fundar, estudando a nossa agricultura, escolas agricolas que nos tragão beneficios reaes.²⁸³

²⁸¹ Em 1853, o presidente da província do Ceará, Joaquim Vilella de Castro Tavares, definiu Indústria como “todo trabalho material dirigido pela intelligencia debaixo de qualquer fôrma, ou tenha por fim extrair mecanicamente do sio das agoas, da terra, das mattas, do ar os productos espontaneos da natureza, ou se occupe de augmentar as sustancias vegetaes e animaes, ou tenha a manufaturar as matérias primas, ou finalmente se proponha á pôr os productos ao alcance dos consumidores”. Ver: Relatório que o excellentissimo senhor doutor Joaquim Vilella de Castro Tavares, presidente da provincia do Ceará, apresentou á Assembléa Legislativa Provincial, na abertura da segunda sessão ordinaria de sua 9ª legislatura, em o 1º de setembro de 1853. Ceará, Typ. Cearense, 1853, pp. 60-61.

²⁸² HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit., p. 79. (Grifos do autor).

²⁸³ FILHO, João de Almeida Pereira. (Ministro do Império). Relatório do ano de 1859, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1860, p. 37.

Ressalte-se que esta proposta de ensino teórico e prático em fazendas modelos ocupou por vários momentos as páginas do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, o que confirma a sintonia do Ministério do Império com a SAIN. Mesmo sem referências diretas ao nome do bacharel em ciências físicas, Caetano da Rocha Pacova, não é difícil inferir que as observações do ministro do império foram influenciadas por este senhor, que o apresentou os *Apontamentos sobre a necessidade de uma escola de agricultura – theorica e pratica*, proposta que foi publicada n’*O Auxiliador* no mesmo ano de 1859.

Pacova partia do princípio de que o maior problema da agricultura nacional era a falta de instrução profissional e de perfeitos instrumentos de trabalho. Quanto ao primeiro, as observações de Pacova assumiram um forte tom de crítica ao modelo de instrução adotado no Brasil, um tipo bacharelesco, mais teórico e filosófico e distante das finalidades práticas. Um modelo que distanciava a mocidade das atividades da grande lavoura, que por sua vez ficava entregue a administradores “ignorantes” e aos escravos. Dizia ele em relação à formação nas escolas:

As nossas escolas, lyceus e academias ahi estão para atestar que, se não quizermos aprender latim, grego, francez, allemão ou inglez, filosofia ou rhetorica, direito ou medicina, nada mais temos a esperar.

A instrucção especial technica, reclamada pela necessidade de nossa época, e que levaria a nossa mocidade para os trabalhos da indústria e da lavoura, não existe entre nós.

Um nosso estadista já disse que nós eramos um povo de funcionarios públicos. Assim deve ser: o fructo é producto da semente.²⁸⁴

Há aqui, na verdade, dois pontos, que merecem nossa atenção: o primeiro, como já antecipamos, diz respeito ao tipo de instrução defendida por Pacova. Na sua interpretação, a lavoura carecia de homens conhecedores dos princípios científicos aplicáveis à agricultura, de administradores rurais que também fossem habilitados para a prática de uma cultura perfeita. Por esta razão, ele propunha uma formação dividida em uma parte prática e outra teórica. Os estudos de sua escola de agricultura deveriam ser organizados segundo esta divisão.

Na parte theorica: Mathematicas elementares – Mechanica – Hidraulica – Desenho linear – Phisica – Chimica – Botanica – Zoologia – Geologia – Mineralogia – Economia e legislação rural – *Veterinaria*. Economia dos animaes domesticos.

Na parte tecnologica: Fabricação de maquinas a vapor, rodas hydraulicas e outros maquinismos e instrumentos empregados na lavoura – Fabricação do assucar, agoas-ardentes, eleos, vinagre de canna e outras fructas – da farinha, araruta, tapioca, e

²⁸⁴ PACOVA, Caetano DA ROCHA. Apontamentos sobre a necessidade de uma escola de agricultura – theorica e pratica – apresentados ao Exm. Minsitro do Império por C. da R. Pacova. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1859, p. 266.

outras féculas – do queijo e manteiga – da preparação e beneficiamento do café, despolpação e lavagem, pilação, brunimento e secagem, estufas, etc.
Na parte pratica: Tratamento dos animaes domesticos, domar, pensar, ferrar, curar e dirigil-os nos diferentes trabalhos do estabelecimento.²⁸⁵

O segundo elemento, que não está dissociado do primeiro, refere-se à crítica da concentração dos estudantes brasileiros nas carreiras voltadas à magistratura, à formação jurídica ou médica, que conferia à elite brasileira, como destacou José Murilo de Carvalho, um elemento de unificação ideológica da *ilha de letrados* no grande mar de analfabetos que era o Brasil imperial.²⁸⁶ Carreiras que iam desembocar nas malhas do Império, que absorvia grande parte desta elite com seus cargos públicos.

Esta absorção dos empregados públicos pela burocracia imperial já era alvo de discussões na primeira metade do século XIX. José Murilo de Carvalho demonstrou, por exemplo, que em 1843, no jornal *O Brasil*, a questão da “grande massa dos empregados públicos e dos aspirantes a empregos” foi discutida, assim com as dificuldades em reduzir esta massa pela falta de oportunidades ocupacionais na agricultura, pela falta de capitais, e no comércio.²⁸⁷

Anos mais tarde, uma crítica contundente à *epidemia do funcionalismo* foi posta por Joaquim Nabuco, no livro *O Abolicionista*, quando declarou que o emprego público era *vocação de todos*. Nabuco associou a dependência do emprego público à escravidão, que obstruía as oportunidades de trabalho para homens de talento, que fechava as *avenidas* àqueles sem qualidades mercantis, mas habilidosos para outras carreiras como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério; as outras *avenidas*, “em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar; são por falta de crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas”.²⁸⁸

Joaquim Nabuco acentuou que a massa sempre crescente daqueles que passavam a depender do Estado gerava uma pressão sobre o tesouro nacional, na medida em que era sustentada pelo capital necessário à sua subsistência, e que, no entanto, só fazia aumentar as suas dívidas. Isso impactava diretamente o desenvolvimento de áreas como a agricultura, inviabilizando inovações no campo, dificultando a introdução de tecnologias, travando a modernização da lavoura. Não sem razão, uma das questões mais cruciais para agricultura

²⁸⁵ Ibidem, p. 269.

²⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de sombras*. Op. cit., 2013, p. 65.

²⁸⁷ Ibidem, p. 164.

²⁸⁸ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, pp. 159-160. O livro de Nabuco foi publicado em 1883, depois de um período de exílio de seu autor na França, para onde se mudou em 1881, decepcionado com a política brasileira, após a experiência como deputado por Pernambuco em 1879.

brasileira na segunda metade do século XIX, girou em torno do financiamento para esta atividade, o crédito agrícola, sem o qual nenhum melhoramento seria possível.

Também não haveria melhoramento sem instrução para o campo, sem ensinamentos agrícolas. O projeto de escolas teóricas e práticas espalhou-se pelas províncias do império.

Em 1860, no seio do *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura*, nascia a proposta da *Imperial Escola de Agricultura da Bahia*, que só veio a ser inaugurada em 1877, localizada em São Bento das Lages. Em meio às justificativas do atraso da agricultura baiana, da falta de braços, da ignorância dos lavradores, a escola aparecia como veículo de disseminação de conhecimentos úteis aos produtores da região. Além disso, segundo Maria Antonieta de Campos Tourinho, a educação agrícola poderia contribuir para o disciplinamento da população rural livre que no recôncavo baiano reagia firmemente ao trabalho sistemático.²⁸⁹

Ressalte-se que o projeto foi anunciado um ano após a criação do *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura* e saudado como um importante passo dos diretores e sócios da instituição para animar a lavoura da província, principalmente a cultura da cana. A proposta não deixava de ser um forte elemento de afirmação do *Instituto* perante o Ministério da Agricultura e, sem sombra de dúvidas, de legitimação dos seus integrantes perante o próprio Imperador, a quem todos imputavam a idealização e a concretização dos Institutos Agrícolas. Este intento pode ser evidenciado na ata da sessão de 18 de novembro de 1860, do referido *Instituto*: “Mais tarde, quando a lavoura, inspirando-se aos princípios da sciencia, assumir a importancia que lhe compete, pagará a história ao Imperial Instituto de Agricultura os encômios que lhe forem devidos”.²⁹⁰

Os *Imperiais Institutos Agrícolas* nascem em um período de forte conscientização da crise da lavoura nacional, como resposta do governo imperial às exigências dos produtores e como tentativa de resolução dos problemas deste setor. O traço mais significativo deste momento de reordenação da agricultura foi, sem dúvida, a confiança cega na ciência como motor da modernização. Por todo o restante do século XIX disseminou-se o entendimento de que somente pela introdução das chamadas ciências agrícolas nas atividades do campo se

²⁸⁹ Ver: TOURINHO, Maria Antonieta Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1982, p. 127. Segundo a autora a *Escola Agrícola* funcionou até 1902, quando a diretoria resolver fechá-la.

²⁹⁰ O projeto integral da Escola foi publicado em anexo no Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1860.

poderia alavancar a economia do país. Em geral, a ciência foi encarada como arma contra a ignorância, contra as crenças, as superstições e os vícios que atrasavam a agricultura.

Um artigo publicado na revista *A Lavoura*,²⁹¹ em 1897, de autoria de Armando Ledent, expressa bem o entendimento da imbricada relação entre ciência e agricultura.

Efetivamente, a agricultura que era primitiva antigamente, chegou hoje a ser uma verdadeira ciência, tendo regras definidas, cujos fenômenos acham explicação nas leis da física, da química e da fisiologia. Cada dia os sábios nos trazem alguma descoberta nova que vem a esclarecer certos fatos ainda escuros e permitir a introdução de melhoramentos nos processos seguidos até aí na lavoura (...) Vê-se, pois, a necessidade para agricultura de conhecer com exatidão os meios de produção postos à sua disposição, terras, adubos etc, bem como a utilidade de poder verificar a composição dos produtos obtidos.²⁹²

Ao destacar que a agricultura foi elevada à categoria de ciências, o autor dessa passagem enfatiza o estabelecimento de regras próprias, bem definidas e orientadas por um saber que compete a homens autorizados para tal, por sábios cientistas. À ciência se confere o poder de iluminar a agricultura, retirá-la das trevas que supostamente estava imersa. Acreditava-se que o saber científico agia no sentido de desfazer “erros” e “preconceitos”, dotando os agricultores de uma exatidão necessária para aproveitar ao máximo as forças da terra e de todos os bens dispostos pela natureza a serviço do homem.

Bruno Latour tem razão ao afirmar que a ciência espargida gera uma divisão do mundo em dois seguimentos opostos, caracterizados, de um lado, por seres “racionais”, que adotaram os princípios científicos como ferramentas de explicação das coisas, que aceitaram a ciência como verdade e como fato; e, de outro lado, aqueles que se desviaram da *linha reta* da racionalidade, permanecendo com suas crenças irracionais e seus velhos preceitos de interpretação do mundo. Esta segmentação marcou profundamente os discursos de modernização da agricultura no Brasil e no mundo. A nossa rotina foi determinada por esta ciência onipresente, que invadiu todos os campos da vida social, separando a ignorância da prática racional.

²⁹¹ A revista *A Lavoura* foi criada pela *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA), entidade criada em 1897, por segmentos de proprietários rurais de diversos lugares do país. A Sociedade tinha como escopo principal a popularização de técnicas modernas na agricultura. A revista *A Lavoura* foi criada como meio para a publicação das ideias da Sociedade. Sobre a SNA e a revista *A Lavoura*, ver: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. A Sociedade Nacional de Agricultura em revista: divulgação científica e uso racional da natureza em *A lavoura* (1897-1926). In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 5, nº 1, jan./jun., 2012, pp. 118-130.

²⁹² LEDENT, Armando. As estações agrônômicas. In: MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. A Sociedade Nacional de Agricultura em revista: divulgação científica e uso racional da natureza em *A lavoura* (1897-1926). Op. cit., p. 122.

Em 1878, os produtores do Norte ²⁹³ do Brasil realizaram o *Congresso Agrícola do Recife*, como reação ao *Congresso* do Rio de Janeiro, ocorrido no mesmo ano. O atraso da agricultura nacional é o foco central tanto do Congresso do Rio, quanto do evento de Recife, e neste último, as especificidades da lavoura nortista são explicitadas, sobretudo a partir do ponto de vista da exclusão dessa região das políticas do governo imperial. Aqui também a modernização da agricultura será pensada em termos de separação entre a “cega prática tradicional” e a “Sciencia agrícola”. É o que nos apresenta Joaquim Alvares dos Santos Souza, em *Memória* apresentada ao *Congresso*.

A sciencia agricola ou a agronomia é, senhores, a explicação racional dos processos empregados na arte agrícola, e tem a missão especial de facilitar a compreensão de sua efficacidade, e de provocar os melhoramentos, que a experiencia só podia ensinar e introduzir com custosos sacrificios de tempo e capital: emfim, a arte agricola é, senhores do Congresso, a cega pratica tradicional e rudimentaria, em quanto que a agronomia é a theoria dos principios que se deve observar, para extrahir do solo os melhores productos, empregando-se as menores despezas de capital. ²⁹⁴

Vejamos como a ciência é apresentada como fator de melhoramento das práticas agrícolas, agindo no sentido de reduzir trabalho, tempo e capital, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade, na medida em que indica os meios para retirar da terra os melhores produtos com menos dispêndio de capital. Tem-se aí a apologia da agricultura moderna, fundada na ciência e no emprego de máquinas, responsáveis pela futura destruição das relações sociais no campo, pois dispersa os trabalhadores rurais, e pela posterior destruição da natureza, na medida em que impõe ao solo, aos vegetais, aos animais, aos minerais, uma maior exploração, exacerbando a capacidade produtiva destes elementos. A este respeito, Karl Marx já destacara que

(...) todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. ²⁹⁵

Mas, para a grande maioria dos progressistas oitocentistas, a ciência só podia ser encarada como ferramenta de aperfeiçoamento e de progresso, e submeter-se aos preceitos

²⁹³ Permaneceu no Brasil, pelo menos até os anos 1920, a divisão geográfica entre Norte e Sul. Nos anos vinte, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, emergiu a região Nordeste, produto de uma invenção operada por inúmeras vozes e mecanismos, entre os quais pode-se destacar a literatura regionalista, a música, as artes plásticas, mecanismos de instituição de uma marca para a região e para os nordestinos. Ver, ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste* e outras artes.

²⁹⁴ Memória apresentada por Joaquim Alvares dos Santos Souza. In: *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife. Edição fac-similar comemorativa do Primeiro Centenário 1878-1978*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa Faria & Filhos, 1879, p. 283.

²⁹⁵ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Op. cit., p. 573.

científicos, empregá-los nas mais variadas tarefas da vida cotidiana, impor ao campo e à cidade as leis dos sábios cientistas era etapa necessária para a entrada do Brasil nos trilhos da modernidade. Só algumas vozes dissonantes, desconfiadas e críticas da submissão do homem diante da ciência, ousaram levantar a sua pena para denunciar o perigo desta moderna submissão. José de Alencar foi uma destas mentes inconformadas com esta ideia progressista, a da “ciência arrogante, cujo orgulho, se atreve a disputar, verme da terra, ao Senhor os mistérios do infinito”.²⁹⁶

3.5. Indústria de animais domésticos: em busca de um produto que se possa capitalizar.

*Lançado no meio dos povos civilizados, o Brasil acompanha o movimento contemporâneo caminhando na estrada do progresso guiado pela luz que leve o mundo a perfectibilidade, ele a atingirá, pois que as leis do progresso gravou-as Deos em caracteres luminosos no frontispício do grande livro da humanidade.*²⁹⁷

Na segunda metade do século XIX, já decorrido o conturbado período de revoltas regenciais, o projeto de inserção do Império do Brasil entre as ditas nações civilizadas e progressistas mundiais se tornou mais patente. O vocabulário corrente entre as elites imperiais expressava bem o entendimento de que o país tinha iniciado seu processo civilizatório, irmanando-se às sociedades modernas e marchando em direção a um fim específico: a civilização. A metáfora da “marcha”, também expressa por palavras como, *corrida*, *caminhada*, davam o tom do otimismo e da certeza de que o país rumava para o progresso.

Em 1867, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* estava completando 40 anos de sua fundação, momento especial para avaliar o papel da instituição como colaboradora neste processo de modernização do país. Entre os muitos discursos proferidos na solenidade, protagonizados por representantes de diversas instituições científicas, artísticas, comerciais e educacionais estabelecidas no Brasil, gostaríamos de destacar um trecho do discurso de João Carlos Thompson Junior, orador representante da *Sociedade União Beneficente Commercio e Artes*. Vejamos:

²⁹⁶ ALENCAR, José de. Os filhos de Tupã. Citado por PELOGGIO, Marcelo. O conceito de mudança em José de Alencar. In: *Revista Garrafa*, nº 13, vol. 2, jan./mar., 2007. Disponível em http://www.letras.uftj.br/ciencialit/index_revistagarrafa.htm. Acessado em 03 de Dezembro de 2016.

²⁹⁷ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Exposição Agrícola Zootechnica apresentado pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira, secretario e relator do jury respectivo em 03 de dezembro de 1866. In: REGO, Antônio José de Souza. *Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866*. Op. cit., p. 227.

Eis-nos diante de mais uma estrada que ha quasi meio seculo se abriu a encaminhar o Brasil, a nossa querida patria, ao mais alto gráo do progresso e da civilização. Forão-se os tempos em que o silencio das selvas não era interrompido pelo murmurio dos povos civilizados, forão-se os tempos em que o Brasil dormia seculos desconhecido e em abatimento. Onde a matta era mais espessa, erguerão-se, ao sopro da civilização, edificios e monumentos; a natureza rustica e selvagem tornou-se um imperio, e o proprio indigena arrancado das grutas em que vivia, do estado do barbarismo em que jazia, foi illuminado pelos raios da civilização e tornou-se verdadeiro homem.²⁹⁸

A luz que ilumina e a força que desperta e que anima. Instrumento desbravador das matas e elemento de humanização. Mais que uma representação mágica da civilização, a fala do orador expressa o entendimento de que o processo civilizatório acontece na medida em que o passado, aqui representado pelas matas espessas e pelos índios bárbaros, cede lugar a um presente modificado e “melhor”, momento da vitória do homem sobre a natureza, da transformação da selva em cidade, do bárbaro em “verdadeiro homem”.

Como corolário de um processo de quase meio século, a civilização no Brasil já era uma realidade que podia ser experimentada, eram estas as convicções Thompson Júnior, que faz questão de reiterar que a civilização é progressiva, que sua agenda é futurista e que o “espírito humano lança suas vistas no futuro”, “para escrever mais uma pagina que contem uma palavra que reúne o futuro inteiro das nações – o progresso”.²⁹⁹

Aí, como na epígrafe que abre esta discussão, o conceito de progresso utilizado indica um processo contínuo de melhoramento dos povos, um estado constante de aperfeiçoamento inscrito na experiência mundana, a ser empreendido pelos homens, aptos a fazerem progressos. Acerca desta temporalização da perfeição, Reinhart Koselleck explica que

Do ponto de vista da terminologia, o “*profectus*” espiritual foi substituído por um “*progressus*” mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto.³⁰⁰

Progredir, nesse sentido, é aperfeiçoar-se e, assim disposto na experiência dos sujeitos, esse processo de constante aperfeiçoamento deveria indicar mudanças sociais operadas no decorrer do tempo, informando o grau e o estágio progressivo de cada sociedade.

²⁹⁸ JUNIOR, João Carlos Thompson. Discurso proferido na Sessão em Assembleia Geral em 30 de outubro de 1867, para solenizar o 40º aniversário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, nº 11, novembro de 1867, pp. 522-523.

²⁹⁹ Ibidem, p. 523.

³⁰⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. cit., p. 316. (Grifos do autor).

Por isso Thompson Júnior faz questão de acentuar que o silêncio das selvas e a rusticidade da natureza, bem como o barbarismo dos indígenas do Brasil ficaram no passado, foram transformados, “melhorados”, “aperfeiçoados”. As matas deram lugar a edifícios, e seres selvagens foram iluminados pela luz da civilização, que chegara ao império brasileiro.

Com efeito, um traço marcante de todo o momento de consolidação e individualização daquele corpo político que viria a se tornar o *Império do Brasil* foi a necessidade de se ver integrado a uma comunidade maior – o mundo civilizado, animado pelo ideal de progresso.³⁰¹ E uma das maneiras mais eficazes de incorporar-se a esta comunidade era o comércio internacional, verdadeiramente mais expandido, abarcando o mundo inteiro, sobretudo a partir da segunda metade dos oitocentos.³⁰²

É forçoso destacar que este período corresponde, no Brasil, a um expressivo incremento da economia agrícola, animada, principalmente, pela lavoura do café, responsável não só pelo aumento das exportações no país, mas também por uma série de modificações na estrutura econômica do país.³⁰³ Entre as décadas de 1820 e 1890, as taxas de exportação de café mantiveram-se sempre em ascensão, passando de 3.178 as exportações em milhares de sacas de 60 kg, no decênio de 1821-1830, para 51.631 entre 1881-1890.³⁰⁴

Ressalte-se que o café apresentava-se como produto de salvação da lavoura nacional, imersa em uma profunda crise, em virtude da decadência da produção canvieira das províncias do Norte do país, além da perda de espaço no mercado internacional para o algodão brasileiro, que encontrou entre os norte-americanos um forte concorrente, pelo menos até a eclosão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando novamente o algodão brasileiro experimentou uma fase de acentuado crescimento. Conforme Celso Furtado, no primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18% das exportações brasileiras,

³⁰¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987, p. 12.

³⁰² Ver, especialmente, os capítulos “A grande expansão” e “O mundo unificado” da obra de Eric Hobsbawm, *A Era do Capital*, citada nesta dissertação.

³⁰³ Ao mesmo tempo em que o café começa a despontar como produto de exportação mais importante da lavoura brasileira, ainda na primeira metade do século XIX, as tradicionais lavouras do país, especialmente o açúcar e o algodão, entram numa fase de visível declínio, motivado por alterações na conjuntura internacional, mormente a concorrência que fará o açúcar de beterraba e o algodão produzidos na Europa e nos Estados Unidos. A decadência das lavouras do Norte acaba por diminuir a importância dessa região como centro econômico do país, posição que será assumida pelo Centro-Sul, mormente em virtude da crescente produção do café e sua aceitação no mercado mundial.

³⁰⁴ Para uma ideia do crescimento por decênio, vale observar os valores seguintes em milhares de sacas de 60 kg: 1821-1830 (3.178); 1831-1840 (10.430); 1841-1850 (18.367); 1851-1860 (27.339); 1861-1870 (29.103), 1871-1880 (32.509); 1881-1890 (51.631). In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 160.

assumindo o primeiro lugar nos dois decênios seguintes, constituindo-se em principal responsável pela reintegração do país nas correntes em expansão do mercado mundial.³⁰⁵

Se a segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica do Brasil, como atesta Caio Prado Júnior,³⁰⁶ esta transformação foi motivada, sobretudo, pelo desejo de inserção do país nas malhas do comércio mundial, esta seria também uma forma de atestar a emergência da civilização no país, já integrado e irmanado às outras nações progressistas.

Era este, por exemplo, o entendimento de Giacomo Raja Gabaglia em 1866, em Relatório à *Segunda Exposição Nacional*. A elevação do Brasil à categoria de potência de primeira ordem e sua integração ao mundo civilizado estava diretamente relacionada à sua capacidade de produzir para o mercado mundial.

A preponderancia politica no congresso das nações, para os paizes novos está ligada a influencia de sua producção respectiva.

Quando o arado sulcar os vastos sertões do Império, trazendo cereais, algodão, linho, lãs, sedas, etc. para os mercados do mundo, e que os gados de nossos campos se tornem o alimento necessário das classes pobres de grandes estados, então o Brasil será tão forte como qualquer potência de primeira ordem (...) Os povos tendem a ser cosmopolitas e seguem para a unificação, que não é aquella exagerada de confundirem-se o que julgo dever-se considerar utopia, mas a passos agigantados procurão confederar-se sob a legenda commum – da civilização e humanidade – isto quer dizer facilitar o commercio, favorecer a industria, proteger a agricultura e organizar o trabalho em todas as formas uteis.³⁰⁷

Esta passagem é expressiva daquela transformação importante nos destinos econômicos das nações mundiais no decorrer da segunda metade do século XIX, quando o capitalismo industrial tornou-se uma economia mundial, rompendo as barreiras geográficas da terra, impelindo as nações a se reconhecerem como partícipes de um mundo unificado, principalmente em termos econômicos.³⁰⁸ Nesse sentido, cabia ao Brasil comungar desta totalidade, desta legenda comum da civilização e da humanidade, devendo para isto desenvolver ao máximo suas capacidades produtivas, multiplicar e diversificar os produtos de sua indústria, de sua agricultura, de modo a suprir os mercados do mundo.

Nenhuma atividade produtiva do país ficou imune a este contexto de reordenamento e revitalização da economia brasileira, motivado, sobretudo, pela ascensão das taxas de exportação do café. Este também foi o momento de avaliar as demais atividades

³⁰⁵ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 2003, p.115.

³⁰⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica do Brasil*. Op. cit., p. 192.

³⁰⁷ GABAGLIA, Giacomo Raja. Relatório do 3º Grupo da Segunda Exposição Nacional. In: REGO, Antônio José de Souza. *Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866*. Op. cit., pp. 96-97.

³⁰⁸ HOBSBAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit., p. 85.

produtivas do país e de traçar estratégias para aumentar a participação dos produtos brasileiros no comércio mundial, para estreitar os laços com este mundo unificado. Isso implicava, dentre outras coisas, em transformar certas atividades tradicionais, mais voltadas para o consumo interno, em ramos de produção para exportação, destinadas a atender demandas extranacionais.

Dito isto, cumpre-nos pensar o lugar da indústria pastoril brasileira e, em especial, o ramo de criação de animais na província do Ceará, neste contexto de mundialização da economia. Urge verificar como, no Brasil, se pensou a inserção do criatório neste mercado cada vez mais expandido e cosmopolita. Importa analisar as estratégias de transformação de uma atividade até então marcada por sua base nacional e regional, na maioria das vezes, encarada como símbolo de tradição e de perenidade, em fonte de produção capitalista.

Talvez a derrubada de sua aura simbólica e de sua base nacional fosse o primeiro passo para a internacionalização da pecuária.³⁰⁹ Todas as críticas da indústria pastoril no século XIX, em todo o território brasileiro, recorreram ao discurso da “rotina”, da “inércia”, da “letargia”, para denunciarem o suposto estado estacionário daquela atividade que permanecia sempre igual ao passado, refratária ao novo, à mudança.

É possível que este volume de críticas tenha contribuído para algumas modificações e inovações nos rumos da criação de gados no Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX. Ainda que isoladas e tímidas, essas mudanças já apontavam para um processo de modernização da indústria pastoril, que viria a tomar maior impulso no século XX. Paulo A. Zarth, demonstrou, por exemplo, que a partir de 1870, no Rio Grande do Sul, havia um esforço de modernização do rebanho sul-rio-grandense, sustentado principalmente na introdução de novas raças de gado para “melhorar” o rebanho crioulo. O escopo principal das medidas modernizantes era a ampliação da participação no mercado de carnes, que limitava-se, até então, ao mercado interno brasileiro e à alguma participação no mercado de Cuba.³¹⁰

³⁰⁹ No *Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx demonstrou como a exploração do mercado mundial precisou destruir o caráter nacional das indústrias por todos os países e destituir o caráter tradicional de toda atividade local, reduzindo-a a mero produto de consumo. O impulso para o revolucionamento da produção capitalista, segundo Marx e Engels, pressupõe uma anterior destruição, desintegração, dilaceramento das velhas formas de produção, das antigas relações produtivas; requer que os laços de unidade entre a produção e sua base local sejam desfeitos, pulverizados, impelindo todos os povos para uma ligação com o mundo, arrastando-os a uma torrente de internacionalização cada vez mais necessária a todos os países que se pretendem civilizados. Ver, MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 43-44.

³¹⁰ ZARTH, Paulo A. introdução de novas raças de gado no Sul do Brasil (1870-1950). In: *História: debates e Tendências*. Vol. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 74.

Esta orientação para o mercado externo, a transformação da pecuária em indústria exportável, a busca de produtos capitalizáveis, foi, paulatinamente, aparecendo nos discursos como via de modernização do criatório brasileiro. Estava em questão o desafio de transformar uma atividade circunscrita ao mercado interno em indústria de exportação, o que tornava fundamental a diversificação dos produtos de origem animal, a decomposição de bois, cavalos, cabras, ovelhas, dentre outros animais, em itens a serem comercializados, produtos em que os valores de troca sobrepujassem os valores de uso.³¹¹

Esta era, por exemplo, a defesa de Nicolau Joaquim Moreira, secretário e relator da *Exposição de plantas e animais vivos*,³¹² realizada no Rio de Janeiro em 1866, do qual resultou o *Relatório da Exposição agrícola zootécnica*, apresentado por ele em dezembro do mesmo ano. Ao tratar especificamente da indústria de animais domésticos, Nicolau Joaquim Moreira defende a necessidade de conduzir este ramo econômico para a busca de produtos para o consumo, de bens capitalizáveis. A condução da criação baseada na especialização dos animais, na determinação de seus fins e usos, era fundamental na transformação de bois e cavalos em mercadorias. Estava em jogo, ao mesmo tempo, a transição de um modelo de criação baseado nos usos imediatos que dos animais se poderia realizar, para uma indústria criadora cujos objetivos extrapolam a satisfação das necessidades imediatas.

Posicionava-se Nicolau Joaquim Moreira nestes termos:

Se a criação dos animais foi e é com justa razão considerada uma verdadeira indústria, é também fora de dúvida que não nos devemos levar somente pelo bello ideal ou absoluto, e sim procurar um produto que se possa capitalizar.³¹³

³¹¹ Karl Marx lembra que a produção de bens com valores de uso é o resultado da apropriação da natureza pelo homem através do processo de trabalho, uma relação entre o homem e o mundo natural, comum a todas as formas sociais. Mas a produção orientada para a obtenção de produtos com valores de uso não constitui o principal fundamento da produção capitalista. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa que se aime pour lui-même [que se anima por si mesma], diz-nos Marx. O capitalista busca a produção de mercadorias, que não constituam apenas valores de uso, mas valores de troca, artigos destinados à venda. “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais valor”. Ver: MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: *O Capital: crítica da economia política*. Op. cit., p. 263.

³¹² A Exposição especial de plantas e animais vivos abriu-se juntamente com a *Segunda Exposição Nacional* do Império, em outubro de 1866, encerrando-se em dezembro deste mesmo ano. A exposição já havia sido idealizada por Joaquim Antônio de Azevedo, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e, por ocasião da preparação da Exposição Nacional, resolveu-se que seria também um momento ideal para a realização do concurso hortícola zootécnico, como foi chamado o evento. Em suma, tratava-se de uma ocasião para expor as plantas conhecidas do Brasil e suas aplicações industriais, bem como a exposição das melhores raças de animais do país, dos melhoramentos feitos neste ramo, a aclimação de raças exóticas.

³¹³ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Exposição Agrícola Zootécnica apresentado pelo doutor Nicolau Joaquim Moreira, secretário e relator do jury respectivo em 3 de dezembro de 1866. In: REGO, Antônio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866. Op. cit., p. 209.

Mais adiante no seu *Relatório*, Nicolau Joaquim Moreira lembra que o escopo da moderna economia pastoril é o consumo e o comércio, e criar não se resume mais em fazer de bois e cavalos instrumentos de tração ou de guerra, ou fornecedores de alimentos para o sustento particular de cada região criadora.

Hoje uma grande mudança se tem operado; de um lado a carne entra em quantidade considerável na alimentação publica; de outro lado o cavallo presta serviços á lavoura; e a invasão de um novo motor agricola o vapor vem reduzir ainda mais o papel do boi como trabalhador. Também começa-se a perceber que o verdadeiro progresso actual deve consistir na criação do boi como animal de consumo, que se deve procurar augmentar-lhe a carne por uma alimentação conveniente e nenhum ou pouco trabalho, dando por estes aperfeiçoamentos maiores beneficios ao cultivador e ao criador.³¹⁴

Produzir mercadorias, decompor bois, cavalos e tantos outros animais domésticos em subprodutos destinados à venda, eram interpretados como as maiores exigências da indústria de animais. Era por meio de produtos comercializáveis, passíveis de exportação, que o Brasil penetraria na ordem econômica mundial, destinado a suprir não somente as necessidades nacionais, mas as exigências de outros países, de outros mercados.

Ao que parece, era neste ponto, sobretudo, que residia a diferenciação entre um país “atrasado”, preso às necessidades da economia local, e uma nação moderna, industrial e produtora de bens que geram mercado. Confraternizar com as nações mundiais por meio do comércio externo era também uma forma de assemelhar-se e unir-se a estas nações, exercício que o Brasil já vinha realizando por meio de outras iniciativas, como a participação nas famosas *Exposições Universais*,³¹⁵ mormente a partir do evento de Londres, em 1862.

³¹⁴ Ibidem, p. 214.

³¹⁵ As feiras de caráter expositivo e comercial já eram praticadas desde o final do século XVIII na França e inícios do XIX, na Inglaterra, contudo, é somente a partir de 1851, com a Exposição de Londres, que as exposições deixaram de ser eventos locais, para serem vistas como internacionais, sobretudo pelo caráter cosmopolita que assumiu, participando dela vinte e cinco nações, mais quinze colônias inglesas. Paulo César dos Santos destaca que, as *Exposições* funcionavam como grandes laboratórios exibicionistas, uma vez que o escopo de cada evento era mostrar os avanços de cada nação em termos de progresso industrial, os inventos tecnológicos, as mercadorias desenvolvidas, além de expressar a ação de uma burguesa orgulhosa de seus avanços, que buscava implantar sua visão de mundo sobre as demais nações e expandir o seu comércio. Ver: SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2016, p. 29 e ss. Lilia M. Schwarcz também considera que as exposições foram concebidas como espaços de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, e, ao poucos, as feiras foram se constituindo em palcos de exibição da própria burguesia, orgulhosa de seus avanços, além de expressarem momentos ideais para a classificação e catalogação da humanidade em termos evolucionistas, separando o mundo ocidental “civilizado”, das culturas indígenas, associadas ao passado da humanidade. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 389.

Daí em diante, o país se tornaria participante assíduo nestas festas do progresso,³¹⁶ inauguradas em 1851, com a *Grande Exposição de Trabalhos Industriais*, também realizada em Londres, dando início a uma era de exposições “que tinham como fio condutor apresentar, de forma lúdica, contemplativa e interativa, o triunfo da sociedade burguesa/ liberal/ capitalista”.³¹⁷ Assim, as *Exposições* funcionavam como vitrines do mundo civilizado, amostras do desenvolvimento das nações, reunindo num mesmo lugar todas as sociedades ditas “modernas”, funcionando mesmo como locais de “realização e efetivação da modernidade”.³¹⁸

Foi este o escopo que animou a permanente presença do Brasil nestes concursos universais, forjar para o Império tropical uma imagem progredida e moderna, mostrar ao mundo uma face civilizada, para além daqueles aspectos que mais nos identificavam, a mata, o índio e a agricultura. As exposições eram a oportunidade de encenar em eventos de proporções internacionais, como destacara Lília Schwarcz, “as especificidades desse império encravado no continente americano”.³¹⁹

É relevante ressaltar que, antes mesmo da participação efetiva do Brasil nas Exposições Universais, foi realizado, em 1861, no Rio de Janeiro, uma espécie de ensaio expositivo com produtos cearenses, resultado do trabalho exploratório que a *Comissão Científica* empreendeu no Ceará no período de 1859 a 1861 e, sobretudo, pelos esforços de Manuel Ferreira Lagos, a quem foi imputado o título de idealizador da *Exposição dos productos d’arte, usos e costumes do Ceará*, inaugurada no aniversário da independência do Brasil.

Paulo César dos Santos considera que esta exposição cearense na corte foi precursora deste tipo de evento no Brasil, preparando o país para a primeira *Exposição Nacional*, aberta em 02 de dezembro de 1861.³²⁰ Além disso, ensaiava-se a participação do Brasil na *Exposição Universal de Londres* em 1862, que marcaria a primeira participação do

³¹⁶ Ibidem, p. 393.

³¹⁷ HEIZER, Alda Lúcia. *Observar o Céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, 2005, p. 25.

³¹⁸ OLENDER, Carlos. No livro do futuro. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ /Departamento de História, 1992 (2 v.1). Citado por HEIZER, Alda Lúcia. *Observar o Céu e medir a Terra*. Op. cit., p. 17.

³¹⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. Op. cit., p. 393.

³²⁰ SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra*. Op. cit., p. 68 e ss. A primeira *Exposição Nacional* teve início em 02 de dezembro de 1861, dia do aniversário do imperador Pedro II e encerrou-se em 16 de janeiro de 1862. Segundo consta em trabalho publicado após a participação do Brasil na Exposição Universal de Paris (1867), na *Exposição Nacional* de 1861 foram expostos 9.862 produtos, pertencentes a 1.136 expositores; tendo sido a dita *Exposição* visitada por 18.453 pessoas. Ainda segundo esta publicação, seguiram para Exposição Universal de Londres 1.495 objetos. Ver: *O império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867, p. 123-124.

império de Pedro II nos concursos. De fato, uma variedade de produtos cearenses seguiu para esta feira, “que fora invadida por produtos da carnaúba e diferentes espécies de abelhas do Ceará, sem falar das redes, tecidos de algodão, lenços bordados e rédeas de couro”.³²¹

Em 04 de outubro de 1861, o jornal *O Cearense* transcreveu uma nota extraída do *Diário do Rio*, dando informações da mostra de Manuel Ferreira Lagos, ressaltando os inúmeros produtos expostos. É notória a tentativa do jornal de exaltar a figura de Lagos como incansável explorador, que, a despeito de todas as dificuldades e intempéries que enfrentara durante suas andanças pelo Ceará, não se furtara em coligir todo material digno de figurar na *Exposição*.

A coleção reunia produtos naturais e da indústria cearense: pássaros, insetos, répteis, abelhas e mel, resinas de várias árvores, produtos da carnaúba, tipos de leite extraídos de algumas árvores, azeites, ceras, algodão, tintas, café, arroz, feijões, milho, coleção de madeiras, utensílios de mesa, cachimbos, tecidos de algodão, redes, rendas, uma vestimenta completa de vaqueiro, pentes e caixas feitas com chifres, um serviço de chá feito com barro, produzido por uma “mulher surda, muda e de pouca vista”, “três respeitáveis queijos”,³²² etc.

Ressalte-se que, depois de todo esforço para apresentar aos leitores do jornal a variedade de produtos da província do Ceará, o autor concluiu sua nota destacando que não existia indústria propriamente dita nesta região, sobretudo porque toda a produção era destinada apenas para o consumo local.

Repetiremos ainda uma vez mais que a maior parte dos productos da exposição não representam industria, porque ainda não crearam mercado. Muitos só se fazem para uso particular; tem elles porem um grande merecimento que é provar a existencia dos principaes elementos para creação de industrias. E é isso um dos não pequenos serviços prestados ao paiz e principalmente à província do Ceará, que se deve felicitar a perseverança e patriotismo do Sr. Dr. Lagos, a cuja incansavel pesquisa se deve a preciosa colleção que está exposta.³²³

Além de realizar a divulgação da distante província do Ceará, pondo diante dos olhos da corte e do próprio imperador³²⁴ os produtos naturais, as indústrias e os costumes do lugar, de acordo com o jornal, o maior serviço prestado por Lagos, e em larga medida, pela *Comissão Científica*, era descortinar e trazer à tona tudo aquilo que podia ser vendido. Explorar, nesse sentido, expressava não apenas investigar, inventariar e expor as riquezas das

³²¹ KURY, Lorelai. Explorar o Brasil: o império, as ciências e a nação. In: Kury, Lorelai. *Comissão Científica de Exploração – 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda., 2009, p. 32.

³²² *O Cearense*, 04 de outubro de 1861, pp. 2-3.

³²³ *Ibidem*, p. 3.

³²⁴ O mesmo jornal *O Cearense* de 04 de outubro de 1861 traz uma nota acerca da visita do imperador Pedro II à Exposição cearense no dia 14 de setembro de 1861. Ver nota na página número 2 do jornal.

regiões visitadas, mas também disponibilizá-las para serem consumidas, para fomentarem o comércio interno e externo do país.

Essa foi certamente uma das mais evidentes marcas dos eventos expositivos, que caracterizaram a corrida imperialista das nações a partir da segunda metade do século XIX. Fosse locais, nacionais, ou internacionais, as exposições objetivavam, dentre outras coisas, chamar a atenção do mundo para a produção e para o consumo de mercadorias, atrair consumidores, negociantes, investidores.

Em 1866, o Brasil se preparava para mais uma exposição universal, que ocorreria em Paris no ano seguinte. Apesar das circunstâncias desfavoráveis no país, em virtude da Guerra do Paraguai (1864-1870), os dirigentes do império entendiam que o Brasil precisava garantir sua presença no evento, reunir o necessário para figurar entre os expositores e demonstrar mais uma vez a força da nação, sua continuidade na marcha do progresso. A guerra contra o Paraguai não deixava de ser um forte argumento para reforçar o poderio e a soberania do imperador brasileiro, bem como para legitimar a imagem de um povo forte e civilizado que, apesar dos conflitos, maninham-se firmes na construção da civilização.

Para isso realizava-se no decorrer do ano de 1866 exposições provinciais incumbidas de explorar, reunir e escolher os melhores produtos que deveriam seguir para a exposição nacional, momento em que seriam selecionados os exemplares da exposição de Paris. O jornal *Aurora Cearense* de 27 de maio de 1866 tentava convencer as populações locais da importância das exposições como etapas necessárias no caminho do progresso, ao mesmo tempo em que se esforçava para animar os espíritos progressistas a colaborarem com a reunião de produtos para o evento na província do Ceará. Note-se que, mais uma vez, é o viés comercial que sobressai nos argumentos do jornal.

(...) Prossigamos nesse grandioso empenho de mandarmos expor uma amostra do nosso avançamento na indefinida carreira das perfeições humanas, e nossa constancia será applaudida dos posterios, como um legado de ventura à pátria que tanto amamos. (...)

Os estrangeiros que descobrirem nossos objectos da exposição um núcleo ou de commercio, ou de industria manufatureira, se apressarão em procurar em nossa terra esses productos com preferencia as outras. E os mananciaes da riqueza publica e particular se abrirão para nós, e o governo do Brasil solícito em auxiliar os productores, não deixará de empregar de sua parte o que julgar mais contundente ao nosso desideratum. (...)

Animo e constancia e seremos apontados como amigos do verdadeiro caminho do progresso.³²⁵

³²⁵ Jornal *Aurora Cearense*, de 27 de maio de 1866, p. 3.

Para exibir-se, tanto no âmbito interno, perante o governo imperial e às demais províncias, quanto no âmbito externo, voltando-se para os mercados com outros países, era necessário que o Ceará apresentasse amostras do seu desenvolvimento, sob a forma de produtos passíveis de comercialização. Isto nos leva ao questionamento da natureza desses produtos. O que, de fato, constituía fonte de renda para o Brasil no tempo das exposições nacionais e universais? Que produtos expressariam melhor a face progredida do país? E mais, qual o lugar da indústria pastoril nessa economia brasileira cada vez mais imbuída de um espírito cosmopolita e desejosa de estreitar os laços com o mercado mundial?

Uma análise do catálogo dos produtos brasileiros que seguiram para a *Exposição Universal de Paris* em 1867 nos dá uma dimensão da forma como o Brasil apareceu perante o mundo naquele evento. Dos 20.128 produtos expostos na *Segunda Exposição Nacional* de 1866, foram enviados para a feira parisiense 3.558, pertencentes a 648 expositores. Comparados aos números obtidos na primeira participação brasileira nessas exposições, por ocasião da *Universal de Londres*, em 1862, o Brasil tinha mais que dobrado o seu número de produtos.³²⁶

A quase totalidade desses produtos que aparecem no catálogo, organizados em grupos específicos, revela um Brasil eminentemente agrário e extrativista. Lília M. Schwarcz já fez considerações sobre esta singularidade da participação brasileira nas festas do progresso, ressaltando que, apesar do esforço da monarca para tentar imprimir uma imagem moderna para seu império, o país era visto sempre pelos seus aspectos rurais, pela sua grande natureza e pelas suas populações indígenas.³²⁷

O que me parece mais relevante, neste ponto, é pensar, por exemplo, a participação de produtos advindos da criação de animais nesses atos de exposição, sobretudo naquelas áreas “tradicionalmente” reconhecidas como criadoras, como o Ceará. Para nossa surpresa, a inexpressiva presença da indústria pastoril no *Catálogo da Exposição de Paris* está resumida a alguns *couros* e *peles*, ainda assim expostos pela capital do império. O Ceará apresentou-se como província agrícola, sendo a carnaúba o seu produto mais relevante, aparecendo quase em todas as classes de produtos expostos.³²⁸

³²⁶ Para Londres, em 1862, foram enviados 1.495 produtos.

³²⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. Op. cit., p. 397.

³²⁸ A carnaúba entrara na composição dos seguintes itens expostos pelo Ceará: clarinete e guitarra de carnaúba, esteiras, aparelhos de chá, vassouras, chapéus, peneiras, abanos, balaios, ceras, sal, linhas de pescar, cordas. Ressalte-se que a importância da carnaúba foi registrada não só pela província cearense, mas também mereceu uma nota dos expositores do Rio Grande do Norte, destacando seus usos e sua produção em algumas províncias do Brasil. Ver: Catálogo dos objetos enviados para a Exposição Universal de Paris em 1867. In: *O império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris*.

Além da carnaúba, foram expostas resinas, castanhas, algodão, azeites, cera de abelha, farinha de mandioca, feijões, vinagres, vinho de caju. Nenhuma referência ao criatório cearense aparece no catálogo, o que não foi diferente para as demais províncias. Se considerarmos que os produtos selecionados e expostos nas feiras universais objetivavam dar ao mundo uma amostra do desenvolvimento, do progresso das atividades produtivas e do grau de civilização do país, devemos também assinalar que, a aposta brasileira não incluía a indústria pastoril, mesmo quando o discurso de modernização deste ramo tornava-se mais expressivo. Talvez porque importasse reafirmar o velho argumento segundo o qual “a natureza destinou o Brasil para ser um dos primeiros países agrícolas do mundo”.³²⁹

Na *Notícia sobre o Império do Brasil*, que acompanha o catálogo da Exposição de Paris, uma informação rápida sobre os animais brasileiros versa sobre algumas espécies de cavalos produzidos pelo cruzamento de garanhões vindos de outros países, que foram expostos na *Exposição de plantas e animais vivos*, que realizou-se juntamente com a *Segunda Exposição Nacional*. Mas ainda assim, a *Notícia* destaca a pouca expressividade das tentativas de melhoramento das raças animais.

Em seu *Relatório da Exposição Agrícola Zootechnica*, Nicolau Joaquim Moreira nos informa sobre os animais postos para a avaliação do júri. “Quinze foram os cavalos expostos a concurso. Tres bonitos mestiços meklemburguezes Cafila, Pampa e Curuzu, um mestiço cavalo do Cabo Pachá e 11 mestiços das raças *barbe* e *normanda*, acreditando o jury ser esta ultima antes Suffolk ou Yorkshire”. Além dos cavalos, “dous magnificos bois indigenas, de estatura elevada e excessivamente gordos, foram expostos”, e “digno e merecedor de elogios se fez o Sr. Major Sockow pela exposição de seus bellssimos carneiros importados da Allemanha”.³³⁰

Os animais, ali tratados como produtos, resultado de cruzamentos sucessivos, foram analisados em suas formas, a altura, o tamanho, a musculatura, a gordura, a ossatura, qualidade do pelo, além de serem avaliados os usos dos produtos adquiridos, a aptidão para trabalhos específicos, ou para o fornecimento de carnes, de couros, de lãs etc. Deve-se considerar esta exposição animal como a mais acabada expressão de uma nova orientação para o criatório brasileiro na segunda metade do século XIX, que firmava-se na zootecnia para obter espécies cada vez mais adequadas às finalidades previamente estabelecidas por seus criadores.

³²⁹ Ibidem, p. 68.

³³⁰ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório da Exposição Agrícola Zootechnica. Op. cit., p. 221 e ss.

N' *O Auxiliador da Indústria Nacional* de 1866, o mesmo Nicolau Joaquim Moreira definiu a *Zootechnia* nos seguintes termos:

Para nós a zootechnia não é outra couza mais do que a physiologia veterinária, isto é a physiologia applicada aos animaes domesticos.

Ora ensinando o admirável mecanismo dos órgãos, que compõem a machina animal, a physiologia ensina também as leis que presidem o desenvolvimento e as condições de sua criação. (...).

Feita esta descoberta ou estabelecido que desde que o homem póde actuar sobre os meios, a forma do animal lhe pertence, está por consequência em seu poder fazer varial-a no sentido de sua utilidade e imprimir-lhe a direcção a mais apropriada aos fins, que tem em vista.³³¹

Com isso, como já destacamos, Nicolau Moreira discordava da opinião de alguns publicistas que apregoavam que a única forma de melhorar os animais domésticos era por meio do cruzamento com machos de origem estrangeira, ignorando as condições em que os bichos eram submetidos. Nicolau Moreira defendia que as especificidades do tratamento dispensado aos animais, a alimentação, a higiene, bem como as condições climáticas da região em que são criados, eram fundamentais para obtenção de um resultado esperado, um produto perfeito, um animal especializado.

Desse modo, a forma do animal pertencia ao criador, uma vez que, conhecendo o funcionamento fisiológico das raças, e manipulando as condições de sua criação, seria possível modificar as qualidades animais, orientá-las segundo exigências próprias de cada criador, cada país ou cada mercado. Para Nicolau Moreira, melhorar a raça significava conduzir a criação para a *Especialização*, o “*nec plus ultra* do progresso em materia de produção animal”,³³² ou seja, para a obtenção de um animal apropriado para um único fim.

Em artigo semelhante, *Zootechnia: dos melhoramentos zootechnicos*, publicado também n' *O Auxiliador* em 1867, Nicolau Moreira expõe de forma muito direta a finalidade dos melhoramentos animais.

O objeto dos métodos zootechnicos consiste em imprimir a essas formas e a essas aptidões modificações próprias a satisfação das necessidades provenientes do estado social, e também conservar e perpetuar estas modificações uma vez obtidas, ou impedir que as formas e aptidões naturaes se degradem ou diminuam pelo facto da domesticidade.³³³

³³¹ MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Zootechnia*. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1866, pp. 169-170.

³³² *Ibidem*, p. 169.

³³³ MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Zootechnia: dos melhoramentos zootechnicos*. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1867, p. 114.

Neste ponto, é necessário ressaltar que, de todas as necessidades sociais que perpassavam as discussões em torno do melhoramento zootécnico, a busca de produtos animais a serem comercializados foi, certamente, mais evidente. O próprio Nicolau Moreira foi bastante incisivo ao destacar que não importava criar animais para finalidades estéticas, pois a zootecnia deveria estar a serviço do mercado e atender aos interesses econômicos. Vejamos:

(...) Um animal por mais disforme que pareça ao artista, é bello para o zootechnista, uma vez que reuna, em seo mais alto gráo, as condições para a funcção economica que se tem em vista.

O bello, portanto, em zootechnia, não é o agradável, porem o util.

(...) Do que precede resulta que o objecto dos methodos zootechnicos, é realizar melhoramentos, ou em outros termos, desenvolver as funcções economicas dos animaes, que são o fim desses melhoramentos.

Melhoramentos. – Melhorar, em zootechnia, é, como temos visto, augmentar o poder das funcções economicas dos animaes, isto é, pol-as em circumstancias de fornecerem maior quantidade de produtos.³³⁴

Melhorar, nos termos de Nicolau Moreira, pressupõe modificar as formas naturais dos animais, interferir cientificamente nos seus caracteres biológicos, a fim de garantir apenas a reprodução de formas e aptidões desejadas socialmente, que atendam a objetivos práticos, mormente para servir ao comércio. O animal melhorado é, antes de tudo, a expressão do controle humano sobre a natureza, o resultado de experiências sucessivas e o produto de discussões que ultrapassam os limites da ciência zootécnica, da biologia, ou da fisiologia, para atenderem interesses políticos e econômicos.

No mesmo discurso, ciência, política, economia, natureza e cultura se misturam para fazerem emergir objetos sociais *híbridos*, que já não podem ser encarados como puramente sociais, ou puramente naturais, mas como produtos da interação sempre constante entre cultura e natureza. Bruno Latour sugere que a produção de híbridos faz parte de nossa relação com o mundo, que sempre os produzimos, mesmo quando tentamos separar em campos distintos e distantes a *natureza* e a *cultura*. Para Latour, nunca houve esta rígida separação entre o mundo natural e o mundo social, forjada na modernidade, justamente porque o desejo moderno de purificação desses campos encontra sempre como efeito a proliferação de híbridos, esses mistos de natureza e sociedade, de sujeito e objeto.³³⁵

Com isso, cabe pensar o social a partir dessas interações entre a natureza e a sociedade, desfazer a dura ruptura operada por aqueles que se julgavam modernos, e “reatar”,

³³⁴ Ibidem, pp. 114-115.

³³⁵ Ver: LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

como enfatiza Bruno Latour, “o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício de poder, digamos a natureza e a cultura”.³³⁶ O social se constitui por uma rede heterogênea,³³⁷ que mistura agentes humanos e não humanos. É na interação entre homens e coisas que o social é tecido, de modo que a investigação sobre a sociedade precisa levar em conta esta relação inevitável entre sociedade e natureza.

A partir desse entendimento, devemos pensar o discurso do melhoramento animal não apenas do ponto de vista da experiência zootécnica que se queria disseminar no Brasil, mas encará-lo como portador de múltiplos interesses, dispostos em campos para além da ciência. De fato, estava em jogo não só a imagem do país como produtor de ciência, mas também a necessidade de fomentar o comércio mundial, entrando na escala de produção e exportação de produtos animais. Importava ainda, a exportação da imagem de uma natureza potente, propícia ao desenvolvimento de animais robustos e fortes, propaganda que encontrou nas *Exposições Universais* o seu maior espaço. Emfim, estava em questão a própria construção da imagem de uma nação moderna e progredida, que ao introduzir melhoramentos no campo da zoologia irmanava-se às nações “civilizadas” da Europa, incorporando seus métodos e processos zootécnicos.

A participação da indústria de animais na pauta das exportações do Brasil ainda era bastante tímida na década de 1860, quando o país começou a participar das feiras internacionais e a promover os seus próprios eventos expositivos. Em partes, isto era um reflexo do modelo agrário estabelecido desde a colônia, que logrou separar a agricultura e a pecuária, relegando a esta última um lugar muito marginal, se comparado com a importância que tiveram produtos agrícolas diretamente ligados ao comércio externo. Na *Notícia sobre o Império do Brasil*, que acompanha o catálogo da Exposição de Paris (1867), somente os *couros secos e salgados* aparecem listados entre os produtos pecuários exportados pelo Brasil, antecedidos pelo café, o algodão e o açúcar.³³⁸

Ressalte-se que esta peculiaridade do modelo agrícola brasileiro, de separação entre cultivo e criação de animais, distanciava-se muito do modelo europeu, que desde a passagem do século XVIII para o século XIX, desenvolveu o estreitamento das relações entre

³³⁶ *Ibidem*, p. 9.

³³⁷ FREIRE, Letícia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: *Revista Comum*, v.11, nº 26, jan./jun., 2006, p. 49.

³³⁸ No documento, a exportação dos couros secos e salgados aparece resumida neste único parágrafo: “É o principal ramo de exportação da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Subiu ao valor de 7,521:848\$”. Ver: *O império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris*. Op. cit., p. 59.

as duas atividades, o que possibilitou o aumento da produtividade e dos rendimentos da agricultura, beneficiada, sobretudo, pelo adubo de origem animal. Os adubos, além de romperem com a velha agricultura, eliminando o pousio, permitiram o incremento da área agrícola cultivada.³³⁹

As discussões sobre a “defasagem” da agricultura brasileira, quando comparada com o agro europeu, incorporaram por diversas vezes o argumento de que a histórica dissociação entre agricultura e pecuária tornavam o nosso modelo selvagem, irracional e devastador, uma vez que, sem a presença dos animais, fornecedores naturais de fertilizantes, as terras ficavam cansadas, exaurindo-se após alguns anos de exploração. Um artigo publicado no jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional* de 1854, expressa bem a crítica do modelo agrário próprio dos trópicos, onde, segundo seu autor, “a agricultura ali ESTRAGA EM LUGAR DE PRODUZIR”, porque ella nem conserva nem melhora o terreno”.³⁴⁰

Para legitimar as suas afirmações sobre o carácter “selvagem” da agricultura no Brasil, o autor recorre ao modelo europeu, enfatizando a união entre o cultivo e a criação de animais.

Ha uma grandissima diferença entre a agricultura dos tropicos e a da Europa. Ali existem a lavoura e a criação de gado como dois ramos especiaes sem a minima relação entre si; aqui se considerão como companheiros inseparaveis, como partes de um grande todo, que não podem viver uma sem a outra, igual aos gemeos Siameses. Por este motivo é que aqui não se conhece o que no Brasil se chama terras CANSADAS, porque o que a cultura das plantas subtrahе ao solo, ali se supre por meio d’estrume organico e inorganico. A falta d’este efeito de reacção prescripta pela natureza, é que deve ser attribuida, a infertilidade actual de vastos terrenos, e póde dizer-se que a cultura nos tropicos só se póde considerar como CULTURA DE NOMADOS, à qual a devastação da America tem de agradecer a devastação dos mattos, e os desertos extensos e inuteis, agora entregues a esterilidade.³⁴¹

Esta passagem deveras contundente reúne alguns aspectos próprios daquela crítica ambiental que se desenvolvera no Brasil desde o final do século XVIII e que passou a associar a destruição da natureza ao atraso da agricultura nacional. No trecho destacado, o primeiro sinal evidente deste atraso se dá pelo distanciamento entre a agricultura tropical e àquela praticada em alguns lugares da Europa. Em segundo lugar, este distanciamento é evidenciado pela posição que ocupa a pecuária em ambos os modelos, sendo o atraso da agricultura nos

³³⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. In: Revista Brasileira de História, nº 12, vol. 6, mar./ago., 1986, p. 133.

³⁴⁰ Considerações geraes sobre a agricultura tropical. Necessidade de estrume e rotação de plantas. In: O Auxiliador da Indústria Nacional, 1854, p. 222. (Grifos do autor).

³⁴¹ Ibidem, p. 222. (Grifos do autor).

trópicos atribuído à exclusão dos animais na organização dos cultivos, impossibilitando a recuperação das terras pelo uso dos adubos provenientes dos gados. Como decorrência deste fator, a diminuição da capacidade produtiva dos solos, o processo de desertificação das áreas cultivadas e a destruição das matas, são tomados como fortes indícios de uma cultura agrária “imprudente”, marcada pelo machado e pelo fogo, únicos instrumentos de preparação dos solos.

Em 1865, também n’*O Auxiliador da Indústria Nacional*, outro artigo fez considerações acerca dos felizes resultados obtidos na agricultura austríaca, em decorrência de aperfeiçoamentos como a drenagem dos terrenos, o emprego de máquinas, e também da associação com a indústria do gado. Em linhas gerais, o artigo considera que o aperfeiçoamento da agricultura em qualquer país não pode prescindir do desenvolvimento e da modernização da atividade pecuária, enfatizando a indissociabilidade entre os dois campos, o que tornava atual e verdadeira a seguinte máxima: “A agricultura sem gado é sino sem badalo”.³⁴²

Ressalte-se que a importância da aliança entre cultivo e criação não se restringia apenas ao fornecimento de fertilizantes naturais para a agricultura, mas o aumento dos rebanhos de toda sorte de animais, bois, cabras, ovelhas, cavalos, e até as aves, representava o incremento da produção de uma série de itens que alimentavam o comércio na Áustria. Segundo o artigo, “póde-se avaliar em 2,500 milhões de cruzados o valor dos animais criados no imperio austriaco, em 1,225 milhões o de seus productos, taes como leite e lacticinios, carne, couros, pelles, lã, etc”. Na sequência:

Se ajuntarmos 60,000,000 de aves, no valor de 25 milhões de cruzados, que fornecem 400 milhões de ovos, avaliados em 110 milhões de cruzados, o mel e a cera, que não é possível avaliar, e 270,000 quintaes de casulos do bicho da seda cujo valor é de perto de 60 milhões de cruzados, teremos a somma aproximativa do valor dos productos agrícolas do Imperio Asutriaco.³⁴³

Publicações como esta enchem as páginas do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que ao atualizar para o público brasileiro os progressos agrícolas de outros países, cumpria a tarefa de contribuir com a modernização das indústrias brasileiras, tentando animar os produtores a introduzirem melhorias em suas atividades. Por outro lado, a publicização do aperfeiçoamento agrícola de nações europeias, por exemplo, acabava por evidenciar as

³⁴² Estatística Agrícola – Estado Actual da Agricultura na Austria. In: *O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1865, p. 427.

³⁴³ *Ibidem*, p. 428.

fragilidades do agro nacional, na medida em que tornava visíveis os “atrasos” de nossa produção e o nosso descompasso, quando comparados com a prática agrária europeia.

Foi por este viés do descompasso, que o presidente da província do Ceará, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, construiu a sua apreciação da indústria pastoril cearense, por ocasião de seu relatório em 1868.

Admira, senhores, como sendo a criação de gado uma industria tão explorada, e derivando della a riqueza de tantas familias na provincia, permaneça em tamanho atrazo.

Alem da exportação de animaes vivos para as provincias limitrophes, e da venda dos que se destinam ao consumo interno, cifra-se a arte do creador em preparar algum queijo por meio de rotineiro processo, fazer a carne chamada de sol, salgar couros e nada mais.

Entretanto é essa uma das mais interessantes industrias, quer em relação á sua organização e ao aperfeiçoamento das raças, quer em relação aos fornecimentos que faz ao consumo alimentar, quer em relação aos serviços que presta, tanto á lavoura, como a industria fabril e manufactureira.

Tudo isto em embryão, e, com excepção dos couros, os variados productos provenientes da criação do gado tem insignificante espaço na lista da exportação da provincia ... Os couros são apenas preservados da putrefação. A sola é toscamente curtida com o atanado do angigo. A carne secca não tem processo especial; é salpresada e exposta ao calor solar. A sua exportação diminue. Os queijos, que podiam ser um ramo importantíssimo de commercio, são mal preparados, e limitam-se ao consumo interno.³⁴⁴

Note-se que o presidente nos apresenta uma criação de gados voltada quase totalmente para fins de abastecimento da própria província, bastando para suprir as necessidades imediatas. Outro aspecto de sua apreciação que merece destaque é a forma de caracterização dos processos de produção de determinados produtos como a carne, a sola e o queijo, em que eram empregados “rotineiros” métodos; formas de produzir tradicionalmente utilizadas no regime pastoril cearense, mas que não se afinavam com as expectativas de uma produção para o mercado de exportação.

De modo semelhante, o romancista José de Alencar lamentará o atraso da indústria cearense, interrompendo a narrativa d’*O Sertanejo*, para relatar as lembranças de infância em sua terra natal, quando teve “ocasião de ver na fazenda Quixaba, próxima à serra do Araripe, êsse aluvião de leite, na máxima parte desaproveitado pelo atraso da indústria, e que podia constituir um importante comércio para a província”.³⁴⁵

Fosse nas páginas dos romances e dos jornais, bem como nos relatórios oficiais do governo, ou ainda nos trabalhos dos cientistas oitocentistas, a indústria pastoril no Brasil era

³⁴⁴ Falla citada na abertura da Asembléa Legislativa do Ceará pelo excellentissimo presidente da provincia, Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de novembro de 1868. Fortaleza: Typ. Brasileira, 1868, pp. 39-40.

³⁴⁵ ALENCAR, José de. *O sertanejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 184.

sempre caracterizada pela tensão entre a experiência e a expectativa, entre antigo e o novo, entre o atraso e moderno. No entanto, nenhuma ruptura com o passado e nenhuma mudança poderia ocorrer sem investimentos em técnicas, em conhecimentos científicos, em ensaios de aclimatação de animais, em melhoramentos das espécies, em educação rural, propostas que prorrogavam para o futuro a efetiva modernização do criatório nacional.

4 - REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA E DO SERTÃO NAS CRÍTICAS DA PECUÁRIA SEMI-SELVAGEM.

*(...) a vida social no grande sertão brasileiro se construiu, nos séculos XVIII e XIX, a partir de um emaranhado de instituições, processos econômicos, comunicações verbais, formas de comportamento. Buscar esses múltiplos sentidos, e tentar inter-relacioná-los, é aventura bela e complexa, que tem atraído poetas e ensaístas. A história nasce nesses labirintos de criatividade e invenção.*³⁴⁶

4.1. Imagens para o sertão pastoril.

Em carta datada de 20 de novembro de 1859, o botânico Francisco Freire Alemão, encontrando-se naquele momento em Icó, remetia notícias de sua viagem de exploração do território cearense à sua irmã Policena Freire. Ao narrar a ida de Aracati ao Icó, o chefe da *Comissão Científica* dava ênfase especial às modificações que ia observando nas paisagens naturais, às peculiaridades do que chamou de “sertão pròpriamente dito”, espaço de natureza singular e de vegetação muito diversa daquelas observadas nas ribeiras do Jaguaribe, por onde seguia a expedição comandada por Freire Alemão. O sertão era completamente diverso do que ele tinha imaginado e não correspondia às descrições que conhecia deste espaço³⁴⁷, razão porque se mostrava surpreso. Escreveu Freire Alemão:

Mas quando nos achamos em pleno sertão, não pudemos deixar de ser singularmente impressionados pelo aspecto singular do país, como pela surpresa, sendo inteiramente diverso da ideia que fazíamos por informações incompletas, inexatas ou exageradas. Eis o que eu cuidava que era – campinas rasas cobertas de gramíneas, e com algumas árvores dispersas.

Eis o que agora vi – um país todo montuoso, tendo às vezes lombadas de muitas milhas de extensão, deixando entre si estreitos vales, ou grotões, demasiadamente pedregosos, e raras vezes mostrando uma vargem de certa extensão, ou uma meia

³⁴⁶ LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

³⁴⁷ Antes de viajar para o Ceará, Freire Alemão e os membros da Comissão Científica de 1859 acercaram-se de inúmeras informações não só sobre os sertões do Ceará, mas também de outras áreas do semiárido nordestino. Entre as fontes consultadas figuraram os trabalhos de João da Silva Feijó, naturalista que chegou ao Ceará em 1799 e que produziu vários escritos botânicos e mineralógicos sobre a província. Nos Trabalhos da Seção Geológica e Mineralógica da dita Comissão ficou registrada a contribuição de Feijó em suas andanças: “Fizemos uma excursão ao Canindé e fomos ver os depósitos de ferro junto à Serra das Guaribas nas margens do rio Cangati, de que falara Feijó em 1814”. Ver: CAPANEMA, Guilherme S. de. *Trabalhos da Seção Geológica*. Apud. BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 336. Maria Margaret Lopes também de/staca as contribuições das viagens filosóficas do período ilustrado luso-brasileiro para as viagens da Comissão imperial, quando foram retomadas e serviram não só como inspiração, mas também como roteiros das investigações. Ver: LOPES, Maria Margaret. *A Comissão Científica de Exploração uma “expansão para dentro”*. In: KURY, Lorelai. *Comissão científica de exploração 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2009, pp. 51-52.

laranja rasa e larga; com intervalos de leguas vê-se o leito arenoso e largo dum rio, antes torrente, pois só correm no tempo das chuvas. Êsses montes, tabuleiros e vales são cobertos de catingas ou carrascos, isto é duma vegetação especial, e de arvores sôltas, cujo porte é o de uma laranjeira ordinária, daí para baixo, e raramente mais alto. Tudo está em fôllha, e como se por ali houvesse passado o fogo; (...) *O sertão, nos dizem os homens da capital, no verão é um inferno, e um paraíso no inverno, mas tenho visto, que nem é inferno, nem paraíso. São lugares pobres, muito atrasados, e os cômodos da vida desconhecidos, ou mal apreciados.*³⁴⁸

Havia uma ideia do espaço sertanejo previamente estabelecida na mente de Freire Alemão, uma paisagem edificada pela memória e por descrições, que embora não fossem suas, ainda assim compunham a imagem do que seria o sertão do Ceará, corroborando as ideias de Simon Schama ao afirmar que a paisagem é uma obra da mente, produto de nossas lembranças, dos nossos desejos e de nosso olhar.³⁴⁹

A descrição de Freire Alemão institui um “novo sertão”, e esta prática descritiva, ao mesmo tempo fundadora de espaços,³⁵⁰ porque demarca, nomeia e delimita, nos permite pensar historicamente os espaços como elaborações permeadas de interesses culturais, econômicos e políticos específicos; espacialidades formadas não apenas de rochas, solo, água, árvores e animais, mas também de desejos, de sonhos, de ideologias, e formas de ver socialmente comprometidas.

Ao entrar em contato direto com a geografia cearense, ao encarar a tarefa de *ver com os próprios olhos*³⁵¹ os lugares explorados, Freire Alemão acaba por negar os relatos de seus companheiros viajantes: o sertão não era um *paraíso*, tampouco era um *inferno*. Nega, portanto, duas imagens de um mesmo espaço e propõe uma terceira, agora fundamentada sob a ideologia do progresso. Aquele espaço passa a ser um lugar atrasado, está em descompasso em relação a outras espacialidades. É este descompasso que acompanhará a maior parte das representações das áreas sertanejas do Brasil na segunda metade do século XIX, propondo a

³⁴⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. À Irmã Policena Freire. Correspondência ativa de Francisco Freire Alemão. In: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 81, 1961. *Os manuscritos do Botânico Freire Alemão*. Divisão de publicações e divulgação, 1964, pp. 153-154. Grifos meus.

³⁴⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17.

³⁵⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 191.

³⁵¹ Lorelai Kury (2001) identifica duas metodologias distintas de trabalho entre os naturalistas oitocentistas: o naturalista viajante e o naturalista sedentário. Para os primeiros, a experiência da viagem permitia ver com os próprios olhos as regiões visitadas, entrar em contato direto com a natureza, dispor de impressões estéticas e sensações físicas impensáveis em uma análise de gabinete. A viagem permite não só a coleta de materiais, mas possibilita medir de maneira sistemática elementos como a temperatura, a pressão, a altitude, a umidade de cada lugar. “A viagem é em geral considerada pela história natural uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência” (p. 865). Outros naturalistas, como era o caso de Georges Cuvier, preferiam o gabinete como lugar para o trabalho de análise da natureza, é o naturalista sedentário, que substitui a viagem pela imersão em livros, laboratórios, coleções, herbários, jardins botânicos, etc., estabelecendo assim uma divisão do trabalho científico, em que o viajante é tido como um coletor, “cuja coleção e informações são essenciais para a história natural”. (p. 865). Ver KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde*, v. VIII (suplemento), 2001, pp. 863-880.

existência de duas zonas espaciais distintas, uma moderna e desenvolvida (quase sempre será o litoral e a cidade), e uma área em atraso, imersa em rotina (o interior, o campo).

A observância e o registro das modificações da paisagem cearense constitui um traço característico dos escritos de Freire Alemão. Nos seus diários de viagem anotou cuidadosamente as zonas de transição entre áreas geográficas diferentes, ressaltando sempre o tipo de vegetação, o solo, a qualidade da água e a presença de animais característicos. É significativa a importância que o viajante dá à definição dos caracteres próprios das áreas do sertão, parecendo constituir uma busca pela delimitação exata destas áreas e a correção das descrições “inexatas e imprecisas” dos viajantes que lhes precederam. Assim, o registro da fisionomia do sertão, em toda sua particularidade geográfica, tornou-se recorrente nas anotações do viajante. Ainda por ocasião da viagem de Aracati ao Icó, Freire Alemão anotou em seu diário,

Terça-feira, 27: Partimos de manhã. Marchávamos pelo vale do Jaguaribe, que perdia sempre seu caráter tornando sertão, isto é, ia-se tornando mais montuoso, mais pedregoso; o rio já apresentando lugares com lajes, ou grandes blocos de rochas graníticas, a vegetação tomando também outra aparência: diminuem as carnaúbas e aparecem catingas e tabuleiros.³⁵²

Mais adiante, continuava o botânico:

Quarta-feira, 28: Saímos às sete horas e andando sempre mais ou menos aproximado à ribeira do Jaguaribe e por um terreno já próprio do sertão, isto montes pedregosos, áridos, cobertos de jurema-preta e pereiro, de aspecto tristonho, parecendo ter passado por aí o fogo, e o leito do Jaguaribe apresentando-se já com porções pedregosas, etc.³⁵³

O botânico Freire Alemão constrói sua própria paisagem a partir de uma descrição espacial que vai além dos elementos topográficos ou dos registros da vegetação e da fauna cearense. Para além de uma classificação das formas, dos tipos, dos tamanhos, das espécies vegetais, ou de uma nomeação taxonômica pura, as anotações de Freire Alemão estão repletas de valorações subjetivas e de atribuição de sentimentos à paisagem sertaneja. São recorrentes afirmações do tipo “belas árvores”, “lindas flores”, “árvores de aspecto tristonho”.

Outro aspecto que se deve considerar é a maneira como Freire Alemão se coloca diante do “sertão propriamente dito”, que se descortina diante de seus olhos como um desconhecido, um avesso da imagem que carregava consigo; um sertão pedregoso e árido,

³⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 129.

³⁵³ Ibidem, p. 131.

lugar atrasado, pobre e carente dos cômodos da vida. Não devemos, portanto, ignorar as pretensões de Freire Alemão de querer imprimir à sua escrita, bem como às viagens exploratórias das quais era líder, o caráter de agentes de inserção dos sertões do Ceará ao império do Brasil, tanto por fazê-los figurar entre as áreas já conhecidas e visitadas pela ciência nacional, como por definir as suas reais dimensões e peculiaridades geográficas. Tratava-se, logo, de descobrir, demarcar e inseri-los ao corpo nacional em formação.

Outrossim, cabe destacar que o escopo da constituição de uma expedição exploradora no Brasil nasceu, em parte, do desejo de alguns intelectuais de desfazer, ou corrigir os “erros” e “mentiras” já produzidos sobre o país pelos naturalistas estrangeiros, e, ao mesmo tempo, afirmar a capacidade dos cientistas brasileiros para produzir eles mesmos o conhecimento sobre a nação. A preocupação com a imagem do Brasil no exterior e com a consolidação das suas instituições científicas ³⁵⁴ estiveram na base da formação de uma *Comissão Científica* nacional, posto que estava em jogo a própria afirmação do Império de Pedro II, que se tornaria patrocinador das viagens.

Se não havia clareza de onde partiria a primeira *Comissão Científica* brasileira, como ressalta Lorelai Kury, ³⁵⁵ o certo é que ela incidiria sobre áreas geográficas ainda desconhecidas, distantes e isoladas. Assim, a *Comissão* assumia o papel de agente desbravador de um Brasil ainda não revelado, das riquezas naturais escondidas, das populações dispersas e marginalizadas da ordem e do poder imperial, da força da natureza adormecida e mantida em estado puramente “selvagem”.

Foi este tipo de pensamento que alimentou as inúmeras representações do espaço sertanejo cearense no decorrer do século XIX, que o tomaram como um imenso deserto, de natureza intocada, de populações espalhadas e avessas às leis. Um sertão indômito, rude e selvagem, aonde a civilização não penetrou. Mas uma região também potente, rica em recursos naturais, que precisavam ser descobertos e despertados pela mão humana. Região que passou a ser encarada como espaço onde se desenvolvera uma sociabilidade particular, talvez a verdadeira expressão da nacionalidade brasileira, e da qual o sertanejo era o seu mais importante representante. ³⁵⁶ Um sertão, portanto, não só carente, mas propício à civilização.

³⁵⁴ SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará investigado: A Comissão Científica de 1859*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

³⁵⁵ KURY, Lorelai. Explorar o Brasil: o império, as ciências e a nação. In: KURY, Lorelai. *Comissão científica de exploração 1859-1861*. Op. cit. p. 23.

³⁵⁶ Sobretudo na literatura romântica o sertanejo é tomado como elemento de expressão da nacionalidade brasileira. O distanciamento em relação às formas de vida do litoral e da cidade, e o relativo isolamento do homem do sertão, são tomados como responsáveis pela manutenção de características próprias de uma identidade nacional. O sertanejo evidencia-se pelo seu estilo de vida simples, pela proximidade e identificação

Visto e representado a partir do par antitético *civilização* e *barbárie*, o sertão será alvo de representações de naturezas diversas, tanto pela escrita de viajantes e cientistas, quanto pelo romance de literatos oitocentistas ou pelos relatórios oficiais de políticos. É destas representações que nos ocupamos aqui, de leituras e interpretações sobre o sertão orientadas pelo conflito entre o atraso e o progresso e que permitiram, por exemplo, a emergência da *pecuária semi-selvagem*, como uma expressão da barbárie sertaneja que precisava ser superada.

Em sua obra *Entre árvores e esquecimentos*, Victor Leonardi nos fala de uma *Ilusão da Modernidade*³⁵⁷ que estaria na base de determinadas falsificações ideológicas como a oposição entre o campo e a cidade e a suposta superioridade desta em relação àquele. Outros tipos de oposição também podem encontrar sua condição de possibilidade nesta *ilusão*, como a civilização e a barbárie, a rotina e o progresso, o sertão bravo e selvagem versus o litoral civilizado. A modernidade e o progresso, que no século XIX surgem como finalidades das nações mundiais, como rumos ao quais se devem seguir, conduziram as inúmeras representações do sertão, de suas populações e das atividades produtivas desenvolvidas nestes espaços, não só determinando o seu “atraso”, mas indicando um caminho para civilizarem-se. Desta forma, cumpre-nos pensar em um processo simultâneo de (re) significação do sertão e da pecuária, vistos sob a ótica de uma modernização desejada ou de uma civilização importada, principalmente, de modelos europeus.

A imagem de um sertão incógnito no Brasil, obra que remonta aos momentos iniciais da colonização, não perdera sua força nos séculos seguintes e tornou-se justificativa para muitos projetos políticos de civilização das áreas “vazias” do país durante o século XIX, de projetos modernizadores e sanitários no século XX,³⁵⁸ além de mobilizar a escrita de inúmeros literatos brasileiros movidos pela busca de imagens para este multifacetado e polissêmico conceito.

A associação com o litoral talvez tenha marcado com mais força as interpretações não só espaciais, mas também sociais do sertão na história do Brasil, aparecendo ao mesmo

com a natureza, pela força e pela bravura peculiar aos homens do sertão. O julgamento do sertanejo, na perspectiva romântica, é sempre positivo. “Natureza e organização social se fundem na base desse julgamento positivo, opondo-se à vida desregrada e corrompida do litoral, ou seja, das cidades”. OLIVEIRA, Lucia Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. (Orgs.). *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p. 22.

³⁵⁷ Ver, LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Op. cit., p. 344.

³⁵⁸ Sobre os projetos de modernização e higiene nos sertões do Brasil, ver: LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013.

tempo como categorias opostas e complementares. O litoral, além de referir-se à faixa de terra próxima ao mar, é também o espaço conhecido e colonizado. O sertão, por sua vez,

(...) designava não apenas os espaços interiores da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.³⁵⁹

Maria Elisa Noronha de Sá Mäder também analisou a interpretação do sertão como região contraposta à zona colonial, que representava o mundo da ordem instituída pela Igreja e pelo Estado. Representando o seu avesso, o sertão seria o

(...) território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido, pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em Região Colonial. É a colonização que vai preenchendo este vazio.³⁶⁰

Destarte, a obra da colonização assumia não apenas uma investida de ocupação dos espaços vazios, mas também uma obra missionária e salvacionista, pois incluiria a inserção de valores civilizados e cristãos no seio de povos “selvagens” e carentes de Deus; ela cumpria a tarefa de transformar espaços de barbaria e dominados pelo diabo em regiões coloniais já incorporadas ao processo civilizatório de que os agentes colonizadores se julgavam representantes.

No processo de preenchimento dos descampados sertões, vale destacar a investida sobre as áreas denominadas pastoris, aonde se desenvolvera, na trilha do pensamento de Capistrano de Abreu, uma civilização *sui generis*, uma “sociedade do couro”, com peculiaridades muito próprias de um modelo econômico centrado no gado, elemento definidor do próprio tipo de ocupação do território, para o qual “a solução foi o gado *vacum*”.³⁶¹ A formação de uma sociabilidade particular nessas áreas de criação foi enfatizada pelo historiador cearense na famosa expressão de uma *época do couro*, em que todos os utensílios da vida sertaneja advinham desta matéria-prima animal.³⁶²

³⁵⁹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p. 148-149.

³⁶⁰ MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995, p. 13.

³⁶¹ ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982, p. 131.

³⁶² Capistrano de Abreu destacou a importância da pecuária na formação de uma sociabilidade própria das áreas criadoras do país, de uma cultura identificada pelo trabalho nas fazendas de criar. Desenvolveu-se uma “civilização do couro”, em que: “De couro era porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas

Mas as singularidades desta civilização do couro, na visão de Capistrano de Abreu, também podem ser evidenciadas por outros traços como a violência e a insubmissão às leis. Vale destacar as palavras do autor:

Os capitães-mores deixaram fama de violentos, arbitrários e cruéis. Não eram, porém, incontrastáveis e maior ou menor sempre encontraram oposição. Reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar ermo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio dos vizinhos.³⁶³

Como se pode notar, para Capistrano de Abreu um elemento bastante significativo da singularização da vida nas áreas pastoris é a permanência de uma ordem própria dos senhores de fazendas e vaqueiros, ordem extremamente marcada pela violência, pelo uso da força física e do artifício da morte como meios de resolução das diferenças e desentendimentos no sertão. Estas singularidades foram ressaltadas nas páginas de outros escritores oitocentistas, como no romance de José de Alencar, *O Sertanejo*, para quem o conflito entre os potentados locais no processo de colonização do sertão cearense expressava os defeitos e a ineficácia do processo civilizatório desejado por Alencar.³⁶⁴

Interpretações com esta, que evidenciaram um sertão marcado pelo *espectro da violência*³⁶⁵, foram muito recorrentes nos relatos de viajantes que visitaram a capitania cearense na primeira metade do século XIX. José Eudes Gomes destacou a contribuição dos viajantes britânicos Henry Koster e George Gardner, que estiveram no Ceará em 1810 e 1838, respectivamente, na explicitação do comportamento violento das populações locais, configurando uma marca distintiva das sociedades dos sertões brasileiros. Sobre a leitura das notas de viagem destes viajantes, aponta o autor,

(...) percebemos a configuração da violência como tema recorrente, assim como também é recorrente a descrição de uma sociedade belicista, onde o uso de armas não só é bastante difundido como chega a ser indiscriminado e a manutenção da

de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz". ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Op. cit., p.133.

³⁶³ Ibidem, p. 137.

³⁶⁴ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 105.

³⁶⁵ Ver: GOMES, José Eudes. *Um escandaloso teatro dos horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010.

justiça régia se vê constantemente ameaçada pela debilidade da ação judicial. Somado a isso, ambos viajantes acabam por ressaltar o entrelaçamento entre o exercício da violência e a estruturação do poder nos sertões, intimamente ligado ao sistema de propriedade fundiária e à ocupação de cargos públicos, dentre eles as patentes do oficialato das milícias e ordenanças locais.³⁶⁶

José Eudes Gomes também ressalta que a compreensão da existência de homens violentos e facinorosos no sertão, bem como o entendimento de que era necessário submeter estas populações a uma ordem civilizatória, estavam presentes antes mesmo dos relatos de Gardner e Koster. Para ele, os altos índices de criminalidade na capitania do Ceará durante o século XVIII estiveram entre os principais motivadores das fundações de vilas no Ceará. Tratava-se de “agregar os ditos ‘vadios e vagabundos’ dos sertões ao ‘convívio da sociedade civilizada’ através da fundação de vilas”³⁶⁷ e da busca de controle de uma população dispersa e considerada insubmissa aos poderes coloniais.

Durante todo o século XIX, em especial nos momentos de consolidação do Brasil como nação independente, as imagens em torno do sertão continuaram a ser fortemente associadas às ideias do deserto, do desconhecido, do bárbaro; reino da violência e da selvageria. Sertão como espaço carente de civilização, obra que ainda deveria ser realizada pelo Império do Brasil.

Não por acaso, é justamente a oposição civilização/barbárie o elemento central na elaboração de imagens sobre os sertões brasileiros, sobretudo na segunda metade do século XIX. O conceito de civilização adquire entre nós uma autoridade e um poder mobilizador de projetos políticos, de embates entre grupos que se pretendem seus defensores. A civilização é entendida como um valor incontestável e como critério que permite julgar e condenar a não civilização, a barbárie.³⁶⁸ Uma oposição que estabelece, dentre outras coisas, o distanciamento entre uma parte civilizada do Brasil, localizada no litoral, e outra inculta, incivilizada, na maioria das vezes situada no interior do país.

Esta diferenciação das áreas geográficas pelo viés da civilização e da barbárie marcou, por exemplo, o pensamento e o projeto de nação de Paulino José Soares de Sousa,³⁶⁹

³⁶⁶ Ibidem, p. 74.

³⁶⁷ Ibidem, p. 204.

³⁶⁸ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 37-38.

³⁶⁹ Paulino José Soares de Sousa foi um dos mais importantes nomes da consolidação do Império do Brasil, sobretudo do chamado *Tempo Saquarema*, período compreendido entre o “regresso conservador”, por volta de 1837 até os anos 1860. Formou-se em 1831 na Faculdade de Direito de São Paulo e logo em seguida iniciou a carreira na magistratura ocupando o cargo de juiz e ouvidor da capital de São Paulo. Em 1833 foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, ocupando este cargo até 1840. Em 1836, foi eleito deputado geral pela província do Rio de Janeiro e em 1840 aceitou o convite recusado anteriormente para ocupar o cargo de Ministro da Justiça. Com uma breve pausa neste cargo, retornou em 1841 à pasta da Justiça e permaneceu nela até 1843.

o visconde do Uruguai, como demonstra Maria Elisa Noronha de Sá ao enfatizar que para Paulino

(...) a parte civilizada dessa nova nação era o litoral, onde se localizavam suas cidades, com suas elites cultas e letradas, que cultivavam o ordem e a propriedade, enquanto aquela parte que geralmente marcava a sua especificidade e diferença em relação à Europa estava fortemente associada ao sertão, era atrasada, semisselvagem, violenta, ‘incivilizada’, vazia de população, de ordem e de governo.³⁷⁰

Deve-se considerar que o projeto de nação brasileira esboçado pelo Visconde do Uruguai tinha como pressuposto importante a manutenção da ordem geográfica do país e a centralização política como mecanismos de construção da ordem imperial. A centralização foi defendida pelo ministro José Paulino Soares de Sousa como uma medida sem à qual “não haveria império”.³⁷¹ Dela dependia, dentre outras coisas, o controle das localidades e populações dispersas no território brasileiro, da contenção das paixões odientas espalhadas pelas províncias, que ameaçavam não só a integridade física da nação, mas o poder do império em formação. A centralização, como entendia Visconde do Uruguai, era um mecanismo de controle do centro administrativo culto e ilustrado, situado no Rio de Janeiro, sobre as demais partes do território nacional, onde se acreditava que abundavam a ignorância e a barbaria.

A defesa da submissão das partes ao poder central é expressa por ele no capítulo 30 (*Da centralização*) do seu *Ensaio sobre o direito administrativo*, obra que publicou em 1862.

É certo que o poder central administra melhor as localidades quando estas são ignorantes e semibárbaras e aquele ilustrado; quando aquele é ativo e estas inertes; e quando as mesmas localidades se acham divididas por paixões e parcialidades odientas, que tornam impossível uma administração justa e regular. Então a ação do poder central, que está mais alto e mais longe, que tem mais pejo e é mais imparcial, oferece mais garantias.³⁷²

Na definição das atribuições do poder central, Visconde do Uruguai acaba por evidenciar a diferenciação entre as áreas litorâneas e citadinas do país e aquelas situadas ao

Esteve à frente da pasta dos Negócios estrangeiros em 1843 e em 1849 até 1853. Em 1849 foi eleito senador. Em 1854, já fora do Ministério, Paulino José foi eleito visconde do Uruguai. Sobre a trajetória política do Visconde do Uruguai, Ver: SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*. Op.cit.; CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002. Sobre o Tempo Saquarema, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

³⁷⁰ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*. Op. cit., p. 143. O erro de grafia em “o ordem” da citação está no próprio texto de Maria Elisa Noronha Sá, razão porque resolvemos mantê-lo em nossa escrita, garantido a fidelidade do uso da obra da autora.

³⁷¹ SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. In: *Visconde do Uruguai*. José Murilo de Carvalho. Op. cit., p. 440.

³⁷² *Ibidem*, p. 437.

interior do território, associando a estas últimas valores negativos, como a presença de populações ignorantes ou em estado semibárbaros, ou ainda reforçando o caráter violento e insubmisso dos habitantes dos sertões do Brasil, dados, segundo suas interpretações, a paixões e particularidades avessas aos interesses da nação.

Desta forma, a obra centralizadora do império brasileiro assumia caráter de missão civilizadora destinada a expandir as benesses da civilização àqueles lugares considerados marginalizados desta marcha e deste processo a ser seguido por todas as nações ocidentais. A civilização entendida como projeto universal que se expande por todo o ocidente e que se tornou a tônica do século XIX.³⁷³ Internamente, urgia orientar os esforços civilizatórios rumo aos espaços menos conhecidos, mais afastados do poder central e pouco habitados. Tratava-se de empreender a denominada *expansão para dentro*,³⁷⁴ em direção aos sertões brasileiros, sob o escopo de submetê-los à ordem imperial.

Deve-se destacar que a persistência das imagens de um sertão vazio e desconhecido durante o século XIX alimentou projetos políticos e serviu de roteiro para os romancistas oitocentistas, que tomaram o desbravamento das áreas sertanejas como realização de uma obra inacabada. O *sertão deserto* era entendido como produto de uma colonização mal sucedida, responsável pela marginalização e esquecimento destes espaços. Assim, adentrar os sertões significava, dentre outros aspectos, completar ou mesmo realizar aquilo que o projeto colonizador não fora capaz, o desvelo do interior do Brasil e sua incorporação à nação em formação.

Estava em jogo a formação de um sentimento nacional, de um corpo de cidadãos identificados como brasileiros e moldados por um processo de incorporação da ordem imperial, que se impunha sob as mais diferentes estratégias, sujeitos e instituições.³⁷⁵ Unificar as partes não apenas pelo entendimento de pertencerem a um mesmo espaço geográfico, mas

³⁷³ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 73.

³⁷⁴ “Uma expansão em direção às províncias, à roça e também aos ‘sertões’. Um vasto ‘sertão’ que separava os núcleos de povoamento; onde a barbárie ainda prevalecia, no entender de não poucos; e que tornava porosas as fronteiras e os limites com os países da América hispânica. Um vasto ‘sertão’ que ameaçava a integridade do território”. Ver, MATTOS, Ilmar Rohloff de. Pensar um império. In: GESTEIRA, Meireles Heloísa; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. (Orgs.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 34. Ver também, MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: Almanack brasileiro, nº 1, maio de 2005, pp. 8-26.

³⁷⁵ Importante destacar a importância da criação de inúmeras instituições científicas e culturais como agentes produtores de conhecimentos científicos sobre o país e que influenciaram fortemente este processo de expansão para dentro. Como exemplo podem ser citadas, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a Biblioteca Nacional, o Museu Imperial e Nacional, o Imperial Colégio Pedro II, as Faculdades de Direito e de Medicina, a Escola Central, a Escola Militar de Engenharia e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. Pensar um império. Op. cit., p. 35.

também de comungarem de um mesmo corpo político – a nação brasileira, de estarem submetidos ao poder central estabelecido no Rio de Janeiro, sob os auspícios de D. Pedro II.

É relevante destacar aqui as observações de Francisco Freire Alemão, um agente desta *expansão para dentro*, acerca da incompreensão dos cearenses a respeito do Brasil como uma nação unificada e do pertencimento a esta unidade. Diz o botânico em seus *Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país*: “O povo do Ceará, e talvez de mais outras províncias, tem idéias muito falsas a respeito do Brasil: para êles Brasil é Ceará e tudo o que não [é] cearense é estrangeiro”.³⁷⁶ Se considerarmos as pretensões da *Comissão Científica* de ser um elemento desbravador de realidades sociais desconhecidas e incorporá-las ao tecido nacional, o registro de Freire Alemão acaba por ser um elemento revelador da grande obra ainda por ser feita no país, qual seja a de modelar os espíritos brasileiros, aglutinar as partes dispersas, inculcar-lhes o sentimento de irmandade e de unidade em torno da nação.

Ademais, a incompreensão dos cearenses e também dos habitantes de outras províncias, em torno do que era ser brasileiro ou estrangeiro, pode ser indicativa das dificuldades enfrentadas pela política imperial no esforço de unificação não só espacial, mas também na construção de uma identidade nacional, revelando que a denominada *expansão para dentro* não se fez sem inúmeros obstáculos de ordem geográfica, política e cultural. Assim, esta expansão, para além dos componentes espaciais, era também “uma expansão do que era ser brasileiro, o que implicava uma expansão das formas culturais e identitárias gestadas na corte, mas que se pretendiam nacionais”.³⁷⁷

Este projeto nacional em expansão compunha-se fortemente de uma ideologia civilizatória, sobretudo depois da consolidação do império do Brasil,³⁷⁸ momento em que o ideal de civilização foi mais evidenciado, representando uma etapa posterior à centralização política, substituindo o tema da ordem, tão importante na primeira metade dos oitocentos. Deve-se considerar que para o Estado centralizado brasileiro, a civilização foi encarada como

³⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Conceitos populares a respeito de tesouros e riquezas do país*. In: *Correspondência ativa de Francisco Freire Alemão*. Op. cit., p. 311.

³⁷⁷ SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*. Op. cit., p. 55.

³⁷⁸ Para Maria Elisa Noronha de Sá, a partir de 1850 podemos considerar o projeto de um Estado centralizado já consolidado. As revoltas que marcaram a primeira metade do século XIX e que tanto ameaçaram a integridade do espaço geográfico brasileiro já haviam sido resolvidas, e o problema da ordem, essencial no processo de unificação do território, já era substituído pelo ideal de civilização, etapa complementar na construção da nacionalidade brasileira. Ressalte-se ainda que as décadas de 1850 e 1860 representaram períodos de progressos materiais e o início de um tempo modernização, que tiveram como expressões a extinção do tráfico de escravos, a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, em 1860, a própria constituição da Comissão Científica de Exploração em 1859. Sobre a consolidação do Império do Brasil, ver: SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie*. Op. cit.

um processo, uma marcha ascendente e progressiva, tal qual pensavam os franceses, que “a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir”.³⁷⁹ Tal forma de encarar o conceito de civilização pressupõe a divisão das sociedades em pelo menos dois polos opostos, a saber, um polo incivilizado e bárbaro e outro polido, culto, civilizado. O processo de civilização representava, pois, a ação de inserir os marginalizados desta marcha no movimento geral das nações modernas, que caminham para o progresso tanto material, quanto moral.

No Brasil, é o Estado que assume o papel de agente civilizador das partes incultas, bárbaras e semi-selvagens do território. Cabe ao império criar estratégias para alcançar aquelas populações apartadas e ignorantes em relação às leis; homens e mulheres vivendo em estado de natureza, completamente dependente do meio ambiente físico. Pode-se dizer que o processo civilizador que incidiu sobre os sertões brasileiros pressupunha uma luta entre civilização e barbárie e que a vitória daquela só poderia afirmar-se na medida em que todos os espaços “vazios” ou alheios à ordem imperial e suas leis fossem submetidos, domados e transformados pela ação dos agentes imperiais.

Esta imagem de um sertão vazio e inculto ultrapassa o século XIX e a experiência monárquica, que parece não ter sido eficaz na tarefa de conversão destes espaços em áreas civilizadas. Nísia Trindade Lima, escrevendo sobre *Um sertão chamado Brasil*, considera que para os intelectuais-cientistas da Primeira República, o “sertão integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista”.³⁸⁰ A autora destaca que o elemento definidor do sertão não seria tanto a existência de uma sociabilidade própria, como a *civilização do couro* de Capistrano de Abreu, mas “a ideia de um distanciamento em relação ao poder público e aos projetos modernizadores”.³⁸¹ Nessa perspectiva, a oposição entre um sertão atrasado e um litoral moderno, serve melhor às interpretações produzidas sobre esta espacialidade no século XX.

Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie, no outro polo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço civilizado.

³⁸²

³⁷⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Op. cit. p. 59.

³⁸⁰ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Op. cit., p. 107.

³⁸¹ Ibidem, p. 107.

³⁸² Ibidem, p. 107.

Esta interpretação de Nísia Trindade é relevante, sobretudo, porque ela reforça a nossa discussão acerca da permanência de determinadas imagens produzidas no século XIX sobre os sertões brasileiros. A dualidade *atraso* e *moderno*, que tanto marcou as representações oitocentistas das sociabilidades sertanejas, permaneceram fortes e atuais nas interpretações posteriores, indicando sempre a existência de um lugar a desbravar, uma obra incompleta, herança da colonização, mas que o império do Brasil também não foi capaz de realizar.

Em *Os Sertões*, obra publicada em 1902, Euclides da Cunha ainda expõe um sertão vazio, estranho, espaço em branco a ser preenchido,³⁸³ e ao fazê-lo, aponta para o esquecimento e para a marginalização dos sertanejos operada por três séculos de história do Brasil. Um espaço abandonado, com o qual o próprio Euclides da Cunha entrava em contato e sobre o qual tentava reproduzir as impressões que tivera, ao deparar-se “com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão – abandonados – há três séculos”.³⁸⁴

Para Euclides da Cunha, o atraso do sertão e do sertanejo, que considera um retrógrado, mas não degenerado,³⁸⁵ é produto de um abandono histórico a que foi submetido e que está na base da diferenciação entre um litoral urbano e moderno em oposição ao sertão retardatário.

Para Candice Vidal e Souza, o trabalho de Euclides da Cunha marca um ponto de inflexão nas visibilidades sobre os sertões, substituindo a ideia de degeneração do sertanejo, pela ideia de atraso. Assim, a condição sertaneja é analisada em termos sociológicos, permitindo a desessencialização do sertão com abertura para mudança. “O atraso, reitera a autora, é um estado presente do sertão, ao contrário de uma substância determinada

³⁸³ OLIVEIRA, Lucia Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. Op. cit., p. 27.

³⁸⁴ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 118. É significativo registrar aqui as críticas de Caio Prado Júnior acerca da obra de Euclides da Cunha. Para Prado Júnior, os sertões que nos apresentou Euclides da Cunha não dão conta de expressar os *sertões reais*, resultando de sua obra várias incoerências. Prado Júnior destaca que a obra euclidiana limita-se a uma área muito específica dos sertões baianos, a parte setentrional, embora Euclides da Cunha apresente sua obra como sendo expressão dos sertões em geral. Para além das limitações geográficas, Caio Prado Júnior discorre sobre a imprecisão, ou mesmo falsidade da afirmação de que *todo sertanejo é vaqueiro* e lembra que para muitas regiões a agricultura seja mais expressiva do que a pecuária, lugares em que a figura do vaqueiro é quase uma exceção. O autor também discorda da ideia de que nos sertões se formara uma sociabilidade própria, a este respeito, diz Caio Prado: “Tem-se ao ler os Sertões, a falsa impressão de um mundo à parte e segregado, onde formou e evoluiu uma sociedade *sui generis*, física e moralmente bem caracterizada e individualizada que se integra num conjunto orgânico e harmonioso, primitivo embora, mas estuante de potencialidades. Esta imagem falsa dos sertões reais, que os Sertões euclidianos fixaram no pensamento brasileiro, tem pesado consideravelmente, e negativamente, bem entendido, nas nossas concepções políticas”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Carta endereçada à Casa euclidiana em 26 de abril de 1960*, pp. 191-192. Ver a carta em FAVIANO, Giovana Beraldi; COLLACIO, Talita Yosioka; LONGO, Viviane Vitor; BARBOSA, Alexandre de Freitas; RIBAS, Elisabete Marin. Caio Prado Júnior e Os sertões, de Euclides da Cunha. In: *Revista IEB*, nº54, set./mar., 2012, pp. 189-194.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 117.

geneticamente”.³⁸⁶ A civilização assume aí, portanto, o papel fundamental de reversão do atraso, condição historicamente estabelecida pela sua exclusão das áreas interiores do país. A civilização seria, pois, o elemento de sincronização dos tempos sociais entre o sertão abandonado e o litoral.³⁸⁷

Creio que formas de interpretações semelhantes às de Euclides da Cunha já podem ser evidenciadas no século XIX, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento dos sertões a partir de sua natureza. A partir da segunda metade do século XIX, o sertão passa a ser encarado como espaço potencial para o avanço da civilização, o que justificava, por exemplo, os projetos de desvelamento de suas riquezas, de verificação do estágio de desenvolvimento de suas populações e de demarcação de sua geografia. Há uma afirmação do atraso destes lugares, isto é central nas interpretações de literatos, de políticos, de viajantes, mas o atraso é também visto como estágio atual e provisório, que deveria ser superado pela ação civilizadora do império. A modernização do sertão, a sua inserção ao Estado do Brasil, o seu progresso econômico e moral eram projetos a serem realizados no tempo.

Vale aqui destacar as observações de Lorelai Kury ao analisar a inserção dos sertões ao Estado do Brasil no século XIX. Diz a autora:

Em algumas décadas, os Sertões passaram de um lugar perdido, capaz de esconder importantes vestígios de uma civilização extinta, a uma região que abrigava uma futura prosperidade para quem soubesse administrar seus progressos.

Para aqueles homens imbuídos de uma mística do progresso, o novo Eldorado imperial não esconderia moedas de cunhagem romana, mas rotas comerciais, plantas úteis, população industriosa. Guilherme Capanema afirmara, por ocasião do relatório que redigiu sobre suas pesquisas no Ceará: “um país em que os pássaros voam assadinhos e temperados ainda está por ser descoberto”.³⁸⁸

Não se concebe, como se pode notar, o atraso do sertão como sendo essencial, pelo contrário, as possibilidades deste espaço, especialmente as econômicas, já revelavam a disposição do sertão para a mudança, para o desenvolvimento e o progresso. O que verdadeiramente marca as representações dos sertões do Brasil no século XIX é a busca pela transformação de espaços naturais, entendidos como *locus* do primitivo e do bárbaro, por uma espacialidade moldada pela mão humana e ressignificada a partir de idealizações culturais. Uma dicotomia entre homem e natureza, entre cultura e natureza que marcou o pensamento

³⁸⁶ SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: *Revista Sociedade e Cultura*, nº 1, jan./jun. 1998, p. 58.

³⁸⁷ Ibidem. p. 58.

³⁸⁸ KURY, Lorelai. *As caatingas e o império do Brasil*. Op. cit. p. 296. (Grifos da autora).

moderno, que pressupunha o afastamento do homem em relação ao mundo natural como etapa fundamental no caminho do progresso e da civilização.³⁸⁹

4.2. Natureza pródiga, homens imprevidentes.

Se os sertões abrigavam a prosperidade futura da nação, importava, portanto, descobrir e despertar as potencialidades destes espaços. No que diz respeito à província do Ceará, entendida como sendo uma área de “vastos sertões”, sua força parecia residir nas peculiaridades de uma natureza ainda “adormecida” e adequada para o desenvolvimento da indústria pastoril. É relevante destacar as palavras de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil ao definir a sua terra natal como destinada a ser eminentemente criadora.

A província do Ceará foi destinada para ser um paiz eminentemente criador. Esse vasto sertão quasi todo aberto cheio de varzeas e taboleiros, quasi todos os annos se cobrem de ricas pastagens de mimoso e panasco, não pode ter outro fim nos designios da Providencia, senão a criação de gados, que com efeito reproduz-se admiravelmente nesta província. Quantas vezes, depois de uma grande secca, como a de 1792, 1808, 1825, ou 1845 pareceo que se tinha quasi extinguido a criação de gados? Entretanto em menos de 10 annos depois se encontra tanto ou mais gado do que antes da secca.³⁹⁰

A predisposição da natureza cearense para o empreendimento pastoril foi tema bastante recorrente nos escritos oitocentistas, mesmo antes dos trabalhos de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. Em suma, tratava-se de afirmar a riqueza dos recursos naturais da província e reforçar a possibilidade de animar a indústria de animais, de retirá-la do seu estado de letargia, da sua rotina, como se costumava enfatizar. Note-se que, nem mesmo o fenômeno das secas é encarado como obstáculo para a economia criadora; a seca podia até causar estragos e diminuir o número de gados, mas a capacidade regeneradora da natureza nos tempos de chuva, nos anos de prosperidade, era suficiente para recompor a perda dos anos de escassez.

³⁸⁹ Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Bicho solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

³⁹⁰ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Estado da agricultura e da industria no fim do anno de 1856 na provincia do Ceará*. Op. cit. pp. 340-341. Quanto à criação do gado vacum, Thomaz Pompeo destaca neste artigo as áreas criadoras mais prósperas da província, ou seja, as ribeiras de Quixeramobim, Acaracú, de Canindé e Inhamum.

A alternância entre as duas estações climáticas recorrentes no Ceará, a seca e o inverno, ³⁹¹ foi observada e analisada por intelectuais e cientistas do século XIX; e nessas observações sempre encontramos o registro da surpresa e do encantamento diante do que parecia ser o milagre da ressurreição de uma natureza morta, tão logo as primeiras chuvas caíam na província.

Guilherme Capanema, em *A seca do Norte*, anotou um “desses espetáculos de efeito surpreendente”. ³⁹²

Ia eu em caminho para a lagoa do Ripina a examinar um depósito de ossos fósseis; pernoitei em um casebre no Camorim [Camocim?]: habitava ali um casal possuindo alguns cobres [cabras] que tinha de levar aos cumes dos serrotes, onde se encontrava erva seca; e a cacimba distante uma légua para beberem água salobra. (...).

O homem sempre imóvel, com voz pausada e lúgubre que arrepiava os nervos, por vezes exclamava: ‘No Piauí já chove’. Era uma expressão de dor!

No dia seguinte, às cinco horas da manhã, segui viagem, atravessei o rio Caxtoré, no qual há três anos não houve vestígio de água.

Às dez horas pousei em uma fazenda à margem do riacho Catarina, também completamente seco havia três anos. (...).

O céu estava carregado de nuvens negras, ao longe roncava o trovão, e às 11 horas desabou um violento aguaceiro; em um quarto de hora o riacho tornou-se uma torrente impetuosa, um açude seco de longa data transbordou, os moradores correram a ele para salvar um garrote emagrecido, que se afogava.

No dia seguinte estava a atmosfera pura, o sol brilhante iluminava uma paisagem inteiramente diferente daquela da véspera.

A rampa vermelha desaparecera, estava coberta com um tapete verde-esmeralda! Isto às dez horas do dia: era a semente do capim que germinou com prodigiosa rapidez; em alguns lugares formava festões, o cisco levado pelas águas com a semente encontrava obstáculo.

Seguindo viagem, pude observar dia por dia o progresso da vegetação: ao cabo de oito dias os sabiás (árvore), juremas, angicos e pereiros estavam cobertos de folhas, e algumas trepadeiras em plena flor, servindo de alimento aos pássaros. ³⁹³

Em vários outros trechos deste documento, Guilherme Capanema destacou a capacidade e a rapidez de recuperação da natureza cearense em tempos de chuva e esta ênfase não se explica apenas pelo encantamento de um cientista da corte diante da prodigalidade natural. Suas observações, quase sempre em tom de duras críticas ao governo da província e, em certa medida, aos criadores e agricultores, visavam chamar a atenção das autoridades para a necessidade de aproveitar a uberdade ambiental nos anos invernosos para guardarem sobras de alimentos para homens e gados nos tempos de estiagem. “As grandes secas”, declarou

³⁹¹ Sobre estas estações, escreveu Gustavo Barroso, “Duas estações, quase sempre mentirosas e irregulares, existem nessa região: a seca que vai de junho a dezembro e o inverno que vai de janeiro a junho”. Ver, BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Op. cit. p. 3.

³⁹² CAPANEMA, Guilherme S. de. *A seca do Norte*. In: Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 190.

³⁹³ *Ibidem*, pp. 190,191, 192.

Capanema em outro trabalho, “não se evitam”,³⁹⁴ “Por isso o recurso único é guardar as sobras dos anos de prosperidade para consumi-las nos de penúria”.³⁹⁵

A crítica recaía sobre o que Capanema denominava por *letargo* do povo cearense, que se acostumara a depender única e exclusivamente do que a natureza ofertava, entregando-se dessa forma, às variações do clima, oscilando entre a seca e o inverno, entre a miséria e a fartura. O cientista inicia sua escrita sobre *A seca do Norte* destacando esta alternância:

Ceará, Ceará! Terra da fartura e da miséria! Alternando perpetuamente sem nunca despertar o letargo daqueles que tinham e têm o dever com o excesso de uma abafar a impetuosidade de outra.

Ceará! O país de uma produção prodigiosa, superabundante, onde o solo se esforça por produzir, como por encanto, uma pujante vegetação que se desenvolve com vertiginosa rapidez!³⁹⁶

A natureza, como se vê, é o elemento que configura a riqueza do Ceará, ela é a potência e a promessa de futuro e de progresso. Natureza que brota espontaneamente, como que por um milagre e uma obra da providência divina. Um mundo natural, pode se dizer, à espera da mão cultora do homem, que abandonando o seu estado de letargia, como pensavam Capanema e Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, deveria utilizá-la como recurso.

De fato, um esforço para demarcar um lugar para a natureza, para definir a sua potencialidade e os seus usos tornou-se uma tônica nos discursos que determinaram o caráter selvagem da pecuária cearense. Nesses discursos o meio natural será sempre descrito como pródigo, essencial para o desenvolvimento econômico, sobretudo para o progresso da indústria pastoril. Toda a geografia da província, incluindo os sertões, é descrita como propícia à criação de animais, notadamente pela prodigalidade destas áreas. Trata-se de uma sensibilidade e de um olhar utilitário sobre a natureza, que reclama os benefícios que ela pode gerar, as riquezas advindas de sua exploração.

Assim, o aproveitamento máximo da natureza só podia ser realizado na medida em que se afirmasse a sua potência, a sua predisposição para produzir, a força natural interna, escondida, adormecida, e pronta para *desenvolver-se*, tal qual apregooou o pensamento moderno, como ato de externalização, demonstração de uma potência já inscrita nas coisas.³⁹⁷ A afirmação de um mundo natural essencialmente pródigo servia para legitimar a apropriação

³⁹⁴ CAPANEMA, Guilherme S. de. Apontamentos sobre secas do Ceará. 1878. In: Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 167.

³⁹⁵ Ibidem, p. 176.

³⁹⁶ CAPANEMA, Guilherme S. de. *A seca do Norte*. Op. cit., p. 189.

³⁹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Bicho solto: natureza, espaços e história na transição da modernidade para a pós-modernidade*. Op. cit., p. 43.

e a exploração dos recursos naturais, para reforçar o direito de domínio do homem sobre o meio ambiente, visão historicamente estabelecida e fundamentada a partir das formas pelas quais o homem enxerga a natureza e a si próprio.³⁹⁸

Trata-se, na verdade de uma reafirmação da uberdade natural, porque esta foi, como se sabe, uma estratégia eficaz no processo histórico de conquista e exploração do território brasileiro e está na base de todo o domínio humano sobre o meio ambiente. Como herdeiros de Pero Vaz de Caminha, propusemos sempre a existência de terras incógnitas dotadas de um meio natural exuberante, fértil, luxurioso, e, o mais importante, terras intocadas à espera de seu desbravador.

Vale lembrar neste ponto, as observações de Nicolau Sevcenko acerca das duas formas de percepção europeia sobre a natureza do novo continente e que acompanharam todo o processo de colonização das áreas americanas. A primeira percepção, “o impulso desejante”, pressupõe sempre uma paisagem a serviço dos sentidos, que desperta sensações, que aguça o “desejo pelo desconhecido, a vontade de conquistar, de penetrar naquilo que é virgem e indevassável, intocado”. A segunda forma de encarar a natureza diz respeito ao ato colonizador, de intervenção no meio ambiente, de contato direto. Completa Sevcenko:

(...) E, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais a paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravio – e a ênfase aí vai na expressão bravio, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o desbravamento. Desbravar, romper aquela virgindade nativa, e agressivamente impor o seu controle e o seu domínio sobre a natureza, natureza que, por sua vez aparece aqui como o inimigo a ser vencido e a ser espoliado.³⁹⁹

O mito da terra incógnita⁴⁰⁰ e da natureza farta e virgem serviu sempre de reforço às tentativas de expansão territorial e controle de áreas ainda não exploradas. E é justamente

³⁹⁸ Em *O homem e o mundo natural*, Keith Thomas destaca que a partir da época moderna, a ideia fortemente estabelecida entre os ingleses de que a natureza tinha sido criada por Deus para usufruto dos homens, o que acarretava, conseqüentemente, o domínio e o poder destes sobre a natureza, foi sendo questionada, “e o seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado”. (THOMAS, 2010, p.19). A obra de Thomas sugere que o comportamento do homem sobre o mundo natural está associado à maneira como ele vê a natureza e também à maneira como enxerga a si mesmo. Tanto as formas de encarar a natureza e o lugar do homem frente ao mundo natural se modificam historicamente, acarretando, portanto, diferentes formas de relacionamento entre o homem e os elementos naturais em momentos históricos também diferentes. Ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

³⁹⁹ SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In: *Revista USP*, nº 30, junho/agosto, 1996, pp. 110-111.

⁴⁰⁰ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. A crença na existência de paraísos terreaux, de regiões onde abundam riquezas naturais, rios com propriedades mágicas, fontes de juventude, e, ao mesmo tempo, onde habitam seres misteriosos, monstros de toda espécie, mulheres guerreiras isoladas em ilhas e avessas ao domínio masculino; todo este imaginário passou a experiência dos colonizadores americanos.

aí, no entendimento de que determinadas regiões do país ainda fossem desconhecidas em plena segunda metade do século XIX, que devemos concentrar nossas análises, posto que os sertões cearenses, bem como a sua natureza figurarão entre os discursos oitocentistas como realidades a desbravar.

Procuro demonstrar neste ponto de nossa análise que a afirmação da *natureza pródiga* funcionou como elemento de legitimação das ideias de modernização da indústria pastoril. No escopo dos discursos modernizantes cabia mostrar que os problemas enfrentados pela economia do gado, em especial o seu “atraso”, não residiam na esterilidade da natureza cearense ou na sua incapacidade para o progresso. A natureza era pródiga, abundavam pastagens, solos, árvores e clima favorável à criação de animais. O atraso habitava a outra margem da separação moderna do mundo,⁴⁰¹ a margem da cultura, do social, do humano.

De fato, não faltaram discursos que enfatizaram a disponibilidade de recursos nos sertões cearenses para o desenvolvimento dos gados. É relevante notar que na maioria deles a natureza é dotada de uma força geradora e de uma capacidade regeneradora que possibilita a manutenção da indústria pastoril mesmo nos tempos mais difíceis, como nos anos de escassez hídrica. Em 1864, por meio de seu relatório à Assembleia provincial, o presidente da província, Lafayette Rodrigues Pereira fez alusão a esta peculiaridade do meio ambiente.

É sabido que a província possui excelentes pastagens, próprias a criação de gado de todas espécies. Crea-se em larga escala o gado vacum; ocupa o segundo lugar o cavalariço; a criação da raça muar começa a ser ensaiada; abundam rebanhos de ovelhas e cabras.

Sem as condições favoráveis do solo e a admirável força de reprodução que se nota nas diversas espécies, a indústria criadora ter-se-hia extinguido aos extragos das epizootias e das secas.⁴⁰²

A “fatal influência das secas” sobre a economia criadora da província é o foco central da análise do presidente Lafayette Rodrigues Pereira neste relatório, razão porque faz questão de apresentar dados que demonstram a diminuição do número de gados em períodos

⁴⁰¹ Em *Jamais fomos modernos*, Bruno Latour lança análises sobre o que ele chamou de uma separação moderna entre o mundo natural e o mundo social, ou a constituição moderna que define os humanos, de um lado e os não-humanos de outro. A palavra *moderno* designa, segundo Latour, dois conjuntos de práticas diferentes: o primeiro conjunto cria por *tradução* a mistura de seres diferentes, fazendo emergir o que ele chama de híbridos, mistos de natureza e cultura. O segundo conjunto cria por meio da *purificação*, a separação entre duas zonas distintas, a dos humanos e a dos não-humanos. Deixar de ser moderno, nos termos de Latour, é negar esta separação rígida entre natureza e cultura, é pensar simultaneamente os trabalhos de tradução e de purificação, de produção e de negação dos híbridos. “É um não moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega”. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994, p. 51.

⁴⁰² Relatório apresentado à Assembleia legislativa do Ceará pelo excellentíssimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assemblea no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Comp. 1864, p. 50.

de estiagem.⁴⁰³ Na senda do enfoque apresentado por Thomaz Pompeo, a natureza aparece representada no relatório como motor do progresso da indústria pastoril, ofertando condições favoráveis sem as quais esta atividade não se sustentaria. Note-se que é unicamente à natureza que Lafayette Rodrigues atribui a não extinção do criatório provincial.

É importante observar, nesse ponto, que além de uma apreciação positiva da natureza, estes discursos punham em evidência o papel do agente humano no desenvolvimento das atividades econômicas e na promoção do progresso social. Via de regra, as críticas em torno do que se convencionou denominar o *atraso da indústria pastoril*, destacaram a imprevidência do homem, ou, mais especificamente, a inércia dos criadores frente a um mundo natural prodigioso.

Tal forma de pensar a relação homem-natureza, atribuindo ao elemento humano a total responsabilidade pelo atraso das indústrias foi ressaltada ainda por Lafayette Rodrigues ao tratar da *obstinada rotina* dos fazendeiros cearenses, que deixavam seus gados entregues a uma liberdade absoluta. “A actual industria pastoril da provincia é a dos tempos primitivos. Dispersos pelos campos e pelas mattas o gado nasce e cresce, exposto a lei da natureza, a acção do tempo e de todos os males a que é sujeito”.⁴⁰⁴ Como se pode notar, o que se condena é a total submissão do homem frente ao mundo natural, é a espera obstinada e preguiçosa pelos benefícios que a natureza oferece, pelos desígnios da Providência. Este tipo de comportamento em nada correspondia ao pensamento moderno, que pressupunha a imanência da natureza para criticar a inércia dos humanos.⁴⁰⁵

De fato, tal como demonstrou José Augusto Pádua, desde o final do século XVIII no pensamento europeu, o entendimento do mundo natural sofreu modificações significativas, especialmente pela difusão de uma “economia da natureza”, que ajudou a suplantiar a imagem da “grande cadeia do ser”. No cerne destas mudanças estava a substituição de um pensamento que concebia a natureza como uma ordem estática e acabada pela mente divina, pela ideia de um mundo natural composto por uma ordem dinâmica, dotada de uma legalidade que se

⁴⁰³ No triennio de 1806 a 1809 a produção de crias de gado vaccum elevou-se 104:052, no triennio subsequente de 1809 (anno de secca) a 1811, desceu a 77:016. No anno de 1811, aquella produção foi de 34:00, nos dous anos seguintes, de grandes secas – 1815 e 1816 – baixou, no primeiro a 11:360, no segundo a 9:152. Idem, p.

⁴⁰⁴ Relatório apresentado à Assembleia legislativa do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assemblea no dia 1º de outubro de 1864. Typ. Brasileira & Comp. 1864, p. 51.

⁴⁰⁵ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Op. cit. p. 48.

manifesta em seu próprio funcionamento.⁴⁰⁶ A mudança que separa a antiga “cadeia do ser” pela “economia da natureza” foi expressa por Pádua nos seguintes termos:

A metáfora dominante passa a ser a de “economia”, uma rede de iniciativas e controles mútuos cujo resultado agregado é a continuidade do equilíbrio geral. Na imagem da “cadeia do ser”, Deus desenhava o mundo como uma arquitetura fixa. Na “economia da natureza”, ao contrário, Ele criava os seres e os espaços naturais, dotando-os de leis que orientavam o seu comportamento específico e promoviam, desde que obedecidas, um equilíbrio funcional. Da observação das leis presentes no movimento dos seres vivos, da legalidade expressa no devir do mundo, era possível deduzir o plano da mente Divina.⁴⁰⁷

Apesar de não romper definitivamente com a ideia de concepção divina do mundo, posto que a legalidade da natureza, o princípio regulador e a força para desenvolver-se, tudo isso expressava a atuação do Criador, a moderna concepção de natureza assinala uma ordem interna, leis e princípios de constituição que devem ser buscados no próprio ser das coisas e não fora delas.⁴⁰⁸ Assim, composto de leis imanentes, o mundo natural aparece para nós como uma realidade passível de investigação, como campo para o desenvolvimento de pesquisas empíricas, para a observação, a experimentação, a medida e cálculo.⁴⁰⁹

O domínio científico do mundo natural pressupunha o desvelamento das leis que fundamentavam o seu funcionamento e isto era fundamental para um pensamento ilustrado fortemente antropocêntrico, uma vez que conhecer a ordem interna da natureza era etapa necessária à sua dominação. Descobrir o princípio de funcionamento correspondia, portanto, à possibilidade de conhecer, e é esta ambição pela descoberta da essência das coisas, pelo desvelamento dos segredos internos dos objetos e dos sujeitos que marca todo pensamento moderno a partir do século XVIII.⁴¹⁰

Conhecer também significava dominar economicamente o mundo natural, transformar a natureza em recurso e definir usos práticos dos vegetais, dos animais e dos minerais. O pensamento iluminista caracterizou-se por ser também extremamente pragmático, sobretudo a partir das ideias apregoadas pela fisiocracia, corrente que pretendia aproximar a ordem econômica daquilo que entendiam como sendo a ordem da natureza. Sobretudo a partir das obras de Richard Cantillon e François Quesnay, as metáforas da natureza passaram a servir de base para o entendimento da economia, como o fez Cantillon, que ao comparar a

⁴⁰⁶ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 44.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 44.

⁴⁰⁸ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, pp. 69-71.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 74.

⁴¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Bicho solto. Op. cit. p. 37.

sociedade com uma árvore, sugeriu que a agricultura seria a raiz, sendo a população o seu tronco, enquanto as artes e o comércio representavam as folhagens.⁴¹¹

Não é difícil avaliar o peso desta abordagem fisiocrata sobre a filosofia natural moderna e sobre os destinos políticos das nações dentro e fora da Europa. De fato, para os pensadores influenciados pela fisiocracia, a agricultura constituía a mola-mestre do desenvolvimento econômico, a única que gera riqueza e progresso, como considerava Quesnay,⁴¹² sobretudo para os países com grande variedade natural, como era o caso do Brasil.

Ao analisarmos, por exemplo, a atuação do naturalista João da Silva Feijó na Capitania do Ceará entre o final do século XVIII e início do século XIX, verificamos a influência da fisiocracia sobre os trabalhos deste viajante, para quem a agricultura também era considerada a mais importante das atividades econômicas. Vale destacar as palavras de João da Silva Feijó, em suas considerações sobre a agricultura cearense em 1810.

Não deve ser menos atendido o que diz respeito a Agricultura do mesmo Paiz, pois que sem hesitação deve alli merecer o primeiro dos cuidados políticos, huma vez que he constantemente sabido ser a Mãe do Genero Humano, e a origem primeira, e inesgotavel de toda prosperidade publica, pela dupla vantagem de contribuir mais do que nenhuma outra, tanto ao augmento da população, como a hum vantajoso, e activo Commercio.⁴¹³

Maria Odila Leite da Silva Dias já demonstrou como o pensamento de homens como João da Silva Feijó esteve marcado por um espírito ilustrado e pragmático, homens para quem as investigações filosóficas tinham como escopo primordial a aplicação prática das ideias, que procuravam ser úteis dedicando suas obras principalmente para o estudo da agricultura.⁴¹⁴ Ao referir-se a agricultura como a *Mãe do Gênero Humano*, Feijó aponta para os usos econômicos do mundo natural cearense, que ele julgou ser extremamente fértil.

Antônio José Alves de Oliveira, em seu estudo sobre a atuação de João da Silva Feijó nos dilatados sertões do Ceará, destaca que o olhar pragmático do naturalista não se resumia ao mundo natural, mas estendia-se também ao mundo social, ao qual direcionou uma série de críticas, sobretudo ao que acreditava ser o “atraso” da Capitania provocado pela liberdade e licenciosidade dos modos e dos costumes da população, que a seu olhar eram

⁴¹¹ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. cit. p. 46.

⁴¹² HOBSBAWM, Eric. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, p. 245.

⁴¹³ FEIJÓ, João da Silva. Memória Sobre a Capitania do Ceará. In: *O Patriota*, n. 2, março/abril de 1814, p. 21.

⁴¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 45.

marcados por vícios e pela falta de virtudes morais.⁴¹⁵ De modo geral, a crítica de Feijó incidia sobre a inércia da população em relação à natureza, visto que o país era favorabilíssimo, ofertava abundância de meios de subsistência, mas os índios, os cabras e os mamelucos, como classificava as gentes do Ceará, mantinham-se em preguiça e indolência.

O viés de João da Silva Feijó era produtivista e toda investigação da natureza devia ser orientada para o desenvolvimento da indústria, do comércio e das artes. Nesta *Memória sobre a Capitania do Ceará* também fez considerações sobre a atividade pastoril, indicando que a riqueza dos sertões incultos poderia ser aproveitada para o incremento da criação de gados.

A grande extensão de terreno inculto do sertão, e de que tarde ou nunca se poderá tomar partido pela Agricultura, e no qual pela abundancia de seus excellentes pastos se crião, e prosperão facilmente immenso gado, e outros animaes domesticos, parece persuadir o particular cuidado da criação destas duas sortes de gados vacuum, e lanar, assim como do cavallar, cuja raça pela robustez e valentia, com que são alli dotados, se faz recomendavel;o cuidado deste artigo he tanto mais serio, quanto he nelle que está o maior interesse actual das Rendas Reais pelo anual embolço do producto dos Dizimos &.⁴¹⁶

O naturalista João da Silva Feijó foi um entusiasta da introdução do gado lanígero no Ceará e do desenvolvimento da indústria da lã, como demonstrara na *Memória sobre a raça do gado lanígero da capitania do Ceará*, escrita em 1811. As condições naturais de um sertão que considera *inculto* constituem na escrita de Feijó o elemento fundamental para o amanho das ovelhas e para a criação de toda sorte de animais, que prosperam prodigiosamente em meio a uma natureza fértil. Para isso seria necessário modificar os traços de uma população “indolente e preguiçosa”, era necessário, como pensavam homens como João da Silva Feijó, inserir a Capitania do Ceará no rumo da civilização, fazê-la progredir com o desenvolvimento do comércio e com o incremento da agricultura. “Desenvolvimento agrícola”, como ressaltou Antônio José Alves de Oliveira, “que também possuía um claro sentido civilizatório das gentes da Capitania”.⁴¹⁷

Anos mais tarde, em 1857, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, parecendo querer reforçar as suas ideias em torno do atraso da indústria pastoril na província do Ceará, faz referência à escrita de João da Silva Feijó e às suas propostas de criação do gado lanígero,

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Antônio José Alves de. *João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816)*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, pp. 179-180.

⁴¹⁶ FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará*. Op. cit. pp. 19-20.

⁴¹⁷ OLIVEIRA, Antônio José Alves de. *João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816)*. Op. cit. pp. 182-183.

ideias que, segundo Thomaz Pompeo, foram olvidadas, razão porque a atual produção de gados miúdos resumia-se ao consumo doméstico das famílias do sertão.

Já ha 40 annos o naturalista Feijó escreveu uma memoria sobre a vantagem que offerecia a provincia para a criação do gado lanigero, e o modo de cardar e aproveitar a lã. Não me consta que alguém experimentasse ao menos os conselhos deste laborioso e incansavel naturalista. Também a raça de nossas ovelhas é má, tanto em respeito à lã, como ao tamanho. Mais fracos às secas do que as cabras, não são mui numerosos os rebanhos que existem pelo interior. (...) Ainda que a criação de gado miudo não apareça na exportação, ella é muito importante nesta provincia, considerando-se que serve de alimento quase exclusivo, não só ás famílias pobres do interior, como à muitas da classe abastada.⁴¹⁸

Era um traço muito peculiar à escrita de Thomaz Pompeo recorrer à autoridade dos sábios naturalistas, aos princípios da ciência, para legitimar sua produção. Nesta passagem, em especial, ele retoma as ideias de João da Silva Feijó para destacar que nada foi feito para animar a indústria pastoril da província, e, em certa medida, para justificar a sua afirmação do atraso da indústria pastoril e do caráter rotineiro dos criadores. A voz de Feijó não tinha sido ouvida, caíra no esquecimento, da mesma forma que também seriam esquecidas as suas considerações futuras acerca da destruição das matas cearenses, levando-o a escrever, que “Inútil Cassandra” era a sua tentativa para demonstrar aos habitantes da província os “terríveis efeitos da devastação de nossas matas”.⁴¹⁹

Talvez seja relevante destacar que o tema da criação do gado lanígero ou, para ser mais preciso, que o registro de que este ramo de indústria ainda era ignorado entre os cearenses, mesmo depois dos trabalhos de Feijó, foi objeto de destaque do presidente da província, Francisco de Sousa Martins, que em 1840, por ocasião de seu relatório apresentado à Assembleia Provincial, fez referência a uma memória escrita sobre o tema, que provavelmente tratava-se da memória de Feijó.

Pretendo inferir das precedentes considerações, que não podendo o Ceará competir com as outras provincias do Imperio na agricultura, e havendo já alcançado o seo termo natural na creação de gados, creio ser tempo de encaminhar os habitantes á industria fabril; a qual dá vislumbres de querer despontar nesta Provincia, e por isso importa ser favorecida e fomentada convenientemente. Nas margens do Rio Jaguaribe cria-se quantidades de rebanhos de ovelhas, cujas lãs se perdem, e poderião ser utilmente aproveitadas, ou exportando-se ou fabricando-se alguns lanificios. Talvez conviesse a publicação de memorias relativas ao amanho das lãs e offerecer prêmios aos primeiros emprehendedores desta industria. Procurei com

⁴¹⁸ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Estado da agricultura e da industria no fim do ano de 1856 na provincia do Ceará*. Op. cit. pp. 344-345.

⁴¹⁹ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da provincia do Ceará*. 1859. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 5.

insistencia uma memoria que me indicarão existir na Secretaria do Governo sobre este objecto; Sem que [até]? agora me fosse fosse possível descobri-la.⁴²⁰

Não podemos assegurar se o presidente fazia ou não uma referência aos escritos de Feijó, e isso não é o mais importante. Importa que, de acordo com o relatório pouco ou nada tinha sido realizado no sentido de aproveitar os rebanhos de ovelhas e as lãs que se perdiam. A indústria do gado lanígero ainda era apenas uma possibilidade para o futuro econômico da província, como continuou a ser nos escritos de Thomaz Pompeo, que lamentava o esquecimento das palavras do *incansável* naturalista João da Silva Feijó.

Nunca é demais destacar que todo o discurso de melhoramento da economia pastoril no Ceará desde o final do século XVIII e durante todo o século XIX esteve fundamentado numa construção positiva da natureza que cobre a região, uma positividade que estava posta para o conjunto do meio ambiente brasileiro, que conservado em sua quase total virgindade, continha a riqueza capaz de fazer do Brasil uma grande potência. Trata-se, portanto, de uma elaboração mental e da produção de sensibilidades sobre o mundo natural, que constituem importantes vias de acesso para investigarmos como uma cultura percebeu e avaliou a natureza em dado momento histórico.⁴²¹

Pensamos haver uma dialética que permeia as apreciações da natureza no século XIX, dialética que diz respeito ao duplo significado que tem esta natureza para homens comprometidos com os ideais de civilização e de progresso. O mundo natural é encarado como *locus* da barbárie, prisão dos homens e da cultura, e, por outro lado, é o guardião da potência geradora de riqueza, promotor do progresso e anunciador do futuro. Assim, todo esforço para atingir um determinado estágio civilizatório acabava por expressar uma tentativa de distanciar-se do mundo natural, e, ao mesmo tempo, fazer desta mesma natureza um elemento de civilização, um recurso para entrada nos caminhos apressados do progresso.

Em sua análise das representações da natureza brasileira no século XIX, Márcia Regina Capellari Naxara mostra como os sentimentos de viajantes estrangeiros e brasileiros oscilaram entre o encantamento diante de uma natureza “exótica, bela, poderosa, potente”, de um lado, e o desencanto por uma população considerada selvagem, desinteligente, inferior -

levando a uma leitura que permitisse bem pensar o Brasil somente como possibilidade visualizada num futuro potencial, quando ocorresse um ajustamento

⁴²⁰ Relatório que apresentou o Exc. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, presidente desta província, na ocasião da abertura d’Assemblea Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1840. Ceará: Typ. Constitucional, 1840, p. 11.

⁴²¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 210.

entre esse majestoso ambiente natural, latente de possibilidades, e o potencial humano. Uma natureza magnificada, uma história desencantada.⁴²²

Infere-se, nesse sentido, que a saída do reino da natureza para a entrada no rol dos povos civilizados só poderia se efetivar na medida em que também se afirmasse o papel do agente humano na preparação do devir histórico. O futuro passa a ser encarado como produto de um planejamento temporal, inscrito na experiência dos homens, e pressupõe um processo contínuo de aperfeiçoamento, “passa a incluir um coeficiente de mudança que se desenvolve com o tempo”.⁴²³

Esta forma de encarar tanto o mundo natural quanto à população brasileira foi realmente um forte mecanismo ideológico de legitimação de ideias e de projetos modernizantes, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando a temática da civilização e do progresso tornaram-se mais evidentes entre as elites dirigentes do Império e entre intelectuais e cientistas oitocentistas. No conjunto das apreciações positivas da natureza e das críticas dirigidas ao agente humano, a ideia era quase sempre igual àquela que fora sintetizada por Giacomo Raja Gabaglia nos seus *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*: “A providência foi pródiga, mas os homens têm sido perdulários”.⁴²⁴

A mesma sensibilidade que reforça a variedade e a fertilidade da natureza brasileira entende que só o afastamento do homem em relação a ela simboliza o verdadeiro sinal de civilização. Afastamento que não significa prescindir da importância do mundo natural para o desenvolvimento das nações, mas que precisa sobrepor-se a ele, dominá-lo por meio da ciência, da técnica, da indústria, do comércio. É o elogio da natureza domada, artificializada, devassada, transformada em objeto de riqueza e de poder. Por isso, todo e quaisquer vestígios de natureza selvagem e mantida em seu estado primitivo será condenado, pois eles indicam a inércia dos homens, a sua rotina.

É por isso que Thomaz Pompeo repetiu por várias vezes, seja nas páginas do jornal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, seja no seu *Ensaio Estatístico da província do Ceará*, que a pecuária cearense era *semi-selvagem*, porque segundo sua interpretação, ela guardava as características de uma atividade que dependia unicamente dos cuidados da natureza. Soltos pelos campos o gado estava à mercê apenas do que o meio oferecia: água

⁴²² NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2004, p. 294.

⁴²³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. cit. p. 317.

⁴²⁴ GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará*. 1877. In: Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 66.

quando havia disponibilidade, pasto quando as chuvas permitiam; sede e fome quando as secas se alastravam pelos sertões. Como os filhos feitos *ferreiros da maldição*⁴²⁵ pelo clima inconstante da província, a pecuária padecia entregue apenas à ordem da natureza, ou, talvez fosse melhor dizer, à desordem da natureza.

A fraseologia do atraso estava posta em outras províncias do país, pois o entendimento de que a agricultura brasileira encontrava-se numa crise profunda estabeleceu-se entre proprietários, políticos e publicistas de meados da década de 1870, que viam o edifício social e político da monarquia ameaçado, visto que este erguia-se sobre aquela atividade econômica.⁴²⁶ Na Bahia, por exemplo, os problemas enfrentados pela atividade pastoril assemelhavam-se àqueles descritos por Thomaz Pompeo. O registro foi feito pelo *Imperial Instituto da Bahia*, que apresentou *A Situação Agrícola da província da Bahia, em 1870*.

Em ambos os casos a criação é feita, permitta-se-nos a expressão, ao *ar livre*, entregue absolutamente às intempéries das estações e sujeita aos mesmos viciosos meios de reprodução. – No litoral os pastos são cercados e os animaes de cada proprietário isolados do seu visinho; no interior as pastagens são communs e só se distingue o que pertence á cada um pela marca feita em dos quartos do animal. Ali ainda alguns mais zelosos limpão os pastos, quando invadidos pelos hervanços da má natureza, e curão os animeas doentes; aqui tudo é entregue ao capricho da sorte, e a tarefa do criador limita-se á colher os bezerros em dia determinado, ferra-los e entrega-los de novo á lei do acaso até á época definitiva da venda. Em ambos os casos é immensa a mortalidade e n’este ultimo consome as vezes o producto inteiro das fazendas, mormente quando ha seccas prolongadas e surgem as epidemias que devastão o gado.⁴²⁷

Esta passagem, como se pode notar, atualiza a crítica sobre o método de criação à solta, *ao ar livre*, do qual derivavam, segundo o documento, os principais embaraços desta atividade. A permanência dos mesmos *viciosos meios de reprodução* parece ser o ponto central desta crítica, condena-se a repetição de processos herdados do passado, dos quais, talvez, as marcas nos quartos dos animais sejam um forte sinal.

⁴²⁵ Esta é alusão ao texto *O Ceará ferreiro da maldição* que abre a coletânea *Scenas e Typos*, de Rodolfo Teófilo, publicado em 1919. Neste texto Rodolfo Teófilo refere-se aos cearenses como filhos que herdaram a sorte do ferreiro da maldição “quando tem ferro não tem carvão”. O autor trata especialmente das variações climáticas do Ceará, terra que vive entre a seca e o inverno, destacando a seca, a fome, a miséria como uma maldição imposta pela natureza. Apesar de fazer considerações positivas do povo cearense, de exaltar a sua capacidade para o trabalho, a força do homem cearense, Rodolfo Teófilo considera que são condenados pela natureza a viverem uma vida nômade por atavismo. Ver: TEÓFILO, Rodolfo. *Scenas e Typos*, Op. cit. pp. 3-10.

⁴²⁶ PÁDUA, José Augusto. Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 11, Outubro, 1998, p. 134.

⁴²⁷ *A Situação Agrícola da província da Bahia, em 1870*. In: *Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, nº 8, julho, 1871, pp. 13-14. (Grifos do próprio documento).

É relevante assinalar toda a defesa que se fez, por exemplo, da introdução dos estábulos, de cercas, de valas para conter o gado. A incorporação destes instrumentos técnicos no regime de criação brasileiro foi requerida como um importante passo na modernização da atividade pastoril, mesmo que sua construção não passasse de estacas tortas advindas do desbastamento das matas. Deve-se considerar que o estábulo, ou a cerca, representavam a imposição de ordem humana sobre o mundo natural que até então era considerado desordem. Expressava o princípio de um domínio cultural, de um controle da natureza que estava dentro e fora do estábulo. Pode-se dizer que a defesa do uso das cercas e dos estábulos provinha de uma necessidade de estabelecer um limite entre natureza selvagem e natureza domada, uma distinção fundamental para os povos que se queriam civilizados.

Além do mais, a incorporação do *estábulo de tanta vantagem na Europa* seria uma concreta expressão da inserção da indústria pastoril na marcha em direção ao progresso, pois representava o aperfeiçoamento da criação, a modernização dos seus processos. É como se o novo instrumento técnico, notadamente moderno, promovesse a inauguração de um novo tempo, tempo materializado e percebido pela técnica.⁴²⁸

A introdução de uma nova técnica, ou uma nova organização nas formas de produção agrícola, pastoril ou industrial, agem no sentido de singularizar tais atividades econômicas no decorrer do tempo. Na obra *O Capital*, Karl Marx sugeriu que os meios de trabalho são os verdadeiros mediadores do grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade, além de indicarem as condições sociais nas quais se trabalha. “Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas”.⁴²⁹

Situado em um espaço de experiência que pressupõe a técnica como um importante meio de distinção entre um passado arcaico e um futuro moderno, o estábulo simbolizava, pois, a distinção entre a *pecuária semi-selvagem* e a indústria pastoril moderna, a superação do tempo em que os gados precisavam apenas da simples marca dos “ferros”⁴³⁰ como indicativa da domesticação do animal.

⁴²⁸ Acerca disto, Milton Santos explica que: “As técnicas participam na produção da percepção do espaço e também do tempo, tanto por sua existência física, que marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica”. Nem o espaço e nem o tempo, nesse sentido, são absolutos, mas determinações históricas que podemos perceber por uma base técnica e material específica. Conjuntos de técnicas e instrumentos de trabalho atuam no sentido de imprimir a cada lugar e a cada espaço uma peculiaridade capaz de distingui-los de outros espaços e outros tempos. Ver: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. cit. pp. 55-56.

⁴²⁹ MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Vol. 1, livro primeiro: processo de produção do capital*. São Paulo: Editora Nova cultural Ltda, 1996, p. 299.

⁴³⁰ Os ferros são marcas feitas a fogo em partes do corpo dos animais, geralmente nas coxas, para indicarem o proprietário e a fazenda a que pertence o animal. Além das marcas a fogo, existiam os sinais cortados à faca na orelha dos bovinos, das miunças e dos jumentos. Segundo Gustavo Barroso, “O primeiro dono de um animal

Na experiência colonial o elemento de civilização das áreas pastoris brasileiras eram os *ferros*, que determinavam a distinção entre gado selvagem e gado domesticado. José de Alencar expressou bem a diferenciação entre natureza bravia versus natureza domada na obra *O sertanejo*. Veja-se a descrição que faz do Dourado, um boi selvagem e destemido, que não se deixava domar por nenhum vaqueiro:

É um boi destemido e que tem zombado dos melhores vaqueiros deste sertão. (...) Em sua atitude garbosa, reconhecia-se a altivez do touro bravo, filho indômito do sertão, nascido e criado à lei da natureza. Tinha êle a majestade selvagem das feras, que percorrem livres o deserto e não reconhecem o despotismo do homem.⁴³¹

Além destas marcas que atestavam a valentia de Dourado, um aspecto o tornava verdadeiramente um animal selvagem, o boi ainda não tinha sido ferrado, não recebera a marca da dominação dos fazendeiros do sertão. Na sequência do romance alencarino, porém, o boi indomável será marcado pelo vaqueiro Arnaldo, que o alcançou depois de empreender uma dura montaria, uma caçada proposta pelo capitão Marcos Fragoso, antagonista de Arnaldo. Demonstrando uma cumplicidade para com o animal, Arnaldo imprime a marca da dominação, que tinha o sinal de sua amada, Dona Flor.

— Mas o ferro da sua senhora, que também é a minha, tenha paciência, meu Dourado, esse há de levar; que é o sinal de o ter rendido o meu braço. Ser dela, não é ser escravo; mas servir a Deus, que a fez um anjo. Eu também trago o seu ferro aqui no peito. Olhe, meu Dourado. (...) Depois de ter assim falado ao animal, como a um homem que o entendesse, o sertanejo tomou o cabo de ferro que já estava em brasa, e marcou o Dourado sobre a pá esquerda.⁴³²

Não era mais assim na segunda metade do século XIX, ou, pelo menos, não devia ser; bois marcados correndo livremente pelos campos abertos dos sertões expressavam ausência de civilização, denotavam o estado bravio das reses, muito mais próximas da natureza e mais distantes da cultura, sem o menor sinal de amanho humano. As marcas dos ferros eram indicativas de uma experiência passada que não deveria mais ser atualizada na modernidade, pois esta passou “a indicar novas experiências que jamais haviam sido

ferra-o na coxa; os que vão comprando ou adquirindo de qualquer sorte, vão-no ferrando para cima. O último ferro é o que regula”. Ver: BARROS, Gustavo. *Terra de sol*. Op. cit. pp. 139-144. José Eudes Arrais Barroso Gomes também destaca que “as reses eram ferradas com duas marcas: na coxa direita recebia a marca do proprietário, na coxa esquerda era marcada com o sinal da freguesia da qual fazia parte a fazenda”. Ver: GOMES, José Eudes Arrais Gomes. *Um escandaloso teatro dos horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010, p. 157.

⁴³¹ ALENCAR, José. *O sertanejo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 219.

⁴³² *Ibidem*, p. 247.

experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época”.⁴³³

A condenação da manutenção dos animais em seu estado de natureza explica-se pelo pensamento vigente no Brasil oitocentista, que encara a proximidade do homem com o mundo natural como fator de inferioridade, como prova do atraso dos povos em relação à civilização. Quantos mais próximos e mais dependentes do meio ambiente, tanto mais selvagens, incultas e incivilizadas eram as sociedades. Esta forma de pensar a relação natureza e cultura não se restringiu aos animais e às plantas, que deveriam ser aproveitados racionalmente para evidenciar a marcha no caminho civilizatório.

No interior do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, já nos seus primeiros anos, o debate em torno da civilização dos indígenas do país foi bastante intenso e em seu cerne estava o entendimento de que estes grupos sociais prestariam-se muito bem a todos os tipos de trabalhos que os negros realizavam, desde que fossem retirados de suas matas, das brenhas, do seu estado filial com a natureza. Bastante relevante neste sentido, foi o documento escrito por Januário da Cunha Barbosa na Revista do IHGB. Já em seu título, Januário da Cunha Barbosa expressa sua defesa da incorporação dos indígenas como força de trabalho que deveria substituir a mão-de-obra escrava, mas para isso era preciso trazê-los à civilização, que significava, dentre outras coisas, apagar neles os sinais de filhos da natureza.

Parece que o primeiro cuidado que deveríamos ter, para os fazer passar do estado nomade, em que vivem quase todos, para o de pastor e agricultor, deveria ser convertê-los a religião christã, e crear nelles certas necessidades, que os obrigassem a pequenos trabalhos, com que houvessem os objetos então necessários. (...), e ainda que seja mui difficil crear novos habitos em homens totalmente filhos da Natureza, todavia esses habitos iriam nascendo em seus filhos, aperfeiçoando-se pela nossa comunicação, e avigorando-se pelo correr dos tempos. (...) Lembramos este facto para provarmos que elles não são tão avessos ao trabalho como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e para que se veja que se fôrem removidas certas causas do seu horror e desconfiança; se fôrem bem tratados cumprindo-se fielmente as convenções que com elles se fizeram; se fôrem decemente chamados a um commercio vantajoso e a uma comunicação civilisadora, teremos, senão nos que hoje existem habituados á sua vida nomade, ao menos em seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos africanos.⁴³⁴

Januário da Cunha Barbosa assumiu uma postura crítica e contrária ao uso do trabalho escravo no Brasil, que considerava o responsável tanto pelo pouco adiantamento da lavoura brasileira, quanto pelos embaraços da civilização indígena, que se empreendida de

⁴³³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. cit., p. 274.

⁴³⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso, qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasileira? In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo I, vol. 3, 1839, p. 127-128.

forma sistemática pelo Estado se converteria em solução para o problema da mão-de-obra, questão fundamental num momento em que a abolição do tráfico de escravos parecia insustentável.⁴³⁵

É ainda digno de nota o entendimento que Januário da Cunha Barbosa tinha do processo de civilização dos índios, que se faria a partir de um contínuo e crescente aperfeiçoamento, a saber, uma progressiva substituição das marcas da natureza por elementos da cultura, o comércio, o trabalho, as leis, as convenções, a comunicação civilizadora. O resultado definitivo deste trabalho de aperfeiçoamento temporalizado, trazido para o nível do acontecer mundano,⁴³⁶ se daria em função do tempo, uma promessa para o futuro de uma dupla civilização, a dos índios e a do Brasil enquanto nação.

O mesmo entendimento de que a civilização seria o resultado de um constante melhoramento acontecendo no tempo também orientou o pensamento de Manuel de Araújo Porto Alegre, ao escrever as instruções para *Seção Etnográfica e Narrativa de viagem da Comissão Científica de Exploração*. Ao fazer apologia à Etnografia dos povos indígenas do Brasil, Manuel de Araújo Porto Alegre sugere que se faça o recolhimento de tudo que disser respeito aos índios, sob um claro entendimento de que no futuro todos os povos autóctones seriam incorporados à civilização. Nesse sentido, porém, a ciência etnográfica assumia a responsabilidade de colher, catalogar, registrar e arquivar informações sobre os índios, seus costumes, sua língua, sua constituição física, suas aptidões para o trabalho, suas crenças, etc. Arquivar para o futuro, pois,

Como é provável que daqui a duzentos anos poucos selvagens existam no seu estado primitivo, torna-se muito preciso que desde já se comece a recolher a respeito deles tudo quanto for possível: até hoje isto se tem feito superficialmente. Além de que, o homem genuíno americano pode ser chamado a compartilhar os bens da civilização e voluntariamente prestar-se à comunhão brasileira, se empregarmos os meios consentâneos com a sua índole e constituição fisiológica nos primeiros tempos. Não

⁴³⁵ Sobre as discussões realizadas no IHGB em torno da mão-de-obra no Brasil, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p 5-27, 1988. Na segunda metade do século de XIX, diante da iminente abolição da escravatura no Brasil, a questão da mão-de-obra foi central nos debates políticos, mobilizando iniciativas como o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, em 1878. O tema do fim da escravidão e a introdução de trabalhadores livres estrangeiros na grande lavoura foi um dos focos de maior discussão entre os congressistas. Para alguns o fim do braço escravo marcaria uma nova era de prosperidade para as atividades agrárias. “Não está, porém, a época, em que não haverá mais um só escravo no Brasil. A morte e a manumissão concorrem á porfia para chegarmos a esse resultado dentro de um prazo, que não pode ser longo. Os escravos, que então restarem, já não serão em número suficiente para manter a grande lavoura na grande propriedade; e isto, longe de ser um mal, marcará antes á época da nossa prosperidade agrícola”. HOHAN, Henrique de Baurepaire. O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: Congresso Agrícola. Edição fac-similar do Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, p. 242.

⁴³⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Op. cit., p. 316.

é necessário dizer mais para demonstrar quantas vantagens resultarão para nós do conhecimento dos autóctones do Brasil.⁴³⁷

A futura incorporação do elemento indígena à comunhão brasileira pressupunha uma vitória da civilização contra os aspectos primitivos destes povos, dos quais só restariam registros arqueológicos e etnográficos.⁴³⁸ Chamar o genuíno americano para partilhar dos bens da civilização também expressava, para Manuel de Araújo Porto Alegre, convertê-lo em instrumento econômico, em força de trabalho para a lavoura, “chamar à indústria tantos braços perdidos e diminuir o número de inimigos internos”.⁴³⁹

O levantamento preciso da quantidade dos índios que ainda viviam em estado de barbárie por todo o território brasileiro deveria ser realizado, sob o escopo de empreender um processo de incorporação destas populações à civilização. Nesse sentido, a política de catequização através de missionários católicos passou a ser reivindicada, como mecanismo de retirada dos índios de seu “primitivo” estado. Esta discussão foi bastante presente nos relatórios do *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (MACOP). Em 1861, por exemplo, o ministro Manoel Felizardo de Sousa e Mello, defendia o trabalho catequético pelo governo imperial, pelas “grandes vantagens que para o paiz devem resultar da catechese e civilização dos índios, e do dever que lhe corre, de arranca-los da barbaria, e conquista-los para a religião”.⁴⁴⁰

Assemelhando-se a tantos outros discursos coetâneos, as palavras de Manoel Felizardo de Sousa e Mello reforçam o entendimento de que o afastamento do mundo natural é etapa necessária para o alcance da civilização. A natureza é, nesse sentido, um inimigo a vencer, um obstáculo a ser ultrapassado. A retirada dos índios do interior das matas e sua posterior catequização representava muito mais do que trazê-los ao corpo nacional e à convivência com a *comunidade imaginada*⁴⁴¹ que estava sendo gestada. Ela também

⁴³⁷ PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Seção Etnográfica e Narrativa de viagem. (1856). In: BRAGA, Renato. *Histórica da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 227.

⁴³⁸ Sobre os estudos etnográficos e arqueológicos no Brasil império, ver: FERREIRA, Lúcio Menezes. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras e os usos das fontes arqueológicas (1838-1877). In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 24, Jan/01, p.149-171, 2001; FERREIRA, L. Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. In: *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, nº 2, vol. 13, abr/jun., p. 271-292, 2006.

⁴³⁹ PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Seção Etnográfica e Narrativa de viagem. Op. cit., p. 233.

⁴⁴⁰ MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado, Manoel Felizardo de Souza e Mello, no ano de 1861. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 57.

⁴⁴¹ Benedict Anderson define a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Pensar a nação como sendo uma comunidade imaginada pressupõe que um número expressivo de pessoas se reconheça como pertencentes a esta comunidade, que se considere partícipe de um corpo político único, que se imagine como colaborador da nação. Como comunidade, a nação se estabelece a partir de uma profunda camaradagem

expressava o domínio e o controle da própria natureza indígena, uma natureza humana que como um campo, tal qual o meio que nos rodeia, precisava ser cultivada e modelada pela cultura. Terry Eagleton expressou bem esta ideia ao enfatizar que

Assemelhamo-nos à natureza na medida em que nós, tal como ela, devemos ser modelados, mas distinguimo-nos dela na medida em que nós podemos fazê-lo a nós próprios, introduzindo dessa forma no mundo um grau de auto-reflexibilidade ao qual o resto da natureza não pode aspirar.⁴⁴²

Cultivar, nesse sentido, expressa tanto a capacidade, quanto a necessidade humana de modificar o que há de natural em nós e ao nosso redor. A cultura como expressão não só de modificação, mas também de melhoramento da natureza. Quanto aos indígenas brasileiros, chamá-los à civilização representava a realização de uma obra de regeneração, de elevação espiritual, de melhoramento de sua condição humana.

José Bonifácio já argumentara em 1823 que “apezar de serem os Indios bravos huma raça de homens inconsiderada, preguiçosa, e em grande parte desagradecida e deshumana para conosco, que reputam seus inimigos, são com tudo capazes de civilização”.⁴⁴³ Civilizar, para José Bonifácio, era conduzir os indígenas a um processo de aperfeiçoamento de sua natural “indolencia e incostancia”⁴⁴⁴ por meio do trabalho regular e disciplinado. Era preciso inculcar entre os indígenas a ideia de trabalho produtivo e lucrativo, o que pressupunha submetê-los a novos hábitos, a novos regimes laborais e também a uma nova disciplina de tempo.⁴⁴⁵

Este mesmo entendimento pareceu orientar o discurso do ministro Pedro de Alcântara Bellegarde, em 1862.

Para se resolver este problema, cuja solução interessa não só à religião e á civilização do paiz, mas também á agricultura e industria nacionais por este ministerio tem-se exigido informações acerca de todas as circunstancias concernentes a este objecto, afim de que no estudo e medição dellas se possa

horizontal, criando certa fraternidade entre as pessoas que a compõe. Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

⁴⁴² EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa, Actividades editoriais Ltda, 2003, p. 17.

⁴⁴³ BONIFÁCIO, José. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil, 1823, p. 22. Disponível em http://www.obrabonifacio.com.br/principais_obras/. Acessado em 21/10/2016.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 29.

⁴⁴⁵ No famoso artigo, *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Edward Palmer Thompson demonstrou como uma série de mecanismos (como a divisão e a fiscalização do trabalho, ou a incorporação de relógios para maior controle do tempo de trabalho) formou novos hábitos de trabalho e impôs uma nova disciplina de tempo na Inglaterra Industrial. Nascia uma nova percepção temporal orientada para o uso econômico do tempo, marca das sociedades capitalistas maduras, onde “todo o tempo deve ser consumido, negociado e utilizado”. Ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 298.

formular um systema que facilite a obra da regeneração desses milhares de individuos que actualmente existem entregues à mais crassa ignorancia, e á vida improductiva dos povos nomadas, confiados tão somente nos productos espontaneos da natureza.⁴⁴⁶

Talvez o maior interesse presente nas propostas de civilização dos indígenas esteja descrito nesta passagem e diz respeito ao problema da mão-de-obra para a lavoura, mormente quando o fim da escravidão já despontava no horizonte de expectativa dos produtores, e desafiava-os a buscarem soluções para o sustentáculo da agricultura. Daí a importância de converter homens de “vida improdutiva” em sujeitos industriais,⁴⁴⁷ de animar àqueles acostumados sempre a esperar pela oferta da providência ao trabalho produtivo. Esperar pela natureza e entregar-se obstinadamente aos seus ciclos produtivos era encarado como signo de barbárie, como demonstrativo da imprevidência dos homens.

4.3. O fogo, a seca e a cerca: pecuária e crítica ambiental no Brasil oitocentista.

É um dia de festa a queima do roçado, mas somente para os homens do campo, acostumados a tão penoso espetáculo; e que apenas pensam no resultado pecuniário, como os que se ocupam na matança das reses.

Mas para o poeta, o filósofo, o homem sensível e amante da natureza, é um quadro de luto e de profunda angústia.

A floresta estorce-se dolorida num leito de chamas. Os galhos gemem, soluçam, gritam, agonizam, como que pedindo socorro; os reptis silvam e correm no meio do fogo; as aves voam medrosas, e abandonando seus ninhos à destruição; e as labaredas avançando sempre, rugidoras, horríveis, implacáveis como demônios da ruína! (...)

Então, como que a natureza ergue-se ante a penosa desolação e exclama qual mãe amargurada: “Homens cruéis! o que fizestes do filho de minhas entranhas — de meu arvoredado frondoso —, dos ninhos de minhas aves, da frescura de minhas relvas e ribeiros? Pois quê! não sabeis que aquelas árvores me custaram anos... que me custaram séculos de não interrompido labor?! E todavia sem dó, tudo reduzistes a cinzas em poucos dias; tudo trocastes por meia dúzia de alqueires de arroz, que não

⁴⁴⁶ BELLEGARDE, Pedro de Alcantara. Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado, Pedro de Alcântara Bellegarde, no ano de 1862. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1863, p. 42.

⁴⁴⁷ Por ocasião da visita que fez ao Ceará em 1838, em suas *Viagens pelo Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*, George Garner fez considerações sobre as qualidades produtivas das populações locais, insinuando que o pouco desenvolvimento das atividades produtivas era razão da ausência de um povo industrial no Brasil. “Tendo indagado de varios donos de canaviais porque não plantavam de preferencia café, que lhes assegurava lucros muito maiores, responderam-me que estando habituados a fazer rapadura, temiam aventura-se num genero de lavoura de que só tinham conhecimentos imperfeitos: na minha opinião, porém, a cauza principal está nos seus habitos ociosos e indolentes e no grande horror que nutrem por tudo quanto pareça innovação dos costumes de seus antepassados; estivesse de posse do paiz o povo industrial, aquella região seria uma das mais ricas do Brazil”. A parte da viagem referente ao Ceará foi traduzida por Alfredo de Carvalho e publicada na Revista do Instituto do Ceará em 1912. Ver: Um botânico inglês no Ceará, 1838 a 1839. In: *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Tomo XXVI, 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, pp. 143-205. Fortaleza: Typ. Minerva, 1912.

durarão tanto como os frutos da minha floresta! Deus! Meu Deus! é certo, pois, que me condenastes eternamente a esta luta penosa — a criar, a construir com afã, sem trégua, sem repouso, para que os homens destruam em caprichosos momentos, sem compaixão, sem necessidade às vezes, a minha obra de muitos séculos?!⁴⁴⁸

Estas palavras foram escritas por Juvenal Galeno e correspondem, como ressaltou o próprio autor, a um breve desvio no meio do conto *Dia de feira*, um dos textos que compõem a coletânea *Cenas Populares*,⁴⁴⁹ publicada pela primeira vez em 1871. Uma digressão fortuita e, certamente, nem um pouco desinteressada, pois por meio deste artifício, Juvenal Galeno inseriu-se num debate consistente acerca da destruição da natureza brasileira,⁴⁵⁰ imprimindo à sua obra de ficção um forte tom de denúncia contra os usos e abusos dos recursos naturais no Brasil.

É preciso levar em consideração a forma como Juvenal Galeno promove a imersão de sua escrita nas questões sociais vigentes em seu espaço de experiência, tocando em pontos centrais da crítica ambiental realizada também por outros sujeitos e por instituições como a SAIN, o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, o MACOP, etc. Nesse sentido, enraizada na sociedade e comprometida com as condições do espaço, do tempo, cultura e relações sociais,⁴⁵¹ a ficção de Juvenal Galeno não deixa de ser um importante meio para perscrutarmos as reflexões sobre a destruição do meio natural no decorrer dos oitocentos.

A condenação das práticas de degradação ambiental que está posta no conto *Dia de feira* apela para as sensibilidades, notadamente para a dor, o sofrimento, a angústia, o desespero, parecendo querer tocar o homem “insensível e cruel”, que destrói rapidamente a obra que a natureza levou séculos para construir. É relevante ressaltar a proximidade do pensamento de Juvenal Galeno com as considerações feitas por Giacomo Raja Gabaglia nos *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*.

⁴⁴⁸ GALENO, Juvenal. *Cenas populares*. Fortaleza: SECULT, 2010, pp. 74-75.

⁴⁴⁹ De acordo com Sânzio Azevedo, na introdução à quarta edição de *Cenas Populares*, após a primeira edição, seguiram-se outras, a segunda em 1902, a terceira em 1969, pela Editora Henriqueta Galeno. A quarta edição foi publicada em 2010 pela SECULT.

⁴⁵⁰ José Augusto Pádua destacou que reflexões sobre a destruição do ambiente natural no Brasil podem ser encontradas ainda no final do século XVIII, em pensadores como José Bonifácio, Baltasar da Silva Lisboa, chegando a intelectuais como o cearense Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, na segunda metade do século XIX. Uma questão que perpassa as críticas ambientais brasileiras é a ideia de finitude dos recursos naturais, o fim da uberdade ambiental e o comprometimento do futuro econômico e político da nação. Orientados por um viés fortemente cientificista e pragmático, estes pensadores concebiam a destruição ambiental como sinal do atraso das atividades agrárias no país e a permanência da incúria dos homens colocaria em risco o sustentáculo da nação, a agricultura. Ver, PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴⁵¹ FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 67.

Então, o que resta esperar em meio século, se o fogo e o machado sem regra nem lei incumbirem-se de destruir em um dia aquilo para que foram necessários à natureza, esta obreira incansável e de força infinita, anos, até séculos para produzir?! Significando a profunda mágoa que tenho em mencionar a indiferença dos proprietários brasileiros para o melhor aproveitamento das matas, e sobretudo a daqueles que, dominados por princípios falsos, constituem-se os primeiros destruidores da própria fortuna, claramente expresso a importância que reconheço no assunto que ousou tratar, porque o dever mo impõe.⁴⁵²

A semelhança entre os dois intelectuais dá-se pela crítica à imprevidência dos homens no presente, que movidos pelo afã do lucro, pelo desejo de suprir as necessidades imediatas, destroem as riquezas naturais seculares. Mas a contiguidade entre as ideias com as quais nos ocupamos também está expressa na forma como Juvenal Galeno e Raja Gabaglia relacionam a temática da destruição ambiental e futuro da nação brasileira. Em suma, entedia-se que o permanente ataque ao meio ambiente, decorrente de práticas agrícolas consideradas arcaicas, sobretudo o uso do fogo e do machado como instrumentos de preparação da terra, comprometeriam o futuro político e econômico nacional.

Não se pode negar a existência de uma preocupação com a proteção do meio natural brasileiro no século XIX, ela realmente estava espalhada por todas as províncias do império e caracterizou-se, sobretudo, pelo forte viés produtivista. Guardadas as especificidades de cada região, o elemento que configura certa homogeneidade na crítica ambiental oitocentista é a sua orientação pragmática. Proteger as matas e evitar a destruição do mundo natural significava a continuidade e a sustentabilidade da agricultura, além de garantir o progresso material e político do Brasil.

José Augusto Pádua já demonstrou que o pensamento ambiental no Brasil escravista caracterizou-se justamente por

Culpar a mentalidade de imprevidência e descaso, assim como o predomínio de tecnologias atrasadas, pela destruição ambiental que ocorria no país. Seu enfoque não deixou de ser essencialmente político, já que o principal problema estava na incompatibilidade entre a economia predatória e o projeto de civilização do Império.⁴⁵³

A manutenção de culturas esgotadoras e de métodos “rotineiros” comprometia a sustentabilidade da grande lavoura, sob a qual se sustentava o império brasileiro. Havia um claro entendimento de que o projeto de civilização do país dependia primordialmente da agricultura e que a continuidade dessa marcha civilizatória solicitava novas formas de

⁴⁵² GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará. Op. cit. p. 73.

⁴⁵³ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Op. cit., p. 167.

produção, novas técnicas agrícolas e métodos racionais, que substituíssem as “velhas” práticas de esgotamento da natureza. O rompimento com a tradição era visto como etapa necessária à emergência de um futuro melhorado.

Em 1883, Nicolau Joaquim Moreira expressou de forma muito evidente a incompatibilidade entre a *cultura rotineira* e a civilização futura do Brasil em um texto publicado na *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, da qual era diretor.

A cultura rotineira e extensiva já fez a sua época, passou o seu tempo. Permanecer ainda o lavrador nesse systema de cultura que enriquece egoisticamente o presente comprometendo o futuro; que devasta as florestas sem critério, sacrificando uma inesgotável fonte de riqueza, que arvora em elementos de produção, a fouce, o machado, a enchada, o facho e o escravo; que transforma em terras safaras solos feracíssimos, depreciando-lhes o valor, é, em nossa opinião, querer levar o paiz ao estado em que cairão as férteis regiões da Azia, da Grecia e da Italia.⁴⁵⁴

É relevante destacar como o passado é utilizado por Nicolau Moreira para reforçar a ideia de que a continuidade de processos devastadores resultaria no esgotamento das fontes de riquezas do país. O passado é evocado para servir de exemplo daquilo que não deveria ser atualizado no presente; os casos exemplares de Nínive, Babilônia, Samaria e Jerusalém,⁴⁵⁵ que sucumbiram em virtude da destruição de suas fontes naturais, deveriam ser olhados como evidência de que a fertilidade da terra é finita e se esgota.

O passado é visto como guardião de testemunhos, coleção de exemplos que comprovavam a associação entre as práticas degradantes e o declínio das sociedades. Nos dizeres de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil,

a natureza, e a historia ahi estão para darem testemunho, para demonstrarem tristes documentos da verdade desta lei eterna, de que o país mais fertil, abundante, e rico pode vir a ser convertido em charneca esteril, e solidão inhabitável, se a imprudencia humana o desguarnecer das matas.⁴⁵⁶

Creemos que os exemplos já são suficientes para demonstrar a existência de um pensamento verdadeiramente comprometido com os destinos da natureza brasileira, que passou a associar a destruição dos recursos naturais pelo uso contínuo de técnicas esgotadoras

⁴⁵⁴ MOREIRA, Nicolau. Revista Agrícola. In. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, vol. 14º, nº 1, março de 1883, p.4.

⁴⁵⁵ “Onde se achão essas campinas tão florescentes que constituirão, nos tempos primitivos, os abundantes celeiros da Europa? Onde estão Ninive, Babilonia, Samaria e Jerusalém?”. Idem, p. 5.

⁴⁵⁶ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*. Op. cit., pp. 6-8.

à crise da grande lavoura, embora, obviamente, este não fosse considerado o único fator responsável pelos problemas da agricultura.

Este debate, como já destacamos, estava espalhado por todo o país, sendo muito mais intenso nas províncias agrícolas ocupadas com a produção do café, dado o peso deste produto na economia do império. Ao que parece, foi também este peso da atividade cafeeira uma das razões para que João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, convocasse para o primeiro *Congresso Agrícola*⁴⁵⁷ do Brasil apenas as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Não é difícil avaliar a importância do debate ambiental para uma parte dos produtores rurais do Brasil, mormente para os setores ligados à agricultura de exportação. Somado às muitas dificuldades enfrentadas pela grande lavoura (a falta de braços, a ausência de capitais, a inexistência de uma ciência agrícola e de técnicas modernas), o sistema de exploração rotineiro era visto causa inevitável da queda da indústria agrícola. Para homens como Manoel Ribeiro do Val, lavrador da Paraíba do Sul, o fornecimento de capitais e mão-de-obra não resolveria os problemas da lavoura no Brasil, pois o atual modo de exploração só contribuía para “explorar o resto de suas mattas, e não de melhorar sua produção, que é essencial, adiando por mais alguns annos a sua queda, mas não evitando que ella se realize, e então ainda mais desastadamente”⁴⁵⁸.

Embora o *Congresso Agrícola* tenha se restringido às províncias do Sul, gerando descontentamento e oposição das outras regiões do país,⁴⁵⁹ o problema ecológico era entendido como uma questão nacional. A diminuição da capacidade produtiva da terra, a

⁴⁵⁷ O *Congresso Agrícola* aconteceu em 1878 no Rio de Janeiro, e representou, segundo José Murilo de Carvalho, a primeira iniciativa do governo para dar aos produtores rurais a possibilidade de falar direta e abertamente ao governo, em vez de fazê-lo por intermédio parlamentar ou por associações de classe. Sobre o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, ver: CARVALHO, José Murilo de. Introdução ao *Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

⁴⁵⁸ VAL, Manoel Ribeiro do. Discurso do Sr. Manoel Ribeiro do Val no Congresso Agrícola do Rio. In: *Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878*. Rio de Janeiro: Fundação casa Rui Barbosa, 1988, p. 164.

⁴⁵⁹ A principal reação ao *Congresso Agrícola do Rio de Janeiro* ocorreu em Recife, também em 1878, quando a *Sociedade Auxiliadora da Agricultura* de Pernambuco decidiu convocar um congresso semelhante que se realizou em Recife, reunindo proprietários do Nordeste, mormente daquelas províncias que comercializavam com aquela cidade. O Congresso Agrícola do Recife nasceu como reação ao que se entendeu por exclusão das províncias do Norte no Congresso do Rio de Janeiro e acabou reforçar a ideia de distanciamento entre as províncias do Sul e as províncias do Norte, serviu para fortalecer o discurso de exclusão e marginalização nordestina das políticas do império. Sobre o Congresso Agrícola do Recife, consultar: *Trabalhos do congresso Agrícola do Recife. Edição fac-similar comemorativa do Primeiro Centenário 1878-1978*. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa Faria & Filhos, 1879. Durval Muniz de Albuquerque Júnior também destaca que o *Congresso do Recife* fez emergir um discurso regionalista articulado em torno de temas como a crise da lavoura, a falta de braços, a exclusão das províncias do Norte das políticas de investimento agrário. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: edições MMM, 2012.

destruição das matas, os abusos contra os recursos naturais deviam ser tratados por todos os produtores. Manoel Ribeiro do Val começou seu discurso lembrando que “A natureza, prodiga e liberal em nossa infância, hoje se retrai e nos nega água e pão de Norte a Sul”,⁴⁶⁰ demonstrando que a questão era de interesse geral.

Destarte, cabe avaliar como esta crítica ambiental foi tratada nas áreas afastadas do centro do império brasileiro, de modo especial como foi sentida e discutida na província do Ceará. Outrossim, é fundamental discutirmos as implicações desta discussão ambiental para a economia cearense, mormente para a indústria pastoril, acentuadamente o ramo mais importante, e, segundo às interpretações correntes na segunda metade do século XIX, a mais dependente das leis da natureza. Duas questões me parecem fundamentais para seguirmos nossa investigação. A primeira diz respeito à natureza desses impactos: Quais os principais problemas ambientais da província? A segunda questão: Quais os impactos da devastação da natureza sobre a *pecuária semi-selvagem*?

Nos já citados *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*, Raja Gabaglia fez algumas considerações sobre as *secas artificiais* provocadas pelo uso do fogo, um gosto extravagante, segundo as considerações do cientista. Vejamos o registro:

(...) outra sorte de seca artificial preparada pelos próprios habitantes com vigor colossal vai imperando e concorrendo para agravar o mal: refiro-me às extensas queimadas que algumas vezes vingam durante semanas e na distância de léguas, transformando em inóspitos descampados os terrenos pouco antes cobertos de viçosas e verdejantes capoeiras e de uma pastagem abundante.⁴⁶¹

Ocupado em perscrutar as razões destas práticas incendiárias, que podiam ocorrer como método de preparação da terra para roçados, por exemplo, o que mais pareceu causar espanto aos olhos de Raja Gabaglia foi a constatação de que os incêndios denotavam um gosto estético pela natureza devastada, vencida pelas labaredas. Um terreno *limpo*, que os trabalhadores do sertão costumavam apresentar como resultado de muito trabalho, tratava-se, na verdade, de um campo desbastado, limpo pelo fogo, e que dava “gosto de ver”.⁴⁶²

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 161.

⁴⁶¹ GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará*. Op. cit., pp. 68-29.

⁴⁶² Vale destacar a passagem em que Gabaglia narra o seu diálogo com um desses trabalhadores do sertão. “... lembro-me da conversação que tive com um morador do sertão... ao apear-me no alpendre de sua casa e em seguimento de outros objetos me disse... ‘Veja, em poucos meses tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto’. Olhei com curiosidade, perscrutando ao que se referia; mas, em vão: era noite, e, diante de mim, divulgava a custo um amplo espaço que deixava ver ao longe duvidosos limites da estrada. ‘O quê?’ – perguntei

O registro de Gabaglia é indicativo de uma herança da sensibilidade colonial profundamente caracterizada por duas cores fundamentais, o vermelho do fogo e o verde das matas, como destacou Nicolau Sevcenko em texto clássico. Uma paisagem destituída de sua cobertura vegetal era expressão da vitória humana contra o verde. “Porque o verde é o perigo, a possibilidade iminente de sua extinção física”, e na direção da paisagem ausente se “constrói a lógica da ocupação predatória da terra e é assim que se desenvolve a sensibilidade nativa com relação à natureza”.⁴⁶³

Raja Gabaglia era representante de uma sensibilidade diferente, de outra leitura do mundo natural, que pressupõe uma paisagem devastada como sinônimo de incúria e imprevidência, própria de um povo que “por inclinação, gosto ou sistema é perseverante na destruição dos tesouros botânicos que a natureza formou”.⁴⁶⁴

Numa província já castigada pelas irregularidades climáticas, o uso indiscriminado do fogo só contribuía para exacerbar as agruras dos sertanejos e dos gados entregues a um sistema de criação extensiva e dependente dos pastos naturais. Além do mais, o incêndio das matas e as derrubadas de árvores, eram imputados como responsáveis pelo aumento da ocorrência das secas no Ceará e em províncias vizinhas. Thomaz Pompeo de Sousa Brasil acreditava que o fenômeno da estiagem tornara-se muito mais recorrente em meados do século XIX,⁴⁶⁵ e a razão para as mudanças climáticas era justamente a diminuição da vegetação nas áreas de serras, como na Ibiapaba.

Quem viajou a serra grande (Ibiapaba) ainda há 30 annos à parte, e percorre-la hoje, notará uma diferença imensa nas aguas e fenomenos atmosféricos.

de novo sem bem atinar ao que se aludia. ‘Não vê!! – retorquiu-me o interlocutor – pois não vê todo este limpo? Tudo isto era um *matão* e eu pus-lhe fogo que agora faz gosto de ver’”. Idem, p. 70. (Grifos do autor).

⁴⁶³ SEVCENKO, Nicolau. *O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura*. Op. cit. p. 111. Keith Thomas também demonstrou como persistiam na Inglaterra do século XVIII ideias que associavam as florestas à rusticidade e ao perigo, pensamento que impulsionou vários atos de destruição das matas e da substituição de áreas de florestas em campos cultivados. O processo de destruição das florestas “simbolizava”, para muitos “o triunfo da civilização” e “as matas não cultivadas eram vistas, assim, como obstáculos ao progresso humano”. Ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Op. cit. p. 277.

⁴⁶⁴ GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará. Op. cit., p.70.

⁴⁶⁵ Não é demais lembrar que Thomaz Pompeo empreendeu um estudo sistematizado sobre as secas no Ceará, que veio a tornar-se uma grande referência nos estudos sobre o assunto no Brasil. Trata-se da *Memória sobre o clima e as secas do Ceará*, publicado em 1877. A feitura de uma cronologia das estiagens no Ceará é indicativa do entendimento que Thomaz Pompeo tinha sobre o passado. Para ele, firmar-se nos testemunhos pretéritos possibilitaria não somente a compreensão dos fenômenos no presente, mas servia de baliza para a preparação do futuro. Também é notório o entendimento que a própria natureza possui uma temporalidade a ser observada e que esta mesma natureza é mutável. A maior recorrência das secas era indicativa desta mudança na ordem natural, uma transformação negativa que tinha profundas relações com a ação dos homens. Sobre o tempo e a natureza na obra de Thomaz Pompeo, ver: BASTOS, José Romário Rodrigues. *Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, 2013.

Antigamente havião grandes alagadiços, pantanos paludosos, tremedaes, onde ninguém ousava penetrar, e d'onde corrião todo anno vários ribeiros até o sertão; hoje onde existião esses tremedaes impenetraveis, abrem-se covas para plantar mandioca, aprofundão-se cacimbas de muitos palmos para tirar agua para beber! Acabaráo-se as correntes, e os brejos.

(...) Quem ouviu falar de secca na serra grande mesmo nos famosos anos de 1778, 1702, 1809, 1825?

Lá nunca faltara a chuva. Hoje está quasi tão sugeita á secca, como o sertão; e partes ha, em que falta até agua para a bebida.⁴⁶⁶

Note-se que Thomaz Pompeo trata de uma mudança atmosférica que se processa no tempo, que se observa por meio de uma comparação entre o passado e o presente, e que se explica através da relação histórica estabelecida entre o homem e a natureza. A maior ocorrência das secas era consequência direta do mau uso dos recursos naturais, logo, resultado de uma ação humana destrutiva, que impunha modificações negativas ao meio ambiente. A crença em uma natureza atemporal e imune às atividades antrópicas tinha ficado para trás, o século de Thomaz Pompeo já podia conceber a existência de um mundo natural mutável, em constante movimento e transformação, e discutir, ao mesmo tempo, as implicações humanas sobre ele.⁴⁶⁷

O enfoque de Thomaz Pompeo não era precisamente uma novidade entre os intelectuais ocupados com a crítica ambiental brasileira. Suas ideias assemelhavam-se muito às discussões já empreendidas na década de 1830, por homens como Emílio Joaquim da Silva Maia, médico e bacharel em Filosofia natural, que em 1835 publicou um *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil o corte das matas e sobre os meios de os remediar*,⁴⁶⁸ na *Revista Médica Fluminense*. Silva Maia concebia a proteção das matas brasileiras como uma missão de ordem patriótica, um dever dos cidadãos comprometidos com desenvolvimento da nação.

⁴⁶⁶ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*. Op. cit., pp. 18 -19.

⁴⁶⁷ De acordo Donald Worster, a partir do século XIX o conhecimento científico começa a pensar o mundo natural a partir de um quadro novo, levando em consideração os aspectos históricos da natureza, concebendo-a como resultado de um grande volume de mudanças. Nesse sentido, a velha concepção de mundo newtoniano, de uma natureza estática e de relações fixas passou a dar lugar a um entendimento de um mundo natural formado a partir da mudança, da evolução, de constantes revoluções, de um constante estado de fluxo. Ver: WORSTER, Donald. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 367-384.

⁴⁶⁸ O escopo principal do *Discurso* de Emilio Joaquim da Silva Maia era tratar da relação entre a derrubada das matas e o desenvolvimento de determinadas doenças como a cólera e a peste, causadas pela formação de miasmas nos lagos. Acreditava Silva Maia que as árvores situadas próximas de lagos e lagoas tinham a capacidade de purificar o ambiente e impedir a formação dos miasmas, sendo, portanto, um importante preservativo contra doenças. Silva Maia defendia a formação de bosques, pois era o remédio mais eficaz contra as febres perniciosas que assolavam quase todo o Brasil. No mesmo sentido, Silva Maia demonstrava profundo repúdio à derrubada de árvores, que considerava um costume bárbaro.

Ancorado no pensamento de sábios cientistas e intelectuais como Buffon, Rauch, Benjamin Franklin, José Bonifácio e outros, Silva Maia afirmava que “os vejetais, e mui principalmente os bosques tenham uma imensa influencia sobre os climas, sobre as estações, sobre a fertilidade, e salubridade da terra”.⁴⁶⁹ Este era um princípio natural incontestável, na visão do médico. Porém, uma mudança nesta ordem, “quando o homem inverter a ordem natural das coisas, grandes males se seguirão”.⁴⁷⁰ Silva Maia, da mesma forma que Thomaz Pompeo, argumentava que a degradação das matas brasileiras era o fator responsável pelas secas observadas ao longo do tempo.

A história também foi evocada para dar testemunho das mudanças negativas impostas pelos homens ao mundo natural e era justamente na observação deste passado que deveriam firmar-se os patriotas brasileiros e, em especial, os homens do governo, para evitarem o mesmo fim à que foram submetidos os povos férteis de outrora.

A Syria, Phenicia, Palestina e Chypre, outrora férteis e populosas, estão quasi de todo estereis e sem gente, pela perda de suas matas; a mesma sorte tem por diferentes vezes ameaçado diversas nações da Europa, si os seus sábios governos não tivessem tomado providencias adequadas.

As secas, que, ha um seculo para cá, tem devastado por diversas vezes as bellas Provincias do Seara, Pernambuco e Bahia, a que há 2 annos, tantos estragos produzio na rica Provincia de Minas, não tiverão outra origem provavelmente para serem tão assoladoras, senão o cóрте que tem havido em nossas matas virgens, pelo prejuizo, em que estão os nossos Agricultores de as ir derrubando pela menor causa.⁴⁷¹

Motivados por razões um tanto diversas, Silva Maia e Thomaz Pompeo,⁴⁷² cada um em seu tempo, associaram a destruição das matas ao fenômeno das secas espalhadas por todo o Brasil, da mesma forma em que defenderam a arborização como importante medida de melhoramento do clima, no caso de Pompeo, e como preservativo contra miasmas e doenças, no caso de Silva Maia. Em todo caso, para ambos, as árvores eram o remédio para as doenças do corpo e do clima.

Para estes autores, o desmatamento, resultado de derrubadas e de incêndios, era verdadeiramente, um problema ambiental a ser combatido e esta negatividade do

⁴⁶⁹ MAIA, Emilio Joaquim da Silva. *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil o corte das matas e sobre os meios de os remediar*. In: Revista Médica Fluminense, nº 6, Setembro de 1835, p. 20.

⁴⁷⁰ Ibidem, p. 19.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 22-23.

⁴⁷² Thomaz Pompeo citou algumas passagens do *Discurso* de Emilio Joaquim da Silva Maia em sua *Memória* de 1859.

desmatamento é indicativa de uma sensibilidade nova, que vai ganhar corpo no decorrer do século XIX e que associa falta de árvores à falta de chuvas.⁴⁷³

Numa província “tradicionalmente” pastoril, as implicações do desmatamento sobre o gado foi tema de muitos discursos, pois ele incidia diretamente sobre a diminuição de pastagens para os rebanhos. Foi nesta ótica que Thomaz Pompeo, na mesma *Memória sobre a conservação das matas*, escreveu:

(...) As matas do sertão, que guarnecem as margens dos rios, e ribeiros, não tem sido mais poupadas; e o que é ainda mais fatal, o fogo todos os anos queima os campos e matos por léguas, e léguas concorrendo para dois grandes males: a destruição da forragem tão necessária naquela estação aos gados, pelo que há sempre todos os anos grandes prejuízos, e o aniquilamento das poucas matas do sertão, que cada vez vai ficando mais aberto, apresentando estensas várzeas, e taboleiros na estação secca cobertos de pó, terra calcinada, e rocha viva.⁴⁷⁴

Thomaz Pompeo argumentava que a *malfeitoria dos homens* contribuía para exacerbar as difíceis condições climáticas do Ceará e elevar os problemas de seu mais importante ramo econômico, a pecuária. Apesar de restringir sua análise da devastação ambiental às áreas de serras, sobretudo pelo avanço da cultura do algodão e do café, que “tem descoberto até os pinCAROS da serra”,⁴⁷⁵ Thomaz Pompeo não esquece de tecer considerações sobre as consequências do desmatamento para a sustentabilidade econômica da província. A diminuição das matas e o aumento das secas afetavam diretamente a indústria pastoril, “assolando tanto os gados do Piauí, como nos sertões do Ceará”.⁴⁷⁶

O problema que estava posto era: como garantir o futuro da pecuária cearense sem as matas, fundamentais ao sustento do gado? Como garantir a forragem? É dentro de uma lógica produtivista e utilitária que a defesa da proteção ambiental cearense era requerida. E sobre esta mesma lógica se discutia as práticas de devastação da natureza, abrindo caminhos para perscrutarmos os impactos dos sistemas agropastoris sobre o meio ambiente.

Tentados por aquele interesse maior dos historiadores ambientais de querer tratar das mudanças e dos impactos humanos sobre a natureza, nossa atenção se voltou de modo especial para investigação de processos destrutivos. Animava-nos a ideia de perscrutar nas fontes referências à participação da pecuária na devastação das matas, dos solos, das águas.

⁴⁷³ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 84.

⁴⁷⁴ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará*. Op. cit., p. 26.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 18.

⁴⁷⁶ Ibidem, p. 19.

Ou de antecipar as discussões acerca da desertificação no território cearense causada pela presença do gado.

O resultado neste sentido não foi tão animador. Esta discussão não estava posta de forma explícita nas fontes e o papel da pecuária como atividade degradante só aparecerá de forma muito superficial, embora isso não signifique a inexistência deste impacto. Somente por uma leitura a contrapelo poderemos tecer algumas considerações sobre o peso da indústria pastoril sobre o meio natural.

Shawn Van Ausdal e Robert Wilcox em um texto interessante sobre a contribuição dos gados nas modificações paisagísticas, alertam para o equívoco de pensar que o impacto ambiental da pecuária sobre ambientes naturais só foi significativo em meados do século XX. Segundo os autores, desde a segunda metade do século XIX a criação de animais se converteu em uma das principais forças de mudanças na paisagem.⁴⁷⁷

Um dos fatores de modificação de paisagem no Brasil era, certamente, o uso do fogo, mormente pelos sistemas agrícolas.⁴⁷⁸ Warren Dean, em obra clássica sobre a devastação da Mata Atlântica brasileira, fez considerações importantes acerca da pecuária como instrumento de destruição ambiental. Criado de forma extensiva e itinerante, um dos primeiros impactos do gado sobre a vegetação foi a transformação dos campos em plantas raquíticas e doentias. O uso recorrente de queimadas sobre os pastos, uma estratégia para evitar o crescimento de mato impalatável, trouxe consequências altamente destrutivas.

Dean também destacou o efeito do fogo sobre a morte de animais roedores, répteis, insetos, pássaros, bem como os danos causados aos solos, reduzindo a fertilidade e a permeabilidade destes, além de contribuir com os processos de erosão em virtude de sua maior exposição. A degradação dos pastos pelo fogo contribui também para a germinação de plantas nocivas aos gados, espécies venenosas, das quais os animais se alimentam, sobretudo em tempos de seca.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ AUSDAL, Shawn Van; Wilcox, Robert. W. Vacas e pastos creación de paisajes ganaderos. In: Nuevas Historias Ambientales de America latina y el Caribe, nº 7, 2013, p. 76. Sobretudo na segunda metade do XIX, com a intensificação das relações dos países latino-americanos com o mercado de exportação e com o significativo aumento demográfico nessas áreas, a demanda por produtos derivados do gado cresceu, intensificando também a necessidade de mais recursos naturais, mais áreas de pastagem. Ausdal e Wilcox sustentam que além de uma expansão do gado para áreas maiores, ocupando as vezes áreas de agricultura, em algumas regiões a substituição da vegetação natural por outra mais adequada à alimentação dos animais contribuiu, sobremaneira para modificar as paisagens. Também sugerem que o uso contínuo do fogo para melhoria dos pastos foram fatores expressivos de modificações paisagísticas, nem sempre positivas.

⁴⁷⁸ José Augusto Pádua destaca que a queima das florestas e campos foi praticamente um único meio de preparo da terra para o plantio e a criação no Brasil até o final do século XIX. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. cit., p. 74.

⁴⁷⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 131.

É oportuno registrar aqui as observações feitas pelo cientista sueco Johan Albert Constantin Löefgren⁴⁸⁰ sobre o uso do fogo pelas práticas agropastoris do Norte do país. *Em Contribuições para a questão florestal da Região Norte do Brasil*, Löefgren destaca:

Outro factor devastador, especialmente a serviço da lavoura, é o fogo, que ás mais das vezes, mal dirigido por ocasião da queima das derrubadas de matta para plantações, frequentemente passa para a matta visinha ainda em pé, destruindo, em poucas horas, áreas muito maiores do que as preparadas para pequenas culturas. Há ahi também o costume de queimar as caatingas para nellas provocar o crescimento de capim novo para pastagem, ou queima das pastagens velhas para renovar-as; porem, raras vezes o fogo se conserva nos limites previstos e invade as caatingas proximas, donde em poucas horas, serem consumidas as áreas que chegam a quilômetros quadrados.⁴⁸¹

Apesar de a escrita de Alberto Löefgren está bem mais afastada da temporalidade de que nos ocupamos (suas observações foram feitas em 1912), ela é relevante porque expõe a permanência da prática incendiária como principal método de preparação da terra para a lavoura, bem como técnica mais disseminada entre os criadores para fazerem brotar capim adequado à alimentação de seus rebanhos. Deve-se considerar que, ao acentuar estes processos devastadores, Alberto Löefgren estava apenas dando continuidade a uma crítica bastante recuada no tempo.

A condenação destes processos pirotécnicos remonta aos princípios do século XIX e não faltam exemplos nos mais variados periódicos ligados à indústria agrícola, ou nos registros de viajantes, que demonstrem a oposição contra o os incêndios. Eduardo Campos sugere que desde o princípio dos oitocentos as autoridades provinciais estavam dedicadas a combater o uso indiscriminado do fogo, criando uma série de posturas municipais, estabelecendo critérios para tal prática, impondo multas aos contraventores.⁴⁸²

Uma referência direta à participação dos criadores de gado na degradação ambiental, em especial no ataque às árvores da província, aparece na *Memória sobre o clima e*

⁴⁸⁰ Johan Albert Constantin Löefgren chegou ao Brasil em 1874, trabalhou como engenheiro-arquiteto na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, atuou como botânico e meteorologista na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Atuou a partir de 1911 no Serviço de Obras contra a Seca. Sobre a atuação de Löefgren, ver: FRANCO, J.L. de Andrade; DRUMMOND, J.A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Op. cit. pp. 333-366. Sobre a obra de Löefgren, ver também: PAIVA, Melquíades Pinto. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, pp. 149-162.

⁴⁸¹ LÖEFGREN, Johan Albert Constantin. *Contribuições para a questão florestal da Região Norte do Brasil*, citado por CAMPOS, Eduardo. *Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará*. Fortaleza, 1981, p. 114. (Sem indicação de editora).

⁴⁸² Ver, CAMPOS, Eduardo. *Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará*. Debate semelhante também pode ser encontrado em CAMPOS, Eduardo. *A invenção do discurso ambiental: estudo de antigas posturas municipais do Ceará*. Fortaleza: Casa José de Alencar Editorial, 1998.

as secas do Ceará, publicada por Thomaz Pompeo em 1877. Tratando do problema das matas, Pompeo destacou que “um especulador de nome Mamede, no intuito de entreter um pequeno comércio de cavalarias e transportes por meio de bestas de carga, incendiou muitas dezenas de quilômetros de florestas entre o Crato, Exú e Brejo Grande”.⁴⁸³

Thomaz Pompeo já tinha demonstrado a sua teoria acerca da relação entre a destruição das matas e as secas e chamara a atenção de todos os habitantes da província, inclusive os criadores para lançarem-se em um projeto de arborização. Reclamava da inércia dos fazendeiros do sertão, que tendo grandes quantidades de gados não se lembravam de plantar uma única árvore, nem mesmo àquelas que se prestavam tão bem ao sustendo dos gados. Mais do que conservar, pensava Thomaz Pompeo, era necessário auxiliar a natureza a recuperar a capacidade vegetal que a incúria dos homens tinha destruído.

Não ha creador do sertão, que no tempo de maior rigor da secca, quando o pasto tem desaparecido, ou enfraquecido, não recorra a alimentação da *rama* para os gados magros. O *joá*, *canafistula*, feijão do mato, *carnaúba*, e outras arvores, que apesar da secca, sempre se conservão verdes; são alimento dos gados, quando falta o pasto, entretanto, não há um (1) que se tenha lembrado de auxiliar a natureza plantando algumas dessas arvores!⁴⁸⁴

O que mais chama a atenção nesta passagem, para além do apelo à arboricultura, é o registro de um regime de super-exploração da natureza em tempos de estiagem, uma vez que faltando pasto para o gado, toda sorte de alimentação alternativa será aproveitada para evitar a destruição completa dos rebanhos; desse modo, impõe-se a uma vegetação já escassa maior demanda por recursos, contribuindo para sua exaustão. Rodolfo Teófilo registrou estes momentos de exploração extrema da natureza por ocasião d’*A fome* de Freitas e seu rebanho.

(...) Freitas continuou a tarefa. Desprezado o primeiro bebedouro, procurou outros, e assim numa luta sem tréguas com a seca, sempre vencido, assistia ao aniquilamento de seus rebanhos. Já não era somente a sede que os matava, era agora também a fome e a peste! As folhas secas, de que o gado se alimentava, o vento levava. Era necessário decotar os juazeiros, as canafistulas e alimentar os rebanhos. Todos os dias pela manhã Freitas com os vaqueiros e escravos saía, e, todos armados de machados, iam deitar rama ao gado. O aspecto da floresta se tornava cada vez mais triste.⁴⁸⁵

Se observarmos o fragmento e a sequência narrativa de Rodolfo Teófilo, observaremos a presença iminente da morte, que espreita Freitas, os seus vaqueiros, os

⁴⁸³ BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Memória sobre o clima e secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877, p. 42.

⁴⁸⁴ Ibidem, p. 24. (Grifos do autor).

⁴⁸⁵ TEÓFILO, Rodolfo. *A fome; Violação*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979, p. 7.

escravos, o seu rebanho e, por último, a natureza, que vai se tornando mais triste, um panorama escuro que já não exibia os pontos verdes e onde “os urubus, pousados aos milhares nos galhos das árvores num crocitar constante, tornavam a solidão tétrica e pavorosa”.⁴⁸⁶

A degradação ambiental nas áreas de caatinga, um problema que só recentemente recebeu a atenção do governo brasileiro,⁴⁸⁷ teve, certamente, o seu processo intensificado pela constante exploração de seus recursos, processo que a pecuária extensiva certamente contribuiu para intensificar. Um crime ambiental decorrente não somente de práticas agropastoris localizadas historicamente, mas também resultado de um processo de silenciamento das questões regionais e da centralização temática em torno da seca.⁴⁸⁸

Manuel Domingos Neto, ao escrever *O que os netos dos vaqueiros me contaram*, discutiu o desgaste ambiental provocado pela criação extensiva no sertão nordestino, problema que já podia ser sentido na segunda metade do século XIX, quando a percepção da diminuição da capacidade produtiva da terra tornou-se visível. Entre as causas da escassez, o autor destaca, principalmente, o costume de atear fogo às matas para o favorecimento de gramíneas no período de chuvas, prática responsável pela destruição da drenagem original dos solos e o empobrecimento da pastagem natural.⁴⁸⁹

Por seu turno, Vlândia Pinto Vidal de Oliveira, em estudo sobre *A problemática da degradação dos recursos naturais no domínio dos sertões secos do estado do Ceará-Brasil*, faz uma análise sobre a desertificação no Ceará e afirma que a pecuária extensiva é um fator de destruição dos recursos naturais. Segundo a autora, o consumo dos pastos nativos pelo gado, principalmente em períodos de seca, gera uma exploração exacerbada da vegetação, que acarreta na não capacidade de reconstituição. Além disso, o pisoteio do gado age negativamente sobre os solos, causando compactação e acelerando processos de erosão.⁴⁹⁰

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 7.

⁴⁸⁷ Em 20 de agosto de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, foi decretado o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Caatinga. Em 2004, foi elaborado o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil. Também em 2004 foi criado o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), através da Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.insa.gov.br>.

⁴⁸⁸ Sobre esta centralização temática em torno da seca e as implicações sobre a destruição do bioma da caatinga, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A aridez das ideias: a questão ambiental do Nordeste em buscas de práticas e discursos inovadores. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira*. Op. cit.

⁴⁸⁹ NETO, Manuel Domingos. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 80. Domingos Neto também ressalta que o aumento populacional observado no Piauí do final do século XVIII e início do XIX, decorrente das migrações constantes de homens fugidos das secas na parte ocidental do Nordeste, agravou o impacto sobre a natureza, diminuindo as condições ambientais primitivas.

⁴⁹⁰ OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. A problemática da degradação dos recursos naturais no domínio dos sertões secos do estado do Ceará-Brasil. In: SILVA, José Borzacchiello da; CORREIA, Eustógio Wanderley;

Esta super-exploração dos recursos naturais acabou ficando registrada em algumas fontes de nossa análise, embora, obviamente, o escopo dessas fontes não fosse, necessariamente, a explicitação deste problema como nos moldes atuais. Mas o que os documentos nos dizem expressamente deixou de ser a maior preocupação e o foco de atenção dos historiadores. Marc Bloch já demonstrou que em nossa relação com o documento histórico “apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo”.⁴⁹¹

As observações do botânico Francisco Freire Alemão, a respeito da construção de cercas no Ceará, podem nos servir de mote para pensarmos os usos e abusos das matas. Por ocasião de sua passagem na vila de Aracati, Freire Alemão fez anotações e desenhos sobre os tipos de cercamentos dos campos.

O campo é cercado e fechado com cancelas é grande, tem mais de légua de comprimento e quase légua de largo. É cercado em parte com cerca de moirões furados: estas cercas as vi aqui pela primeira vez, duram 12 e mais anos; os moirões são ordinariamente de pau-ferro, que dura como a aroeira, ou de outra madeira que dura, têm cinco ou seis buracos por onde se enfiam lascas de carnaúba. Outro modo de cerca que vimos ontem, 16 de setembro, na cacimba do Povo, e que tinha eu visto – em Pirangi – à festa da carnaúba.⁴⁹²

O registro de Freire Alemão, de forma bastante sutil, aponta para o problema da derrubada indiscriminada de árvores pelos habitantes da província. As madeiras advindas deste desbastamento eram os únicos meios disponíveis para a feitura das cercas,⁴⁹³ que passaram a ser reivindicadas com maior frequência em meados do século XIX. Estivessem destinadas à agricultura, delimitando o seu espaço, ou direcionadas ao criatório, como instrumentos de controle dos rebanhos, as cercas eram sempre construídas pela oferta dos vegetais disponíveis.

ZANELLA, Maria Eliza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (Orgs.). *Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 190.

⁴⁹¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Op. cit., 78.

⁴⁹² Notas sobre a vila de Aracati 29 de agosto a 14 de setembro de 1859. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco freire Alemão*, Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 71.

⁴⁹³ Escrevendo em 1926, Thomaz Pompeu Sobrinho registra que as cercas de arame farpado ainda constituem uma novidade entre os criadores cearenses, destinadas mais aos grandes cercados, denominados de mangas. A maior parte dos cercamentos era feita, na verdade, com madeiras. “A mais comum”, diz-nos Pompeu Sobrinho, “é a cerca de pau-a-pique, mas são também frequentes as de faxina, de entrança, de tesoura, de arame e outras”. Ver, BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *O Ceará no centenário da Independência*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1926. Por sua vez, Eric Hobsbawm destaca que, o uso do arame farpado como elemento de substituição de cercas de madeiras não se disseminou pelo mundo, mesmo com a expansão da agricultura comercial, ficando restrito à Austrália e aos Estados Unidos da América, no período da grande expansão capitalista. Ver, HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. Op. cit. p. 276.

A carnaúba, *o boi vegetal*,⁴⁹⁴ era certamente, um dos exemplares da flora cearense mais atingido por este processo de super-exploração, mormente por causa dos muitos usos atribuídos a ela. Na *Viagem ao Brasil (1865-1866)*,⁴⁹⁵ Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz registraram a variedade de serviços prestados por esta palmeira.

A carnaúba fornece uma madeira muito linda, forte e durável, e que aqui se fazem as armações dos telhados, dá também uma cera que, mais bem purificada e clareada, daria velas excelentes... com suas fibras sedosas fabricam-se cordas e um fio muito resistente; o miolo das folhas, depois de cozido, dá um verdadeiro legume, mais delicado que a couve e as folhas inteiras servem de forragem para o gado. Na província do Ceará, passa como provérbio que, onde a carnaúba não falta, um homem possui tudo aquilo de que necessita para si e para seu cavalo.⁴⁹⁶

Com efeito, em meados do século XIX muitos discursos evidenciaram o potencial da carnaúba como matéria-prima para a produção de itens exportáveis, como a cera e velas; variadas vozes defendiam o seu beneficiamento para fins industriais.⁴⁹⁷ Em 1860, no *Relatório* do presidente Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, a cera de carnaúba aparece como quarto produto de maior peso no valor das exportações da província, tanto para fora do império, quanto para o mercado nacional entre 1859 e 1860.⁴⁹⁸

⁴⁹⁴ Foi Rodolfo Teófilo quem se referiu à carnaúba como boi do vegetal, porque a árvore se presta a muitos usos, “desde a raiz até o pó das folhas, é aproveitada pelo homem”. TEÓFILO, Rodolfo. *A fome; violação*. Op. cit., p. 32.

⁴⁹⁵ A expedição do casal Agassiz pelo Brasil foi idealizada por Luiz Agassiz como parte de um sonho há muito cultivado. *A viagem ao Brasil* ou Expedição Thayer, foi patrocinada por Nathaniel Thayer e contou com a participação de muitos integrantes, dentre eles, a esposa de Agassiz, Elizabeth Cary Agassiz, que se encarregou das anotações da viagem. O escopo da expedição era eminentemente científico e seu foco principal era a busca de elementos para compreensão da teoria da evolução das espécies, já difundidas por Darwin e outros cientistas. Nas palestras que Agassiz promoveu a bordo do navio para seus ajudantes, estava posto o verdadeiro objetivo das investigações no solo brasileiro. Interessava investigar a origem da vida. “Como o mundo orgânico chegou a ser o que é?”. AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 29. No Brasil, especificamente, era forçoso buscar elementos que indicassem como a região foi habitada pelas plantas e pelos animais encontrados, investigar as espécies existentes no passado e explicar a relação dos seres do presente com aqueles do passado. Importava lançar luzes sobre o desenvolvimento orgânico do país, traçar uma história natural e comprovar, ou não, a ligação entre a realidade natural atual com estados de coisas anteriores.

⁴⁹⁶ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Op. cit., p. 413-414.

⁴⁹⁷ Nos relatórios de presidente de província são muitas as notas sobre a necessidade de promover melhor aproveitamento da carnaúba. Em 1859, o presidente João Silveira de Sousa destacou a abundância desta palmeira e lembrava que “muito conviria proteger-se e aperfeiçoar-se, pois que os processos de sua extração e aproveitamento melhorassem far-se-hia um commercio muito mais extenso desse genero, e a provincia tiraria dahi uma renda avultadissima”. Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859, o excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará: Typ. Cearense, 1859, p. 26.

⁴⁹⁸ Ver Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1860 o excellentissimo senhor doutor Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, presidente d'esta provincia. Ceará, Typ. Brazileira de Paiva e Companhia, 1860, p. 24.

A carnaúba estava presente na lista das exportações do Ceará desde 1845.⁴⁹⁹ O seu comércio foi incrementado na década de 1850 e destinava-se primordialmente ao mercado interno, apesar de ter sido enviada a países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e França.⁵⁰⁰ A transformação da carnaúba em produto de exportação motivou a criação de alguns dispositivos legais orientados para a proteção desta árvore, impondo restrições a sua extração e regulamentando seus usos, como a que a Lei nº 543 de 20 de outubro de 1851, sancionada pelo presidente da província, Joaquim Marcos de Almeida Rego.

Art. 1º Fica proibido em toda a província o corte de carnaubas para extracção da palha, ou seja para esteiras, ou para outro qualquer fim, devendo as pessoa que se empregarem neste ramo de industria cortar a palha sem derrubar a arvore, sob pena de pagar quatro mil réis para as despezas da camara por cada carnaúba que derribar, ou quinze dias de prisão.⁵⁰¹

No estabelecimento desta resolução está presente uma nova sensibilidade em torno dos usos carnaúba, que não se encerram na retirada da palha para a produção da cera, ou a derrubada completa da árvore para a feitura de cercas ou telhados. A carnaúba não podia limitar-se às necessidades imediatas de homens e gados; a proibição do corte em definitivo carregava em si o entendimento de que a carnaúba era uma árvore cheia de futuro, pois podia ser reaproveitada, e desdobrar-se em muitos produtos.

É como uma promessa para o futuro, por exemplo, que jornais como *A Constituição*, em 30 de janeiro de 1862, iria apresentar a carnaúba e denunciar a sua destruição.

Infelizmente, todos os meios de destruição são empregados contra esta árvore, cuja madeira, de uma qualidade notável, é utilizada em muitos misteres, entretanto, no Ceará, onde se dedicam à extração da cera da carnaúba, começa-se a apreciar o valor de um tal vegetal e a prever sua futura importância.⁵⁰²

Trata-se, efetivamente, de uma nova forma de conceber a utilização da carnaúba, que se contrapõe às antigas práticas de desbastamento da palmeira para os usos cotidianos e

⁴⁹⁹ GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Op. cit., p. 30.

⁵⁰⁰ “Para o ano de 1886-87, encontramos registros de que foi enviada à Inglaterra uma quantidade do produto valendo 7:947\$360 réis, para os Estados Unidos, no valor de 2:159\$040 réis, para a Alemanha, 2:016\$900 e, finalmente, para a França, 1:017\$380 réis”. TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Op. cit., p. 107.

⁵⁰¹ Lei nº 543 de 20 de outubro de 1851, sancionada pelo presidente Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. In: LEIS PROVINCIAIS: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso/ Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada: INESP, 2009. Tomo II, p. 221.

⁵⁰² Citado por RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Op. cit., p. 85.

práticos. Criticava-se a permanência daquele “velho” pensamento capaz de encorajar e estabelecer por meio de lei, a derrubada do vegetal e o seu emprego na ereção de cercas. Como ficou estabelecido no código de posturas de Cascavel em 1849.

Quem quizer plantar nas terras destinadas á plantação, é obrigado a fazer suas cercas de duas carnaúbas horizontalmente postas sobre forquilhas ou tesouras, ou de tres varões amarrados com sipó e em estacas infincadas de tres palmos, ou de caçara de altura de sete palmos: os contraventores serão multados em quatro mil réis, ou sofrerão oito dias de prisão.⁵⁰³

As tentativas de organização do espaço agrário cearense, de estabelecer os limites entre as terras de criar e as terras de plantar, tiveram forte impacto sobre a vegetação, uma vez que a ereção de cercas se fez por meio da derrubada das árvores locais. Buscava-se, em certa medida, amenizar os conflitos entre criadores e agricultores na província, rusgas cada vez mais acirradas no decorrer de meados do XIX e que tinham como foco central a denúncia dos agricultores contra a invasão dos gados sobre as plantações e a destruição dos gêneros alimentícios. A resolução destas contendas deveu-se, em parte, à obrigatoriedade de cercamentos nas áreas de plantação, o que se fez sob a derrubada considerável de árvores.

Em suas pesquisas pelo território em 1911, como chefe da seção botânica da Inspeção de Obras Contra as Secas, Alberto Löefgren registrou o desmatamento das matas para a feitura das cercas, prática que considerava degradante e uma das responsáveis pela diminuição das matas primitivas do Ceará.

Nas planícies, a criação do gado, praticada há mais de século, sobre toda a área, sem divisão das propriedades nem das pastagens, obriga a proteger as plantações do gado, por meio de cercas, às vezes de grande extensão, cujo material todo é tirado das matas e das caatingas, que tão dificilmente se renovam.⁵⁰⁴

Percepções como a de Löefgren não eram, precisamente, uma novidade. Elas já podiam ser observadas anteriormente, mormente em meados dos oitocentos, quando constatou-se a diminuição da carnaúba, quando o problema da destruição das matas já estava posto, e as vozes de protestos contra o ataque ao mundo natural brasileiro já podiam ser ouvidas. Sob o espectro da destruição ambiental e a consequente queda do império, o que se

⁵⁰³ Lei nº 508 de 28 de dezembro de 1848, publicada pelo presidente Fausto Augusto de Aguiar, aprovando o código de posturas da câmara municipal de Cascavel. In: LEIS PROVINCIAIS: Estado e Cidadania (1835-1861). Op. cit. p. 118.

⁵⁰⁴ LÖEFGREN, Alberto. Notas botânicas. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1911, p. 161.

observou foi uma crescente preocupação com a defesa das matas e um expressivo apelo à recuperação da capacidade vegetal por meio da arboricultura.

A derrubada dos carnaubais cearenses já comprometia a produção extrativa da província, pelo menos foi esta a justificativa de José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da mesma, que em seu *Relatório* de 1879, afirmou que a produção de cera de carnaúba decrescera, “pela destruição e perecimento dos carnahubais, devorados pela secca e pelos famintos, que se tem alimentado com o palmito e com a massa farinacea do tronco”.⁵⁰⁵

Tem-se aí o registro de um regime de super-exploração a que a carnaúba estava submetida. Mormente em tempos de seca, esta árvore que “fornece tudo em abundância, menos alimento ao homem”,⁵⁰⁶ era devorada como uma das poucas alternativas para o sustentáculo dos gados e dos homens. Josué de Castro fez considerações importantes sobre os alimentos alternativos com os quais os habitantes dos sertões nordestinos remediavam-se para não sucumbirem diante da fome.

Recorre o vaqueiro ao recurso das ramas e dos cactos, queimando os espinhos dos mandacarus e dos facheiros e picando os seus gomos a facão para evitar a extinção imediata dos rebanhos. (...)

Do cardápio extravagante do sertão faminto fazem parte as seguintes iguarias bárbaras: farinha de macambira, de xiquexique, de parreira brava, de macaúba e de mucunã; palmito de carnaúba nova, chamada de guandu, raízes de umbuzeiro, de pau-pedra, de serrote ou de mocó, maniçoba e maniçobinha; sementes de fava-brava, de manjerioba, de mucunã; jejus de catolé, de gravatá e de macambira mansa.⁵⁰⁷

Essas considerações evidenciam o quanto a natureza das áreas sertanejas, mormente na região Nordeste, era submetida a um regime de exploração intensa em períodos de estiagem, quando não somente os rebanhos de animais, mas também os contingentes humanos exigiam dela mais do que podia ofertar.⁵⁰⁸ Quando exaurida até a sua última gota de subsistência, a natureza não pode mais evitar a aproximação da morte, sobretudo para aqueles

⁵⁰⁵ Falla com que o Ex.mo Sr. dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da provincia do Ceará, abriu a 1.a sessão da 24.a legislatura da Assembléa Provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza, Typ. Brasileira, 1879, p. 21.

⁵⁰⁶ “A carnaubeira (...) fornece tudo em abundância, menos ao homem, só em maus tempos, a medula da planta nova, o palmito, é usado como recurso alimentar”. CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste área explosiva*. São Paulo: editora Brasiliense, 1967, p. 62.

⁵⁰⁷ Ibidem, pp. 76-77.

⁵⁰⁸ É forçoso acrescentar, neste ponto, as considerações que fizera Alberto Löefgren, a respeito do potencial destruidor das cabras, que devoram toda a vegetação já assolada pela seca. “Um outro fator não desprezível na devastação das mattas ou, pelo menos, para conservar a vegetação em estado de caapuêra, são as cabras. Sabe-se o quanto esse animal é damninho para a vegetação arborescente e arbustiva, e como a criação de cabras soltas no Ceará talvez é maior do que a do gado, fácil é imaginar o damno que causa á vegetação alta”. LÖEFGREN, Alberto. *Notas botânicas*. Op. cit., p. 161.

que dela tudo esperam, tudo dependem. Foi esta total dependência, esta entrega absoluta diante do mundo natural, que muitos críticos da pecuária cearense combateram.

Para alguns, como Raja Gabaglia, era imperativo que o criador de gados fosse também um agricultor especialista, que auxiliasse a natureza protegendo seus tesouros e realizando o plantio de espécies vegetais, especialmente àquelas mais adequadas à alimentação dos gados. Após enumerar uma série de medidas tendentes à melhoria da indústria pastoril na província do Ceará, Gabaglia lembra que

Cumpria ao mesmo tempo, ao longo de todas elas, proceder ao plantio da canafístula, de marizeiras [marizeiras?], mamoeiros e outras plantas adequadas aos terrenos de pronto crescimento e próprias para o sustento dos gados. (...) Também se deveria, por outro lado, conservar as matas e evitar a sua destruição, envidando todos os recursos possíveis, com o fito de conservar depósitos de combustível e de madeiras próprias para muitas indústrias fabris.⁵⁰⁹

Crete na existência de um espírito de rotina entre os criadores cearenses, crítico da imprevidência dos homens, Raja Gabaglia sugeriu o plantio de árvores boas para os rebanhos, e defendeu a formação e o armazenamento de forragens. Estava implícita nestas iniciativas, a formação do caráter industrioso das populações sertanejas, o desenvolvimento de uma moral produtiva no seio daqueles homens acostumados a viver de dia em dia a esperar pela benignidade da natureza. Defendia-se a introdução de uma *disciplina de trabalho*⁵¹⁰ para as populações ocupadas com o gado, sobretudo porque em torno destas se criaram as imagens de populações indolentes, refratárias às leis.

Por seu turno, o seu companheiro de expedição, Guilherme Capanema, também defendeu o plantio de árvores forrageiras e a produção de feno para os dias difíceis da seca. Entre as plantas forrageiras que deveriam ser cultivadas estavam o *panasco*, o *mimoso*, o *capim agreste*, a *canafístula*, além das árvores que zombam das secas, como o *juazeiro*. Capanema vai mais longe, ao sugerir que “o Ceará está nas condições de imitar o exemplo de Godula”,⁵¹¹ um rico proprietário da Silésia prussiana, que tinha vastos paióis e acumulava mantimentos nos tempos de boas colheitas para que pudessem suprir as necessidades nos dias de penúria.

⁵⁰⁹ GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará. Op. cit., p. 145.

⁵¹⁰ Thompson lembra que no século XVIII inglês as críticas aos campos abertos e as terras comunais estavam ligadas ao argumento da impossibilidade de submissão dos trabalhadores rurais à disciplina de trabalho. É importante notar que a imagem construída sobre as atividades pastoris tendia sempre a associá-la ao desperdício de tempo, ao caráter indolente dos colonos, que fugiam do trabalho regular e disciplinado e para quem o trabalho diário e regular parecia desagradável. Ver: THOMPSON. E. P. *Costumes em comum*. Op. cit., p. 285.

⁵¹¹ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. Apontamentos sobre as secas do Ceará. Op. cit. p. 165.

Estas sugestões de Capanema motivaram a escrita e a crítica de Rodolfo Teófilo, que apesar de concordar com *A imprevidência do cearense*, “que não guarda para o dia de amanhã, não tem a previdência da formiga”, não poderia concordar com o acúmulo de grandes reservas, “como exigia o Barão de Capanema quando, na Escola Polytechnica, discutindo o problema das secas, lembrou a previsão dos Godulas”.⁵¹² Rodolfo Teófilo considerava que era impossível ao pequeno lavrador o acumular alimento em grandes celeiros e esta proposta só poderia advir de um total desconhecimento da situação destes trabalhadores, que mal podiam guardar o que comer entre uma colheita e outra.

Em todo caso, vale destacar, que o debate em torno da arborização, bem como da necessidade de armazenar forragens e alimentos, estava definitivamente disseminado. Thomaz Pompeo, Gabaglia, Capanema, foram expoentes na defesa desses projetos como soluções, embora parciais, das dificuldades pelas quais passavam homens e gados nos tempos da seca. Tratava-se de auxiliar a natureza na sua produção, de ajudá-la a garantir a sustentabilidade da indústria agropastoril e, mais importante, desenvolver entre os habitantes dos sertões o espírito produtivo, o gosto pelo trabalho, a gestão dos recursos naturais e a promoção da riqueza pública. Nesse palimpsesto de interesses, sobretudo econômicos, tornava-se imperativo proteger o meio natural, defender as matas, fontes de progresso e de futuro.

Voltemos uma vez mais àquela digressão de Juvenal Galeno no conto *Dia de feira*. Para reafirmar a denúncia contra o penoso espetáculo da destruição das matas, ele sugere a participação da imprensa na publicização daquele problema. Vejamos:

Parece-me que se a senhora Natureza tivesse impressa e jornal, alcançaria mais escrevendo artigos contra o governo que não facilita ao pobre povo da lavoura o ensino e os meios de arar e adubar o terreno, aproveitando assim o mesmo chão para as plantações de todos os anos, sem destruir portanto as matas. (...) Nos referidos artigos podia o publicista lembrar que não podemos dispensar as madeiras de construção e lenha; que ambas estas coisas vão progressivamente se extinguindo. (...) lembraria mais, que muitos ribeiros têm secado, e as águas de outros diminuído consideravelmente, tudo devido à destruição das matas.⁵¹³

É forçoso destacar que no momento da escrita de Juvenal Galeno as questões de ordem ambiental já encontravam espaço em muitos periódicos brasileiros, inclusive na província do Ceará. As próprias considerações de Thomaz Pompeo sobre a arboricultura

⁵¹² A imprevidência do Cearense. In: TEÓFILO, Rodolfo. *Scenas e typos*. Op. cit., p. 83.

⁵¹³ GALENO, Juvenal. *Cenas populares*. Op. cit., pp. 75-76.

foram publicadas pelo jornal *O Cearense* na década de 1840.⁵¹⁴ É claro que Juvenal Galeno tinha consciência desta publicidade. Mas a sua escrita parecia querer reforçar a necessidade de tratar a destruição das matas como uma questão de ordem nacional, lembrar que a diminuição da capacidade ambiental comprometeria o futuro político da nação.

O viés econômico torna-se, ao final do desvio de Juvenal Galeno, o principal motivo de sua denúncia, pois as madeiras de construção e lenha iam progressivamente se extinguindo e “nesta marcha chegaremos ao estado de importar lenha do estrangeiro, como já importamos palitos, tábuas, arroz e toucinho”.⁵¹⁵

Mas, é fundamental destacar que, mesmo sendo motivada pelo caráter utilitário, característica primeira da crítica ambiental brasileira, reflexões como a de Juvenal Galeno acabaram por colocar na ordem das discussões as formas de relacionamento entre o homem e o meio ambiente, denunciando práticas destrutivas, e propondo novas formas de ver, de pensar e lidar com as matas, com o solo, com o clima, com os animais. Não deixa de ser uma reinvenção da natureza operada por uma nova sensibilidade profundamente marcada pela ideia de finitude dos recursos naturais. Reinvenção pela palavra, pelo discurso, que modifica o sentido e os usos da natureza, talvez uma *desinvenção*,⁵¹⁶ no sentido proposto por Manoel de Barros, atribuindo outras funções aos objetos.

⁵¹⁴ Em 1858, o jornal *O Araripe*, publicou com o título “Melhoramentos materiais”, uma série de considerações acerca da destruição das matas, a influência das matas sobre o clima e necessidade de proteção das matas. Essas considerações foram extraídas d’*O Cearense*.

⁵¹⁵ GALENO, Juvenal. *Cenas populares*. Op. cit., p. 76.

⁵¹⁶ BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013, p. 276.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.

Michel Foucault.⁵¹⁷

Nossa caminhada até aqui se orientou pela busca de uma *invenção*, ou, dito de outro modo, pela *fabricação* de um objeto não existente antes da segunda metade do século XIX: a *pecuária semi-selvagem*. A opção por esta via deveu-se a observação da existência de um número expressivo de discursos dispersos em todo o país, mormente na segunda metade dos oitocentos, que passaram a nomear as atividades pastoris sob o signo do atraso e da rotina. Conduziu-nos a hipótese de que esses acontecimentos⁵¹⁸ discursivos realizaram mais do que uma apologia à modernização dos processos pastoris; eles acabaram por fazer emergir um novo objeto, uma nova realidade: a *pecuária rotineira e selvagem*, uma nova forma de enfeixar o criatório “tradicional” brasileiro, agora marcado pela tônica do descompasso.

A dispersão destes discursos pode ser avaliada pela participação de variadas vozes, diversos sujeitos, diferentes instituições e múltiplos suportes envolvidos na composição daquela imagem tão bem acabada que nos apresentou Thomaz Pompeo de Sousa Brasil ao definir o *systema de criação semi-selvagem* da província do Ceará. Importante ressaltar como a ideia do atraso do criatório era uma questão espargida por todo o país, indicando para nós uma regularidade discursiva, uma repetição de dadas formas de ver e de dizer a pecuária, sempre envolta de uma retórica em negativo.

Inspirados por uma *descrição arqueológica* foucaultiana, que não busca encontrar nos discursos as representações, as imagens ou os sentidos de uma suposta realidade essencial, nos propusemos tomar o discurso em seu próprio volume, enquanto prática fundante; discurso que não serve à representação do real, mas, antes, participa da fabricação de objetos.⁵¹⁹ Assim, mostramos como a enunciação do atraso da pecuária, repetidas vezes

⁵¹⁷ FOUCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p. 59.

⁵¹⁸ Foucault nos lembra que, diferente de uma tradição histórica teológica ou racionalista, que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal, a história efetiva precisa considerar o acontecimento no que ele representa de único e agudo. Completa Foucault: “É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada”. Idem, p. 73.

⁵¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Op. cit., p. 168.

entoada pelo discurso político, científico, literário, jornalístico, foi eficaz na arquitetura de um problema inteiramente novo: a defasagem do regime de criação, uma herança do passado colonial que agora era encarado como entrave ao progresso do país.

Desse modo, não tomamos o atraso como evidência da qual os discursos dão conta e nos apresentam; ele é, antes de tudo, o resultado e o produto de uma série de práticas políticas, intelectuais, discursivas, todas comprometidas com um novo momento na história do Império brasileiro, principalmente quando de sua preocupação com a civilização da nação e sua entrada nos caminhos do progresso.

Vimos como os usos do tempo, especialmente a manipulação das categorias do *passado* e do *futuro*, serviram de pressupostos para a afirmação do descompasso brasileiro em relação às ditas sociedades modernas e civilizadas da Europa. Mormente após a Independência do Brasil, em 1822, foi crescente entre as elites dirigentes do Império o sentimento de que a herança colonial, que ainda estava presente, entravava a entrada do país nas tramas do mercado externo e a sua confraternização com o mundo civilizado. A presença do passado expressava-se pela permanência das culturas de tipo extensivo, os latifúndios, o trabalho escravo, os métodos rotineiros, a ausência de mecanização e uma economia de exportação sujeita às oscilações do mercado internacional.⁵²⁰

Desse modo, a pecuária cearense e, em larga escala, todo o criatório nacional foi colocado entre um *espaço de experiência* envolto pelas imagens da rotina e um *horizonte de expectativas* orientado pela crença no progresso e pelas esperanças de um futuro sempre novo e melhor. A criação extensiva, a espera pela oferta da natureza, a inexistência de cercamentos para conter os gados, a entrega dos animais aos cuidados dos vaqueiros, a ausência de métodos veterinários e zootécnicos nos sistemas de criação, a falta de trabalho regular e disciplinado nas áreas pastoris, tudo isto, foi considerado como prova de um passado obsoleto. As iniciativas de modernização pecuária que analisamos ao longo do trabalho, ainda que tímidas e pontuais, visaram atender a este discurso de desagregação do pretérito, que tinha sua face modificada tanto mais os sujeitos fitavam-se na modernidade, em um novo tempo.

Outro forte elemento de separação entre a rotina e o progresso, instrumento de justificação do atraso de todas as atividades agrícolas nacionais foi a ciência. Abordamos como, aos poucos, a ciência se insinua como única forma de apreensão do mundo, como se instaura como campo autorizado para definir a obsolescência da agricultura brasileira. A

⁵²⁰ Ver, COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 273-274.

tiranía do conhecimento científico criou não somente a defasagem que agora analisamos, mas também tornou obrigatória a submissão de todos os processos agropastoris aos saberes por ela autorizados. Desse modo, somente quando a pecuária fosse invadida pelo conhecimento científico, quando incorporasse as “sãs doutrinas” da veterinária, da zootecnia, da zoologia, e dos sábios criadores, é que ela sairia do seu antigo estado estacionário, de seu passado rotineiro, para avançar como indústria destinada a gerar lucros e a contribuir para inserção do Brasil no mercado internacional.

Ao longo do trabalho procuramos também perscrutar a produção de visibilidades e dizibilidades em torno do mundo natural e discutir como as formas de nomeação do meio ambiente serviram de mote para reforçar o discurso da existência de um modelo pastoril que era, sobretudo, selvagem. Ao buscarmos as formas de apreensão da natureza, porque entendemos que elas são históricas e compreendem uma seleção e um enquadramento específicos do meio que nos cerca, tentamos discutir como a crença na exuberância e na prodigalidade do mundo natural brasileiro foi central para definir a letargia e ignorância dos homens.

Outrossim, também nos ocupou a discussão em torno de uma valorização pragmática da natureza brasileira no século XIX, que a enxerga como elemento de progresso material e de sustentáculo da nação. Natureza pródiga em todas as partes do país, inclusive nos sertões secos, nas áreas de ocupação pastoril, demonstrando que a transformação da *pecuária semi-selvagem* em indústria de bens capitalizáveis era possível, bastava que os homens submetessem a natureza aos seus interesses, em vez de esperar por ela. Não foram poucos os discursos de condenação das práticas de destruição das matas, do uso do fogo, dos cortes de árvores. Também os criadores foram chamados a prestar contas do uso e do abuso da natureza que alimentava o gado e que, quando faltava, punha em xeque a sustentação da economia pastoril. Atentar para estes momentos conflituosos entre o homem e o mundo natural, perscrutando os impactos decorrentes dessa relação, também foi um dos objetivos deste trabalho.

Por fim, é necessário destacar que na asserção de Thomaz Pompeo, “*pecuária semi-selvagem*” também dizia respeito a um modelo de criação quase completamente entregue aos movimentos da natureza. Selvagem porque os gados pareciam não ter saído da sua condição de seres da selva, bichos a espera da domesticação, a serem explorados para fins úteis.⁵²¹ O selvagem se contrapõe ao domesticado, a natureza distancia-se da cultura. No

⁵²¹ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. Op. cit., p. 273.

Brasil da segunda metade do século XIX essas oposições foram fortemente mobilizadas para dar conta de um trabalho de civilização ainda por ser feito, que incidia tanto sobre os homens, quanto sobre a natureza. Selvagem era aquele que morava na mata, como os índios, e também aqueles que se entregavam obstinadamente à natureza, como os criadores de gados rotineiros. A invenção de uma *pecuária selvagem* também foi eficaz para explicitar a urgente necessidade de acompanhar a marcha civilizatória da humanidade.

Depois de perseguirmos este processo de invenção, de acompanharmos as práticas discursivas responsáveis por esta fabricação, além de perscrutarmos as demais práticas econômicas, políticas, científicas ou literárias envolvidas neste trabalho, podemos encerrar nossa narrativa certos de que também ela é uma invenção, um *relato* ou *discurso*⁵²² que também participa da reelaboração do passado servindo-se dos fragmentos e dos rastros por ele deixados.⁵²³

FONTES

JORNAIS

Jornal O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1870).

Jornal Aurora Cearense (1866).

Commercio do Ceará (1869).

O Araripe (1855-1856).

Jornal do Agricultor (1879).

REVISTAS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (1838, 1856, 1885, 1900).

⁵²² CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p.33.

⁵²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007, p. 63.

Revista do Instituto do Ceará. (1911, 1912,1937).

Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. (1871,1883).

Revista Médica Fluminense (1835).

CARTAS

ALEMÃO, Francisco Freire. Correspondência ativa de Francisco Freire Alemão. In: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 81, 1961. Os manuscritos do Botânico Freire Alemão. Divisão de publicações e divulgação, 1964.

PRADO JÚNIOR, Caio. Carta endereçada à Casa euclidiana em 26 de abril de 1960. In: FAVIANO, Giovana Beraldi; COLLACIO, Talita Yosioka; LONGO, Viviane Vitor; BARBOSA, Alexandre de Freitas; RIBAS, Elisabete Marin. Caio Prado Júnior e Os sertões, de Euclides da Cunha. In: Revista IEB, nº54, set./mar., 2012, pp. 189-194.

DIÁRIO DE VIAGENS

*ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco freire Alemão, Fortaleza-Crato, 1859.** Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.*

*AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil (1865-1866).** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.*

RELATÓRIOS OFICIAIS, LEIS E ANAIS DE CONGRESSOS.

Relatórios de Presidente de Província do Ceará (anos consultados 1830 a 1870). Disponível em www.crl.edu/brazil/provincial/ceará.

Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Sul (anos consultados 1850 – 1870) Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul.

Relatórios de Presidente de Província do Rio Grande do Norte (ano consultado 1862). Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte.

Relatórios do Ministério do Império. (anos consultados 1850 a 1860). Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>.

Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (anos consultados 1860 a 1870). Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

*Relatórios dos membros da Comissão Científica lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: BRAGA, Renato. *Histórica da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.*

LEIS PROVINCIAIS: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso/ Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada: INESP, 2009.

*Instruções para a Comissão Científica de Exploração encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *Histórica da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.*

Anais do congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Congresso Agrícola. Edição fac-similar do Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

Anais do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife. Edição fac-similar comemorativa do Primeiro Centenário 1878-1978. Recife: Typ. de Manoel Figueiroa Faria & Filhos, 1879.

REGO, Antonio José de Souza. Relatório da 2ª Exposição Nacional de 1866. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.

O império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867.

LIVROS DE LITERATURA

*ALENCAR, José de. **O sertanejo**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.*

_____. *O sertanejo. Ediouro. (sem indicação de data).*

CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Rio de Janeiro: Record, 1998.*

TÁVORA, Franklin. *Os índios do Jaguaribe: história do século XVII. Recife: Typographia do jornal do Recife, 1870.*

TEÓFILO, Rodolfo. *A fome; Violação. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.*

_____. *Scenas e typos. (1919). Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.*

GALENO, Juvenal. *Lendas canções populares. Fortaleza: SECULT, 2010.*

_____. *Cenas populares. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 2010.*

OBRAS IMPRESSAS

BONIFÁCIO, José. *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil, 1823.* Disponível em http://www.obrabonifacio.com.br/principais_obras/.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará. Tomo I (1863).* Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

_____. *Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará. 1859.* Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

_____. *Memória sobre o clima e secas do Ceará. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.*

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Apontamentos sobre as secas do Ceará. 1878.* In: Guilherme; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia.* Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

_____. *Ziguezague da seção geológica da Comissão Científica do Norte.* In: ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX.* Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GABAGLIA, Giacomo Raja. Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à província do Ceará. 1877. In: Guilherme; *GABAGLIA, Raja. A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

HILAIRE, Auguste de Saint. *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. Tomo Primeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

SOUSA, Paulino José Soares de. Ensaio sobre o direito administrativo. In: *Visconde do Uruguai*. José Murilo de Carvalho. (Org.). São Paulo: Editora 34, 2002.

SOBRINHO, Thomaz Pompeo de Sousa. *O Ceará no centenário da Independência*. Fortaleza: Typ. Minerva, 1926.

Taunay, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor brasileiro*. 1839. Organização Rafael Bivar de Marquese. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

_____. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

_____. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

_____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: edições MMM, 2012.

ALEGRE, Maria Sylvia Porto. *Os ziguezagues do Dr. Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. *A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. Edição Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldema Alcântara, 2003
AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n. 15, p. 145-151, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, Valdeci Lopes. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

AUSDAL, Shawn Van; Wilcox, Robert. W. Vacas e pastos creación de paisajes ganaderos. In: *Nuevas Historias Ambientales de America latina y el Caribe*, nº 7, 2013.

BARBATO, Luís Fernando Tosta. O clima tropical na história. Relações de ambivalência. In: *Élisée, Revista de Geografia*. UEG – Anápolis, v.4, n.1, jan./jun. 2015, pp. 68-90.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013.

BASTOS, José Romário Rodrigues. *Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, 2013.

BEDIAGA, Begonha. Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, jan./abril., 2013, pp. 169-175.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMPOS, Eduardo. *A invenção do discurso ambiental: estudo de antigas posturas municipais do Ceará*. Fortaleza: Casa José de Alencar Editorial, 1998.

_____. *Legislação provincial do ecúmeno rural e urbano do Ceará*. Fortaleza, 1981.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 2º volume (1836-1880)*. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. (Org.). *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *A construção da ordem; Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASCUDO, Luis da Camara. *Vaqueiros e cantadores*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste área explosiva*. São Paulo: editora Brasiliense, 1967.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa, Actividades editoriais Ltda, 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESPADA, Rosa. O Industriador: quando no século XIX um jornal científico divulga o velho paradigma português do Plano Tecnológico para desenvolver Portugal. In: *Revista Proformar online*. Edição nº 13, janeiro de 2006, pp 1-18. Disponível em http://proformar.pt/revista/edicao_13/industriador.pdf.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Arqueologia e geoestratégia: as fronteiras e os usos das fontes arqueológicas (1838-1877). In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 24, Jan/01, p.149-171, 2001.

_____. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. In: *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, nº 2, vol. 13, abr/jun., p. 271-292, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & terra, 2016.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. In: *Revista Brasileira de História*, nº 12, vol. 6, mar./ago., 1986, pp.125-150.

FRANCO, J.L. de Andrade; DRUMMOND, J.A. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FREIRE, Letícia de Luna. A ciência em ação de Bruno Latour. *Caderno IHU ideias*. Ano 11 – Nº 192, São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2013.

_____. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. In: *Comum*, v.11, nº 26, jan./jun., p. 46-65, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 2003.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *Um escandaloso teatro dos horrores: a capitania do Ceará sob o espectro da violência*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010.

GUABIRABA, Maria Célia de. *Ceará: a crise permanente do modelo exportador (1850-1930)*. Fortaleza: Instituto de memória do povo cearense, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, nº 1, vol. 4, jan./jun., p. 135-143, 1989.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. Tempos do mundo, História, Escrita da História. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006,

HEIZER, Alda Lúcia. *Observar o Céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. História e memória. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KOSELLCK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2014.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

KURY, Lorelai Brilhante. (Org.). *Sertões adentro: viagens nas Caatingas, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

_____. Comissão científica de exploração 1859-1861. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2009.

_____. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde*, v. VIII (suplemento), p. 863-880, 2001.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova atlântida de Spix e Maritius. Natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 1997.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

MATTOS, Adalberto Alves de. *Pela moralização do trabalho e prosperidade da Indústria Nacional: a Escola Agrícola União Indústria (1864-1884)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Pensar um império. In: GESTEIRA, Meireles Heloísa; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. (Orgs.). *Formas do império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil*. séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: *Almanack braziliense*, nº 1, maio, p. 8-26, 2005.

_____. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: processo de produção do capital. São Paulo: São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 2, livro primeiro: processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova cultural Ltda.,1988.

MEDRADO, JOANA. *Do pastoreio à pecuária: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil central*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2013.

MONTENEGRO, Braga. Terra de sol – 50 anos. In: BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. IX.

MORAES, Marcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11(2), pp. 321-333, maio/ago., 2004.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora da universidade de Brasília, 2004.

NETO, Manuel Domingos. *O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale Parnaíba*. São Paulo: Annablume, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

_____. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. *João da Silva Feijó e os dilatados Sertões: Pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará. (1799-1816)*.

Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

_____. Ponderadas minas e vegetais: João da Silva Feijó e as investigações filosóficas na capitania do Ceará. In: FUNES, Eurípedes, RIOS Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; NETO, Emy Falcão Maia. (Orgs). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. (Orgs.). *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

OLIVEIRA, Vlândia Pinto Vidal de. A problemática da degradação dos recursos naturais no domínio dos sertões secos do estado do Ceará-Brasil. In: SILVA, José Borzacchiello da; CORREIA, Eustógio Wanderley; ZANELLA, Maria Eliza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (Orgs.). *Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 11, Outubro, p. 134- 163, 1998.

_____. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos avançados*, v. 24, nº 68, 2010, pp. 81-101.

PAIVA, Melquíades Pinto. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Raquel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan. | jun., p. 58-79, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PELOGGIO, Marcelo. O conceito de mudança em José de Alencar. In: *Revista Garrafa*, nº 13, vol. 2, jan./mar., 2007.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone. (Org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. (1950). Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2009.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Os zigueszagues do doutor Capanema: ciência, cultura e política no século XIX*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2002.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

_____. Passado sedutor: a história de Ceará entre o fato e a fábula. In: FILHO, João Ernani Furtado; RIOS, Kênia Sousa. (Orgs.). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

REVEL, JACQUES. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1989.

RIOS, Kênia Sousa. A Comissão Científica e a seca do Ceará. In: CAPANEMA, Guilherme S. de; GABAGLIA, Raja. *A SECA NO CEARÁ: Escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006.

ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012.

ROMERO SÁ, Magali. A zoologia da Comissão Científica de Exploração. In: KURY, Lorelai. *Comissão Científica de Exploração – 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de. (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas Exposições Industriais (1861-1922)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

_____. *O Ceará investigado: A Comissão Científica de 1859*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. In: *Revista USP*, nº 30, junho/agosto, p. 108-119, 1996.

SOBRINHO, Thomaz Pompeo. O homem do Nordeste. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Tomo LI, Ano LI, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Grafia, 1998.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: *Revista Sociedade e Cultura*, nº 1, jan./jun. 1998.

STUDART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Tomo II. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária; São Paulo: Editora Hucitec.

THOMAS, Keith. *O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

THOMPSON. E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOURINHO, Maria Antonieta Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1982.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 198-215, 1991.

_____. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. In: *Ambiente & Sociedade* - Vol. V – n. 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – n.1 - jan./jul. 2003, pp. 23-44.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

ZARTH, Paulo A. introdução de novas raças de gado no Sul do Brasil (1870-1950). In: *História: debates e Tendências*. Vol. 16, n. 1, jan./jun. 2016, pp. 72-91.